MÁRCIA BORTOLI ULIANA

O PATRIMÔNIO CULTURAL MULTIFACETADO: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E USOS EM DOURADOS (1984-2018).

DOURADOS – MS
2019

MÁRCIA BORTOLI ULIANA

O PATRIMÔNIO CULTURAL MULTIFACETADO: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E USOS EM DOURADOS (1984-2018).

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD).
Área de concentração: *História, Região e Identidades.*
Linha de Pesquisa: *Sociedade, Política e Representações.*

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perli

DOURADOS – MS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

U39p Uliana, Marcia Bortoli

O PATRIMÔNIO CULTURAL MULTIFACETADO: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E USOS EM DOURADOS (1984-2018) / Marcia Bortoli Uliana. – Dourados – MS, 2019.

337f.

Orientador: Professor Dr. Fernando Perli .

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. Patrimônio cultural. 2. Representações. 3. Dourados. I. Perli, Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

MÁRCIA BORTOLI ULIANA

O PATRIMÔNIO CULTURAL MULTIFACETADO: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E USOS EM DOURADOS (1984-2018).

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD.

Aprovada em _____ de_____ de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Fernando Perli (Dr. UFGD)

_____

1ª Examinadora:

Marcia Regina Romeiro Chuva (Dra. UNIRIO)

_____

2º Examinador:

Jiani Fernando Langaro (Dr. UFG)

_____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr. UFGD)

_____

4º Examinador:

Losandro Antônio Tedeschi (Dr. UFGD)

_____

“[...] toda pesquisa é datada e tem sua própria história (GOMES, 2014, p.12)”.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Aristeo e Leânia, que me ensinaram a perseverar e a fazer o melhor possível.

Aos meus irmãos, Marcelo, Marcos Roberto e Marciano, que mesmo aparentemente distantes são importantes em minha vida.

Ao profº Fernando Perli, pela orientação, paciência e respeito ao longo da feitura da tese.

Ao profº João Carlos de Souza, pela parceria, compreensão e incentivo. Agradeço-o pelo acompanhamento ao longo de minha "vida acadêmica" na UFGD.

Ao profº Jiani F. Langaro, pelo carinho, companheirismo em meio às inúmeras conversas e desabafos, através do "divã via aplicativo de mensagem". E, por conseguinte, pelos sucos, cafés e almoços em que discutíamos a (re)-estruturação da escrita da tese.

Ao Wallace e a Érica, pelo suporte e apoio quando necessário na secretaria do PPGH-UFGD.

Aos professores do PPGH, como um todo e, em especial, a Losandro A. Tedeschi e ao Paulo R. Cimó Queiroz.

À Ivanir, Flávia e Carlos, pelas atividades desenvolvidas no CDR/UFGD ao longo da feitura de diferentes projetos de doutorado e na disponibilização em especial dos acervos dos jornais impressos, uma das fontes históricas utilizadas na tese.

Ao servidor do MPF, Lucas C. Araújo, e aos servidores do MPE, especialmente aos da 11ª Promotoria de Justiça, pela rapidez em me dar acesso aos procedimentos administrativos, inquéritos civis, ações civis públicas, dentre outros documentos.

À profª Márcia R. R. Chuva, por ter se disponibilizado a ler meu trabalho e a ser membro titular externo. Agradeço pelo profissionalismo, competência e também pela atenção e carinho em meio aos e-mails.

Ao profº Yussef Daibert Salomão de Campos, por ter aceitado o convite em ser membro suplente externo.

À profª Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, pelas dicas e leituras.

À servidora municipal Kélen Cristine que, em 2016, junto à Câmara Municipal disponibilizou digitalizados os projetos e leis municipais referentes ao patrimônio histórico do município. Assim como os servidores Ariadna e Beto, na Secretaria Municipal de Cultura de Dourados.

À Marina de Souza Santos, pelas dicas, livros emprestados, cafés e "ouvidos dispostos".

À Taníssima e Cidíssima, coordenadoras da Escola Estadual Profº Alício Araújo pela compreensão, sensibilidade, estímulo e parceira ao longo de minha atuação na escola, concomitante a tese. Além de Maristela, secretaria da escola, pela audição de minhas lamúrias.

Ao Júlio César, colega de trabalho, amigo e militante que nas horas necessárias (e às vezes inapropriadas) com contatos de assessores de vereadores na Câmara Municipal e as discussões acerca dos tombamentos/registros do patrimônio cultural local.

À Lindinha, Rosiana Martins Barbosa Bezerra, pela presença e companhia constante em minha vida. Agradeço-a pela amizade e pela positividade em seus "conselhos", além da perseverança em nossa amizade.

À Andressa Tagliari, pelos encaminhamentos sábios e incomparáveis ao longo desta caminhada.

À Aline Holanda, pelas trocas de experiências, entre risos e lágrimas, bem como as caipirinhas que ainda virão...

À Sônia Couto Pereira, pela amizade, desde o mestrado. Mesmo de Minas Gerais acompanhou parte da labuta e dos percalços.

À Juliana Oliveira Magalhães Faqui, pelos encontros e desabafos em meio a cafés compartilhados.

Aos meus alunos e minhas alunas pelo impulso a dinamizar meu fazer histórico e minha vida profissional.

À vó Lurdita (Lourdes Couto), pelo incentivo, companhia e ensinamentos ao longo de momentos especiais.

À "dinda", Elizete Pedro, pela parceria, carinho e cumplicidade durante anos.

Ao vovô Márcio Benedito Barros, pela dedicação a Amábili, além do apoio, carinho e compreensão em meio a minha trajetória na PPGH/UFGD.

À Hamilton Romero e Roney Salina de Souza pelo chimarrão e terapia acadêmica. Que nossa amizade perdure.

À Fabiana Adelice, pelas inúmeras risadas, trabalhos realizados, ideias, músicas, cafés... pelo aconchego diante de reflexões sensatas.

À Adrielle Sobral, pelos ensinamentos e pela amizade construída ao longo de minha estadia em Dourados e no Mato Grosso do Sul.

À Sara Gracieli Wyrepkowski, pela amizade e pela proximidade mesmo distante. Gratidão pela sua contribuição ao longo da jornada, entre risos e desabafos.

À "deusa de ébano", dona Edneide, pelo caminho percorrido e por tantos momentos especiais que vivenciamos. Agradeço pelo carinho e compreensão.

À Luciana Rangel, pelo acompanhamento, afago e amparo em meio a minha trajetória de vida.

Ao Thiago, pelo amor e respeito, pela escolha em estar conosco e, sobretudo, pela parcimônia, sobretudo, na reta final desta tese.

À Ana Amábili, ser iluminado, que veio até mim nessa vida para me tornar uma pessoa melhor e a "mediar" meu empenho profissional.

À Vênus e ao Torresmo pela alegria incontrolável. E à Juli Elisabeth que veio através de um *insigth* para novamente nos alegrar e recompor nossa família.

RESUMO

Esta tese buscou analisar as representações e usos de patrimônio cultural na esfera pública em Dourados, entre 1984 e 2018, sendo utilizadas diversas fontes históricas, como legislação municipal, imprensa e ações civis públicas produzidas pelo Ministério Público Estadual. Ao longo de décadas observou-se o protagonismo do poder público, em especial, do Legislativo Municipal, e a participação de agentes institucionais e da sociedade civil organizada na seleção e legitimação de bens culturais eleitos como patrimônio histórico de Dourados. A elaboração de um Conselho Municipal específico à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental visou sistematizar as patrimonializações realizadas por agentes públicos, no entanto, gerou polêmica e disputas em meio a tentativas frustradas de tombamento e a indefinição da preservação das patrimonializações realizadas pelo poder público municipal. Após sua aprovação como Lei Complementar no início da década de 1990, houve um aparente silenciamento por parte do poder público municipal e a inatividade do Conselho Municipal até a intervenção do Ministério Público Estadual, em 2011. Diante da omissão do Município e das ações do Ministério Público a atuação do Conselho Municipal tem suas limitações e implicações no cenário político de Dourados. O Legislativo Municipal continuou elegendo aleatoriamente o patrimônio cultural local, mediante projetos de lei que se transformaram em leis municipais. Embora tenha sido utilizado como instrumento político que buscou a afirmação de determinados sujeitos, memórias e histórias locais, o patrimônio cultural local foi construído como derivação da cultura e de leituras restritas da própria cultura e, por sua vez, do patrimônio. Em Dourados, o patrimônio cultural local, contraditório e multifacetado, ainda é objeto de discurso e prática do poder público, de agentes/representantes que atribuem valores em nome da população.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Representações. Dourados.

ABSTRACT

This thesis sought to analyze the representations and uses of the cultural heritage in the public sphere in Dourados, between 1984 and 2018, using various historical sources, such as municipal legislation, press and public civil actions produced by the State Public Prosecution Service. Over the decades, it was observed the role of the public power, especially the Municipal Legislature, and the participation of institutional agents and the organized civil society in the selection and legitimation of cultural goods elected as Dourados historical heritage. The elaboration of a specific Municipal Council for the preservation of the historical, cultural and environmental patrimony aimed to systematize the patrimonializations carried out by public agents, however, it generated controversy and disputes amidst unsuccessful attempts of historical tipping and the indefiniteness of preservation of the patrimonializations carried out by the municipal public power. After its approval as a Complementary Law in the early 1990s, there was an apparent silence from the municipal government and inactivity of the Municipal Council until the intervention of the State Public Prosecution Service in 2011. Due to the omission of the Municipality and the actions of the Public Prosecution Service, the performance of the Municipal Council has its limitations and implications in the political landscape of Dourados. The Municipal Legislature continued to randomly elect the local cultural heritage through bills that became municipal laws. Although it was used as a political instrument that sought the affirmation of certain subjects, memories and local histories, the local cultural heritage was built as a derivation of the culture and restricted readings of the culture itself and, in turn, of the heritage. In Dourados, the contradictory and multifaceted local cultural heritage is still the subject of discourse and practice by public authorities, agents / representatives who attribute values in the name of the population.

Keywords: Cultural heritage. Representations. Dourados.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACED	Associação Comercial e Empresarial de Dourados.
ACP	Ação Civil Pública.
ADL	Academia Douradense de Letras.
ANC	Assembleia Nacional Constituinte.
ANPUH	Associação Nacional de História.
Arena	Aliança Renovadora Nacional.
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados.
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
CDR	Centro de Documentação Regional.
CEUD	Centro Universitário de Dourados.
CF88	Constituição Federal de 1988.
CI	Comunicação Interna.
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural.
COMID	Comércio de Máquinas e Implementos Douradense.
CPD	Centro Pedagógico de Dourados.
DAEX	Departamento de Apoio às Atividades de Execução do Ministério Público.
DEM	Democratas.
DINAPI	Direção Nacional de Propriedade Intelectual.
FCMS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.
FIP	Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural.
FUNCED	Fundação de Cultura e Esportes de Dourados.
GEAP	Grupo Evangélico de Ação Política.
IC	Inquérito Civil.
ICOM	Conselho Internacional de Museus.
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais.
IMAM	Instituto de Meio Ambiente de Dourados.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPLAN	Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
LEDA	Liga Esportiva Douradense de Amadores.
LOM	Lei Orgânica Municipal.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MinC	Ministério da Cultura.
MIPTCSD	Movimento Independente Pró-Tombamento do Clube Social de Dourados.
MP	Ministério Público.
MPE	Ministério Público Estadual.
MPF	Ministério Público Federal.
MTur	Ministério do Turismo.
NCD	Núcleo Colonial de Dourados.
OGU	Orçamento Geral da União.
PA	Procedimento Administrativo.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial.

PDC	Partido Democrático Cristão.
PDS	Partido Democrático Social.
PDT	Partido Democrata Trabalhista.
PFL	Partido da Frente Liberal.
PGM	Procuradoria Geral do Município.
PJDPHC/DD Dourados.	Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de
PL	Projeto de Lei.
PL	Partido Liberal.
PLC	Projeto de Lei Complementar.
PMD	Prefeitura Municipal de Dourados.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História.
PPI	Procedimento de Investigação Preliminar.
PPS	Partido Popular Socialista.
PR	Partido da República.
PRN	Partido da Renovação Nacional.
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor.
PSB	Partido Socialista Brasileiro.
PSC	Partido Social Cristão.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
SEGOV	Secretaria Municipal de Governo.
SEMAF	Secretaria Municipal de Agricultura Familiar.
SEMC	Secretaria Municipal de Cultura.
SEMSUR	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
SIMTED	Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação.
SMC-SP	Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.
SOCIGRAN	Sociedade de Ensino da Grande Dourados
STF	Supremo Tribunal Federal.
TJ/MS	Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
UEMT	Universidade do Estado de Mato Grosso.
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados.
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados.
94FM	Rádio 94FM Dourados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1.
O PROTAGONISMO DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL NAS PATRIMONIALIZAÇÕES EM DOURADOS 37

1.1 Os campos da História e o patrimônio cultural: questões preliminares. 37
1.2 A gestão compartilhada do patrimônio: o papel do município. 45
1.3 Entre decretos e leis municipais: a institucionalização do patrimônio local pelo poder público municipal. 53
1.4 O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados em dois contextos: 1990 e 2013. 64
1.5 A legislação municipal e as experiências de patrimonialização. 70

CAPÍTULO 2.
OUTROS SUJEITOS E OUTRAS PROPOSTAS: O PATRIMÔNIO LOCAL, A IMPRENSA E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA. 100

2.1. Disputas pelo patrimônio e representações políticas em âmbitos sociais diversos 100
2.2. A criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados na imprensa local 111
2.3. Os patrimônios eleitos: entidades civis, poder público e os usos políticos da cultura. 135
2.3.1. Árvores exemplares e pessoas ilustres. 137
2.3.2. O Clube Social e a tentativa frustrada de tombamento. 141
2.3.3. Uma política cultural e patrimonial imprecisa: o tombamento da Usina Velha e as indefinições na preservação. 158

CAPÍTULO 3.
O PODER PÚBLICO E O PATRIMÔNIO LOCAL COMO INSTRUMENTO DE DISPUTA. 180

3.1. O patrimônio repensado em tempos de crise. 180
3.2. O patrimônio cultural como direito difuso e coletivo. 188
3.3. Tombamentos e ausência de critérios. 195
3.4. A incompletude do patrimônio histórico-cultural e a judicialização. 200
3.5. O Conselho Municipal revisto. 217
3.6. Outros embates, polêmicas e indicações políticas. 222
3.7. A (re) construção do Conselho Municipal e sua atuação. 254

CONSIDERAÇÕES FINAIS 261
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 266
OBRAS CONSULTADAS 286
FONTES HISTÓRICAS 297
APÊNDICES 321

INTRODUÇÃO

> Trabalhamos sempre com a dúvida – mas não seria esse o mesmo sabor da tarefa do historiador? [1].

O fio condutor desta tese é o debate acerca de diferentes e, por vezes, conflitantes, representações e usos de patrimônio cultural na esfera pública em Dourados, entre 1984 e 2018. Ao longo de três capítulos, serão analisadas discussões e ações sobre o patrimônio cultural contidas em documentos oficiais do poder público municipal, representado pelo Legislativo e Executivo, na imprensa local através do jornal *O Progresso*, nos Inquéritos Civis (ICs) e nas Ações Civis Públicas (ACPs)[2] de que se valeu o Ministério Público Estadual (MPE) [3]. O recorte temporal e espacial deve-se a criação de leis municipais que instituíram bens culturais como patrimônio local, entre 1984 [4] e 2018 [5].

---

[1] GRINBERG, Keila. "Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários". In: PINSKY, Carla B. & LUCA, Tânia R. de (orgs.). *O historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009, p. 136.

[2] Como procedimento investigatório tem-se o procedimento preparatório (utilizado para instaurar uma investigação) e o inquérito civil. Este último é instaurado através de portaria e publicação de edital. De acordo com Mancuso, o inquérito civil, de utilização restrita do *Parquet*, é um procedimento administrativo, de caráter investigatório e utilizado como "base à propositura da ação civil pública". O inquérito civil requisita informações e documentos que servem a investigação. Pode ser utilizado como "triagem" das várias denúncias que chegam ao conhecimento do Ministério Público em que "as fundamentadas e relevantes tornam-se ações". As que "não tenham comprovação", arquiva-se e homologa-se no Conselho Superior do MP, mas não impedem, a propositura da ação pelos demais co-legitimados, como associações e sindicatos. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública:* em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. Lei 7347/85 e legislação complementar. 8ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 132. Em suma, *ação* é o direito inerente a toda pessoa (física ou jurídica) de exigir do Estado a solução de um conflito ou a defesa de interesses particulares ou coletivos, através do Poder Judiciário. A *ação civil pública*, assim, é uma modalidade de ação disciplinada pela Lei Federal nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, e por Hely Lopes Meirelles é considerada como "[...] instrumento processual adequado para reprimir ou impedir danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, protegendo os interesses difusos da sociedade. Não se presta a amparar direitos individuais, nem se destina à reparação de prejuízos causados por particulares pela conduta, comissiva ou omissiva, do réu". MEIRELLES, Hely L. *Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de injunção e Habeas Data.* São Paulo: Malheiros, 2010, p.152. Cf. ULIANA, Márcia B. ORTLIEB, Mayara R. BARBOSA, Lourdes O. C. BARBOSA, Rafael C. "Patrimônio cultural: reflexões e desdobramentos sobre experiências com extensão universitária". Trabalho apresentado e texto encaminhado para os anais do VI Seminário de extensão universitária da região centro-oeste, UFGD-UEMS, 2013 (publicado em 2015).

[3] Há ao final desta tese, um apêndice (A), em que constam informações sobre parte das ações civis públicas e os inquéritos civis utilizados.

[4] Lei nº 1.293/1984. "Tomba para o patrimônio histórico de Dourados as figueiras da rua Aniz Rasslen e Albino Torraca". Esta última não há mais, a figueira caiu, em 2007.

A problemática da tese configurou-se em três eixos que estão correlacionados e representam os três capítulos. O primeiro analisou como o poder público municipal não conseguiu assumir e definir políticas patrimoniais locais, embora tivesse iniciativas que buscaram pautar uma legislação específica para a temática, como a elaboração do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, na transição das décadas de 1980 e 1990. Deve-se esclarecer que a maioria das patrimonializações realizadas pelo poder público municipal relacionou-se a dois conjuntos de bens remissivos que demandam marcos históricos locais: a "ocupação não índia", desde o final do século XIX e início do século XX, e a "Marcha para o Oeste" na década de 1930, período em que Dourados já era município. Ambos referem-se a sujeitos e grupos sociais como "pioneiros" [6].

O segundo observou como outras instâncias da sociedade douradense, através da imprensa, se manifestaram acerca da construção do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e das disputas que contribuíram para a aprovação de outro Conselho, o Conselho Municipal de Cultura. Periódicos como o *Enfoque* e *O Progresso* noticiaram a contenda que envolveu culturas políticas[7] diferentes. A Câmara Municipal de Vereadores e as páginas dos jornais evidenciaram a tentativa de "racionalização" das patrimonializações realizadas pelo próprio Legislativo, destacando-se a atuação da vereadora e professora universitária Lori Alice Gressler. Ao mesmo tempo em que se insistia na manutenção de práticas e em legitimá-las através da representação político-partidária, buscava-se maior participação da população e de instituições da sociedade civil organizada. A cidadania,

---

[5] Lei nº 4.194/2018. "Tomba para o patrimônio histórico e cultural de Dourados, a estátua do presidente Getúlio Vargas e dá outras providências".

[6] A respeito da formação do povoado de Dourados entre fins do século XIX e início do século XX (1890-1935), entre os "pioneiros" eleitos que nomeiam ruas, praças, bustos e estátuas, há um debate estabelecido pela Comissão de Revisão Histórica de Dourados, a partir de 2013. As postagens e textos são feitas pelo presidente da comissão, o historiador Carlos Magno Mieres Amarilha, mas a comissão é composta por descendentes de famílias pioneiras. Em 2015, um relatório foi entregue ao poder público municipal sugerindo alterações em datas e símbolos oficiais.

[7] De acordo com Motta o conceito de cultura política tornou-se moda em meio à influência do paradigma culturalista utilizado para a compreensão de processos históricos. Foi apropriado efetivamente por historiadores, sobretudo os franceses, a partir do chamado retorno da (o) política (o) nos anos 1980 e 1990. Para o historiador, a cultura política tem ocupado um papel chave na renovação de abordagens de diversas disciplinas da historiografia brasileira. Esse texto foi publicado originalmente na coletânea organizada pelo próprio autor em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *Culturas Políticas na História*: novos estudos. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37. Disponível em <https://www.academia.edu/23368211/Desafios_e_possibilidades_na_apropriacao_de_cultura_politica_pela_historiografia>. Acesso em 01 maio 2019.

reconstruída em conjunto com a redemocratização brasileira, demonstrava limites, concepções e usos do patrimônio, em especial, como instrumento de disputas políticas entre agentes dentro e fora da Câmara Municipal de Vereadores. Entre 1984 e 2018, *O Progresso* publicou notícias, manchetes e editoriais em defesa de determinados "patrimônios históricos". Assim, denunciou e reivindicou ações do poder público municipal para a cultura, tornando-se um agente que militou pela cultura local e em alguns momentos pelo patrimônio histórico.

O terceiro capítulo compreendeu procedimentos de cobrança e fiscalização do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul (MPE) de leis aprovadas, nas últimas quatro décadas, em diferentes gestões político-administrativas, o que gerou a instauração de Inquéritos Civis e Ações Civis Públicas, em especial, as arroladas entre 2011 e 2015, com "obrigações a fazer" e com sanções judiciais ao poder público municipal em caso de "desobediência". Além disso, não se pode esquecer a atuação, ainda em curso, do Ministério Público Federal (MPF), via Inquérito Civil Público, que apura o estado de conservação dos sítios históricos das Estações Ferroviárias de Itahum, Ministro Pestana e Presidente Dutra[8].

Da omissão do poder público municipal à atuação do Ministério Público observou-se a participação ínfima da população douradense no tocante ao patrimônio cultural local. Após o encerramento das Ações Civis Públicas, outras patrimonializações foram realizadas, sobretudo, entre 2017 e 2018, novamente pela Câmara Municipal de Vereadores. Neste sentido, o Executivo e o Legislativo deram continuidade às práticas municipais de patrimonialização existentes desde os anos 1980, utilizando-se de uma cultura política estabelecida pelo Legislativo, relegando ao patrimônio cultural local uma leitura superficial e enviesada diante de sua amplitude e complexidade, ignorando a atuação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, assim como a crescente produção acadêmica, as legislações nacionais e estaduais. À revelia, registros e tombamentos foram instituídos por meio de

[8] No MPF o objeto de investigação foi além do prédio da Estação Ferroviária localizada no distrito de Itahum, patrimonializada pelo Legislativo Municipal, em 1996, abrangendo outras estações da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil, no município de Dourados. Em específico, sobre a Estação Ferroviária de Itahum. Conferir o trabalho de iniciação científica de Débora Bethânia Faustino do Nascimento. (NASCIMENTO, Débora Bethânia Faustino do; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó). "A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Itahum: implantação e transformações (1947-1956)". *Relatório de Iniciação Científica.* 2014. PIVIC/CNPq/UFGD 2013-2014. CDR, 24pp.

leis municipais em conjunto com a concessão de títulos honoríficos e homenagens a determinados sujeitos e grupos sociais.

Como constructo social, o patrimônio é utilizado de maneira variável, de acordo com o tempo, como um semióforo. O presente é onipresente na temporalidade contemporânea dominada pelo presentismo num regime de historicidade adotado pós-1989. No presentismo, tanto o futuro quanto o passado é apropriado em função do presente, não de maneira automática e isento de incertezas e inquietudes. A história, entre outros aspectos a ela relacionados, como a memória e a identidade, é convocada a servir de suporte do patrimônio cultural em diferentes circunstâncias e, como pontuado por François Hartog, em momentos de crise da ordem do tempo [9]. De acordo com Reis, para o historiador francês,

> [...] a percepção patrimonial presentista não é "passeísta": é o presente que quer dar visibilidade a certo passado apropriado por ele [...] O passado histórico se submete às normas pós-modernas e só as fachadas são conservadas [...] As ruínas do passado são adaptadas à vida presente e, no futuro, serão semióforos duplicados [10].

Em nome de uma noção de patrimônio histórico vinculado à materialidade e antiguidade, visualizada por meio das ruínas[11], a Usina Senador Filinto Muller, conhecida como Usina Velha [12], ao longo dos anos foi noticiada pela imprensa local. O retorno ao antigo, por meio das ruínas visíveis do prédio, evidencia as relações entre história e memória, entre passado e presente. Através das ruínas, evoca-se um passado

[9] HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

[10] REIS, José C. "O tempo histórico como 'representação intelectual'". In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012, p.60.

[11] MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício.* Neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. 2000. 360f. Tese (Doutorado em Arquitetura) Unicamp, Campinas.

[12] A Usina Senador Filinto Muller foi construída quando Dourados ainda pertencia ao Território Federal de Ponta Porã (extinto em 1946). As obras que se iniciaram entre 1944 e 1945 compreendiam não só a usina, mas também a carpintaria, a serraria e a oficina mecânica. Sobre a intitulada "Usina Velha" além do projeto de lei, há uma ação civil pública específica que analisaremos no capítulo 3. A "Usina Filinto Muller como patrimônio histórico-cultural douradense" já foi objeto de estudo de uma dissertação de mestrado do curso de História: PINTO, Maiara L. *Da usina termoelétrica senador Filinto Muller à usina velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense.* 2015. 183f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados. Outros trabalhos acerca da Usina Velha são referenciados: CARVALHO, Analina F. de. *A Usina Termelétrica Senador Filinto Muller: História e patrimônio cultural (1940-2003).* Monografia (Especialização em História). UFMS, Dourados, 2003. CDR. 90pp. E, também desta autora "Memória de Pioneiros: a Usina Filinto Muller". *Relatório de Iniciação Científica*. UFMS, Dourados, 1999. CDR. 27pp.

num presente, uma espécie de "revivificação", que ocorre de acordo com as necessidades do momento em que é revivida.

Ao mesmo tempo, apenas determinadas ruínas são eleitas para tal fim. Como apontou Menegello, "a ruína é, em si, um modo de conhecer o passado". As ruínas habitam simultaneamente o passado e o presente, unindo-os[13]. Deste modo, a Usina Velha é fruto de atribuição de valores e sentidos, seja ela ligada a ideia de "velho" e "antigo", ou mesmo, aos restos daquilo que foi, em décadas atrás, uma usina termoelétrica. Entre as inúmeras propostas elaboradas em diferentes gestões político-administrativas para sua preservação e revitalização, desde o tombamento em 1991[14] até a finalização desta tese, em 2019, não houve consenso e pouco foi feito pelo poder público municipal, mesmo após a intervenção do Ministério Público Estadual, em momentos distintos, entre 1999 e 2018.

Foi por meio das ruínas da Usina Velha que determinados sujeitos e grupos sociais deram vazão a sua importância para a história e a memória da cidade de Dourados, referenciadas pelo jornal *O Progresso*. O periódico fez críticas ao descaso do poder público municipal e, de certo modo, à sua ineficiência para com as políticas patrimoniais. Através de suas páginas foram denunciadas práticas e reivindicações específicas. Entre os usos e os valores atribuídos às ruínas da Usina Velha, sentidos e significados foram construídos.

Ao longo dos anos, inúmeros tombamentos e registros foram, e continuam sendo, realizados pelo poder público municipal, não pelo risco de perda ou ameaça de desaparecimento, mas pela afirmação de determinados sujeitos e grupos sociais através de discursos e práticas culturais vividas, construídas e reelaboradas. De acordo com Possamai, "[...] é na elaboração de enunciados discursivos que se expressam as disputas em torno da atribuição de valor a determinado objeto cultural[15]". Vale considerar que as representações de patrimônio foram construídas por agentes como a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal de Vereadores, a imprensa, entidades culturais,

[13] MENEGUELLO, Cristina. Op. Cit. p.92-93.
[14] Lei nº 1.694/1991. "Fica tombado para o patrimônio histórico municipal o prédio da antiga Usina Filinto Muller, desta cidade". Na respectiva lei além da desapropriação de uma área de 12.222m^2 caberia ao poder público municipal transformar o prédio em museu de Dourados.
[15] POSSAMAI, Zita. R. "O Patrimônio e o conhecimento histórico" In: *Ciências e Letras* Revista da Faculdade Porto-alegrense de Educação Ciências e Letras. Porto Alegre, nº27, jan./jun. de 2000, p. 17.

Ministério Público – Estadual e Federal -, dentre outros, num campo de debates sobre o patrimônio cultural local.

Para tanto, os motivos que impulsionaram a elaboração do projeto de pesquisa para o doutorado em História e que desencadearam a escrita desta tese são resultantes de experiências acumuladas que influenciaram "pensar[16]" a cidade de Dourados/MS. Como docente, no ensino superior, questões relacionadas à pesquisa, o ensino e a extensão estiveram presentes. O patrimônio cultural e a cidade foi objeto de investigação num projeto de extensão no curso de História, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) [17].

Cabe lembrar que, a relação entre patrimônio cultural e cidade não ocorreu por acaso ou coincidência, pois foi construída pela "publicização" do patrimônio cultural como elemento importante para o desenvolvimento turístico, pelo crescente interesse pelo estudo das cidades, pelas "diversas definições" no interior de áreas do conhecimento acadêmico ou como constructos culturais que envolveram interesses políticos, sociais e econômicos. De certo modo, alguns temas nos levaram a delimitar objetos de pesquisa por determinadas demandas de nosso tempo. Aqui, não foi diferente.

Como bem pontuou Le Goff, recorrendo a Marc Bloch, "[...] o tempo é o meio e a matéria concreta da história [18]" e "a história, ciência do tempo e da mudança coloca a cada instante delicados problemas para o historiador[19]". Desta forma, o projeto de extensão, realizado entre 2011 e 2012, teve como fontes históricas as notícias de jornais

[16] REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010, p.12.

[17] Do projeto de extensão, "Patrimônio cultural e políticas públicas: problematizando discursos e práticas em Dourados/MS", entre 2011 e 2012, produzimos artigos e apresentamos trabalhos em eventos científicos, tais como: ULIANA, Márcia B. ORTLIEB, Mayara R. BARBOSA, Lourdes O. C. "Patrimônio cultural em Dourados: experiências entre extensão, ensino e pesquisa". In: Anais ENEPE (mídia digital, formato *on line*). 3º Encontro de Ensino de Graduação; 5º Encontro de Pós-Graduação; 6º Encontro de Iniciação Científica; 6º Encontro de Extensão. Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza. UFGD. Dourados, 22 a 24 de out. 2012. Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/eventos/anais/enepe/trabalhos/patrim%C3%94nio_cultural_em_dourados_-_experi%C3%8Ancias_entre_extens%C3%83o,_ensino_e_pesquisa.pdf>. ULIANA, Márcia B. ORTLIEB, Mayara R. BARBOSA, Lourdes O. C. BARBOSA, Rafael C. "Patrimônio cultural: reflexões e desdobramentos sobre experiências com extensão universitária". Trabalho apresentado e texto encaminhado para os anais do VI Seminário de extensão universitária da região centro-oeste, UFGD-UEMS, 2013 (publicado em 2015). Contamos com colaboradores e com uma bolsista para as várias atividades que compuseram o projeto. O projeto de extensão permitiu-nos trabalhar com pesquisa e ensino e produzir propostas de atividades com o patrimônio local, em especial, no ensino de história de educação básica municipal e estadual. Além disso, possibilitou-nos entrar em contato com diferentes fontes históricas, entre elas, os jornais impressos e as ações civis públicas.

[18] BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.24.

[19] Idem, ibidem.

impressos e as Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Estadual. O patrimônio cultural da cidade de Dourados foi objeto de análise tanto no projeto de extensão quanto nas ACPs, que começaram a tramitar no período em que o projeto foi proposto e iniciava a sua execução. No entanto, as Ações Civis Públicas se estenderam pelos anos seguintes, ao contrário da execução do projeto de extensão, que ocorreu ao longo do ano de 2012.

A atuação do Ministério Público Estadual, em defesa do patrimônio cultural como direito difuso e coletivo[20], e o desempenho da imprensa através de reivindicações ao patrimônio histórico douradense, foram decisivos para a construção de um projeto de doutorado que pudesse compreender a participação do poder público municipal na elaboração de políticas patrimoniais e, ao mesmo tempo, a omissão deste em executá-las. Entre controvérsias e impasses, a omissão foi investigada pelo Ministério Público Estadual e, em alguns momentos, divulgada pela imprensa local, como no jornal *O Progresso*.

Tais instrumentos administrativos do Ministério Público, as Ações Civis Públicas e os Inquéritos Civis, tornaram-se fontes históricas significativas na composição desta tese, embora não sejam as únicas utilizadas. Para tanto, lançaram o desafio de dialogar com questões do âmbito jurídico e, em especial, com o Direito. Em resumo, como dito anteriormente, o projeto de extensão não apenas colaborou para a proposta e escrita de um projeto de doutorado, mas inaugurou um percurso importante da pesquisa em História pela área do Direito e das práticas jurídicas.

Ao dialogar com o Direito, foi essencial "pensar" situações como o "desafio historiográfico", sugerido por José Carlos Reis [21]. A problematização necessita de um movimento contínuo na tentativa de compreender um objeto de pesquisa em suas amplas relações com outras áreas não reduzindo quaisquer considerações em si mesmas. Ao lidar com problemas e suas possíveis respostas, dúvidas inerentes ao trabalho do

[20] De acordo com Blank, a Constituição Federal de 1988 compreendeu a existência de uma terceira espécie de bem, a existência de um bem de uso comum do povo, ou seja, que não é público, tampouco privado. Trata-se de acautelar interesses pertencentes ao gênero humano, concebidos no direito transindividual. Neste sentido, o patrimônio cultural é apenas um exemplo do que se considera como direito difuso e coletivo. BLANK, Dionis Mauri Penning. "Dimensão coletiva do patrimônio cultural: questões legais e doutrinárias". *Contribuciones a las Ciencias Sociales.* Diciembre 2014. Disponível em <http://www.eumed.net/rev/cccss/30/bens-culturais.html> Consultar também: FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O direito à memória*: a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural brasileiro. 1995. 188 fls. Dissertação (Mestrado em Direito). UFC, Fortaleza.

[21] REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: EdUFGV, 2010, p. 12.

historiador permearam a pesquisa conduzida pela ideia de "historiador-detetive", em que não basta "desvendar um caso ou um crime", mas compreender o processo que o envolve. Para Grinberg,

> [...] uma investigação bem-sucedida não é igual a caso encerrado: tão importante quanto desvendar o caso e extrair dele todas as informações possíveis e disponíveis, é ter a sensibilidade de perceber onde estão as ausências, os pontos obscuros, as entrelinhas. E buscar suprir o silêncio, na medida do possível, com outras informações e documentos, fazendo as devidas – e as possíveis – inferências[22].

Ao analisar os processos-crime, a autora trouxe elementos importantes para a compreensão da "natureza" destas fontes históricas utilizadas pelos historiadores nas últimas décadas do século XX. Assim como os processos-crime, outros documentos, oficiais ou não, são utilizados como "matéria-prima" para a configuração de objetos de estudo, com recorte espacial-temporal específico. Neste contexto, para estudos na área de História, o caso não está finalizado após o encerramento do processo criminal ou de seu arquivamento.

Com relação à imprensa, Cruz analisou as redes de comunicação e os impressos dos movimentos sindicais e populares dos trabalhadores em São Paulo, entre os anos de 1970 e 1990, para compreender a imprensa como uma "força ativa da História". De acordo com a autora:

> [...] a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas, muito frequentemente, é ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, com diagnósticos do presente, e afirma memórias que pretendem articular as relações presente/passado e as perspectivas de futuro[23].

As considerações possibilitaram analisar o papel desempenhado pela imprensa em Dourados. Além disso, a atuação do poder público municipal, Executivo e Legislativo, também foi destaque, não apenas na imprensa, mas ao buscarem

[22] GRINBERG, Keila. "Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários". In: PINSKY, Carla B. & LUCA, Tânia R. de (orgs.). *O historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009, p. 137.
[23] CRUZ, Heloisa de F. "Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990". *Projeto História.* São Paulo. PUC/SP, nº 48, s/p, dez. 2013.

estabelecer, com base em legislação específica, o que se compreendeu como patrimônio para a cidade e o município de Dourados.

A historiadora Ângela de Castro Gomes, ao fazer um "reconhecimento formal da necessidade de uma legislação que regule determinados aspectos das condições de trabalho [...][24]", analisou investimentos da burguesia comercial e industrial na elaboração da legislação social[25], sendo que o discurso e a prática dos setores econômicos não se estruturaram independentemente do restante de suas práticas sociais. Deste modo, ao se analisar as relações sociais, políticas e econômicas de Dourados, a legislação municipal acerca do patrimônio local não se fez do nada e nem foi mero reflexo da sociedade. Tornou-se parte integrante dos confrontos e das disputas entre sujeitos e grupos sociais que se utilizavam da legislação, assim como, de outros instrumentos materiais ou simbólicos, para agir e atuar na cidade, seja a favor de interesses públicos ou privados.

Cabe frisar que entre "usos" e "abusos" do patrimônio, Hartog afirmou que não se pode ocultar que a noção de patrimônio "tem historicidade", pois "[...] ela não ocorreu em todos os lugares, nem em todos os tempos, nem da mesma maneira [26]". Considerando a difusão do conceito de patrimônio, autores como Guimarães compreendem que "o termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso" [27]. Para Chuva [28], não há uma única noção de patrimônio cultural e não se trata de descobrir uma noção verdadeira, mas compreender os motivos, os interesses, os sentidos produzidos e que envolvem o patrimônio cultural.

O termo patrimônio cultural foi adotado em meio a variações de contextos histórico, artístico, histórico-cultural, ambiental, natural, dentre tantos. Como apontou Choay, o patrimônio "tornou-se uma palavra-chave da nossa sociedade mundializada". Porém, "[...] a despeito de um aparente consenso e de uma monossemia postulada, o

[24] GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p.187.
[25] Idem, p.195.
[26] HARTOG, François. 2014. Op. Cit. p. 196.
[27] GUIMARÃES, Manoel L. S. "História, memória e patrimônio". In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012, p.99.
[28] CHUVA, Márcia. "Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil". In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012, pp.147-167.

conteúdo da noção está longe de estar clara[29]", todavia, necessitando "descobrir o seu estatuto antropológico [30]".

Em Dourados, num cenário de configuração de significados do patrimônio cultural, a Lei Complementar nº 02/90 o ampliou como "histórico, cultural e ambiental". Na imprensa, geralmente, foi veiculado como patrimônio histórico. Nas Ações Civis Públicas, o MPE referiu-se ao "histórico" e "histórico-cultural". Além da opção por uma ou outra terminologia, as denominações expressavam como entender, interpretar, utilizar e atribuir valor.

Como afirmou Chagas, é preciso reconhecer que o patrimônio cultural não é um dado, "[...] mas uma construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos, permite avançar em direção à sua dimensão política, econômica e social; permite compreendê-lo como espaço de luta e disputa, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses [31]". Assim como foi apontado por Chuva, a "[...] área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social [32]". Neste sentido, "a noção de patrimônio cultural tornou-se maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas nem sempre harmoniosas ou coerentes entre si [33]".

É necessário não apenas dizer o que é ou não é patrimônio cultural, envolto num campo conceitual que vem sendo academicamente construído[34], mas compreender

[29] CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*: antologia pelo combate. Lisboa: Edições 70, 2009, p.11 e 12.

[30] A noção patrimônio cultural, lançada na França, no final dos anos de 1950, ocorreu pela antropologização do patrimônio, a partir da noção de cultura. O termo e a noção patrimônio, inflacionados, por vezes, são utilizados visando substituir o uso, desde o século XIX, de monumento e monumento histórico, ou então são fundidos e confundidos sob o nome de patrimônio. Cf. CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*: antologia pelo combate. Lisboa: Edições 70, 2009. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* 4ªed. São Paulo: Estação Liberdade:UNESP, 2006.

[31] CHAGAS, Mário. "Cultura, patrimônio e memória". In: *Patrimônio e Educação - Ciências e Letras*. Revista Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, jan./jun. de 2002, p. 17.

[32] CHUVA, Márcia. 2012. Op. Cit. p. 152.

[33] Idem, ibidem.

[34] Observamos no interior dos cursos de licenciatura e bacharelado em História da UFGD o oferecimento de diferentes disciplinas, em que o patrimônio cultural está relacionado, tais como: "Estágio supervisionado II e III", "Estágio curricular de bacharelado", "Ensino de História II", "Patrimônio Cultural: material e imaterial", "Turismo e patrimônio cultural" e "Projetos de ensino e pesquisa em História". Embora ainda muito recente e apresentada de maneira bastante ampla, conforme afirmou PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural:* consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009, p.17, vale destacar a construção de inventários, a realização de eventos e projetos de extensão, estágios supervisionados, mini-cursos, artigos científicos, etc. Conferir também: POSSAMAI, Zita; GIL, Carmem.

a ampliação de sua noção através da Constituição Federal de 1988 (CF88) [35] e de outros mecanismos legais e sociais. Todavia, incluem-se as legislações estaduais e as leis orgânicas de municípios, como instrumentos de adequação de interesses e condições específicas à CF88. Ao longo deste trabalho, em especial, os interesses se deram pelo patrimônio cultural e as especificidades delegadas aos municípios.

As iniciativas do poder público em Dourados e de sujeitos ou grupos sociais interessados pela temática como a Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (FUNCED), hoje Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), o Grupo Literário Arandu e a Academia Douradense de Letras (ADL) e, por vezes, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), em parte, contemplaram o estabelecido pela CF88. Embora a CF88 e a Lei Orgânica do Município (LOM), aprovada no início dos anos 1990, tenham "oficializado" e "alargado" a noção de patrimônio cultural, incluindo não apenas os bens materiais edificados, mas os de natureza imaterial, a dinamicidade e a pluralidade que foi proposta ainda é motivo de tensões e dilemas. Em instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável há décadas por gerir, em grande parte, o patrimônio "histórico e artístico" nacional, o patrimônio cultural ainda é um desafio a ser colocado em prática, mesmo com alguns avanços nos últimos anos. Vale frisar que o IPHAN é consultado pelas prefeituras municipais em processos de tombamento, como ocorreu, em casos específicos, em Dourados.

Em outras palavras, o patrimônio cultural não esteve relacionado apenas ao constructo legal do poder público municipal ou da fiscalização exercida pelo Ministério Público. Notícias, manchetes e editoriais foram observados nas páginas dos jornais quando das disputas pelo "tombamento" e delimitação do "patrimônio histórico", evidenciando tensões resultantes de memórias, histórias e posições sociais e políticas. O patrimônio cultural foi e ainda é instrumento de disputa de determinados sujeitos ou grupos sociais, algo presente na imprensa local que divulgou um campo de embates

---

"Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações". *Mouseion.* Canoas, v.19, p.13-26, 2014. E, POSSAMAI, Zita. "O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio". *Anos 90.* Porto Alegre, v.25, n.48, p. 23-49, dez. 2018.

[35] CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. *A dimensão política do patrimônio cultural na Constituinte de 1987-1988*. 2015. 242f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

variados em que se acrescentou a especulação imobiliária e a inter-relação entre público e privado.

Nesta tese, propõe-se uma análise do patrimônio cultural multifacetado, buscando entendimentos conceituais. Ademais, em sua complexidade, o patrimônio cultural é definido entre a esfera pública e privada, que elabora representações e práticas de sujeitos e grupos locais específicos com representatividade no poder público municipal em diferentes administrações político-administrativas, nas promotorias do MPE e nas páginas dos jornais impressos.

Antes de tudo, considerar fontes históricas como produções humanas que não estão isentas de neutralidade, pois apontam para lacunas, silenciamentos e exaltações, bem como, "mapear a sua feitura", são passos importantes que não encerram o estudo do historiador, que exige a comparação dos materiais diante das problemáticas eleitas na pesquisa. Dito isso, é válido ressaltar que as questões lançadas para a construção da tese foram baseadas no nosso "saber fazer", desde o desenvolvimento do projeto de extensão até a apresentação deste texto.

Considerando as relações entre as esferas públicas e privadas que esta tese exige para compreender o patrimônio cultural, a partir da perspectiva de Habermas [36], conforme destacado por Cristiana Losekan[37], a esfera pública não está desconectada da esfera privada. Para Habermas, de acordo com Losekan:

> a esfera pública capta e realça as temáticas existentes na esfera privada, problematizando-as e trazendo-as para o debate público. A esfera privada, por sua vez, incorpora os debates e agrega informações que influenciam na vida cotidiana e possibilitam refletir sobre a mesma. Também não é o *conteúdo* das temáticas que separam as esferas. Habermas escreve que as *condições de comunicação modificadas* que as diferenciam. Ou seja, não existe *a priori* definido: os temas que são privados e os que são públicos. O que determina a passagem de um tema privado para uma esfera pública é a capacidade dos autores articularem tal temática num debate que se mostre relevante para o interesse geral. Os problemas gerados pela sociedade são perceptíveis na vida cotidiana, nas histórias de vida de cada um. Desta forma, na medida em que os problemas são captados e tematizados na esfera privada, logo poderão ser incorporados nos debates públicos e encaminhados ao sistema político como demanda

[36] HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública:* investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo:UNESP, 2014.
[37] LOSEKAN, Cristiana. "A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades deste conceito no contexto brasileiro". *Pensamento Plural.* Pelotas [04]: 37-57, janeiro/junho 2009.

> política a ser atendida. Segundo Habermas: as associações da sociedade civil 'formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses pessoais [...]'[Entretanto] [...] não necessariamente a possibilidade de entrar no debate, produzir demandas, endereçá-las ao sistema político até influenciar na agenda formal do Estado, significa que estas demandas serão cumpridas pelos agentes políticos e/ou corresponderão aquilo que almejam estes grupos da sociedade civil [38].

Ao pensar as representações de patrimônio cultural em Dourados, produzidas por diversos agentes políticos e sociais, a representatividade de interesses privados na esfera pública é vislumbrada. Na atuação do poder público municipal e do MP, sujeitos e grupos se colocaram como representantes do público. A imprensa refletiu isso. *O Progresso* esboçou a "opinião pública" da sociedade civil na qual não apenas se inseriu, mas se disse porta-voz e representante. Por meio de suas páginas, pressionou ou influenciou decisões do poder público municipal em relação às políticas patrimoniais.

Vale lembrar que, por vezes, os agentes públicos foram investidos da tarefa de representar e defender o público. O patrimônio cultural foi considerado como "da cidade", de "Dourados" ou dos "douradenses" como um direito difuso e coletivo, sendo a esfera pública flexível e policêntrica. Vários membros competiram pelo consentimento, buscando equilíbrio de poder e interesses tendo como referência discursos e práticas realizadas em âmbito estatal [39].

Ao analisar o patrimônio cultural, a noção/conceito de representação "[...] veio designar, praticamente, por si mesmo, a nova História Cultural" [40], conforme apontou Roger Chartier. Mas isso não quer dizer que seu uso seja consenso na História Cultural ou exclusivo a ela. O trânsito da produção de historiadores que tratam das representações em várias áreas do conhecimento retrata a interdisciplinaridade com que a noção é debatida. As propostas teórico-metodológicas lançadas por Chartier estabelecem diálogos com a sociologia, a filosofia, a literatura, a linguística, a comunicação social, a educação, entre outras áreas.

---

[38] Idem, p.43 e p. 52.
[39] HABERMAS, Jurgen. Op. Cit. p.63.
[40] CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo.* (trad. Cristina Antunes), 2ªedição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.49. Noção e conceito aparentam ser equivalentes na tradução da presente obra, ora se utiliza "noção" ora "conceito" de representação. Neste momento, não buscaremos aprofundar uma discussão a esse respeito.

Além disso, Serge Moscovici nos traz aspectos interessantes para pensar as representações sociais, ainda que o diálogo entre a história e a psicologia no tocante às representações sociais seja tímido[41]. Entretanto, se faz não só necessário, mas fundamental, conforme Carvalho e Arruda, "[...] o diálogo entre a história e a teoria das representações sociais" nas "fronteiras em que a proximidade é mais visível, nas reflexões que tratem de memória, identidade e alteridade"[42], em que se insere o patrimônio cultural.

Para Moscovici, "em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos"[43]. O autor defende que a representação social deve ser encarada "tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura" [44]. Na relação sujeito e sociedade o indivíduo é visto como um ser pensante e atuante. Deve-se considerar a dimensão social presente nos atos individuais.

As representações sociais são produzidas e apreendidas nas relações sociais cotidianas. Os processos de ancoragem e objetivação geram as representações sociais. De modo geral, através da ancoragem tornamos familiar o conceito ou o objeto e a objetivação dá concretude a estes. Ao "ancorar", segundo Moscovici, observa-se que, "de fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes" [45]. Ao "objetivar", as palavras tornam-se objetos e esta transferência, como uma espécie de metamorfose, ocorre através das representações [46]. Para o autor,

> cada cultura possui seus próprios instrumentais para transformar suas representações em realidade [...] nós não apenas imaginamos um objeto, mas criamos, em geral, uma imagem com a ajuda do objeto

[41] CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. "Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário". *Paidéia*, 2008, 18(41), p. 447. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a03.pdf >
[42] Idem, p. 453.
[43] MOSCOVICI, Serge. 1978, p. 26. Apud CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. *APRENDER* - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação Vitória da Conquista. Ano II n. 2, 2004, p, 109. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/3792/pdf_121>
[44] Idem, p.106.
[45] MOSCOVICI, Serge. "O fenômeno das representações sociais". In: *Representações sociais*: investigação em psicologia social. 8ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 62.
[46] Idem, p.75.

> com o qual nós os identificamos. Nenhuma cultura, contudo, possui um instrumento único, exclusivo. E devido ao fato de que nosso instrumento está relacionado com os objetos, ele nos encoraja a objetivar tudo o que encontramos. Nós personificamos, indiscriminadamente, sentimentos, classes sociais, os grandes poderes, e quando nós escrevemos, nós personificamos a cultura, pois é a própria linguagem que nos possibilita fazer isso" [47].

Para tanto, analisar as representações de patrimônio cultural em Dourados demanda visualizar discursos e práticas de determinados sujeitos e/ou grupos que atuaram nas políticas patrimoniais sem, contudo, "tocar" diretamente a todos. Como apontou Fonseca, o Estado delega tradicionalmente aos intelectuais essa função e apenas recentemente o patrimônio foi utilizado como objeto de direitos de grupos antes sem voz [48]. Sendo assim, o patrimônio cultural se constituiu por discursos e práticas muito restritos e vinculados à materialidade, a estética e a historicidade de personagens, fatos e momentos específicos da história e da arte brasileira.

Para Castriota, dentre a gestão do patrimônio há três modelos teóricos: a preservação[49], a conservação[50] e a revitalização[51], que corresponderiam a momentos

---

[47] Idem, p.76.

[48] FONSECA, Maria Cecília Londres. "Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio". In: IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. nº 02, 2001, p.114. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf pp.111-120>

[49] No tocante a preservação a concepção de patrimônio é restrita e limitada ao arquitetônico. Os critérios para a escolha são a excepcionalidade juntamente ao valor histórico e/ou estético. O marco legal, geralmente é vinculado às práticas de tombamento. Há o predomínio do protagonismo do Estado. E os profissionais geralmente arquitetos e historiadores. Cf. CASTRIOTA, Leonardo B. "Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas". *Fórum patrimônio*: amb. constr.e patr. sust., Belo Horizonte: v.1, n1, set./dez. 2007, pp.09-31.

[50] Em relação à conservação, após a 2ª Guerra Mundial, a concepção de patrimônio foi ampliada e modificada trazendo a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado. Houve a contribuição significativa da Antropologia, em especial, pela cultura vista como um processo. Em outras palavras, o bem cultural apresentaria uma significação cultural. Neste sentido, o patrimônio ambiental urbano incorporou grupos de edificações históricas, à paisagem urbana e os espaços públicos. Como marco legal das políticas de patrimônio foi à ideia das áreas de conservação. O Estado ainda atuava como protagonista, mas sua ação esteve ligada a parte integral de um processo de planejamento urbano. Somaram-se aos arquitetos e historiadores os planejadores urbanos. Cf. CASTRIOTA, Leonardo B. Op. Cit. 2007.

[51] Outro modelo teórico vinculado à ideia de revitalização/reabilitação dos centros históricos é baseado em traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento que partem de áreas conservadas. Para Castriota (2007) a mudança está não necessariamente na concepção de patrimônio e no objeto visado, mas nos atores envolvidos e nas ações. Isto é, o Estado passa a articular projetos de desenvolvimento para as áreas a serem preservadas/conservadas/revitalizadas. Como marco legal, não basta apenas demarcar áreas de conservação, mas articular os planos de desenvolvimento para estas áreas, pressupondo uma série de medidas administrativas e um complexo instrumental legal para responder a essa nova situação. Entre o Estado e a sociedade civil há uma poliarquia de atores, segundo Castriota. Dentre a pluralidade de atores, sujeitos como administradores e gestores são introduzidos na formulação e gestão das políticas de patrimônio. Cf. CASTRIOTA, Leonardo B. Op. Cit. 2007.

específicos da trajetória das políticas do patrimônio. Cada modelo teórico pressupõe cinco parâmetros básicos: a concepção de patrimônio, o tipo do objeto visado, o marco legal, os atores envolvidos e suas ações, e os tipos específicos de profissionais envolvidos em cada um desses modelos. Para ele, no Brasil, tem predominado o modelo de preservação, "[...] não se consolidando ainda a perspectiva da conservação integrada ou da revitalização, ao não se conseguir integrar de fato a dimensão urbana nas políticas de patrimônio [52]".

Ainda, para o autor, grande parte das dificuldades deve-se a um "duplo impasse": "[...] a não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais [53]". O conceito perpassa pelo debate da cultura, agregando materialidade, imaterialidade e o natural, configurando um patrimônio multiplicado e, ao mesmo tempo, multifacetado, controverso, conflitante, diversificado e democrático, conforme a CF88. Todavia, reconhecê-lo e aplicá-lo seria um desafio ao se pensar as políticas patrimoniais vislumbradas pelo poder público municipal desde o final da década de 1980.

A imprecisão teórica gera sérias controvérsias e consequências na escolha das estratégias para políticas do patrimônio. Assim, Castriota entende que "são inúmeros os problemas advindos desta imprecisão, que deriva, a nosso ver, do uso simultâneo desses três modelos, sem que se tenha clareza sobre o campo, a abrangência e as ações pressupostas em cada um deles[54]". Ao mesmo tempo, o autor destaca que:

> [...] a teoria atual do patrimônio coloca o próprio patrimônio – enquanto campo e atividade social – no centro de suas investigações, examinando primeiramente como se processam e se fundamentam suas escolhas que conformam o *corpus* desse campo. O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. Assim, as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros

[52] CASTRIOTA, Leonardo B. "Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas". *Fórum patrimônio*: amb. constr.e patr. sust., Belo Horizonte: v.1, n1, set./dez. 2007, pp.09-31.
[53] Idem, p. 11.
[54] Idem, p. 12.

> permanecem na obscuridade. Como sabemos, no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais e imateriais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos para as gerações futuras. No entanto, por muito tempo não parecia importante investigar com maior profundidade esses valores, uma vez que havia certo consenso sobre o que preservar, passando os critérios de escolha aqui sempre pelas instâncias estéticas e históricas. Nas últimas décadas, no entanto, com a notável ampliação do campo e com a incorporação de novos atores, esta reflexão mostra toda a sua importância para a formulação de qualquer política mais abrangente para o patrimônio. Como sabemos hoje, só uma compreensão acurada dos valores percebidos pelos diversos 'agentes' – valores esses que definem seus objetivos e motivam suas ações – pode nos fornecer uma perspectiva crítica para a gestão estratégica sustentável e de longo prazo para os bens culturais[55].

Pela perspectiva de patrimônio como campo, no sentido que lhe dá Pierre Bourdieu, Castriota o entende como um "espaço simbólico onde representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes". Assim, compreende-se:

> [...] o quanto este campo se tornou mais complexo nas últimas décadas, passando de uma temática de interesse restrito e limitada a algumas camadas de *experts*, para um objeto que provoca controvérsia, mobilização e comoção pública ao redor do globo [56].

Como tese, defende-se que, ao longo das últimas quatro décadas, a instituição de um patrimônio cultural multifacetado através do poder público municipal produziu tensões, desafios e posições discordantes. Várias leis foram aprovadas, porém, inerentes a políticas culturais de gestões político-administrativas, não foram capazes de criar uma política consistente voltada ao patrimônio cultural local, mesmo com a organização, inércia e reativação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, ocorrida após intervenção do Ministério Público Estadual, em 2013, e com a atuação de representantes e agentes da sociedade civil douradense.

Em suma, várias foram as opções para a realização desta tese. Uma delas foi analisar o patrimônio cultural em seu campo conceitual e suas relações com o que foi instituído pelo poder público, considerando as representações estabelecidas na esfera

[55] Idem, p.15.
[56] Idem, p.11.

pública e o que foi oficializado pela legislação municipal como patrimônio cultural em Dourados. Reunir e analisar tais questões ao longo de quase quatro décadas, entre 1984 e 2018, não foi tarefa fácil, pois demandou muitas escolhas.

Com o decorrer das leituras, análises das fontes e a própria reescrita da tese, dentre a História Cultural, o conceito de cultura política também foi observado. Em Dourados, o patrimônio cultural foi utilizado como instrumento político, em disputas de poderes, por agentes/representantes e seus usos, ainda restritos a elite local, que ocupa espaços em âmbitos sociais diversos. De acordo com Gomes:

> no que se refere às relações com o conceito de cultura política, pode-se assinalar que uma das razões mais apontadas para sua retomada pela história é o fato de permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades. Dentro desses parâmetros, a categoria cultura política vem sendo entendida como 'um sistema de representações, complexo e heterogêneo', mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar. Justamente por isso, a constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração. Uma postulação que não exclui a existência de movimentos e de transformações em seu interior, mas que adverte para o fato de eles não serem nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis. Dentro da mesma chave, os historiadores insistem na diversidade de culturas políticas existentes em qualquer sociedade. Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, sua multiplicidade não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante em certas conjunturas específicas. Além disso, o processo de constituição de culturas políticas, e esse é o ponto, incorporaria sempre uma leitura do passado – histórico, mítico ou ambos -, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais. Essa leitura do passado também envolveria um 'enredo' – uma narrativa – do próprio passado, podendo-se então conformar uma cultura histórica articulada a uma cultura política. Estudar uma cultura política, sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – seria igualmente entender 'como' uma interpretação do passado (do presente e do futuro) foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais. [57]

[57] GOMES, Angela de Castro. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha; SOIEHT, Rachel; TEIXEIRA, Rebeca (orgs.) *Cultura política, historiografia e ensino de história.* 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p.47-48.

Em sua análise da cultura política e a cultura histórica no Estado Novo, Gomes tratou da retomada pela história, do enlace entre cultura e política numa nova história política e cultural. Na complexidade e heterogeneidade de um sistema de representações diversificado que competem e, por vezes, complementam-se há "sempre uma leitura do passado". Essa leitura do passado é feita em Dourados, utilizando-se de seleções sobre o que representaria o patrimônio cultural local. Tais escolhas foram realizadas, em sua maioria, pelo poder público e por sujeitos e grupos sociais inseridos na imprensa e na sociedade civil organizada. Elas também evidenciaram dissensos e embates no tocante a concepção de cidadania cultural, como apontado por Chauí[58], e que envolvem o exercício efetivo de direitos sociais, representados nesta tese através do patrimônio cultural. A ínfima participação da população pode ser compreendida através do processo histórico de construção da cidadania no Brasil, em que o exercício da cidadania ainda demanda uma série de desafios [59] e "a ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses coorporativos consigam prevalecer" [60].

Por perceber contradições, impasses e ausências na legislação, como nos projetos transformados em leis e em suas interpretações e aplicações, muito além do que se desejou ou do que foi instituído, tratar do patrimônio cultural local exigiu um exercício de reflexão sobre os conceitos atribuídos a cultura, ao patrimônio, a história e a memória na e para a cidade. Os embates e os conflitos expostos através das dinâmicas das lutas de representação promovidas por determinados sujeitos e/ou grupos, instigou a compreender se o patrimônio cultural é elemento necessário à preservação da cultura, história, memória e identidade local serviu a interesses públicos ou privados, demonstrando nuances entre o difuso e o coletivo.

Mais do que apontar questões para a tese, em que pese em defendê-la ao longo deste texto, é necessário compreendê-la em meio a um processo histórico que não só a envolve, mas que está em curso. Como visto em Macmillan:

> a história, por contextualizar e exemplificar, nos ajuda, quando se faz necessário pensar sobre o mundo presente e a formular perguntas, pois sem boas perguntas é difícil de começar a pensar com coerência. O

[58] CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados* 9 (23), 1995, pp.71-84.
[59] GOMES, Angela de Castro (org). *Direitos e cidadania*: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
[60] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 14ªed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011, p.223.

> conhecimento da história sugere o tipo de informação necessária para responder às perguntas. A experiência nos ensina como obter as informações [...] as respostas irão depender, em parte, do que perguntamos no presente e do que consideramos importante. A história nem sempre produz respostas definitivas. Ela é um processo[61].

Tal processo apontado pela autora precisa considerar o sujeito que escreve e suas condições para isso, suas angústias e dúvidas, como parte do trabalho do historiador. Para tanto, autores como os já citados, somam-se a inúmeros outros, num exercício de compreensão do ofício do historiador, das especificidades das fontes históricas selecionadas, dos sujeitos e grupos que as produzem, para afunilar nas discussões de patrimônio cultural na cidade e no município de Dourados.

Para tanto, esta tese é composta por três capítulos. No primeiro, analisou-se como o poder público municipal instituiu, por meio de projetos e de leis municipais, o que sujeitos defenderam como patrimônio cultural para Dourados. Tombamentos e registros, em sua maioria, se deram através do ato de legislar e de decretar. Uma tentativa, aparentemente mais democrática foi a elaboração, através de Lei Complementar, do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, em 1990. Nas décadas que se seguiram, o Conselho Municipal praticamente não atuou. A retomada, por exigência do MPE, em 2013/2014, teve alteração da Lei Complementar, via projeto do Executivo, encaminhada ao Legislativo municipal. No entanto, outros vereadores continuaram com patrimonializações à revelia "ignorando" o Conselho Municipal e o MPE. Em 2018, em poucos meses, foram seis patrimonializações realizadas pelo Legislativo[62]. Além de outros três projetos de lei aprovados, em 2017 [63]. Em meio a tais práticas, apenas em

[61] MACMILLAN, Margaret. *Usos e abusos da história*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 265 e 266.

[62] Lei Municipal nº 4.181/2018. "Tomba para o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, o Monumento a Antônio João, e dá outras providências". Lei Municipal n° 4.182/2018. "Tomba para o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, o Monumento a Bíblia, e dá outras providências." Lei Municipal n° 4.183/2018. "Tomba para o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, o Monumento ao Colono, e dá outras providências." Lei Municipal n° 4.184/ 2018. "Tomba para o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, o Monumento Brasil 500 anos, e dá outras providências." Lei Municipal nº4.193/2018. "Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, o monumento ao Ervateiro e dá outras providências". Lei Municipal nº4.194/2018. "Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, a estátua do presidente Getúlio Vargas e dá outras providências".

[63] Lei Municipal nº 4.100/2017. "Declara o Tereré como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Dourados/ MS". Lei Municipal nº 4.111/2017. "Declara o pucheiro ("puchero") como patrimônio imaterial da cidade de Dourados – MS". Lei Municipal nº 4.112/2017. "Declara a sopa paraguaia como patrimônio imaterial da cidade de Dourados – MS".

2018, o Conselho Municipal se manifestou através de Carta Aberta à Câmara Municipal de Dourados.

No segundo capítulo, estudou-se a imprensa e agentes da sociedade civil que atuaram na instituição do patrimônio cultural na esfera pública. Os jornais impressos serviram para noticiar a formação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, informar sobre os "bens tombados/registrados" pelo poder público municipal, denunciar os bens tombados e que foram abandonados, reivindicar os bens não tombados e os eleitos por sujeitos, grupos sociais ou entidades civis. Num primeiro momento, percorreram-se jornais impressos e disponibilizados para a pesquisa no Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR-UFGD), como *Enfoque*, *Folha de Dourados*, *Gazeta Popular* e *O Progresso* [64]. No entanto, em meio à vasta quantia de materiais, *O Progresso* foi selecionado pela periodicidade concomitante ao da pesquisa e por se encontrar em processo de digitalização no CDR. A digitalização facilitou a busca, por palavra-chave, num jornal de circulação diária, com um volume significativo de páginas e edições ao longo de décadas que esta pesquisa propôs como recorte temporal.

Por fim, no terceiro capítulo, problematizou-se a entrada do Ministério Público Estadual e Federal na contenda do patrimônio cultural local. Ao estabelecer leis e não cumpri-las, a Prefeitura Municipal foi acionada pelo Judiciário, sendo considerada omissa pelo MP ao patrimonializar, mas não preservar. Defensor da sociedade civil e atuando a partir do *custos legis*, o Ministério Público agiu em favor do patrimônio cultural, considerando-o direito difuso e coletivo, participando na construção de representações de patrimônio na esfera pública em Dourados. Entretanto, após o arquivamento das Ações Civis Públicas, em 2015, o MPE pouco se manifestou acerca das intervenções realizadas em patrimônios, como a transferência da Feira Livre da Cuiabá, em 2016, quando se instaurou procedimento administrativo para apenas acompanhar a instalação noutro espaço. Tais embates expressam em parte a dinâmica em que a construção do patrimônio local está envolvida. Entre disputas variadas

[64] Há, ao final desta tese, um apêndice (B) em que constam algumas informações acerca destes jornais. Cabe lembrar ainda que dos quatro periódicos, *Enfoque* e *Gazeta Popular* tiveram "circulação mais curta" que *Folha de Dourados* e *O Progresso*. Estes últimos ainda estão em circulação, seja em suporte impresso ou digital. Selecionamos o *Enfoque* e *O Progresso*, mas em sua maioria, trabalhamos com *O Progresso*.

vislumbra-se um patrimônio multifacetado e controverso, gerando tensões e desafios para a patrimonialização local.

CAPÍTULO 1

O PROTAGONISMO DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL NAS PATRIMONIALIZAÇÕES EM DOURADOS

1.1. Os campos da História e o patrimônio cultural: questões preliminares.

> O fato de que patrimônio e temporalidades estejam indissoluvelmente ligados é uma evidência, já que o patrimônio é a reunião de semióforos criada por uma sociedade, em um dado momento (e por um momento). Eles traduzem então o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo. O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo [65].

A categoria regime de historicidade utilizada pelo historiador francês François Hartog possibilita entender que "o tempo tornou-se tão habitual para o historiador, que ele o naturalizou ou instrumentalizou" [66]. Numa relação contemporânea com o tempo vigora o "presentismo" como "um presente onipresente" [67], o que permite vislumbrar o lugar ocupado pelo patrimônio em relações sociais complexas. Para Hartog, patrimônio e memória são "palavras mestras", tratadas como "indícios e/ou sintomas" [68] de uma "crise" da ordem presente do tempo marcada pelo regime de historicidade calcado no presentismo. Quando o regime de historicidade é questionado ou tem decretado o seu

[65] HARTOG, François. 2014. Op. Cit. p. 197.
[66] Idem, p. 26.
[67] HARTOG, François. "Tempo e patrimônio". *Varia História*. Belo Horizonte, vol.22, nº 36, jul-dez 2006, p.262.
[68] HARTOG, François. 2014. Op. Cit. p. 245.

final, o autor destaca que ocorreu uma crise nas relações da sociedade com o tempo, uma crise do e no tempo [69].

Hartog apropria-se da classificação proposta por Krzysztof Pomian, ao considerar o patrimônio como uma "reunião de semióforos", "objetos visíveis investidos de significações". Observa-se que o patrimônio é uma construção, pautada na atribuição de valores, mediada por interesses e disputas de poder presentes em determinado tempo e sociedade, estando relacionado às temporalidades. O passado, ao ser alvo de questões do presente, é selecionado a fim de "celebrar", "imitar", "conjurar", "extrair" e/ou "visitar" de acordo com as "necessidades de um tempo presente", que busca prender-se a ele ou desligar-se dele.

Analisar o patrimônio cultural não é tarefa simples em meio a um complexo de situações que o envolve, embora esta tese tenha recortes, escolhas e limites. Deste modo, tratar das representações de patrimônio cultural na esfera pública em Dourados, entre as décadas de 1980 e 2010, exige a compreensão de embates entre sujeitos, grupos sociais e políticos atuantes no poder público municipal, Ministério Público, imprensa, associações, dentre outros. Muitos sujeitos envolvidos com a questão circulavam e integravam diferentes grupos e espaços, por vezes, ao mesmo tempo. Lori Alice Gressler, por exemplo, entre as décadas de 1980 e 1990, foi vereadora, professora universitária e membro-fundadora da Academia Douradense de Letras (ADL) [70], ocupando papel importante na elaboração de políticas voltadas para o patrimônio cultural local.

Ao pensar o patrimônio cultural na cidade de Dourados observam-se diversos embates em diferentes instâncias, como no interior do poder público municipal, envolvendo o Legislativo e o Executivo. Além da preocupação com o possível diálogo entre sujeitos ou grupos que atuaram em Dourados e que fizeram usos do passado, o patrimônio, por vezes, foi convocado. Junto dele, a história, a memória, a identidade foram utilizados na leitura e na produção de narrativas diferenciadas nas "reconstruções" no presente, acerca do passado douradense.

[69] HARTOG, François. "Tempo, história e a escrita da história". *Revista de História*. 148 (1º - 2003), p.10-11.
[70] VASCONCELOS, Luiza Melo. "Lori Gressler". In: PELLEGRINI, Fábio & SENNA, Melly F. G (orgs). *Vozes da literatura.* Campo Grande: FCMS, 2014, p.192-197.

De acordo com Margaret Macmillan, os historiadores não são donos do passado, ele pertence a todos nós, porém, "como os historiadores gastam seu tempo estudando a história, estão numa posição melhor para fazer juízos equilibrados do que os amadores. Os historiadores, afinal, são treinados para fazer perguntas, estabelecer conexões, coletar e examinar provas" [71]. Nesse sentido, ainda, para a autora, "a história não deve ser escrita para fazer com que a atual geração se sinta bem, mas para nos lembrar de como as relações humanas são complexas" [72].

Muito mais que tentar analisar a complexidade do patrimônio cultural, este capítulo é voltado para compreender este em suas definições, contradições e usos em diversas faces, entre elas, como instrumento político utilizado por representantes/agentes do poder público municipal. Além disso, ler o patrimônio cultural através das representações e da esfera pública nos remete ao patrimônio cultural como objeto da história, repensando o trabalho do historiador, não apenas como sujeito que escreve, mas como sujeito integrante e atuante dentro e fora da academia, o que exige "um olhar" minimamente interdisciplinar em consonância com diversas temporalidades.

Assim, não se pode negar a reescrita sobre o passado de acordo com as mudanças no tempo. A História que lida com tais mudanças, ao mesmo tempo se transforma. Para Sandra Jatahy Pesavento, ao analisar a reescrita da História através da História Cultural:

> mudou o mundo, mudou a história, mudaram os historiadores. Mudamos, sim, mas desde quando? Trata-se, aparentemente, de mais uma reescrita da História, pois a cada geração se revisam interpretações. Afinal, a História trabalha com a mudança no tempo, e pensar que isso não se dê no plano da escrita sobre o passado implicaria em negar pressupostos [73].

Para Roger Chartier "[...] a história cultural se tornou um dos campos mais vigorosos e debatidos do âmbito histórico" [74]. Traçar os limites da História Cultural, assim como suas fronteiras, não é iniciativa fácil. No entanto, pode-se "mudar de

[71] MACMILLAN, Margaret. Op. Cit. p. 61.
[72] Idem, p. 157.
[73] PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural.* 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 16.
[74] CHARTIER, Roger. 2010. Op. Cit. p.33.

perspectiva" e considerar que "toda história é cultural" e "[...] sempre resultado das significações que os indivíduos atribuem às coisas, às palavras, às ações" [75].

Para outro historiador, Peter Burke, entre as décadas de 1960 e 1990, a História Cultural esteve em proximidade com a Antropologia, sendo considerada na França como "Antropologia histórica" [76]. Todavia, isso não foi exclusivo da História Cultural, pois a aproximação com a Antropologia pode ser explicada pelas múltiplas acepções do termo "cultura" [77] através do uso do termo no plural [78].

A denominada Nova História Cultural, como defendida por Lynn Hunt [79], trouxe novas perspectivas para a História lidar com a cultura. Segundo Pesavento, "trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo" [80]. E mais,

> a cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portanto, já um significado e uma apreciação valorativa [81].

A complexidade da cultura e de seu entendimento na produção acadêmica e, em especial, na historiografia, tem sido, de acordo com as mudanças observadas no "fazer histórico" nas últimas décadas, vinculadas as "rupturas epistemológicas" da "crise de paradigmas explicativos da realidade", que estimularam "outras questões", "outros problemas", "outros campos e temas". Para Pesavento, a partir dos anos de 1990 ocorreu no Brasil "uma verdadeira *virada* nos domínios de Clio", citando a História Cultural como sua "faceta mais recente e difundida[82]". Segundo ela, "foi, sem dúvida, um contexto histórico preciso e datado que produziu essa mudança que, em última análise, pode ser vista como um ajustamento da realidade do mundo às formulações

[75] Idem, ibidem.
[76] BURKE, Peter. "A vez da Antropologia histórica". In: O que é História Cultural? Trad. Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 44.
[77] CHARTIER, Roger. 2010. Op. Cit. p.34.
[78] ALMEIDA, Maria R. C. de "História e Antropologia". In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história.* (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 151-168. BURKE, Peter, *Variedades de história cultural.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
[79] HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.
[80] PESAVENTO, Sandra J. 2012. Op. Cit. p. 15.
[81] Idem, ibidem.
[82] Idem, p. 07.

explicativas do homem para dar conta do próprio mundo" [83]. Como consequência, a História Cultural está presente numa "reinvenção do passado que se constrói na nossa contemporaneidade", pois "o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão". Muito embora a História Cultural receba críticas diversas, sua heterogeneidade é nítida entre os historiadores que tratam do "cultural", assim como são as acepções dadas à cultura.

Numa "perspectiva panorâmica", Chuva evidenciou "a ampliação da noção de patrimônio no Brasil" na década de 1980, sobretudo, ao analisar as publicações do IPHAN por diversos autores. Esse "deslocamento" ocorreu num

> [...] contexto de profundas transformações epistemológicas nas ciências sociais como um todo [incluindo aí a história], e as perspectivas que prevaleciam nesses movimentos reagiam também às novas visões no campo do patrimônio. De modo geral, percebeu-se que a realidade só poderia ser apreendida por meio de representações, sempre mediadas por esquemas conceituais, simbólicos ou interpretativos, como lentes que alternariam as visões de mundo de acordo com os sujeitos que delas dispusessem. [84]

Ainda segundo a autora, o "deslocamento" estaria no fato de que a valorização dos bens culturais não estava mais vinculada ao valor em si, mas a partir dos sentidos atribuídos aos bens culturais. Ao especialista caberia passar a "conhecer as diversas falas e interpretações acerca do bem e inventariar os diferentes saberes a seu respeito, a começar pelos próprios sujeitos produtores e/ou diretamente envolvidos com a vida e a dinâmica do bem em questão" [85]. Tais transformações ocorreram não apenas nas ciências sociais e na História, mas no "perfil dos quadros do IPHAN" no contexto de redemocratização brasileira, entre os anos de 1970 e 1980. Chuva ainda cita as "batalhas" e as "dissonâncias" no bojo desse "deslocamento", considerando-o como um novo paradigma. Para a autora, as tensões e embates no interior do campo do patrimônio "revelavam novas perspectivas em debate e, como representações, alternavam, na prática, as próprias configurações no campo" [86].

---

[83] Idem, p. 15.
[84] CHUVA, Márcia. "A pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política". In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015, p.12.
[85] Idem, p. 13-14.
[86] Idem, p.15.

Outros autores, como Nogueira [87] e Possamai [88], defendem a perspectiva de análise do patrimônio cultural como um campo, por meio do conceito de Pierre Bourdieu, num desafio à interdisciplinaridade com ênfase na compreensão do "lugar da História no campo do patrimônio". Para Possamai, o patrimônio "passou, paulatinamente, a figurar entre outros tantos objetos com legitimidade nas investigações dos programas de pós-graduação em história", ressaltando o papel da História Cultural como aquela que "proporcionou o substrato teórico e metodológico para a acolhida de objetos até então inusitados para a historiografia, como o patrimônio, monumentos, museus ou arquivos" [89].

Na França, onde primeiro se adotou a noção de patrimônio cultural no final dos anos de 1950, nas décadas que se seguiram observou-se a propagação da noção de patrimônio cultural. Cabe lembrar que a hipertrofia do patrimônio está associada às décadas de 1960 e 1970, com a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Conselho Internacional de Museus (ICOM), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), centrados na ideia de patrimônio cultural da humanidade. Como observado por Hartog, no cenário francês, 1980 foi considerado o "ano do patrimônio". Ali, tais aspectos estão inter-relacionados ao sentido memorial do patrimônio e a gênese dos "lugares de memória", porém, segundo Santiago Júnior, esta inter-relação pouco foi explorada a partir da semântica patrimonial [90].

Nas análises de Koselleck ocupa lugar a história dos conceitos, entendidos como polissêmicos, contendo em si uma multiplicidade de significados [91] que pode ser analisada através da historicidade das palavras [92]. Neste sentido, pode-se agregar à pesquisa o patrimônio cultural como conceito possível de ser compreendido historicamente em suas mudanças e permanências, "de modo que, ao longo do tempo,

[87] NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses.* , v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.
[88] POSSAMAI, Zita. "O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio". *Anos 90.* Porto Alegre, v.25, n.48, p. 23-49, dez. 2018.
[89] Idem, p. 33.
[90] SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. "Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'". *Projeto História.* São Paulo, n.52, jan-abr, 2015, p.261.
[91] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 109.
[92] FEBVRE, Lucien. "Aula II – Definições teóricas ou história das palavras". *Honra e pátria.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, p. 53.

também o significado do conceito tenha sido submetido a uma alteração histórica" [93], como apontado por Koselleck.

De acordo com Santiago Júnior, o cenário de reivindicações pelo "direito a memória" de vários grupos, chamados de minorias, desde os anos 1960, parece ter sido, em parte, responsável pela notoriedade da memória. Segundo o autor, "a abertura para a cultura do patrimônio demonstra que o lugar da memória, em vez de um ritual de uma sociedade com memória fraturada, é um exercício múltiplo de formação dos passados das diversas comunidades políticas" [94]. O patrimônio cultural foi inflacionado no final do século XX e tornou-se "componente cultural do pertencimento de uma comunidade política" [95]. Para tanto, o aspecto memorial acompanhou a expansão do patrimônio e os sentidos atribuídos a ele ultrapassou o uso memorial. Outros valores, além da "vontade de memória", foram agregados ao conceito ampliado de patrimônio e as identidades culturais.

Dentre as discussões do "direito a memória", as definições e os variados usos do patrimônio e, por sua vez, da cultura, cabe destacar a experiência institucional de Marilena Chauí, entre 1989 e 1992, junto a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC-SP). Ao considerar os múltiplos significados da cultura, Chauí "presta contas" de sua atuação à frente da Secretaria e da proposta da "cidadania cultural", considerando práticas voltadas à cultura na gestão municipal.

O projeto que norteou a gestão de Chauí na SMC-SP considerava "[...] a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação" [96] e propunha "[...] uma tomada de posição quanto ao modo de inserção da cultura na sociedade de classes, na república e na democracia"[97]. Na política de cidadania cultural, a cultura foi considerada um instrumento para participar, criar, refletir e como direito do cidadão, os antagonismos e os conflitos de classe não foram silenciados, pelo contrário, foram evidenciados para produzir mudanças. Para a filósofa, "[...] a política cultural de um órgão público precisa ir além do campo clássico, definido no século XVIII, da cultura identificada com a esfera das belas-artes, e caminhar para a efetuação da política

[93] KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 105.
[94] SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. S. Op. Cit. p.262.
[95] Idem, p.256.
[96] CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural:* o direito à cultura. 1ªreimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p.67.
[97] Idem, p. 69.

cultural e da cultura política" [98]. Dentre as "três concepções de política cultural que, em diferentes conjunturas, se consolidaram nos órgãos públicos de cultura: a da cultura oficial produzida pelo Estado, a populista e a neoliberal" [99], Chauí propôs uma quarta,

> [...] aquela que restringe o Estado à condição de assegurador público de direitos, prestador sócio-político de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade, enfatizando a natureza de classe da nossa sociedade e a obrigação de uma política, se quiser ser moderna e democrática, de garantidor de direitos, quebrar privilégios, fazer ser público o que é público, abrir-se para os conflitos e para as inovações. [100]

A autora apontou o aprendizado no "exercício" de "romper para criar", com políticas administrativas que poderiam fortalecer as atividades culturais autônomas e livres. Como práticas para quebrar barreiras, citou a implementação de conselhos participativos para permitir a efetivação da política de cidadania cultural. No entanto,

> seriam os conselhos municipais a emergência de um novo regime de ação pública, decorrente tanto do fortalecimento da esfera municipal de governo quanto da maior presença dos atores sociais na cena pública? E, a experiência dos conselhos municipais pode aprofundar nossa democracia e possibilitar a instituição de modelos mais democráticos de gestão municipal? [101]

É desta pretensão em entender o papel do município diante da gestão compartilhada do patrimônio e a perspectiva de criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados que este capítulo tratará inicialmente. Em Dourados, o contexto do final da década de 1980 foi marcado por contradições e usos políticos do patrimônio cultural em consonância com as discussões, inicialmente, no Legislativo Municipal, que configuraram a LOM em estreita relação com a amplitude e diversidade trazidas pela CF88 e, por sua vez, no projeto nº 021/90, que se tornou Lei Complementar nº 02/90, regulamentando o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de

[98] Idem, p. 65.
[99] Idem, p. 67.
[100] Idem, p.102.
[101] SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos; AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luis C. de Q. "Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil". In: *Governança democrática e poder local:* a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004, p.08.

Dourados. Tais discussões estiveram presentes nos jornais impressos os quais serão analisados no Capítulo 2.

Em meio à criação do Conselho Municipal, outras leis instituíram o que representaria o patrimônio local. Das leis municipais e dos projetos que lhe davam suporte, foram analisados os tramites legais e suas justificativas. Ao longo de pouco mais de três décadas e cerca de trinta leis, a prática de patrimonializar bens culturais foi protagonizada pelo poder público municipal, mesmo após a criação do Conselho Municipal. Ao mesmo tempo, quando se elaboraram projetos e leis municipais, o poder público pouco fez para garantir sua preservação. As leis municipais aprovadas à revelia, em diferentes gestões político-administrativas, expressaram práticas e representações de usos do patrimônio, da cultura, da política, da memória e da identidade.

1.2 **A gestão compartilhada do patrimônio: o papel do município**

Dourados tem sido analisada por meio de inúmeras perspectivas no campo da História [102], porém, o patrimônio cultural ainda é pouco vislumbrado em produções acadêmicas [103]. É a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, considerada uma cidade média, em saúde, educação, serviços, agronegócio[104]. Não é uma referência em

[102] Cf. SANTOS, Marina de S. *Dourados*: planejamento, olhares sobre a cidade (1970-2003). 390 f. 2016. Tese (Doutorado em História). UFGD, Dourados.

[103] São exemplos as dissertações, defendidas no PPGH-UFGD, por Camila de Brito Quadros Lara, intitulada "O patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS", defendida em 2017, e Maiara Laís Pinto, intitulada "Da Usina termoelétrica senador Filinto Muller à usina velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense", defendida em 2015. Segundo Queiroz, na análise da historiografia sul-mato-grossense, entre os anos de 1968-2010, é "ínfimo ou nenhum peso de temas tão importantes como o 'patrimônio natural/histórico-cultural', 'historiografia' e 'fontes e acervos'". QUEIROZ, Paulo R. C. "A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço". In: GREZER, Raquel (org.). *Do passado ao futuro.* Edição comemorativa aos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 176. Em Mato Grosso do Sul citamos os seguintes trabalhos: DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. *Patrimônio Histórico de Corumbá*: imagem e poder. (1937-2003). 2004. 272f. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, Dourados. SQUINELO, A. P. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje*: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003). 2006. 257f. Tese (Doutorado em História Social) USP, São Paulo. CASTILHO, Maria A de. & SANTOS, Maria C. de L. Félix. *Rota do Trem do Pantanal*. O diálogo entre patrimônio e desenvolvimento sustentável. Campo Grande: Life editora, 2012. CASTILHO, Maria A. de, SANTOS, Maria Christina de L. F. *Catálogo Patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Life, 2016. MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul- matogrossense*. Campo Grande: EdUFMS, 2000.

[104] Citamos os trabalhos orientados e realizados pela profª Dra. Maria José M. Calixto junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, a citar: MORENO, Bruno Bomfim; CALIXTO, M. J. M. S. "A demanda regional e a oferta de ensino superior em uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul: Dourados". *Estudos Geográficos* (UNESP), v. 15(1), p. 62-87, 2017; CALIXTO, M. J. M. S.;

patrimônio cultural se comparado aos municípios citados pelo IPHAN/MS e pela Fundação de Cultura do Estado, como Corumbá, Bonito, Alcinópolis, Campo Grande, Aquidauana, entre outros. No entanto, Dourados foi o primeiro município de Mato Grosso do Sul a instituir uma política voltada para o patrimônio cultural através da elaboração e aprovação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, entre 1989 e 1990 [105].

A descentralização do Estado brasileiro, organizado como Federação, entre os anos de 1970 e 1980, após o final do regime militar, permitiu certa autonomia aos municípios. De acordo com Conciani e Santos:

> a Federação é tida como solução normal para a União, em uma só potência mais forte, de estados que dificilmente se sustentariam sozinhos. Tal realidade é vista mundo afora. Por outro lado, é também instrumento artificial que visa facilitar o governo que tenha território continental ou para satisfação de aspirações locais. Este último seria o caso brasileiro. Desta forma, a criação brasileira foi nada mais que uma maneira constitucional de descentralizar o poder político [106].

A descentralização do poder político permite que interesses locais possam ser aspirados, disputados e atendidos. Diante da autonomia concedida aos municípios, o

---

MUSCULINI, E. C. "O uso da rua na área central de Dourados-MS: uma análise das transformações e permanências". *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Seção Três Lagoas, v. 12, p. 94-124, 2015. ROMERO, Hamilton. "O papel do shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas sócio-espaciais em Dourados-MS". 123f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Dourados - Universidade Federal da Grande Dourados. CALIXTO, M. J. M. S. "Os papéis regionais de Dourados-MS-Brasil e a dinâmica sócio-espacial urbana". *Revista Geográfica de América Central* (Online), v. 2, p. 1-13, 2011. CALIXTO, M. J. M. S. "Os meandros do setor imobiliário e o processo de (re) definição do espaço urbano na cidade de Dourados-MS". *Ciência Geográfica*, Bauru-SP, v. III, n.23, p. 42-46, 2005. CALIXTO, M. J. M. S.; FLORENTINO, V. F. S. (Org.). *Produção do espaço urbano e regional*: leituras de uma cidade média. 1ª. ed. Dourados: Editora da UFGD, 2016. 221p.

[105] Ao observar o Mato Grosso do Sul, no tocante às políticas municipais para a cultura, há no "perfil dos municípios brasileiros", dados de 2014 disponibilizados pelo IBGE, um campo específico voltado à "legislação municipal" e em especial a "legislação proteção ao patrimônio cultural". Neste item é observada a existência de legislação proteção contendo o ano da lei e a "a natureza dos bens tombados na legislação" em categorias separadas ("patrimônio material", "histórico", "artístico", "arqueológico", "paisagístico", "outros" e "patrimônio imaterial"). Há também espaço para observar se "estão sendo conduzidos projetos municipais associados aos bens tombados (patrimônio material e imaterial)" e descrevem o "tipo de projeto" ("social", "econômico", "ambiental", "institucional", "cultural", "educação patrimonial" e "outros"). Ali o patrimônio é material, histórico e imaterial e, por sua vez, consta que Dourados não possui um plano municipal de cultura. Cf. Perfil dos municípios brasileiros. IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura – 2014. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/munic_cultura_2014/sel_tema.php?munic=5003702&uf=50&nome> acesso em 24 dez. 2017.

[106] CONCIANI, Aline; SANTOS, Danielle C. dos. "Surgimento da federação brasileira e sua concretização na atual constituição federal". *Revista de Direito Público*. Londrina, v, 4, n. 3, set./dez. 2009, p. 280.

patrimônio cultural se insere nos atos do Legislativo e do Executivo, porém, não se restringe ao poder público municipal. Ainda, segundo Conciani e Santos

> [...] o texto constitucional veio reforçar a ideia de Estado Federal, mantendo a autonomia dos entes federados e visando ao desenvolvimento harmonioso entre eles. Dito de outro modo, com a Constituição de 1988, Estados e Municípios tiveram suas competências ampliadas, caracterizadas pela capacidade de legislar, de auto-organização, de autogoverno e de autoadministração [...] notadamente a liberdade concedida aos entes federados deve observar os princípios constantes na Constituição Federal (supremacia constitucional) [107].

A organização político-administrativa do Estado brasileiro baseia-se em competências e atribuições específicas interligadas entre Municípios, Estados-membros, Distrito Federal e a União. A Constituição Federal de 1988 garante tais competências e atribuições e deve ser obedecida por todos os entes federados. Ao mesmo tempo, o federalismo brasileiro tem sua centralização na União, pois distribui competências que a privilegia [108]. Neste sentido, "trata-se de um sistema político em que Municípios, Estados e Distrito Federal, sendo independentes um do outro, formam um todo que valida um Governo Central e Federal" [109].

Segundo Lino, a CF88 garantiu o "federalismo cooperativo" aos entes federados e a possibilidade de convênios de cooperação no exercício da competência de cada um. Falta, por vezes, vontade política de fazê-lo. Para a autora, na CF88 "[...] a preservação do patrimônio cultural brasileiro consagrou-se como questão que interessa a toda a Federação, incumbindo seu exercício – verdadeiro poder – dever – indistintamente à União, aos Estados membros, ao Distrito Federal e aos Municípios"[110]. Em suma, conforme Lino, a "[...] União caberia a decisão comum, tomada em escala federal e aos Estados e Municípios competiria adaptar essa decisão as peculiaridades e necessidades regionais e locais, além de executá-la autonomamente"[111]. Neste sentido, "o tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do IPHAN,

[107] Idem, p. 278.
[108] Idem, p. 276.
[109] Idem, p. 277.
[110] LINO, Fernanda N. da Costa. Op. Cit. p. 49.
[111] Idem, p.56.

pelos governos estaduais, por meio de suas instituições responsáveis pela área, ou pelas administrações municipais, segundo leis específicas ou a legislação federal" [112].

Segundo Meneses, a transformação principal do patrimônio feita pela CF88 foi o "deslocamento da matriz" [113], isto é, as comunidades locais passaram a ter possibilidades de eleger seus patrimônios culturais e, por sua vez, o Estado brasileiro deixou de ser o protagonista nesse processo. Em Dourados, o poder público municipal foi, em grande parte, o protagonista nas propostas de patrimonialização, considerando uma leitura limitada da CF88 e da LOM, mas agindo em acordo com práticas implementadas ao longo de décadas de centralização na seleção, gestão e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Ao mesmo tempo, se autoafirmaram identidades de grupos sociais através das patrimonializações.

De acordo com Chuva, em artigo publicado numa das edições especiais de comemoração dos 80 anos do IPHAN, em 2017, a CF88 não apenas ampliou a noção de patrimônio cultural, mas consolidou "[...] uma perspectiva ampla e plural da identidade brasileira e trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais de natureza imaterial" [114]. Além disso, considerou "[...] a importância da contribuição dos 'diversos grupos formadores da sociedade brasileira' e a necessidade de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural [...] pertencente a esses diferentes grupos" [115]. No entanto:

> refletindo sobre a eficácia da noção de "grupo" após o transcurso de algumas décadas e das novas configurações do campo, alguns dos efeitos da sua apreensão como algo permanente podem ser verificados na prática de seleção de bens culturais como patrimônio: se por um lado essas práticas ampliaram significativamente o universo de bens tombados, com elementos de representação do imigrante, do afrodescendente ou do indígena, por outro, ficou evidente o objetivo de somar grupos distintos, como se fosse possível alcançar uma totalidade, isto é, um somatório de diferenças prontas. Esse modo de perceber a realidade levou à colocação de uma falsa pergunta, repetida em diferentes situações: como contemplar todos os grupos que constituem a nação? Isso só seria possível se tais grupos fossem

[112] "Quem pode efetuar um tombamento?" IPHAN Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes/detalhes/60> acesso em 10 fev. 2018.
[113] MENESES, U. T. B. de. "O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas". In: SUTTI, W. (Coord.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2012.p. 25-39. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf> acesso em 12 jan. 2018.
[114] CHUVA, Márcia. 2017. Op. Cit. p.88.
[115] Idem, p. 89.

> tipificados e estanques. Os grupos formadores da sociedade brasileira são configurações históricas, portanto, mutáveis, sempre em processo de formação e transformação. [116]

Sujeitos ou grupos atuam na construção e autoafirmação de identidades sociais através de disputas e reivindicações. Para tanto, observa-se que o patrimônio cultural não está vinculado a uma identidade social monolítica, mas a de diferentes grupos. Na crescente patrimonialização muitas foram as implicações para se atender a diversidade cultural explicitada com a CF88. O patrimônio cultural imaterial brasileiro ainda necessitaria de outros mecanismos para ser assegurado, como a Carta de Fortaleza, em 1997, o Decreto nº 3551 de 2000 [117], as Cartas Patrimoniais e as Convenções da UNESCO. [118]

Uma das questões é que grupos não são homogêneos e a representatividade de suas culturas não se reduz aos bens culturais que são patrimonializados. Pelo contrário, o que deveria ser patrimonializado, num primeiro momento, precisa ter significância, valor atribuído. Outra é que se patrimonializaria o ameaçado, correndo risco de desaparecimento ou dificuldades de continuidade de práticas ou "saber-fazer". Em vários momentos, as patrimonializações que ocorreram, mediante projetos e leis municipais, não se orientaram pela ameaça de perda, ao contrário, se deram através das disputas de poder e em virtude da autoafirmação identitária de sujeitos ou grupos, ditos como pertencentes à história e à memória de Dourados.

Logo, agentes políticos assumiram a liderança pela propositura de projetos de lei e saíram em "defesa" através da imprensa local, pouco recorrendo à participação de integrantes de grupos interessados. Nessa direção, Meneses ressaltou a necessidade de "repovoar o patrimônio urbano", em inserir os interlocutores, protagonistas nos processos de patrimonialização [119], pois

---

[116] Idem, p. 89-90.

[117] "Instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências". Disponível em <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_3551_04_08_2000_por_orof.pdf> acesso em 28 maio 2018.

[118] Com destaque para a "Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial", aprovada em 2003. Disponível em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf >acessado em 28 maio 2018.

[119] MENESES, Ulpiano T. B. de. "Repovoar o patrimônio ambiental urbano". In: SCHLEE, Andrey R. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio: desafios e perspectivas, nº36, 2017, p. 40-41.

> [...] como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda? Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal? [...] aliás, é necessário repensar a escala de alcance dos bens culturais (municipal, estadual, federal), quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência [...] é preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A grande referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais. [120]

No entanto, ainda a materialidade e a estética, em sua maioria, representam o patrimônio cultural institucionalizado. De acordo com Campos,

> a imaterialidade de todo patrimônio [...] está nos valores que lhe são atribuídos e nos saberes necessários para a sua execução ou concretização, ou, ainda, nos processos necessários para sua realização, muito mais do que no produto final a que se chega. Portanto, pode-se notar que as práticas de preservação do patrimônio cultural ainda estão marcadas pela valorização estética, isto é, baseadas ainda na compreensão de que os valores de um bem são intrínsecos a ele e não atribuídos pela comunidade; nota-se, ainda, como o patrimônio cultural é embebido em discursos políticos e sua seleção e preservação surgem de conflitos entre identidades, sejam locais ou globais.[121]

Não cabe aqui destrinchar aspectos que competem aos entes federados, mas de observar a inserção dos municípios na institucionalização do patrimônio cultural. Na relação entre Municípios, Estados, Distrito Federal e a União devem-se destacar os Compromissos de Brasília, em 1970, e de Salvador, em 1971, que sinalizaram ações específicas para a área do patrimônio cultural. No entanto, reforçaram a perspectiva do Estado brasileiro em atuar na construção e gestão do patrimônio cultural brasileiro através do IPHAN. Na gestão de Renato Soeiro (1967-1979) foi organizado o "encontro de governadores e prefeitos", sendo recomendadas ações articuladas entre os poderes federal, estadual e municipal [122]. Cabe frisar que, em edição especial, em 2017, aos 80

[120] MENESES, Ulpiano T. B. 2012. Op. Cit. p. 25-39.
[121] CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. *Percepção do intangível:* entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial. Goiânia: Arraes, 2017, p. 05.
[122] PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. Revista *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006, p.66-67. RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília:* memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. Annablume:SP, 2005, p.58-59. Sobre Renato Soeiro verificar: AZEVEDO, Paulo Ormindo de. "Renato

anos do IPHAN, de acordo com Azevedo, era necessário "convocar novamente os governadores e prefeitos, recolocar o patrimônio, sem divisões, na agenda nacional e descentralizar a ação como se fez na década de 1970" [123].

Entre os "compromissos", no início da década de 1970, e as comemorações dos 80 anos do IPHAN, em 2017, fez-se um paralelo. São momentos distintos, no entanto, implicam em observar "quem" e "como" se atua, ainda de maneira institucional, sobre o patrimônio cultural brasileiro. Ainda discute-se, dentre o campo do patrimônio cultural, não apenas a sua concepção, noção e/ou conceito, mas as possibilidades de gestão e de preservação, sobretudo, no tocante a participação mais ampla de pessoas e o papel do poder público ao administrá-lo. Muito embora a CF88 tenha aberto caminhos para a participação popular, o Estado ainda é visto como condutor de ações e mediador dos interesses em jogo [124]. Todavia, é possível que se façam parcerias entre diferentes órgãos e instituições privadas, visto desde os anos 1990. [125]

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, coube aos municípios, assim como aos estados [126], elaborar suas constituições. Denominada de Lei Orgânica do Município (LOM), a de Dourados foi aprovada em 05 de abril de 1990. A elaboração do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, ocorreu em conjunto com os debates da LOM e era para ser incluído nela. Como resultado, ficou de fora devido à aprovação do Conselho Municipal de Cultura. A proposta do Conselho, específica para o patrimônio, tornou-se Lei Complementar, logo em seguida, em 09 de novembro de 1990.

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, instituído como lei complementar foi, em parte, um avanço do poder público municipal douradense diante das patrimonializações que estavam sendo feitas, em sua maioria, no Legislativo. De acordo com Conciani e Santos "pelo fato de

---

Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil" In: AZEVEDO, Paulo O. D. de; CORRÊA, Elyanne L. (orgs.). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EDUFBA/IAB, 2013, p.19-55.

[123] AZEVEDO, Paulo Ormindo de. "PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana". In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.24, n.1, jan.-abr.2016, p.254. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n1/1982-0267-anaismp-24-01-00237.pdf> acesso em 20 fev. 2018.

[124] LINO, Fernanda N. da Costa. Op. Cit. p.43.

[125] SANT'ANNA, Márcia. "Cidade-atração: Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil nos anos 90". *Cadernos PPG-AU*, FAUFBA, Salvador, v. 2, n. 2 [número especial], p. 43-58, 2004. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1686> acesso em 20 ago. 2018.

[126] A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul foi promulgada em 05 de outubro de 1989.

os municípios terem determinada autonomia configurada através de auto-governo e auto-administração",

> a primeira é visualizada por Poderes próprios, como o Executivo, representados pelo Prefeito e Legislativo representado pelos Vereadores; e a segunda pelo exercício de competências, como por exemplo, administrativas e tributárias. Quanto à competência, podemos destacar o chamado "interesse local" como forma de delimitação da mesma, apesar de muito pouco precisa sua definição pela Constituição. Além desta competência legislativa exclusiva, o município pode legislar de forma suplementar (art.30, II CF-88), e possui competência administrativa própria (art.30 CF-88), além da competência administrativa comum (art. 23 CF-88). [127]

Neste contexto, na análise de projetos e leis municipais foram priorizadas as citadas nas Ações Civis Públicas e, anterior a elas, nos Inquéritos Civis. Dos projetos de lei e das leis que deles resultaram, além da elaboração específica e dos trâmites do Legislativo municipal, priorizou-se a análise enquanto fonte histórica, já que "as fontes não falam por si só, nem as escrevem", quem as faz é quem as pesquisa, as toma para a compreensão de objetos de estudo. Para tanto, justificativa, pareceres ou relatórios e requerimentos, entre outros, de diversas comissões – como a de Justiça, Legislação e Redação; Educação, Cultura e Desportos; Obras, Serviços Públicos e Planejamento; Meio Ambiente e Finanças e Orçamento –, contribuíram para compreender constructos sociais e como se elaboraram assertivas locais para o patrimônio cultural através da participação específica de vereadores.

A atuação do poder público municipal no tocante ao patrimônio cultural local pode ser analisada não apenas pela propositura de projetos de lei, decretos e leis municipais, mas pelas discussões envolvendo votos contrários, pela procrastinação em debates e aprovações por unanimidade que revelam as características de aprovação aleatória ao longo das últimas décadas.

Nas leituras de projetos de lei que serviram de base para a criação de leis municipais que tombaram/registraram bens culturais em Dourados, encontrou-se no Projeto de Lei (PL) nº 40/1991 o "Regulamento do Conselho de proteção ao patrimônio histórico do município de Dourados". O regulamento fez referência à criação do Conselho como autarquia sob a lei nº 12 de 10 de setembro de 1982, porém, mencionou

[127] CONCIANI, Aline; SANTOS, Danielle C. dos. Op. Cit. p.275.

uma "suposta aprovação", sem data, em 1985. Após análise mais detalhada, não se encontrou a lei no livro de registros do acervo da Câmara de Vereadores, o que deixou lacunas quanto ao funcionamento daquele regulamento, embora sabe-se que ocorreram discussões em torno do "patrimônio histórico" em Dourados, antes da criação do projeto de lei encampado pela vereadora Lori Alice Gressler, em 1989. Segundo Machado, "no Brasil, a redemocratização e a mobilização que antecedeu a elaboração da Constituição Federal de 1988 foram estimuladoras de revisões importantes nos critérios de preservação" [128]. Em Dourados, a criação da FUNCED e as comemorações do cinquentenário da cidade, na década de 1980, podem ter integrado um ambiente de mobilização pela preservação do patrimônio local.

Ao longo da pesquisa, foram encontradas leis municipais que trataram da instituição do patrimônio local, desde 1984. Sabe-se que até a aprovação da Lei Complementar nº 02/90 alguns tombamentos foram realizados. Nestes, figuraram, árvores, como duas figueiras e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A patrimonialização do Cruzeiro e da Casa de Madeira em proximidade aos cinquentenários de Dourados, em 1985, e da CAND, em 1993, se inseriu num contexto em que a proposta de criação de um Conselho Municipal específico ao patrimônio local fosse desencadeada e, por conseguinte, aprovada como lei complementar.

1.3 Entre decretos e leis municipais: a institucionalização do patrimônio local pelo poder público municipal

O Projeto de Lei nº14/84, proposto pelo vereador Vitório José Pederiva do Partido Democrático Social (PDS) tornou-se a Lei Municipal nº 1293/1984, durante a gestão político-administrativa de Luiz Antônio Álvares Gonçalves (1983-1988) e tombou, para o patrimônio histórico do município, duas figueiras. O vereador destacou uma delas por situar-se próxima a "residência do saudoso e arrojado Marcelino

[128] MACHADO, Jurema. "A Unesco e o Brasil: trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural". In: FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (orgs.) *Patrimônio cultural e ambiental:* questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume/Fapesp/Unicamp, 2009, p. 141.

Pires"[129]. Localizada em frente à empresa *Comércio de Máquinas e Implementos Douradense* (COMID), num cruzamento que se inicia na MS 162, ressaltou-se que a figueira era "sem dúvida uma das glórias de nossa terra", que "sob suas ramadas diferentes camadas sociais num passado não muito remoto" aguardavam "os coletivos que seguem ainda hoje rumo à fronteira" [130]. A outra figueira, localizada na Rua Albino Torraca, entre as avenidas Weimar Gonçalves Torres e Marcelino Pires, que não existe mais, teria sido plantada por Maria da Glória Muzzi Ferreira [131], "uma das mais refinadas damas de nossa sociedade e que teve em toda a sua magnífica existência uma atuação cívica que merece nosso respeito, mercê de seu alto grau de brasilidade" [132]. De acordo com o vereador Pederiva, as duas figueiras eram "um patrimônio histórico e cultural de Dourados, que já possui sua comissão de esportes e cultura a qual deve abarcar esse patrimônio" [133]. Os pareceres foram favoráveis em todas as comissões, a de Justiça, Legislação e Redação, a de Obras, Serviços Públicos e Planejamento e a de Educação e Cultura.

Duas figueiras, escolhidas por representarem Marcelino Pires, que hoje nomeia a principal avenida da cidade, e Maria da Glória, que denomina instituição estadual de ensino básico, pouco tratam das questões ambientais, da relevância do espécime, do conjunto em que se insere. Apenas o exemplar e a "excepcionalidade dos sujeitos" foram associados à figueira. Ainda, une-se a "glória e a brasilidade", um tom heróico a "pessoas destacáveis". Vale lembrar que, em 1984, houve iniciativas de diferentes sujeitos e grupos para a patrimonialização do Clube Social, noticiadas pela imprensa e analisadas no Capítulo 2, no entanto, o tombamento não foi realizado. [134]

Em 1985, ano do cinquentenário da cidade de Dourados, o prefeito Luiz Antônio Álvares Gonçalves tombou, via Decreto Municipal nº 75, de 20 de setembro de 1985, um conjunto de figueiras. Doze figueiras na Rua João Cândido Câmara, entre as

[129] Marcelino José Pires Martins ou apenas Marcelino Pires é referenciado por ter sido um dos fundadores e pioneiros de Dourados. Entretanto, seu papel tem sido questionado por outros pioneiros como aqueles que compõem o Centro Cívico, Histórico e Cultural 20 de Dezembro.
[130] "Justificativa". Projeto de lei nº 14/1984, fls 01.
[131] Maria da Glória Muzzi Ferreira foi vereadora, em Dourados, no final da década de 1950. Cf. <http://www.luiscarlosluciano.com.br/fotosnoticias/dourados.pdf> p.36.
[132] "Justificativa". Projeto de lei nº 14/1984, fls 01.
[133] "Justificativa". Projeto de lei nº 14/1984, fls 02.
[134] Cito a pesquisa, em andamento, no PPGH-UFGD, de Maiara Laís Pinto, intitulada "O patrimônio histórico-cultural de Dourados em tempos de transformação social e urbana: uma análise através do movimento de preservação do Clube Social de Dourados (1984-1986)", orientada pelo profº Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz.

ruas João Vicente Ferreira e Oliveira Marques, dezessete figueiras (até 2015, consta em Ação Civil Pública, apenas 12) na Avenida Presidente Vargas, entre a Avenida Marcelino Pires e a Rua Onofre Pereira de Matos e outras nove na Rua João de Rosa Góes, entre as ruas Joaquim Teixeira Alves e Cuiabá[135]. O decreto municipal fez referências às figueiras plantadas num período de colonização promovida pela CAND, mesmo sendo o ipê amarelo escolhido para representar Dourados como símbolo no seu cinquentenário e sendo plantado em vários espaços da cidade, incluindo a Praça do Cinquentenário.

Posteriormente, outros tombamentos foram realizados, os quais envolviam árvores localizadas em diferentes pontos da cidade, como espécimes de figueira[136] em 2003, jequitibá[137] em 2005, seringueira[138] e figueira[139] em 2010, em diferentes gestões político-administrativas. Árvores de determinadas espécimes foram escolhidas em detrimento de reservas, áreas de proteção ambientais ou parques municipais[140]. Dentre as características excepcionais, belezas estéticas e cênicas dos exemplares patrimonializados esboçaram-se uma valoração paisagística do patrimônio ambiental em Dourados[141]. As árvores, em sua maioria, as figueiras, foram associadas à memória de sujeitos considerados "pessoas ilustres" que deveriam servir de exemplo a população.

Durante as comemorações do cinquentenário da cidade e nos anos que se seguiram, a CAND foi ressaltada, geralmente, associada à figura de Getúlio Vargas, idealizador das colônias agrícolas federais. Investiu-se de maneira incisiva em bens culturais que faziam referência a colônia, como o Cruzeiro e a Casa de Madeira da CAND.

---

[135] Decreto municipal nº75 de 20 de setembro de 1985.
[136] Projeto de lei nº035/2003. Lei municipal nº2571 de 16 de junho de 2003.
[137] Projeto de lei nº095/2005. Lei municipal nº 2764 de 16 de agosto de 2005.
[138] Projeto de lei nº189/2009. Lei municipal nº3336, de 4 de janeiro de 2010.
[139] Projeto de lei nº 16/2010. Lei municipal nº 3386, de 17 de junho de 2010.
[140] Sobre a preocupação com os parques ambientais são exemplos os trabalhos de SILVA, Ênio Alencar da. *"Problemática Ambiental" em Dourados/MS*: Análise das Políticas Públicas nas Zonas de Interesse Ambiental. 2008. 73f. Monografia (Graduação em Geografia) UFGD, Dourados. LIMA, Pedro Alcântara de. *Ocupação do fundo de vale do córrego Laranja Doce na cidade de Dourados*: Análise da proposta de criação de um parque ecológico. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente. LUCIANO, Luis Carlos. *Ribeiro:* arquitetura, urbanismo e meio ambiente; exercício de cidadania. Dourados/MS: Edição do autor, 2008.
[141] MAGALHÃES, Cristiane Maria. *O desenho da história no traço da paisagem*: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda. 2015. 414 p. Tese (Doutorado em História) Unicamp, Campinas. Consultar também: SCIFONI, Simone. "Os diferentes significados do patrimônio natural". *Revista Diálogos*. Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006. E, PEREIRA, Danilo Celso. "Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan". *Revista CPC*, v.13, n.25, p.34–59, jan./set. 2018.

Em 1987, o Projeto de Lei nº 42/87 de autoria do vereador Áureo Garcia Ribeiro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), visava tombar para o patrimônio histórico municipal o Cruzeiro, marco do início do Núcleo Colonial de Dourados (NCD). Na gestão de Luiz Antônio Álvares Gonçalves tornou-se a lei municipal nº 1443/1987. O tombamento do Cruzeiro deu-se no Distrito de Vila São Pedro, na antiga cooperativa, marco histórico do início da colonização do NCD. O projeto não teve justificativas, apenas pareceres favoráveis, tanto da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, quanto da Comissão de Educação e Cultura. Interessante observar que Vitório José Pederiva, autor do projeto nº 14/84, foi nomeado membro *ad hoc* do Projeto de Lei nº 42/87. Juntamente com o vereador Antônio Noreci da Silva e o presidente da Câmara Archimedes Lemes Soares, defendeu o projeto de lei. O relator, José Alberto Vasconcelos, na Comissão de Educação e Cultura justificou o voto "acrescentando à caneta" que era "plenamente FAVORÁVEL, porque preserva a memória histórica da epopeia de Dourados" [142]. Ao voto favorável deste vereador, acrescentaram-se os de Archimedes Lemes Soares e de Antônio Noreci da Silva. O Cruzeiro representaria, em parte, uma memória histórica associada à CAND [143], como "epopeia".

Cabe lembrar que vários trabalhos acadêmicos trataram da CAND [144]. Para Oliveira, no início dos anos 1940, o Governo Federal estava atento às mobilizações das fronteiras brasileiras [145]. As colônias agrícolas nacionais, como a de Dourados,

[142] A palavra "favorável" encontra-se em letras maiúsculas no original. Comissão de Educação e Cultura. Votação do parecer do relator. 15 de setembro de 1987, fls 07.

[143] Com relação à CAND e a memória coletiva produzida no seu entorno conferir: MENEZES, Ana Paula. "COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS – HISTÓRIA, MEMÓRIA: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados". *História em reflexão*. Vol. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun 2011, 16p.

[144] Citamos apenas alguns, conforme segue: SOUZA, João C. de. & ANDRADE, Fernanda C. de. "Imprensa e Colônia Agrícola Nacional de Dourados: a análise de discurso". *Relatório de Iniciação Científica.* Pibic 2005-2006. CDR. 20pp. QUEIROZ, Paulo R. C. de & SANTOS, Juliana P. dos. "O município de Dourados e o Ramal de Ponta Porã, da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1940-1970)". *Relatório de Iniciação Científica.* Pibic 2005-2006. CDR. 20pp. BETONI, Walteir Luiz. *Dourados:* entre a memória e a história. 2002. 101 fls. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, Dourados. CARLI, Maria A. F. *A colônia agrícola municipal de Dourados. Colonização 1946-1956*. 2005. 150 fls. Dissertação (Mestrado em História) UFMS. Dourados. NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *"Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto"* – Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2008. 118 fls. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados. OLIVEIRA, Benícia C. de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945).* 1999. 182 fls. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Assis.

[145] De acordo com Oliveira, no sul de Mato Grosso, em especial, com a criação do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946), com a construção do ramal de Ponta Porã, em 1951, da Estrada de Ferro NOB (em Itahum, em 1948), e com a consolidação da política de colonização (como parte integrante da

pautavam-se na fixação do homem no campo através da implantação da pequena propriedade, em torno de 20 a 50 hectares [146]. Entre outros aspectos, os lotes eram doados a pessoas "reconhecidamente pobres e aptos a trabalhos agrícolas" [147]. Visava-se a organização de cooperativas destinadas à compra e venda de produtos produzidos ou consumidos pelos agricultores, vinculados ao mercado nacional.

Ainda para Oliveira, "faz-se necessário esclarecer que a CAND foi criada em 28 de outubro de 1943 e instalada em janeiro de 1944, mas sua consecução somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando foi demarcada pelo governo federal" [148]. No entanto, segundo a autora, a vinda de colonos seria mais intensa no início dos anos 1950, quando Vargas assumiu a presidência pela segunda vez, entre 1951-1954. De acordo com Silva, "em função da colônia, o município de Dourados transformou-se, ao longo dos anos 1950, de insignificante centro de pecuária tradicional e exploração ervateira, em pólo de produção agrícola do Estado" [149]. Para o autor, foi a década de 1950 o período áureo da CAND, em que Dourados apresentou um ritmo mais intenso de crescimento demográfico, de cerca de 15 mil habitantes em 1940 para 22.834 em 1950 e 84.955 em 1960 [150]. Este crescimento demográfico da cidade esteve acompanhado de vários "serviços elementares". Segundo o autor,

> simultaneamente a cidade começou a se equipar com serviços elementares, porém de existência ainda rarefeita na região. Na segunda metade dos anos 1940, foi construído o primeiro hospital. Em 1948, a cidade passou a contar com jornal. Em 1949, foi instalada a primeira unidade de geração de energia elétrica do município (Usina Filinto Muller). Em 1952, foi inaugurada a primeira agência bancária: o Banco Nacional do Comércio e Produção S/A. Nesse período, a cidade foi dotada ainda de emissora de rádio, aeroporto e ensino ginasial. [151]

Marcha para o Oeste), através do encaminhamento de contingentes de trabalhadores, a serem assentados sob a proteção do Estado através da criação da CAND, situada na porção sul do Território Federal de Ponta Porã. Cf. OLIVEIRA, Benícia C. de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945).* 1999. Dissertação (Mestrado em História). UNESP. Assis, p.147.

[146] Idem, p. 150.

[147] Idem, ibidem.

[148] Idem, p. 151.

[149] SILVA, Mário César Tompes da. *Novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados.* 2000. Tese (Doutorado em Geografia). USP. São Paulo, p.108.

[150] Idem, p. 111.

[151] Idem, p. 116.

Ainda para Silva, "o processo de dinamização desencadeado pela CAND não favoreceu apenas Dourados, mas foi também um fator decisivo para a ampliação e conformação da atual rede urbana regional, ao dar origem, durante a década de 1950, a diversos povoados e vilas que posteriormente foram transformados em cidades" [152]. Destaque para Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Douradina, Jateí e Vicentina.

Dois anos depois do tombamento do Cruzeiro, o Projeto de Lei nº 050/89 foi vinculado a CAND através da Casa de Madeira, promovendo uma das principais discussões acerca dos tombamentos via decretos, projetos de leis municipais, no interior do Legislativo douradense. A discussão baseou-se na necessidade de uma lei específica para regulamentar os tombamentos realizados pelos vereadores. Proposto pelo vereador Eduardo Laier, do Partido da Frente Liberal (PFL), o projeto visava uma casa em específico, um dos últimos exemplares construídos no período da CAND. Na justificativa, o vereador frisou diferentes aspectos, dentre os quais se destacaram: 1. "a transmissão do acervo cultural de um grupo, coletividade ou nação só é transferido aos outros quando conservado"; 2. "a preservação expressa grande parte do progresso material e espiritual do homem"; 3. "é vislumbrando a perda desse importante patrimônio que representa o alvorecer da história econômica de Dourados, o que nos motivou a trazer para a apreciação dos nobres pares, o projeto visando o tombamento para o patrimônio histórico do município, o imóvel enunciado", neste caso, "uma casa, construída ainda no governo de Getúlio Vargas, na CAND, sendo uma das últimas residências que marcam o povoamento desta região"; 4. Laier ainda frisou que esperava o apoio do "senhor prefeito municipal" para que "a ideia cresça, viceje e se transforme em realidade"; 5. através da FUNCED e da Secretaria de Educação, "poderemos ter um museu agrícola e o mais importante, o enriquecimento da História do Município" [153]. Vale mencionar que o Museu da CAND foi construído décadas depois, próximo ao Cruzeiro da CAND.

Da extensa justificativa dada pelo vereador deve-se destacar a perspectiva de perda associada à necessidade de preservação, o papel da CAND e sua importância. Ao

[152] Idem, p.111.
[153] "Justificativa". Projeto de lei nº 050/89. Plenário da Câmara Municipal de Dourados, em 13 de setembro de 1989, fls.03.

analisar a "retórica da perda" em discursos que trataram do patrimônio cultural no Brasil, Gonçalves esclareceu que:

> o efeito dessa visão é desenhar um enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, à destruição e homogeinização do passado e das culturas. Na medida em que esse processo é tomado como um dado, e que o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de 'patrimônios culturais' representativos de categorias e grupos sociais diversos. No entanto, este discurso, que se opõe vigorosamente àquele processo de destruição, é o mesmo que, paradoxalmente, o produz. Os objetos que vêm a integrar coleções ou os patrimônios culturais, retirados do contexto histórico, social, cultural e ecológico em que existem originalmente são recodificados com o propósito de servirem como sinais diacríticos das categorias e grupos sociais que venham a representar. [154]

Para ele, nos discursos de perda, a história, assim como a antropologia e o folclore, desempenhou papel importante na articulação de narrativas sobre o patrimônio cultural no Brasil. O patrimônio cultural é visto, ao mesmo tempo, como perda e apropriação, como ausência e presença. No caso singular da Casa de Madeira da CAND, a autenticidade nela buscada foi o efeito de sua própria perda, em nome da perda que se propôs assegurar sua preservação. Em outros projetos de lei e, nas ações civis públicas analisadas no Capítulo 3, este discurso é novamente observado.

A justificativa do referido projeto de lei ainda estava assinada pelo vereador Eduardo Laier e rubricada por seu colega Frederico Bernardo Holtermann, relator do projeto de lei. Na votação ao parecer do relator na Comissão de Justiça, Legislação e Redação, Holtermann também era membro. O parecer da comissão foi favorável, em 19 de setembro de 1989, com dois votos, de Holtermann e de Francisco Moraes Chico Costa, presidente da comissão.

O projeto de lei apresentou outros pareceres, como o da vereadora Lori Alice Gressler, que o considerou

> [...] de grande relevância pelo seu valor histórico cultural, a preocupação do Vereador autor do projeto e merecedor de todos os elogios, pois representa um estímulo para a efetivação de estudos,

[154] GONÇALVES, José R. S. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.23.

> visando regulamentar de modo geral os tombamentos. Todavia, no meu entender a aprovação é prematura, pois existe uma série de implicações que a lei isolada não abrange. [155]

A perspectiva de Gressler era clara: "regulamentar de modo geral os tombamentos" no interior do município, que uma lei isolada não daria conta. No projeto foram inseridos trechos de livros de "direito público administrativo" que tratava do "tombamento", "indenização" e da "intervenção na propriedade". Além disso, fragmentos da CF88, em especial do artigo 30, no tocante as competências do Município e, sobretudo do item IX "promover a proteção do patrimônio histórico cultural local observado a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual" [156]. Tais inserções, muito provavelmente foram utilizadas para dar suporte à defesa da aprovação do projeto de lei.

A posição contrária da vereadora Lori Alice Gressler se cristalizou naquele projeto de lei pelo Requerimento nº 497/89, aprovado em 04 de outubro de 1989, em que pediu "vistas" ao Projeto de Lei nº 050/89. Em seguida, a Comissão de Finanças e Orçamento composta pelos vereadores Áureo Garcia e Lori Alice Gressler e, como membro, Gonçalo Padilha e Amorim, rejeitou por maioria de votos, em 1 de novembro de 1989, com parecer contrário ao projeto de lei. Não apenas nesta comissão, mas na de Educação e Cultura, o voto ao projeto de lei permaneceu contrário.

No parecer da Comissão de Finanças e Orçamento se considerou a "relevante importância para a preservação da História e da Cultura, mesmo porque vai buscar na antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados, um material que espelha o início de uma colonização fadada ao sucesso, o que comprova com o progresso que vivenciamos"[157]. Em meio à afirmativa de que a colonização da CAND estaria "fadada ao sucesso" mesclaram-se posições sobre um suposto "fracasso" da CAND [158], observado na migração e/ou na venda dos lotes concedidos ou doados pelo governo a inúmeros colonos. Oliveira ressaltou que em "[...] Fátima do Sul, Vicentina, Jateí e Glória de Dourados existe uma quantidade significativa de moradores remanescentes da

[155] "Justificativa de voto ao parecer do relator". Ref. Projeto de lei nº050/89. Vereadora Lori Alice Gressler. Membro da Comissão de Educação e Cultura. Dourados, 7 de novembro de 1989. Projeto de lei nº050/89, fls. 18.
[156] Projeto de lei nº50/89, fls. 08.
[157] "Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao projeto de lei nº050/89". Projeto de lei nº050/89, fls.15.
[158] OLIVEIRA, Benícia C. de. Op. Cit. p.175.

CAND, originários do nordeste brasileiro" [159], sendo que "a malha fundiária permanece ainda a mesma estabelecida na época da criação da CAND", mas em sua maioria pertencem a proprietários que nada têm a ver com o projeto colonizador desencadeado na década de 1940. [160]

O mesmo parecer esclareceu que o "projeto aborda no seu todo, um aspecto unilateral, o que a Comissão não concorda [...] isto porque, não mostrou a ele o respaldo legal". E mais, "somos tecnicamente favoráveis, mas ressaltando que é inoportuno, porque não dispomos ainda a nível municipal de um instrumental jurídico para sua efetivação" [161].

A base legal que se referia o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento pode ter influenciado a redação e reescrita do projeto de lei que propunha a criação de um Conselho Municipal específico para o patrimônio local [162]. Como professora universitária [163], Lori Alice Gressler fez viagens a São Paulo para observar experiências acerca do patrimônio e dos conselhos municipais. A preocupação da vereadora ao dar parecer contrário, ao que parece, estava vinculada ao interesse de criar um meio participativo/democrático através do Legislativo, da atuação do poder público e da comunidade, que pudesse agregar a complexidade do tombamento e da preservação.

[159] Idem, p. 217.
[160] Idem, p. 180.
[161] "Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao projeto de lei nº050/89". Projeto de lei nº050/89, fls.15.
[162] Há uma coleção, sendo higienizada e catalogada, acerca do fundador do jornal *Folha de Dourados*, Theodorico Luiz Viegas. Segundo informações obtidas no CDR-UFGD, Theodorico teria sido "assessor da prefeitura" nessa época. Ali encontramos cópias do projeto de lei nº 021/90 datilografado e com observações a lápis. Este projeto de lei deu origem a Lei Complementar nº 02/90 que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, aprovada em 09 de novembro de 1990. Também no CDR-UFGD, encontra-se encadernado, com data de fevereiro de 2015, em nome de Lori Alice Gressler "Projetos, requerimentos e artigos sobre a preservação do patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico e artístico – período 1989-1992". Tal encadernação reúne recortes de jornais com notícias em que Lori tratava do patrimônio cultural local, cópias do projeto de lei 021/90, sub-emendas feitas por ela ao projeto de lei.
[163] Lori Alice Gressler mudou-se do Rio Grande do Sul para Dourados, em 1971, e, trabalhou nos cursos de licenciatura do Centro Pedagógico de Dourados, na Universidade Estadual de Mato Grosso, depois da divisão do Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) até se aposentar no início dos anos 1990. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) obteve sua pós-graduação nos Estados Unidos, mestre em Educação pela Organização dos Estados Americanos (OEA/UFSM), em 1971. Doutora em Educação pela *Mississippi State University*, em 1976, e pós-doutora pela mesma Universidade, em 1984, Cf. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4773782P2>. Segundo Vasconcelos "Lori Alice Gressler provavelmente foi a primeira professora com Doutorado em Educação no Estado de Mato Grosso, antes da divisão". VASCONCELOS, Luiza Melo. Op. Cit. p.194.

Entre as várias discussões na Câmara Municipal, Gressler defendeu e promoveu debates junto à comunidade para constituir a LOM.

O parecer contrário expedido pela comissão, rejeitado pela maioria em plenário, acrescentou ser:

> necessário esse instrumental visto que gera o Tombamento uma série de implicações que vão envolver o Poder Público Municipal, os proprietários do imóvel, os seus herdeiros e fatores que devem e precisam ser amplamente analisados. Por outro lado, a Comissão entende que o Município deva criar um Parque Histórico onde abrigará os materiais tombados, devidamente reconstruídos, obedecendo todas as suas características originais. Daí porque propõe seja [sic] o Projeto retirado pelo nobre Vereador, autor da propositura, para uma representação em tempo oportuno, quando já dispusemos dos mecanismos legais para a sua efetivação. [164]

A aprovação do Projeto de Lei nº 050/89, da Casa de Madeira da CAND, foi responsável por um debate sobre a necessidade de cautela nos tombamentos realizados pela Câmara Municipal, pois envolveu, neste caso em específico, a desapropriação de imóvel privado, ressaltando-o como um dos aspectos no Projeto de Lei nº 021/90 e mantido na Lei Complementar nº 02/90.

No Projeto de Lei nº 050/89, algo interessante chamou atenção nos pareceres expedidos pelas comissões, tanto a de Orçamento e Finanças quanto a de Educação e Cultura. A proposta apresentada pelos vereadores reforça a argumentação dos dois pareceres ao esclarecer a falta de base legal nas leis do município, sobretudo, num momento de recente aprovação da CF88, que sinalizava maior autonomia aos municípios brasileiros. Estes, por sua vez, deveriam seguir a Constituição Federal, a Estadual e elaborar suas LOM's. É válido considerar não só o voto contrário, mas as sugestões dadas ao projeto de lei, como a criação de um "parque histórico".

Cabe frisar que no parecer citado anteriormente, Gressler, que também era integrante da Comissão de Educação e Cultura, em 7 de novembro de 1989, observou a "aprovação prematura" do projeto, reiterando aspectos vistos no parecer anterior na Comissão de Finanças e Orçamento. O parecer da vereadora foi contrário ao parecer do relator da Comissão de Educação e Cultura, Carlos Roberto Cristino de Oliveira.

[164] "Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao projeto de lei nº050/89". Projeto de lei nº050/89, fls.15.

Mesmo assim, o relator referiu-se a artigos da Constituição Federal e Estadual que tratam das atribuições do Município em "promover a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural", defendendo que:

> como a casa de madeira referida no bojo do Projeto marca um período histórico da nossa região, ou seja, marca o início da colonização desta extensa área, através da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas em 1943, entendo que deve ser preservada. E, a única forma de preservá-la é o tombamento para o Patrimônio Histórico de Dourados, pois desta forma o Município promoverá meios de protegê-la contra a ação corrosiva do tempo ou mesmo contra a destruição pelos próprios proprietários. Portanto, sou favorável a tramitação do Projeto. [165]

A importância dada pelo vereador e também professor à Casa de Madeira tinha forte relação com a CAND e pelo que representava para Dourados. Ele ainda alertou para a "destruição" ou "ação corrosiva do tempo", numa defesa pelo tombamento associada à preservação.

Em 1990, em paralelo às discussões da LOM e elaboração do Conselho Municipal específico ao patrimônio, elegeu-se por projeto e lei municipal outro patrimônio vinculado à CAND, denominado Marco de Cimento, que "servia como divisa do perímetro suburbano e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados". O Projeto de Lei nº 007/90, de autoria do vereador Archimedes Lemes Soares (PMDB) e presidente da Câmara, tornou-se a Lei Municipal nº 1621, de 07 de junho de 1990. Assim como na tramitação do Projeto de Lei nº 050/89, ocorreu em 17 de abril de 1990 pedido de vistas pelo vereador Ivo Cratiu da Silva (PMDB), rejeitado em 18 de abril de 1990. No parecer da Comissão de Educação e Cultura, composta pelo próprio Ivo Cratiu da Silva, Bela Barros e Lori Alice Gressler, em 24 de abril de 1990, o parecer foi favorável contendo a solicitação de um "memorial descritivo". Defendeu-se que a patrimonialização do Marco de Cimento deveria ter "[...] respaldo de pessoas que militam na área da cultura" e deveria permanecer "em seu local de origem, demarcado, acompanhado de placa com descrições". A emenda aditiva de autoria do vereador Alberto Alves dos Santos, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), propôs a denominação do Marco de Cimento de Getúlio Vargas e, em 25 de abril de 1990, teve

[165] "Comissão de Educação e Cultura". Parecer do relator. Ref. Projeto de lei nº050/89. Carlos R. C. de Oliveira. Dourados, 7 de novembro de 1989, fls. 17.

parecer favorável da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, assinado por Frederico Bernardo Holtermann e o proponente Archimedes Lemes Soares, frisando que "nada mais justo esta homenagem a Vargas".

De modo geral, os pareceres das comissões foram sucintos. Raras foram as emendas aditivas. Os votos, em sua maioria, favoráveis aos projetos de lei. Poucos justificaram, além de votar pelo "sim" ou "não". No entanto ocorreram pareceres contrários. Observou-se certa variedade e contradição na postura de determinados vereadores, dependendo das circunstâncias, das relações de proximidade estabelecidas entre os próprios vereadores e entre os partidos ou até entre os que propunham e, ao mesmo tempo, compunham as comissões que aprovariam ou não os projetos de lei apresentados. Por exemplo, o voto contrário da comissão que Gressler integrava foi vencido por dois votos favoráveis, um do próprio Carlos Roberto Cristino de Oliveira e outro de Francisco Mendes Chico Costa, membro *ad hoc* do Projeto de Lei nº 050/89, nomeado por Carlos Roberto Cristino de Oliveira. Os projetos da Casa de Madeira da CAND e do Marco de Cimento foram aprovados e desencadeou a elaboração de lei municipal específica ao patrimônio local, que resultou na formação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

1.4 O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados em dois contextos: 1990 e 2013

O Projeto de Lei nº 021/90 tornou-se a Lei Complementar nº 02/90, composta por 34 artigos. Em sua estrutura, quatro artigos destacaram a composição e as atribuições do Conselho Municipal, brevemente acompanhado do que se entendia por patrimônio em um artigo. Na sequência, três artigos versaram sobre o tombamento, dez acerca da preservação, oito para os efeitos de tombamento, quatro retomando e esmiuçando a composição do conselho em sua duração de mandato, substituição de membros, periodicidade das reuniões, estabelecimento de regimento interno, nomeação e posse dos conselheiros. Por fim, quatro artigos trataram das disposições transitórias.

A preservação, feita através do tombamento e os efeitos do ato de tombar, consistiu em vinte e um artigos, que evidenciaram uma preocupação para além das

discussões em aprovar ou não os projetos de leis, qualificando o tombamento/preservação do patrimônio local.

Após vinte anos, tais artigos foram alterados pela Lei Complementar nº 232 de 11 de dezembro de 2013, que criou "dispositivos na Lei Complementar nº 02 de 09 de novembro de 1990", formando o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, dando outras providências. Cabe mencionar que a Lei Complementar nº 02/90 sofreu alterações através do Projeto de Lei encaminhado pela Procuradoria Geral do Município, visando sua "modernização", ao Legislativo Municipal, em 2013. No mesmo ano, devido ao trâmite de Ação Civil Pública movida pelo MPE contra o Município de Dourados, uma das exigências foi a instalação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

Na década de 1990, a Lei Complementar definiu como o patrimônio local se constituiria. Através do artigo 5º, foi considerado Patrimônio Histórico e Artístico do Município "bens móveis e imóveis de propriedade pública e privada, existentes no Município, que dotadas de valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico e artístico, justifique o interesse público na preservação"[166].

Na definição de patrimônio, há recortes específicos. Mesmo remetendo-se a "história", a "cultura" e ao "ambiente", a ênfase é a materialidade e, por sua vez, o tombamento, justificado por interesse público em preservar. Vale lembrar que, o importante não é o que a lei estabeleceu, mas como a definição foi construída, em 1990, permanecendo inalterada, em 2013, embora tenha recebido propostas de emendas, inclusive para se acrescentar a natureza imaterial do patrimônio, citando artigo da LOM[167].

A prática de patrimonializar através de projetos de lei via poder Legislativo, aparentemente sem a atuação do Conselho Municipal, manteve-se após a aprovação da

[166] Lei Complementar nº 02 de 09 de novembro de 1990.

[167] O PLC 022/2013 teve emendas, de indicação do vereador Elias Ishy, conforme segue: 1. aumento no número de componentes do Conselho Municipal, sugestão de 13 membros; 2. a eleição do presidente será pelos membros do Conselho e não indicação do Secretário de Cultura; 3. acrescentar "material e imaterial" no tocante ao patrimônio cultural, de acordo com a LOM art. 243; 4. a retirada a obrigatoriedade de organizar e cuidar do arquivo a respeito; 5. Duas outras emendas são de redação e por supressão de artigo. (PLC 022/2013, fls 17-19; 23-24). Além da Lei Complementar nº 232 de 11 de dezembro de 2013, na ação civil pública (ACP) nº 0800637-82.2012.8.12.0002, há o Decreto Municipal nº 801 de 13 dezembro de 2013, alterado pelo decreto 1.016, de 10 de abril de 2014 que nomeia os integrantes e seus suplentes para a Composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

Lei Complementar nº 02/90 e da sua alteração pela Lei Complementar nº 232, em 2013, conforme veremos ao longo da tese. O patrimônio local selecionado e erigido através do ato de legislar foi utilizado, à revelia, como instrumento político através de leis municipais que garantiram o tombamento ou o registro, ora sem justificativa, ora sob a alegação de ameaça de perda ou perpassando a autoafirmação identitária de grupos sociais e culturais.

Sabe-se que não há uma única noção de patrimônio cultural e que as fontes históricas, para sua análise, estão em construção permanente. Mesmo assim, contraditoriamente, as discussões sobre o que constituiria o patrimônio local não avançaram, mantendo-se inalterada sua definição na Lei Complementar em mais de trinta anos. Aparentemente não foram utilizadas experiências de patrimonialização em Mato Grosso do Sul, não sendo consultados especialistas e comunidades que o poder público municipal deveria representar.

Ao que parece, a principal preocupação era com a competência do Conselho Municipal e, em especial, com os seus membros, expressa na mensagem da Procuradoria Geral do Município (PGM) a Câmara Municipal de Vereadores sobre a necessidade da "modernização" da Lei Complementar nº 02/90, em 2013. Tal preocupação também se fez presente em 1990, no Projeto de Lei nº 021/90, que trazia sugestões de membros de algumas entidades para compor o Conselho Municipal. Todavia, a Lei Complementar nº 02/90 que dele resultou apenas dirigiu-se aos membros do Colegiado [168], composto por "pessoas de notório saber relativo às finalidades do órgão" e "indicado pelas entidades vinculadas a área e nomeado pelo Prefeito Municipal" [169]. A lei especificava que a composição do Conselho teria nove membros efetivos e três suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com referendo da Câmara Municipal [170]. No entanto, na aprovação da Lei Complementar, não se fez referência à representatividade dos nove membros e três suplentes.

As "pessoas de notório saber", os nove representantes de entidades ou instituições indicadas no Projeto de Lei nº 021/90 seriam:

[168] O Conselho consistiria em "Colegiado" e "Secretaria Executiva". Os integrantes para o Colegiado seriam indicados por entidades vinculadas à área e nomeados pelo prefeito municipal. Os da Secretaria seriam escolhidos pelo Colegiado e designados pelo prefeito municipal. Cf. Lei Complementar nº 02 de 09 de novembro de 1990.
[169] Artigo 1, inciso 1. Cf. Lei Complementar nº 02 de 09 de novembro de 1990.
[170] Artigo 27. Lei Complementar nº 02 de 09 de novembro de 1990.

> um integrante da Secretaria de Serviços Urbanos; um da Sociedade Civil da Grande Dourados (SOCIGRAN); um do Centro Universitário de Dourados (CEUD); um da Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (FUNCED); um da Associação de Engenheiros e Arquitetos; um da União Douradense de Associação dos Moradores; um do Poder Legislativo Douradense; um da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional – Dourados e um da Curadoria do Meio Ambiente Municipal[171].

Ao que parece a principal discussão, tanto em 1989 quanto em 2013, foi a composição do Conselho Municipal. Em 2013, mesmo com sugestão de emenda para elevar de nove para treze membros, mantiveram-se os nove membros titulares acrescentando-se igual número de suplentes e, em sua maioria, cinco membros vinculados ao Executivo Municipal, com representantes de suas secretarias. Três membros passaram a representar instituições acadêmicas e, outro, um grupo literário, conforme segue:

> I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, sendo um o Secretário Municipal de Cultura; II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento; V – 01 (um) representante da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; VI – 01 (um) representante da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; VII – 01 (um) representante da Universidade da Grande Dourados – UNIGRAN; VIII – 01 (um) representante do Grupo Literário Arandu[172].

Além da composição dos membros do Conselho Municipal, foi modificada sua concepção, que segundo a Lei Complementar nº 232/2013 tornou-se "[...] órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, destinado a tratar das questões referentes ao patrimônio histórico, cultural e ambiental do município"[173]. As atribuições do Colegiado e da Secretaria Executiva foram substituídas pelas atribuições do Conselho Municipal. Em 2013 passaram a vigorar oito atribuições, conforme tabela a seguir:

[171] Projeto de lei complementar nº 021/90. De autoria da vereadora Lori A. Gressler (PTB). Cópia de uma das versões do referido projeto de lei, datilografada e com correções a lápis, disponível no CDR-UFGD.
[172] Artigo 1. Lei Complementar nº 232, 11 de dezembro de 2013. Diário Oficial do Município de Dourados. Ano XV, nº 3628, sexta-feira, 13 de dezembro de 2013, p.01.
[173] Idem, ibidem.

Lei Complementar nº 02/90		Lei Complementar nº 232/2013
Art. 1. 1. O Conselho compreende o Colegiado e a Secretaria Executiva:		Art. 1. 1. O presidente do Conselho será o Secretário Municipal de Cultura.
Colegiado	Secretaria Executiva	Art. 2. São atribuições do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados:
Inciso 1. I. O colegiado é composto por pessoas de notório saber relativo às finalidades do órgão e será indicado pelas entidades vinculadas a área e nomeado pelo Prefeito Municipal. Art. 2. O Colegiado tem, entre outras, as seguintes atribuições: I – propor às autoridades competentes o tombamento dos bens móveis e imóveis de valor reconhecido para o município de Dourados, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária; II – propor a compra de bens móveis e imóveis e o recebimento em doações; III – projetar as obras de conservação e restauração de que necessitam os bens tombados, sejam públicos ou privados; IV – formular diretrizes a serem obedecidas na política de preservação e valorização dos bens culturais e naturais; V – opinar sobre planos, projetos e propostas referentes à preservação de bens naturais e culturais; VI – promover estratégias de fiscalização e da preservação e uso dos bens tombados; VII – comunicar o	Inciso 1. II. A Secretaria Executiva será dirigida por um Secretario indicado pelo colegiado e designado pelo Prefeito Municipal e terá a seguinte estrutura: a) serviço técnico de estudo e tombamento; b) serviço técnico de conservação e restauração. Art. 4. A Secretaria Executiva compete executar as atividades relativas ao tombamento, incluindo projetos, cadastros, fotografias e memoriais descritivos, bem como a restauração do patrimônio e serviços administrativos de apoio necessário à atuação do Conselho. Art. 6. A Secretaria Executiva possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritos as obras a que se refere o artigo 4º desta Lei.	I – coordenar pesquisas e levantamentos emitindo pareceres, para assessorar e aconselhar a Administração Pública na conservação, recuperação, defesa e melhoria do patrimônio histórico, cultural material e imaterial e patrimônio ambiental do município; II – colaborar com o poder público na formulação, planejamento e implantação de políticas e ações de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, observadas as legislações federal, estadual e municipal; III – sugerir ou organizar campanhas de educação patrimonial, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento e a conscientização da preservação do patrimônio de que trata esta lei; IV – emitir parecer técnico conclusivo em processo de análise de indicação de tombamento de bens Históricos, Culturais ou Ambientais do Município de Dourados; V – elaborar estudos ou pareceres, bem como organizar vistorias ou quaisquer outras medidas destinadas a instruir e encaminhar processos de tombamento; VI – promover estratégias de fiscalização e da preservação e uso dos bens tombados indicando, quando necessário, a execução de obras imprescindíveis à conservação; VII – comunicar o tombamento de bens ao proprietário e ao oficial do respectivo cartório de registros para a realização dos competentes assentamentos, bem como aos órgãos estadual e federal de tombamento; VIII – propor o estabelecimento de acordos de cooperação com instituições públicas ou privadas para preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

tombamento de bens ao oficial do respectivo cartório de registro para realização dos competentes assentamentos, bem como aos órgãos estadual e federal de tombamento.		

Caso observarmos as competências do município e dos órgãos específicos de cultura em Dourados, "promover a defesa do patrimônio histórico do Município de Dourados" foi atribuição dada à Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (FUNCED) desde sua criação, em 1983[174]. A partir de 2011, através da reestruturação das secretarias municipais, tais atribuições couberam a Secretaria Municipal de Cultura (SEMC)[175]. Ao longo dos anos, entre 1990 e 2010, poucas foram as citações na imprensa douradense que fizeram relação entre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e a FUNCED. A ausência de menções de membros do referido Conselho Municipal pode ter contribuído para que apenas a FUNCED fosse mencionada nos projetos de lei que trataram de patrimonializações locais. Na reestruturação da Lei Complementar nº 02/90, em 2013, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados foi vinculado a SEMC. Além disso, garantiu dois membros da Secretaria no Conselho, um destes como presidente, o secretário municipal de cultura, com cargo atribuído automaticamente, sem eleição entre os pares.

Em resumo, a FUNCED, transformada em SEMC, a LOM, as leis complementares, o Executivo e o Legislativo, garantiram e possibilitaram atuações do poder público em políticas de patrimônio local, ao que parece, sem compartilhamento

[174] Lei nº 1.261 de 05 de agosto de 1983. Cria a Fundação Cultural e de Esportes de Dourados e dá outras providências.

[175] Lei Complementar nº192 de 23 de dezembro de 2011. A SEMC "[...] vem atender uma das mais antigas reivindicações do segmento cultural douradense, e tem por finalidades a formulação de políticas públicas e a coordenação da implementação de ações, diretamente ou em parceria com entidades públicas e privadas, de programas, projetos e atividades voltados para o desenvolvimento da cultura, bem como da preservação do patrimônio histórico e cultural do município. Compete à pasta formular a política de cultura do município articular-se com órgãos federais, estaduais, municipais e culturais de qualquer iniciativa; promover a defesa do patrimônio histórico de Dourados; conceder auxílio a instituições culturais para assegurar o desenvolvimento cultural efetivo; promover intercâmbio com entidades culturais públicas e privadas, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter cultural; realizar promoções destinadas à integração social da população com vistas à elevação do seu nível cultural, entre outras atividades". Disponível em <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/secretaria-municipal-de-cultura/> acesso em 12 fev. 2018.

do interesse público através de debates, informações e da legislação municipal. Não se viu discursos afinados entre diferentes espaços do poder público municipal em torno da temática. Em meio às contradições, tensões e usos do patrimônio como instrumento político, as práticas e as políticas patrimoniais foram consensuais. Ainda assim, o patrimônio local tornou-se prática e discurso através do ato de legislar e o poder público municipal fez pouco uso da lei até as Ações Civis Públicas movidas pelo MPE em 2012.

1.5 A legislação municipal e as experiências de patrimonialização

Nas gestões político-administrativas, entre as décadas de 1980 e 2010, projetos ou leis municipais caracterizaram disputas acerca do patrimônio local. Esta tese abarca os mandatos de Luiz Antônio Alvares Gonçalves (1983-1988), Antônio Braz Genelhu de Melo (1989-1992), Humberto Teixeira (1993-1996), Antônio Braz Genelhu de Melo (1997-2000), José Laerte Cecílio Tetila (2001-2004 e 2005-2008), Ari Valdecir Artuzi (2009-2010), Murilo Zauith (2011-2016) e de Délia Razuk (2017-2020).

Deve-se convir que a necessidade de uma lei que regulamentasse a patrimonialização em Dourados foi discutida no Legislativo municipal, entre 1989 e 1990, num contexto de elaboração da LOM. Após esse momento e a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, a preocupação com a "normatização do patrimônio local" não se sustentou. A instalação do Conselho Municipal nos anos que se seguiram sequer foi mencionada nos projetos de lei que foram propostos após sua criação. Determinados vereadores, ao que parece utilizaram do patrimônio local como instrumento de disputa em meio a articulações políticas de cada gestão político-administrativa.

Mesmo assim, após a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, o Legislativo municipal protagonizou propostas de patrimonialização ao elaborar projetos de lei, que, ao serem aprovados, tornaram-se leis municipais com o objetivo de tombar ou registrar como patrimônio douradense determinados elementos históricos, culturais e ambientais, conforme especificado na tabela a seguir.

	Lei Municipal	Patrimônio histórico, cultural e ambiental de Dourados

1	Lei nº 1.293/1984	"Tomba para o patrimônio histórico de Dourados as figueiras da Rua Aniz Rasslen e Albino Torraca".
2	Lei nº 75/1985 (decreto municipal)	"Ficam tombados para o patrimônio histórico de Dourados doze figueiras localizadas na Rua João Cândido Câmara, dezessete figueiras na Av. Presidente Vargas e nove figueiras na Rua João Rosa Góes (entre Joaquim Teixeira Alves e Cuiabá).
3	Lei nº 1.443/1987	"Fica tombado para o patrimônio histórico municipal o 'Cruzeiro', marco do início do N. C. D (Núcleo Colonial de Dourados)".
4	Lei nº 1.600/1989	"Tomba uma casa de madeira no Distrito de Vila São Pedro, para o patrimônio histórico e cultural do município de Dourados".
5	Lei nº 1.621/1990	"Fica tombado para o patrimônio histórico municipal o Marco de Cimento, desta cidade".
6	Lei nº 1.694/1991	"Fica tombado para o patrimônio histórico municipal o prédio da antiga Usina Filinto Muller, desta cidade".
7	Lei nº 2.009/1996	"Ficam tombadas para o patrimônio público, histórico e cultural deste município, o prédio da Estação Ferroviária, localizada no distrito de Itahum".
8	Lei nº 2.571/2003	"Tomba para o patrimônio histórico do município de Dourados as figueiras da Rua Vlademiro Muller do Amaral".
9	Lei nº 2.764/2005	"Tomba para o patrimônio histórico do município de Dourados o jequitibá (*cariniana estrellensis*) da Rua A-5. no Parque dos Jequitibás".
10	Lei nº 3.336/2010	"Tomba para o patrimônio histórico do município de Dourados a seringueira da Rua dos Missionários".
11	Lei nº 3.373/2010	"Dispõe sobre o tombamento para o patrimônio histórico e cultural do município de Dourados o prédio da Escola Geraldino Neves Corrêa, no Distrito de Picadinha".
12	Lei nº 3.386/2010	"Dispõe sobre o tombamento para o patrimônio histórico do município de Dourados duas figueiras na Av. Presidente Vargas".
13	Lei nº 3.395/2010	"Dispõe sobre o tombamento para o patrimônio histórico e cultural municipal a Feira Livre de Dourados".
14	Lei nº 4.100/2017	"Declara o Tereré como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Dourados/ MS".
15	Lei nº 4.111/2017	"Declara o pucheiro ("puchero") como patrimônio imaterial da cidade de Dourados – MS".
16	Lei nº 4.112/2017	"Declara a sopa paraguaia como patrimônio imaterial da cidade de Dourados – MS".
17	Lei nº 4.181/2018	"Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, o

		monumento a Antônio João e dá outras providências".
18	Lei nº 4.182/2018	"Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, o monumento a Bíblia e dá outras providências".
19	Lei nº 4.183/2018	"Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, o monumento ao Colono e dá outras providências".
20	Lei nº 4.184/2018	"Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, o monumento Brasil 500 anos e dá outras providências".
21	Lei nº 4.193/2018	"Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, o monumento ao Ervateiro e dá outras providências".
22	Lei nº 4.194/2018	"Tomba para o patrimônio histórico e cultural do município, a estátua do presidente Getúlio Vargas e dá outras providências".

O primeiro tombamento realizado "para o patrimônio histórico" municipal após a criação do Conselho Municipal foi "do prédio da antiga Usina Filinto Muller", em 1991. O Projeto de Lei nº 040/91, encaminhado pelo vereador Carlos Roberto Cristino de Oliveira (PMDB), após aprovado tornou-se a Lei Municipal nº 1694 de 15 de julho de 1991. A lei garantia o tombamento do prédio da Usina prevendo a desapropriação pelo Poder Executivo Municipal de uma área de 12.222 m^2 de imóveis e a restauração pelo poder público municipal que a transformaria no Museu de Dourados[176].

Num extenso projeto de lei de setenta páginas, o maior perante projetos que giravam em torno de quinze laudas, vários documentos foram apresentados, como a comunicação interna da Diretoria Executiva para a Diretoria Cultural da FUNCED, o ofício ao prefeito municipal Luís Antônio Álvares Gonçalves solicitando reunião com o Conselho Deliberativo da FUNCED, em 1987, plantas da Usina e sua localização, memorial descritivo, publicação da lei no jornal *O Progresso* em 17 de julho de 1991, trechos ao que parecem ser da lei nº 245 de 01 de julho de 1981, publicada em diário oficial do Estado um dia depois, Decreto Municipal nº 117 de 12 de junho de 1991, expedido pelo prefeito municipal Antônio Braz Genelhu Melo[177], Regulamento do Conselho de Patrimônio Histórico do Município de Dourados datado apenas com o ano

[176] Lei municipal nº 1.694 de 15 de julho de 1991.
[177] O referido decreto declarava "de utilidade pública para o fim de desapropriação, os imóveis urbanos que menciona e dá outras providências". Projeto de lei nº040/1991, fls. 28. Neste caso a desapropriação seria da área de 12.222m^2 que corresponderia ao tombamento da Usina Filinto Muller.

de 1985[178], Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 sobre o patrimônio e tombamento e, por fim, Decreto-lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, acerca das desapropriações.

Cabe frisar que o referido projeto de lei conteve justificativa que considerou Dourados como a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul "[...] desconstituída de um acervo histórico em que possa retratar a epopeia de seus desbravadores e colonizadores". Nele, o vereador Carlos Roberto Cristino Oliveira acrescentou que:

> se analisarmos mais profundamente sua história, podemos observar bem antes desta colônia ser habitada aqui havia a Companhia Mate Laranjeira, que explorava nossos ervais, e muito pouco dela sabemos; temos nossos índios onde preservação cultural pouco existe; temos nossos colonizadores, onde muitos encontram-se vivos. Assim sendo, como educador e pai gostaria que o Poder Executivo junto com a comunidade, preocupasse em deixar este legado histórico para vossos filhos e sucessores. [179]

A justificativa apresentada pelo vereador, além de selecionar aspectos da história e memória de Dourados e a ocupação do Estado, apontou concepções de cultura e de patrimônio cultural considerando a ausência/existência de materialidade, neste caso, as ruínas da antiga Usina e a necessidade de preservá-la para futuras gerações, endossando o pedido de tombamento para que o espaço se tornasse Museu.

Interessante é que os pareceres foram favoráveis, mas contaram com justificativas específicas, tanto da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Planejamento quanto da Comissão de Justiça, Legislação e Redação. Da primeira comissão, integrada pelos vereadores Albino Mendes e Mauro da Cruz Sanches, em 25 de junho de 1991, expôs-se: "[...] importante matéria, pois ela visa resgatar a nossa cultura e também a preservação do Patrimônio Histórico de Dourados [...] é louvável a

[178] Tal regulamento corresponde as fls 32-43 do projeto de lei nº040/1991. Contando com 53 artigos.
[179] Justificativa. Projeto de lei nº040/91. 12 de junho de 1991, fls. 02. São exemplos de pesquisas acerca da Mate Laranjeira: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. "A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso". *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015, pp.204-228. ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra*: Os trabalhadores da Matte Larangeira. Editora UEL. Londrina, 1997. JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate: o outro lado*. A presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. 2004. 191f. Dissertação (Mestrado em História). UFMS. Dourados.

iniciativa do nobre vereador Carlos Cristiano que teve a felicidade de iniciar este processo de tombamento" [180].

O vereador Carlos Roberto Cristino de Oliveira propunha um projeto "legal e constitucional". Para ele,

> [...] a Usina Filinto Muller é uma das mais antigas edificações que existe em Dourados e nada mais justo o seu tombamento visando a preservação e a conservação do patrimônio histórico e cultural de nossa cidade reza a Lei Orgânica do Município nos seus artigos 160, VI e 164 inciso I e letra 'g'" [181].

Da segunda comissão, composta por Áureo Garcia e Lori Alice Gressler, em 18 de junho de 1991, justificou-se "[...] que a execução do projeto virá sem dúvida a reativar um antigo sonho dos douradenses, a implantação de um Museu onde possa ser cultivadas as mais antigas memórias, cultura, objetos e outros" [182]. Gressler votou favoravelmente ao tombamento para o "patrimônio histórico municipal" com destaques à sua relevância. A vereadora era vinculada à ADL, um dos grupos que, juntamente com o jornal *O Progresso*, atuou pela revitalização da Usina Velha. O voto favorável ao Projeto de Lei nº 040/91 pode ter ocorrido devido ao envolvimento pessoal ou intermediário de sujeitos e/ou grupos junto aos vereadores das respectivas comissões.

O sonho antigo, referenciado pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação, se remeteu a propostas anteriores de tombamento, recebidas no projeto de lei com vários documentos oficiais, como comunicações internas, que datam de 1987. A proposta do projeto de lei, em 1991, retomou uma movimentação anterior, de 1987, que vinculou o patrimônio local a FUNCED [183]. A comunicação interna nº 019/87/DC, feita pelo diretor cultural da FUNCED, Edil Luiz da Silva, em 17 de novembro de 1987, à diretora executiva da FUNCED, professora Shio Yoshikawa, levou-a a encaminhar o ofício nº 275/87/FUNCED, em 19 de novembro de 1987, ao prefeito municipal Luiz Antônio, presidente do Conselho deliberativo da FUNCED. Segundo o ofício:

[180] Parecer da Comissão de Obras, serviços públicos e planejamento. Projeto de lei nº040/1991, fls.04.
[181] PL nº040/91, fls. 5.
[182] Idem, ibidem.
[183] Acreditamos que, em parte, a criação da FUNCED, em 1983 e o cinquentenário da cidade, em 1985, movimentaram discussões sobre o "regulamento do patrimônio histórico de Dourados", não assinado, apenas datado, 1985 que está junto ao projeto de lei nº40/91.

> num dos objetivos dessa fundação: a promoção da defesa do patrimônio histórico do município de Dourados, solicitamos a Vossa Excelência a convocação de uma reunião do Conselho Deliberativo da FUNCED para análise da viabilidade de tombamento da Usina Filinto Muller, conforme solicitação do Diretor Cultural, Edil Luiz da Silva [184].

A comunicação interna nº 19/1987/DC, assinada por Edil Luiz da Silva, em anexo ao ofício encaminhado pela diretora executiva da FUNCED ao prefeito municipal, trouxe implicações ao longo de quatro parágrafos, como a cidade de Dourados ser "relativamente jovem, não ultrapassando um século de existência" e em virtude do "crescimento desordenado", "não possuía uma política de preservação de seu patrimônio histórico cultural". Ainda de acordo com Edil,

> o pequeno acervo do seu patrimônio histórico está desaparecendo com a especulação imobiliária, carece, no entanto, que algumas construções devem ser mantidas e restauradas, dentre elas está a Usina Filinto Muller, construção da década de 1940, situada na chácara 22 dos limites urbanos da cidade em um terreno de 12.222m^2 [...] imóvel objeto das matrículas nº 0662 e 2136 do registro geral de imóveis desta comarca. Embasados no decreto-lei nº 26 [sic] de novembro de 1937 e na lei estadual nº 245 de 01 de julho de 1981, leis que instituem o tombamento do patrimônio histórico e artístico na esfera estadual e federal, vimos por meio deste, solicitar que o Conselho Deliberativo desta Fundação analise a questão em pauta para a preservação e tombamento das instalações da Usina Filinto Muller. Certos de que Dourados valorizará parte de sua memória erguida com tanto labor por seus pioneiros de décadas passadas, subscrevemo-nos [185].

Na sequência do projeto de lei há destaque para o memorial descritivo, elaborado pela arquiteta Miriam Vilas-Boas Pacheco, da Secretaria Municipal de Obras, de 13 de novembro de 1987, provavelmente a pedido da própria FUNCED. Nele, entre os dados apresentados pela arquiteta, salienta-se:

> que o prédio é de grande importância para Dourados, pois é um marco de avanço tecnológico gerando consequentemente imenso progresso na cidade marcando o início de uma nova fase na história de Dourados. Sendo assim, deve-se ter prioridade no sentido de preservar a obra dada às precariedades da mesma a qual ameaça a ruir.

[184] Ofício nº 275/87/FUNCED, em 19 de novembro de 1987. Projeto de Lei nº 040/1991, fls. 06.
[185] Comunicação Interna (CI) nº 019/87/DC, em 17 de novembro de 1987. Projeto de lei nº040/1991, fls.07 e 08.

> Recomendamos, portanto, a restauração da usina para que possa preservar a memória da cidade de Dourados [186].

Antes da publicação da lei de tombamento do prédio da Usina, no Decreto Municipal nº 117 de 12 de junho de 1991, fez-se referência ao artigo em que "o Conselho Deliberativo da FUNCED, em reunião ordinária de 05 de dezembro de 1987, sugeriu o tombamento do imóvel onde se encontra edificada a antiga Usina Filinto Muller, na zona urbana norte, desta cidade" [187]. Embora não haja outras informações acerca desta reunião, nem tenha sido incluído pelo vereador Carlos Roberto Cristino de Oliveira o "desejo de tombamento da Usina em anos anteriores", tais questões provavelmente colaboraram para a aprovação do referido projeto de lei e, em menos de um mês, sua propositura e a publicação da lei municipal. O decreto referenciou a Lei Orgânica do Município, no que tange à "proteção do patrimônio histórico-cultural local" (artigo 14, inciso VIII), prevendo a desapropriação judicial ou extrajudicial e "a recuperação e preservação do prédio onde funcionou a Usina Filinto Muller". Cabe mencionar que a Lei Complementar nº 02/90 não foi citada, nem incorporada, ao Projeto de Lei nº 040/91.

Anos depois, o Projeto de Lei nº 031/1996, de autoria do vereador José Luiz de Oliveira (PFL), não por acaso, encaminhou proposta em defesa da Estação Ferroviária do Distrito de Itahum, que o vereador representava, sendo conhecido popularmente como "Zé do Itahum". O projeto de lei se tornou a Lei Municipal nº 2089/1996, que tombou "para o patrimônio público, histórico e cultural deste município o prédio da Estação Ferroviária, localizada no distrito de Itahum", em 11 de setembro de 1996, durante a gestão político-administrativa de Humberto Teixeira.

Na justificativa do projeto de lei destacou-se o:

> [...] importante significado que representa o tombamento de tais prédios ao município de Dourados, em especial ao laborioso povo do distrito de Itahum, resguardando-se e valorizando-se desta forma, indelevelmente, a história de uma obstinada e progressista geração. [188]

[186] Memorial descritivo. Secretaria Municipal de Obras. 13 de novembro de 1987. Projeto de lei nº040/1991, fls. 16.
[187] Decreto municipal nº 117, 12 de junho de 1981. Projeto de lei nº040/1991, fls. 28.
[188] Projeto de lei nº031/1996, fls.5.

Além disso, citaram-se integralmente os artigos e incisos 13, III e 14, VIII, da Lei Orgânica do Município, sendo frisado que:

> nos dias atuais, a preservação de obras e locais históricos através do expediente denominado Tombamento, cada vez mais vem sendo valorizado pelos nossos governantes e legisladores de forma a resguardar a identidade, a importância, em suma, à história das gerações pioneiras que nos antecedem.[189]

Entre 1996 e 2010, projetos de patrimonialização estiveram relacionados à árvores de determinadas espécimes, como algumas figueiras, um jequitibá e uma seringueira. O Projeto de Lei nº 035/2003, de autoria do vereador Nelson Gabiatti (PFL), tornou-se a Lei Municipal nº 2571 de 16 de junho de 2003, que tombou "para o patrimônio histórico as figueiras em frente ao nº 274 da Rua Vlademiro Muller do Amaral", na gestão político-administrativa de José Laerte Cecílio Tetila. O que chamou atenção não foram as figueiras em si, mas o fato delas localizarem-se na rua que leva o nome de Vlademiro. O vereador Gabiatti fez questão de incluir a trajetória de Amaral, alegando que:

> ele era defensor ferrenho da natureza e nunca permitia que cortassem árvores. Um determinado prefeito mandou que cortassem algumas árvores que Weimar havia plantado na vila Amaral, ele ordenou ao rapaz que iniciava o corte que parasse imediatamente e não deixou que o corte se consumasse. [190]

Vale ressaltar que Amaral era agrônomo e veio para Dourados em 1930 medir terras para a demarcação da CAND. Dentre outros aspectos de sua vida, a atuação na cidade o enalteceu como "merecedor da homenagem", com o tombamento de figueiras na rua que levava seu nome.

O Projeto de Lei nº 095/2005, de autoria do vereador José Silvestre (PT), tornou-se a Lei Municipal nº 2764 de 16 de agosto de 2005, que tombou "para o patrimônio histórico o jequitibá (*cariniana estrellensis*) da rua A-5, no parque dos Jequitibás", na gestão político-administrativa de José Laerte Cecílio Tetila, do mesmo partido do vereador. Não há justificativa ao projeto de lei, mas numa das comissões, a

[189] Justificativa assinada por José R. Cali, assessor técnico legislativo. Projeto de lei nº031/1996, 18 de junho de 1996, fls. 06.
[190] Projeto de lei nº 035/2003, fls 04.

de “Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente”, que o proponente fazia parte, analisou-se:

> o projeto e visto mérito opinou favoravelmente à tramitação, tendo em vista a iniciativa do nobre vereador, considerando a preservação da flora nativa da região, bem como base da história e cultura do município para todas as gerações futuras. [191]

Chamaram a atenção estes dois tombamentos durante as duas gestões político-administrativas de José Laerte Cecílio Tetila (2001-2004 e 2005-2008). A administração municipal do Partido dos Trabalhadores estava inserida numa perspectiva de ruptura política local que tinha como proposta a participação democrática da sociedade na discussão de políticas públicas. Em busca de materiais não se encontrou referências específicas ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. No entanto, o Plano Diretor [192], o Projeto de Lei nº 025, ambos de 2003, o Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural (FIP)[193], em 2004, os livretos de histórias em quadrinhos e as listagens sobre o patrimônio, em 2006, demonstraram concepções de cultura e, por conseguinte, de patrimônio, em propostas da administração para o município de Dourados.

As gestões político-administrativas de Tetila alinharam-se às gestões do Partido dos Trabalhadores em âmbito nacional e estadual, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2011, e o governador Zeca do PT, entre 1999 e 2006. Nesse contexto, a elaboração do Estatuto das Cidades, em 2001 [194], influenciou na formulação do Plano Diretor, em 2003, logo no início do primeiro mandato de Tetila.

Segundo Santos, havia preocupação por parte dos gestores públicos com o “tripé do planejamento urbanístico”: o Plano Diretor, a Lei Verde e a Lei de Uso do Solo, instrumentos de planejamento e gestão da cidade, utilizados na busca de

[191] Relatório da comissão de obras, serviços públicos e meio ambiente. Projeto de lei nº095/2005, 29 de junho de 2005, fls. 09. Integravam esta comissão; Edson Lima, Cemar e Zé Silvestre.
[192] Lei complementar n.º 72, de 30 de dezembro de 2003. “Institui o Plano Diretor de Dourados, cria o Sistema de Planejamento Municipal e dá outras providências”.
[193] Através da lei municipal nº 2703 de 14 de outubro de 2004 se instituiu o Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural (FIP), durante a primeira gestão político-administrativa de José Laerte Cecílio Tetila. O último edital foi lançado em 2017. Em 2018, o edital foi cancelado. Em 2019, em meio às trocas de Secretário Municipal de Cultura, não houve consenso sobre o edital. Estão ocorrendo discussões através do Fórum Permanente de Cultura de Dourados que tem cobrado a Reformulação da Lei do Fundo Municipal de Cultura do Fundo de Cultura e do lançamento do edital do ainda neste ano.
[194] Denominação empregada a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

sustentabilidade, mobilidade e solidariedade urbana, bem como na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. No tocante ao Plano Diretor, de acordo com a historiadora, as diretrizes estabeleceram-se

> em torno do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. O Plano Diretor formula-se para o desenvolvimento de uma cidade sustentável para todos os cidadãos da geração presente e das gerações futuras, onde sua construção, execução e acompanhamento consolidam-se pela participação da comunidade através de consultas e das equipes representativas das comissões que compõem o Plano. [195]

A princípio, em tais diretrizes a cultura e a identidade cultural estiveram correlacionadas, sendo destaque como política de desenvolvimento municipal a criação de uma marca registrada, de uma identidade aos produtos de Dourados [196]. Como prioridade "para a elaboração de projetos e estudos nas políticas setoriais do município"[197] estavam os "planos ambientais, de habitação social e do sistema viário" e a "identidade cultural", conforme menciona o artigo 97 do Plano Diretor:

> I - adoção de critérios de tombamento de bens culturais compatíveis com as necessidades do município; II - aceleração do processo de regulamentação de ruas que já possuem nomes consagrados pela comunidade e criação de critérios para a nomenclatura de ruas a serem legalizadas, observando os aspectos históricos/culturais e utilizando-se de coordenadas geográficas para identificação das suas extremidades; III - identificação e divulgação dos imóveis de importância histórico/cultural do município; IV - criação de mecanismos de incentivo à cultura local; V - democratização do acesso às produções artístico/cultural; VI – resgate e valorização da cultura indígena do município através da implementação da educação intercultural bilíngue, da criação de um centro de documentação indígena, da divulgação das diversas expressões culturais típicas, entre outras; VII - adoção de planos de ação integrada com as universidades e outras instituições para o desenvolvimento da pesquisa e preservação étnico-sócio-cultural e natural do município; VIII - fortalecimento da expressão artística nas escolas, através de oficinas ministradas por profissionais da área da cultura, com ênfase para a arte regional. [198]

[195] SANTOS, Marina de Souza. Op. Cit. p.317.
[196] Artigo 24 da Lei complementar n.º 72, de 30 de dezembro de 2003.
[197] Artigo 52 da Lei complementar n.º 72, de 30 de dezembro de 2003.
[198] Artigo 97 da Lei complementar n.º 72, de 30 de dezembro de 2003.

A partir do que se definiu como "política de identidade cultural da cidade" numa perspectiva ampla e diversificada, o patrimônio foi reduzido à prática do tombamento, de identificação e divulgação dos imóveis de importância histórico-cultural. De maneira sutil, a concepção de patrimônio da gestão político-administrativa estava relacionada a discursos que buscavam promover a identidade cultural de Dourados.

Ainda no Plano Diretor, o patrimônio foi citado nos artigos 5, 16, 29 e 83 [199]. A preservação do "patrimônio natural e cultural" foi um dos objetivos do desenvolvimento municipal, associado a órgãos específicos, o Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (IPLAN) que deveria identificar o patrimônio e atuar na pesquisa e na preservação, em parceria com a FUNCED. O patrimônio ainda foi mencionado nas diretrizes da política urbana em meio à "preservação, proteção e recuperação do patrimônio natural e construído, cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico" e aos estudos de impacto de vizinhança e de impacto ambiental.

No Plano Diretor constaram dois anexos nomeados de "unidades identificadas para o tombamento de patrimônio histórico de Dourados". Em um dos anexos, que trata de todo o município, foram citadas "A ponte do rio Dourados, a Estação Presidente Dutra, Estação e vila dos oficiais em Itahum, Estrada de Ferro – Ferrovia Noroeste de Itahum, Estação Ministro Pestana, Ponte sobre o Rio Santa Maria, Casa Original da CAND e Cruzeiro de Indápolis" [200]. No outro anexo, que trata do espaço urbano da cidade, especificou-se

> 1. Angico preto da Rua Passo Fundo, 2.Figueira da Rua Floriano Peixoto, 3.Aroeira/Cedro da Rua General Osório, 4.Canafistula da Rua General Osório, 5.Cedro da Rua Izzat Bussuan, 6.Aroeira da Rua Ponta Porã, 7.Tambori, Cedro e Amendoim da Rua Manoel Santiago, 8.Seringueira da Rua Olinda Pires de Almeida, 9. Pau Brasil da Rua João de Rosa Góes, 10.Seringueira no Portal de Dourados, 11. Farinha Seca e Guaritá da Rua Iguassu, 12. Praça da Rua Hilda Bergo Duarte com a Rua Iguassu que conta com uma reserva florestal, 13. Tarumã da Rua Hilda Bergo Duarte, 14. Pau Brasil da Rua Ponta Porã, 15. Cerejeira da Rua Brasil, 16. Jequitibá do Parque dos Jequitibás, 17. Figueira da Rua Albino Torraca entre as avenidas Marcelino Pires e

[199] Lei complementar n.º 72, de 30 de dezembro de 2003.
[200] Anexo 30 da Lei Complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003. "Unidades identificadas para o tombamento de patrimônio histórico de Dourados". Superintendência de Projetos Urbanos. Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (IPLAN). Prefeitura de Dourados. Administração Popular. Compromisso com Você, 2003.

> Weimar Gonçalves Torres, 18. Castanha-do-Pará da Rua João Vicente Ferreira, 20. Marinheiro em frente à Escola Weimar Torres, a. Usina Filinto Muller, b. Cruzeiro da Rua João Cândido Câmara, c. Residência anos 80, d. Monumento Getúlio Vargas, e. Painéis de mosaico da Igreja Matriz de Dourados, f. Monumento da Praça Mário Correia, g. Olaria da Rua Maria da Glória, h. Monumento ao Colono. [201]

Em ambos, as citações são demarcadas em mapas produzidos pela Superintendência de Projetos Urbanos em parceria com o Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (IPLAN) e dão perspectivas do que o poder público municipal pensava a respeito do patrimônio, em conjunto com o planejamento urbano e o meio ambiente de Dourados. Das "unidades identificadas" apenas algumas eram patrimonializadas pelo poder público municipal sem, contudo, serem mencionadas como tal. Das citações dos anexos apenas foi patrimonializado, via projeto de lei, ao longo de oito anos da administração municipal de Tetila, as figueiras da rua Vlademiro do Amaral, em 2003, e o Jequitibá do Parque dos Jequitibás, em 2005.

Cabe frisar que, ainda em 2003, a Usina Velha foi objeto de Ação Civil Pública que o MPE instaurou contra o poder público municipal em que se buscou apurar o seu estado de conservação. Tal ACP será analisada mais adiante nesta tese. Naquele ano também foi proposto o Projeto de Lei nº 025/2003 de autoria de José Carlos Cimatti Pereira (PFL), vereador e presidente da Câmara Municipal. O projeto tornou-se a Lei Municipal nº 2559, de 08 de maio de 2003, que considerou "de valor histórico as edificações e o plano urbanístico da cidade de Dourados". Não há justificativas ao projeto de lei, mas nos pareceres há considerações importantes, como a da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente, assinada pelo vereador Walter Ribeiro Hora, do Partido Popular Socialista (PPS), em 07 de abril de 2003: "no que tange a apreciação desta Comissão, o Projeto está disciplinando uma questão relevante para o município que é a preservação da cultura e da história do município através da conservação das edificações e arquitetura que marcaram uma época". Na sequência o parecer do assistente técnico das comissões, José Roberto Carli, em 04 de abril de 2003, reconheceu que:

[201] Anexo 31 da Lei Complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003. "Unidades identificadas para o tombamento de patrimônio histórico de Dourados". Superintendência de Projetos Urbanos. Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (IPLAN). Prefeitura de Dourados. Administração Popular. Compromisso com Você, 2003.

> nosso Município não dispõe de qualquer instrumento legal para garantir o valor histórico as edificações e ao plano urbanístico da cidade de Dourados. Tal reconhecimento, coincidentemente irá ao encontro do pensamento e as aspirações da totalidade dos munícipes douradenses, que certamente entendem que preservar o aspecto artístico-arquitetônico das edificações e do plano urbanístico da cidade é resguardar a identidade cultural de um povo. [202]

Na lei aprovada foram consideradas as edificações e árvores com mais de 30 anos, seguindo critérios de importância histórica, arquitetônica, urbanística e de identidade cultural, vinculada a decisão final ao Poder Executivo [203]. No entanto, a lei foi revogada na administração municipal de Murilo Zauith (DEM), em 2013, quando a Lei Complementar nº 02/90 foi modificada e se tornou a Lei Complementar nº 232/2013 em meio à outra Ação Civil Pública movida pelo MPE, analisada no Capítulo 3.

Em 2004, a criação do Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural (FIP) foi algo importante como política pública de financiamento municipal para a cultura local. Atualmente vinculado a Secretaria Municipal de Cultura, o objetivo do FIP é "estimular e fomentar a produção artístico-cultural no Município de Dourados" e uma de suas finalidades é "apoiar a criação, produção, valorização e difusão das manifestações culturais, com base no pluralismo e na diversidade de expressão". Percebem-se seleções na concepção de cultura nas áreas artístico-culturais que envolvem artes cênicas, artes plásticas e gráficas, fotografia, cinema e vídeo, artesanato, folclore, literatura e música. Dessa maneira, o patrimônio cultural não é visto diretamente como uma produção artística e cultural douradense, dando à cultura característica sob um ponto de vista limitado.

Para Peter Burke, a tentativa de incorporar a vida cotidiana na história cultural fez com que a ideia de cultura se tornasse muito mais abrangente, incluindo práticas e representações variadas. Isso se deveu a influência de uma leitura antropológica de cultura, por vieses da antropologia histórica ou da história antropológica. Para tanto, o historiador defendeu que não é apropriado para escrever história através da concepção

[202] Parecer nº 2003/0027/ATCCMD. Projeto de Lei nº 25, 04 de abril de 2003, fls. 08.
[203] Lei Municipal nº 2.559 de 08 de maio de 2003.

restrita de cultura do século XIX, pois "gostando ou não, vivemos numa época de multiculturalismo" [204].

A tentativa de sistematização de políticas públicas para o município, como vistos no Plano Diretor e o incentivo e financiamento de práticas culturais através do FIP, se constituíram como importantes propostas do poder público municipal durante as gestões político-administrativas de Tetila. Entretanto, priorizou-se a fruição cultural, buscou-se democratizar o acesso à cultura e até mesmo de construção de discursos identitários em que se destacou o multiculturalismo com a afirmação "Dourados: cidade de todos os povos". Para Mércolis Alexandre Ernandes, a construção de discursos e práticas que forjassem identidades à Dourados foi destacada no empenho do poder público municipal ao longo dos anos. A multiculturalidade tornou-se dilema ao valorizar as diferenças culturais tentando unificá-las. O historiador destacou que

> o financiamento pela prefeitura municipal do documentário *Dourados - terra de todos os povos*¸ procurava valorizar as diferenças culturais de Dourados. Porém, esse também não fugiu do discurso unificador, ao afirmar que Dourados é a terra de todos os povos, resultado de um encontro amistoso, feliz e sem conflitos. Na contemporaneidade emergem novas identidades: pecuaristas, agricultores, agropecuaristas, médicos, comerciantes, comerciários, bancários, jornalistas, gaúchos, nordestinos, paraguaios, japoneses, árabes, negros, gays, lésbicas, travestis, mulheres, entre outras. Foi tentando atingir todos esses grupos sociais com o objetivo de fazê-los se sentirem pertencidos ao município, que o governo do Partido dos Trabalhadores se sustentou por oito anos à frente da administração pública. Durante oito anos de mandato viu-se florescer as discussões sobre a restauração da Usina Filinto Muller, a Usina Velha, a reestruturação do Museu Histórico, a valorização do trabalhador dos ervais – o minero e suposta existência de comunidades quilombolas. Houve a reforma da Avenida Toshinobu Katayama, a rua que representa e homenageia a comunidade japonesa de Dourados; o apoio para a criação da Associação de Gays Lésbicas e Trangêneros de Dourados – AGLTD, e para a Secretaria de Assuntos Indígenas. [205]

Muito embora, nos dois mandatos de Tetila, tenha-se pensando a cultura como algo a ser debatido, valorizado e financiado pelo poder público municipal, viu-se também perspectivas de oficializar determinados personagens e fatos como representantes da história, da identidade e da memória douradense. Foi o caso de

[204] Idem, p.06.
[205] ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense*: (1920 a 1990). 2009. Dissertação (Mestrado em História) UFGD, Dourados. p.111-112.

materiais produzidos pela FUNCED, como dois livros da história de Dourados em quadrinhos e duas listagens acerca dos patrimônios culturais e públicos, que nos permitem analisar concepções e escolhas de gestores públicos naquela administração municipal.

Nos dois volumes da "história de Dourados em quadrinhos" a cidade foi narrada por crianças, os irmãos Cássio e Ângela e seu "amiguinho índio" Tato, a partir da escola e de suas relações cotidianas. Os volumes foram criados pelo desenhista gráfico Amarildo Leite sob a coordenação de Lelian Chalub Amin Paschoalick, então coordenadora de cultura do município, professora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Dourados. A produção dos quadrinhos representou seu olhar sobre a cidade, mas também demonstrou, no início dos anos 2000, "uma mudança política muito grande". A história da cidade vista por meio dos pioneiros, numa perspectiva heroicizada de ocupação e formação do município foi alicerçada em marcos históricos das "origens" e dos "pioneiros". A narrativa se estendeu por várias décadas até o início de mais um século em consonância com a administração de Tetila, compreendida como uma mudança política significativa. Como observado no material publicado,

> O ponto central agora é o ser humano como principal preocupação. A valorização de profissionais e talentos, respeitando direitos e costumes de diferentes origens e etnias, através de programas sociais específicos! O índio é respeitado em sua essência e passa a ter uma vida mais digna. Seus costumes e sua história são ressaltados, programas sociais são implantados pelo governo do estado e prefeitura. Com isso diminuem os suicídios. Sua arte e seu trabalho são valorizados, assim como suas ideias e reivindicações! Aquelas aldeias feitas de lona e cobertas de sapé, são coisas do passado. É criado um projeto para a construção de 200 casas para abrigar todas as famílias indígenas, e, com rede de água tratada. Com isso, os indígenas ficam protegidos das doenças provocadas pelo frio ou por água sem tratamento. Em vários bairros, projetos sociais tiram famílias das favelas, dando a elas conforto e segurança em casas próprias com a infraestrutura necessária. O asfalto torna-se uma realidade em muitos bairros da cidade. Os artistas e artesãos têm seu trabalho valorizado, exposto nas rotatórias e canteiros, embelezando a cidade e dando um novo visual. Dourados fica mais bonita. Monumentos, prédios e fatos históricos de nosso passado são reestruturados com o devido e merecido respeito. A Usina Velha é um dos nossos marcos que recebem investimento para dar segurança aos visitantes! Na cultura, os escritores e artistas são apoiados com lançamento de livros. Atores e demais profissionais teatrais recebem

> total atenção. O teatro municipal é reformado para que os artistas tenham melhores condições de mostrar seu trabalho com a instalação de equipamentos de iluminação. No programa de inclusão social, a mulher nunca esteve tão bem representada com os projetos 'viva mulher', coordenadoria de políticas públicas para a mulher, o hospital da mulher, a delegacia da mulher. A pessoa deficiente ganhou o centro de convivência e geração de rendas. Aqui, ela tem diversas atividades de acordo com suas condições físicas. A delegacia especializada de atendimento à mulher continua cumprindo o seu papel de proteger a mulher vítima de qualquer tipo de violência e punir os infratores. E o hospital universitário, antiga santa casa, finalmente começa a funcionar efetivamente com atendimento a toda a população. Em outras áreas é criada a usina de reciclagem e, ainda a biblioteca da praça do cinquentenário. Essa é a nossa história, nosso passado e nosso presente, existe muito mais a descobrir, mais personagens, mais fatos... quem sabe, um dia voltemos para descobrir mais coisas sobre nossa cidade. Assim tornaremos nossas tradições mais fortes! [206]

O trecho citado do segundo volume indicou vários elementos daquela gestão sob o ponto de vista da pluralidade étnica que compõe a população douradense. Além dos programas sociais e do cuidado com indígenas, mulheres, deficientes, entre outros, buscando a produção de renda e a qualidade de vida das "minorias", merece destaque a concepção de cultura alicerçada nas artes, com atores, escritores e artesãos, no embelezamento dos espaços públicos da cidade, como canteiros e rotatórias, na valorização do teatro e da Usina Velha, como marcos importantes para a cidade.

Além dos quadrinhos que se teve acesso, em 2006, junto a FUNCED, "duas listagens" evidenciaram o que se considerava "patrimônio cultural de Dourados" e "patrimônio público de Dourados". Foram elencados como "patrimônio cultural" o Marco de Cimento, algumas figueiras, a Usina Filinto Muller, a Estação Ferroviária de Itahum, o Cruzeiro do canteiro da Rua João Cândido Câmara próximo ao cruzamento com a rua Monte Alegre, o Cruzeiro da CAND localizado na Vila São Pedro no Distrito de Indápolis, a Casa de Madeira da CAND, o Museu Histórico e o Teatro Municipal de Dourados. Na listagem, o tombamento de alguns dos bens foi mencionado rapidamente, sem maiores informações. No tocante ao "patrimônio público", as citações referiram-se a "monumentos", obras de artistas locais, em sua maioria, de autoria do Mestre Cilso[207].

[206] *A história de Dourados em quadrinhos 2*. Prefeitura Municipal de Dourados. Administração Popular – compromisso com você. FUNCED, 2003, p.41-46.

[207] LARA, Camila de Brito Quadros; MARTINS, Lúcia Bento. "O patrimônio cultural artístico de Dourados/MS: um olhar sobre o artesanato nas obras de Mestre Cilso". In: 11º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2017, Foz do Iguaçu/PR. *Anais do 11º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*. Foz do Iguaçu/PR, 2017. p. 1-21. Disponível em <http://festivaldascataratas.com/forum-

Das obras do Mestre Cilso foram destacados os seguintes monumentos: o "mineiro", instalado no cruzamento das avenidas Marcelino Pires e Presidente Vargas; as "capivaras", no cruzamento das avenidas Presidente Vargas e Weimar Gonçalves Torres e no Parque Antenor Martins; peixes Dourado, no cruzamento da Avenida Marcelino Pires com à Rua João Cândido Câmara e no parque Antenor Martins; "totens indígenas", no Centro Administrativo de Dourados (CAM) e "potes", instalados no CAM e no cruzamento da Avenida Marcelino Pires com a rua Nelson de Araújo [208]. Outros monumentos foram referenciados, como o "peixe Dourado" e "onças" do artesão Elias, as "araras" de Gil Klaus, o "barco rio Dourados" e o "monjolo" de Valdelino Pereira da Silva, além do monumento das "carroças" e da "bandeira nacional" sem autoria.

Para Meneses, não são os objetos em si que produzem valores, mas as práticas sociais. Falar e cuidar de bens culturais exige mobilização seletiva de grupos sociais para operar e fazer agir seus valores [209]. Neste sentido, naquele período, em Dourados, as práticas culturais se relacionaram com uma proposta de estética urbana, em sua maioria, em obras do Mestre Cilso. Ainda, segundo Meneses, o valor é atribuído, mas quem o atribui? Neste caso, a administração municipal relevou leituras individuais transpostas ao coletivo, no entanto, os valores mobilizados pelos agentes envolvidos não necessariamente representavam os da população douradense. Sendo o patrimônio um fato social, como afirmou Meneses, caberia rever a atribuição de valor e o reconhecimento deste, considerando as perspectivas dos usuários.

No entanto, entre os discursos e práticas utilizados pela administração municipal destacou-se que houve "vandalismo" e "depredação" das obras de Mestre Cilso. Segundo Ernandes, os roubos e depredações se relacionaram a apropriações da população douradense em contraposição às tentativas de construção de discursos identitários. Para ele, a administração de Laerte Tetila

> investiu na ornamentação das rotatórias onde estão fixados os bustos e estátuas que homenageiam os homens de bem. Fez jardins para decorar e cuidou da manutenção. Nas rotatórias vazias, onde havia espaço para novos monumentos, esta administração colocou réplicas

turismo/anais/2017/gt2-historia-e-cultura/8-o-patrimonio-cultural-artistico-de-dourados-ms.pdf > acesso em 29 maio 2019.

[208] "Patrimônio Público de Dourados". FUNCED, sem data.

[209] MENESES, Ulpiano T. B. de. 2012. Op. Cit. p.32.

> de animais, e vasos de cerâmica. Os animais vinculariam a cidade à política estadual de valorização do Pantanal, num momento em que o governo do Estado pertencia ao mesmo partido e propunha a troca do nome do Estado de Mato Grosso do Sul para Estado do Pantanal. Os vasos de cerâmica, por sua vez, que não são das etnias da reserva de Dourados, representariam as comunidades indígenas. A não aceitação dessa ornamentação culminou com o ataque. As capivaras sofreram depredações e foram roubadas. Os artistas plásticos, arte educadores e intelectuais criticaram esses ornamentos por não se identificarem com essas referências que estariam mais próximas do Pantanal do que de Dourados. Outra tentativa frustrada foi a homenagem ao ervateiro ou minero que além de ter sido colocada no cruzamento das avenidas Marcelino Pires e Presidente Vargas, local desfavorável ao monumento, foi considerada de pouco valor artístico e desconectada da real imagem de um ervateiro. [210]

O poder público municipal investiu na cultura no sentido de fruição e alguns patrimônios foram ativados através de referentes de identidade, como apontou Zanirato. Segundo a historiadora,

> a ativação patrimonial é uma ação do Estado e de agentes relacionados às instâncias governamentais, que têm o poder de institucionalizar o patrimônio e que "sempre estão definindo… as regras do jogo". Para tal, são invocados referentes de identidade: dados do passado e uma série de informes que visam articular a legitimação, na expectativa de que haja o reconhecimento, por um grupo ou pela sociedade, daquilo que se constituirá patrimônio. Os referentes de identidade são ativados na expectativa de que produzam efeitos sociais, uma vez que "nenhuma invenção adquire autoridade se não for legitimada como construção social e nenhuma construção social se produz instantaneamente sem um discurso prévio inventado. [211]

Como sugere a autora, o patrimônio cultural resultante de uma ação institucional, geralmente, é ativado através dos referentes de identidade. Embora possam parecer associados, "nem todo patrimônio constrói identidade e nem toda identidade dá origem a um patrimônio"[212]. O patrimônio é conceito ambíguo e polissêmico. É uma construção social ocidental que varia de acordo com o tempo e o espaço, não sendo nem natural, nem eterno e nem estático. O patrimônio envolve, por

[210] ERNANDES, Mercolis A. Op. Cit. p.110-111.
[211] ZANIRATO, Silvia H. "Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial". Rev. *CPC*, v.13, n.25, jan./set. 2018, p. 12-13.
[212] TAMASO, Izabela M. "Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade". In: PAULA, Zueleide C. de; MENDONÇA, Lúcia G.; ROMANELLO, Jorge L. (orgs) *Polifonia do patrimônio.* Londrina: EDUEL, 2012, p.26.

sua vez, os "regimes de ação", os sentidos sociais, que nem sempre legitimam a ativação patrimonial.

Em 2009, no início da gestão político-administrativa de Ari Valdecir Artuzi, do Partido Democrata Trabalhista (PDT), outros projetos de lei mantiveram o patrimônio como instrumento político utilizado de acordo com as demandas de vereadores e do Legislativo. Observa-se o Projeto de Lei nº 189/2009, de autoria do vereador Edvaldo de Melo Moreira (PDT), que se tornou a Lei Municipal nº 3336, de 4 de janeiro de 2010, e tombou "para o patrimônio histórico a Seringueira da rua dos Missionários". No projeto de lei foram citados num parecer extenso da Procuradoria Geral do Município, assinado por Ailton Stropa Garcia, em 18 de novembro de 2009 , os artigos 216 da CF88, 244 da LOM, e a Lei Complementar nº 072 de 30 de novembro de 2003, que trata do Plano Diretor de Dourados.

Outro Projeto de Lei nº 16/2010, de autoria do vereador Humberto Teixeira Júnior (PDT) e do vereador José Carlos Cimatti Pereira (PSB), tornou-se a Lei Municipal nº 3386, de 17 de junho de 2010, que tombou "para o patrimônio histórico duas figueiras na Avenida Presidente Vargas", acesso a MS-156 que liga Dourados ao município de Itaporã. A história das duas figueiras está relacionada a figura do "pioneiro" Pedro Palhano, assim como foi feito, anos anteriores com as figueiras em referência a Vlademiro Muller do Amaral, Marcelino Pires e Maria da Glória Muzzi Ferreira. O local em que se encontram as figueiras pertencia à chácara de Pedro Palhano. Além das figueiras tombadas em sua homenagem, a rodovia MS-156 é denominada de Pedro Palhano, assim como a Escola Municipal localizada nas proximidades.

Ainda em 2010, novamente a relação de um prédio com "pessoa ilustre" foi reforçada através do Projeto de Lei nº 16/2010, de autoria do vereador José Carlos Cimatti Pereira (PSB), que se tornou a Lei Municipal nº 3373 de 12 de maio de 2010 e tombou "para o patrimônio histórico-cultural do município a Escola Geraldino Neves Corrêa", localizada no distrito da Picadinha, em Dourados. Em justificativa, o vereador destacou a atuação de Geraldino no antigo Território Federal de Ponta Porã através de doações de terras. Além disso, argumentou que:

> o tombamento do prédio da Escola Municipal Geraldino Neves Corrêa para o patrimônio histórico e cultural do município de Dourados

> garantirá a comunidade a preservação de sua tradição, além de dar a mesma a proteção segura de que é um símbolo de sua história será permanentemente preservado pelo Poder Público Municipal. [213]

Outro Projeto de Lei de 2010, o nº 028/2010, de autoria de Marcelo Barros (DEM), se tornou a Lei Municipal nº 3395 de 07 de julho de 2010 e tombou "para o patrimônio histórico e cultural municipal a Feira Livre de Dourados". O projeto de lei trouxe extensa justificativa, porém, poucas informações acerca dos motivos para o tombamento ou os valores atribuídos à Feira Livre da Rua Cuiabá, dando enfoque para uma ampla observação de patrimônio cultural em que se inseriu a Feira de Caruaru de Pernambuco.

> O instituto do tombamento está previsto no art.216, § 1º da Constituição Federal como uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. O processo do tombamento encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n. 25, de 30.11.1937. O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que realiza os tombamentos federais, define como patrimônios culturais as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos e edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Por isso, fazem parte do patrimônio tombado pela instituição não apenas vilarejos, mas também os chamados patrimônios imateriais, tais como a arte Kusiwa de pintura corporal e gráfica dos índios wajãpi, no Amapá; o tambor de crioula; o modo artesanal de fazer o queijo de Minas Gerais, as rendas irlandesas de Sergipe e as violas de cocho do Centro-Oeste; o frevo e o samba de raiz; a capoeira e o jongo do Sudeste; **a Feira de Caruaru de Pernambuco** e a cachoeira de Iavaretê no Amazonas; o Círio de Nazaré em Belém do Pará; o ofício das baianas de acarajé, na Bahia e o das paneleiras em Goiabeiras, no Espírito Santo. Por essas justificativas apresentamos a criação do Patrimônio Histórico e Cultural da Feira Livre de Dourados. [214]

Embora não especificada qual a Feira Livre de Dourados diante de várias feiras[215] em locais variados e dias específicos da semana, chama a atenção não apenas a

[213] Justificativa. Projeto de lei nº16/2010, 15 de março de 2010, fls.02.
[214] Justificativa. Projeto de lei nº028/2010. Grifos do original.
[215] Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar da prefeitura municipal de Dourados: **Terça-feira.** Local: **Parque dos Ipês "Agroecológica"** Endereço: Rua João Candido da Câmara – estacionamento interno do Parque dos Ipês. Horário de funcionamento: 17h às 22h; **Quarta-feira.** Local: **Praça do Cinquentenário**. Endereço: Rua Cabral – entre Av. Marcelino Pires e Presidente Kenedy. Horário de funcionamento: 07h às 22h e Local: **Ceper 1° plano**. Endereço: Rua Joaquin Alves Taveira – entre Av. Floriano Peixoto e Benjamin Constant. Horário de funcionamento: 07h às 22 h. **Quinta-feira.**

seleção, mas como o processo seletivo está vinculado à questão dos valores. Para Carsalade:

> [...] o processo seletivo dos bens a preservar está profundamente atrelado à questão do valor e que esses valores são transmitidos especialmente para o seu reconhecimento simbólico coletivo (marcas de 'identidade cultural', *highlights* de uma civilização, dentre outros), grande parte das vezes tutelados em sua escolha por vontades políticas e de poder (Estado, intelectuais) ou, mais modernamente, pelo seu valor econômico. Através desses exemplos, podemos depreender que 'os valores não estão apenas no objeto, mas na compreensão que as sociedades fazem sobre ele'. Essa compreensão se sobrepõe, portanto àquela de que o próprio objeto apresentaria uma 'verdade' imanente, a qual deveria ser preservada. Depreende-se disto, ainda, que o 'ser' patrimônio não está no caráter imanente do objeto, mas sim em outra forma de relação que passa também pela pessoa, comunidade ou sociedade, portanto pelo sujeito que lhe confere tal grau. E quem é esse sujeito? Também esse sujeito tem caráter mutante, dependendo do grupo social, do tempo histórico e dos valores que lhes são inerentes. [216]

O projeto de lei, mediado por agentes públicos e políticos, não tratou diretamente dos "valores" agregados à Feira Livre. Entretanto, dentre as várias feiras, escolheu-se a central, conhecida como Feira Livre da Cuibá, por vezes citada como a mais antiga e mais frequentada da cidade.

Cabe frisar que qualquer lei municipal deve estar de acordo com o ordenamento jurídico nacional e estadual. Nas especificidades do patrimônio cultural recorre-se, até hoje, ao artigo 216 da CF88 e ao Decreto-Lei nº 25 de 1937 para referenciar o instituto do tombamento. Ao mesmo tempo em que a justificativa chamou atenção para o tombamento ao utilizá-lo legalmente como forma de tornar a Feira Livre da Cuiabá patrimônio histórico e cultural da cidade de Dourados, outras formas de acautelamento e de preservação não foram referenciados, como os inventários, registros,

---

Local: **Parque Alvorada**. Endereço: Rua Amael Pompeu Filho – ao lado Escola Aurora. Horário de funcionamento: 07h às 22h. **Sexta-feira.** Local: **Izidro Pedroso - W5 "Agroecológica".** Endereço: Rua Mozart Calheiro - esquina com a Rua Antônio Luiz Marra. Horário de funcionamento: 17h às 22h. **Sábado/Domingo.** Local: **Feira João Totó Câmara** [antiga Feira Livre da Cuiabá]. Endereço: Rua Cafelândia – entre Rua Humaitá e Rua Araguaia. Horário de funcionamento: Sábado 07h às 22h. Domingo 07h às 12h. Ainda segundo e-mail encaminhado em 23 de abril de 2018 pela referida Secretaria Municipal (semafes@dourados.ms.gov.br). "Estamos em fase de implantação de uma nova feira que funcionará na **Praça Paraguaia**, toda quinta-feira das 16 às 22 horas. Endereço: entre s ruas Monte Castelo, Rua Amâncio Aquino e Rua Independência".

[216] CARSALADE, Flávio de Lemos. "Dualidades patrimoniais". *Oculum ensaios.* Dossiê patrimônio cultural ibero-americano. PUC: Campinas. 14 (2), maio-agosto 2017, p.204.

vigilância e desapropriação, que constam no inciso 1 do artigo 216 da CF88 [217]. Citaram-se leis federais e mencionou-se o IPHAN sem, contudo, tratar de leis estaduais e municipais.

Em meio aos bens tombados pelo IPHAN, a Feira de Caruaru foi destaque pela possibilidade de se considerar semelhanças com a feira douradense. Diferentemente do que foi feito em Caruaru [218], o poder público municipal não organizou pedido de registro, estudo ou inventário [219] para a preservação da Feira. Guardadas as devidas proporções, é válido observar as Feiras enquanto lugares, como "mercados, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas", inscritos no "Livro de registro dos lugares" e considerados patrimônios culturais imateriais, a partir do Decreto nº 3551/2000 [220]. Nele previa-se a abertura de outros livros temáticos visando à proteção legal do patrimônio cultural de natureza imaterial, além de "instituir obrigação pública e governamental, sobretudo de inventariar, documentar, acompanhar e apoiar a dinâmica das manifestações culturais, mecanismo fundamental para a preservação de sua memória" [221].

Ainda pelo decreto, a política de preservação do patrimônio cultural imaterial nacional "[...] terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira"[222]. Além disso, o decreto instituiu, via Ministério da Cultura (MinC) o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial" que visava "a implementação de política

[217] O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
[218] O pedido de registro da Feira de Caruaru foi entregue ao Iphan pela Prefeitura Municipal de Caruaru, em 2004, quando se iniciou o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC no local. O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo Iphan para documentar aspectos da vida social que podem ser considerados referências de identidade para um grupo ou uma comunidade. O conceito de referência cultural, como objeto de preservação do Estado, diz respeito a representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes. Além da Feira de Caruaru, em 2017, também foi registrada a Feira de Campina Grande, na Paraíba. O pedido de registro ao IPHAN foi feito pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, em 2007, mas retomado em 2013, após mudança de gestão municipal e o trabalho do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, entre 2013 e 2016.
[219] SILVA, Carolina Di Lello Jordão. *Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN*: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) IPHAN, Rio de Janeiro.
[220] Cf. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf>
[221] WEFFORT, Francisco. "Carta de exposição de motivos ao Presidente". *O Registro do Patrimônio Imaterial*: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial Brasília: Minc/IPHAN, 2003, p. 26.
[222] Cf. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf>.

específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio" [223]. Mesmo assim, com a legislação nacional para servir de "guia" para Estados e Municípios, uma década depois da publicação do Decreto nº 3551/2000, o mesmo não foi citado para tombar a Feira Livre.

Para além da natureza do patrimônio cultural, material ou imaterial, do tombamento ou do registro, o ato legislativo municipal considerou a Feira Livre da Cuiabá como patrimônio histórico e cultural de Dourados. Assim como há controvérsias em lidar com a abrangência do patrimônio cultural e sua natureza diversificada no interior dos órgãos de preservações nacionais, como o IPHAN, em âmbito local não seria diferente. Lutas de representação marcadas por conflitos de valores e de interesses de diferentes agentes que conceberam o patrimônio cultural extrapolam os usos culturais acerca do patrimônio local.

Retomando Carsalade, o "ser patrimônio" não está apenas "no objeto", mas "nas relações", sejam elas entre pessoas, comunidade ou sociedade. Em outras palavras, é o sujeito que confere valor ao "objeto patrimonializado", tendo "caráter mutante, dependendo do grupo social, do tempo histórico e dos valores que lhes são inerentes". Tal afirmação serve para analisar não apenas a Feira Livre, mas os demais patrimônios culturais locais erigidos pelo poder público municipal ao longo das últimas décadas.

Para tanto, o que se pretendia com o tombamento da Feira Livre, instituído via Legislativo Municipal, em 2010, não seguiu os mesmos valores diante de sua transferência para outro local em 2016. Ao destacar que o sujeito é mutante e que de acordo com o grupo social e o tempo histórico os valores atribuídos ao patrimônio cultural são variáveis, é sobre o patrimônio como herança que se trata das temporalidades, entre aqueles que produzem o patrimônio e aqueles que o herdam. Disto em sua pluralidade, se percebe as tensões acerca do herdado e do que é compreendido como patrimônio. Como nos mostram Flores e Peterle,

> patrimônio é também construção de memória a ser lida no presente e deixada para tempos venturos. Como ler hoje o que chamamos de patrimônio, herança? Falar em patrimônio e herança não é também se colocar diante do tempo, ou melhor, dizendo, de tempos? Escavar um pouco mais, aqui, tende a proporcionar uma leitura das tensões que fazem parte da constituição do que se herda e do que é considerado

[223] Idem, ibidem.

> patrimônio. O patrimônio que é olhado e olha e o patrimônio que toca e é tocado. [224]

Neste sentido, a compreensão da Feira Livre da Cuiabá como "lugar" remete a estudos em que "os historiadores parecem ter se apropriado do patrimônio por meio da noção dos lugares de memória" [225]. Muito embora o patrimônio, num sentido memorial, tenha sido apenas um dos aspectos dos "lugares de memória", como tratado por Gonçalves [226], a expressão cunhada pelo "empreendimento intelectual e editorial" de Pierre Nora, entre as décadas de 1980 e 1990, disseminou-se sob a influência da historiografia francesa. Além das especificidades da França, a memória já era debatida na historiografia francesa, seja como objeto, fonte ou fenômeno, como observado por Jacques Le Goff nas aproximações e distinções entre história e memória. Para Pierre Nora, além das delimitações entre história e memória existia uma relação dialética no trato dos "lugares de memória".

Na década de 1990, "a França vivia um momento patrimonial", "uma febre patrimonial", entendido por Françoise Choay, François Hartog e Paul Ricoeur [227]. De acordo com Gonçalves, a crescente "patrimonialização tornou-se a forma privilegiada de expressão da memória nacional" [228], embora, posteriormente, Nora questionou se a noção "lugar de memória" teria sido usada de maneira abusiva, pois sua obra contracomemorativa acabou apropriada pela comemoração. [229] Para a autora, Pierre Nora esclareceu que os "lugares de memória" extrapolaram o projeto editorial e os objetos de estudo contemplados, auferindo novos usos: "no caso francês, uso político, no âmbito das batalhas de memória, bem como o uso jurídico e técnico, no campo institucional do patrimônio cultural ainda o uso turístico" [230].

---

[224] FLORES, Maria B. R.; PETERLE, Patrícia. "Herança, memória e patrimônio: estar diante de tempo e tensões". In: FLORES, Maria B. R.; PETERLE, Patrícia (org.) *História e arte*: herança, memória e patrimônio. São Paulo: Rafael Copetti, 2014, p. 9.
[225] SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. Op. Cit. p.247.
[226] GONÇALVES, Janice. "Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural". *Historiae*. Rio Grande, 3 (3), 2012, pp. 27-46. GONÇALVES, Janice. "Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais". *Revista Memória em Rede.* Pelotas, v.7, n.13, jul/dez 2015, pp. 15-28.
[227] SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. Op. Cit. p.256.
[228] GONÇALVES, Janice. 2012. Op. Cit. p. 40.
[229] Idem, p. 28.
[230] Idem, p.30.

Independentemente disso, a aproximação entre os "lugares de memória" e o patrimônio ocorreu num sentido memorial. Segundo Santiago Júnior, não por acaso, Nora:

> usa os termos monumento (*monument*) e patrimônio (*patrimoine*). A consequência desta definição era dupla: por um lado ligou o patrimônio com a memória coletiva; por outro, ao transformar o patrimônio numa questão de lugar de memória, tornou-o passível de *diagnóstico* e *objeto* de um projeto de *investigação historiográfica*. Criou-se assim um terreno seguro no qual o historiador podia caminhar em seu debate com o patrimônio classificando-o a partir de categorias conhecidas. [231]

Para Gonçalves, a produção de Pierre Nora através dos "lugares de memória" fez surgir, no campo historiográfico

> [...] estudos mais sistemáticos e aprofundados sobre instituições de preservação, bens patrimoniais e processos de patrimonialização. O diagnóstico feito por Nora acerca do tempo presente, destacando sua relação com a memória e com o patrimônio cultural, foi na história, pioneiro e inovador, abrindo novas perspectivas de análise. Revelou-se por fim, um conjunto de desafios e riscos vividos por aqueles que se lançam a investigar a história do tempo presente, sem reduzi-la à temporalidade do imediato, e sem descurar das especificidades e complexidades que lhe são inerentes. [232]

Neste sentido, é pertinente observar outros sujeitos que atravessam não apenas a produção de debates sobre o patrimônio cultural, mas o constroem em meio aos usos do passado, da construção histórica e memorial. A Feira Livre da Cuiabá é exemplo, pois seu tombamento "não a salvou" de ser transferida [233]. Cabe lembrar que ao mesmo tempo em que foi tombada, já se articulava essa possibilidade, sendo que, no mesmo dia em que foi proposto o tombamento em plenário da Câmara Municipal de Vereadores, em 29 de março de 2010, o *Dourados Agora* já havia publicado: "Feira livre não sai da Cuiabá este ano". A notícia foi anexada ao projeto de lei, embora não encontrada via sistema de busca na base de dados do jornal digital. [234] Ainda que não tenha citado a proposta de tombamento, a notícia reforçou que a transferência ocorreria, porém, não

[231] SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. Op. Cit. p.268-269.
[232] GONÇALVES, Janice. 2012. Op. Cit. p. 43.
[233] Cf. <http://www.douradosagora.com.br/noticias/economia/tombamento-nao-salvara-feira-livre> Acesso em 01 de julho de 2018.
[234] Há ao final desta tese um apêndice (C) em que constam dados acerca deste jornal.

em curto prazo [235], depois de passado mais de seis anos, em 26 de novembro de 2016, no final do mandato do prefeito municipal Murilo Zauith. Sobre este processo, serão abordados alguns aspectos ao longo da tese.

Vale lembrar que a Feira Livre da Cuiabá não teve início na referida rua. Sabe-se que até ali chegar foi instalada em várias ruas do "centro", desde seu início, em 1948, com a implantação da CAND [236]. Em paralelo ao crescimento da cidade, se estabeleceu na Praça Antônio João, e dali se deslocou até a Rua Cuiabá, onde permaneceu por mais tempo [237].

Após a transferência da Feira, no final de 2016, para a antiga Chácara Rigotti, nas proximidades da Rua Cuiabá, tem-se defendido que a Feira Livre foi tombada e não o "local", em parte da Rua Cuiabá. Mas, se as feiras são encaradas pela legislação federal como "lugares" e registradas como patrimônio imaterial, em Dourados o "local" tornou-se um problema. No projeto de lei, a localização da Feira Livre da Cuiabá foi

[235] Feira livre não sai da Cuiabá este ano. *Douradosagora*. Segunda-feira, 29 de março de 2010. Notícia anexada ao projeto de lei nº028/2010, de autoria do vereador Marcelo Barros (DEM), que propunha o tombamento para o patrimônio histórico e cultural municipal a Feira Livre de Dourados. Protocolo Geral nº686, 29/03/2010. Processo nº01034.003, folha 5.

[236] A criação da Feira Livre de Dourados foi noticiada na capa do periódico *O Douradense* em 10 de agosto de 1948. Ano 1, nº07, p.01. Outras notícias foram publicadas, cito a de em 17 de agosto de 1948 e 11 de setembro de 1948, nesta última constava o "Decreto Municipal nº19", responsável oficialmente pela criação da Feira Livre. Vale frisar que o jornal *O Douradense* foi fundado em 11 de maio de 1948 pelo cuiabano Antônio Carmelo foi diretor responsável e proprietário. O jornal circulava geralmente a cada 15 dias e, embora predispusesse "esperança de vida longa e proveitosa", o periódico teve apenas 16 números e "sobreviveu" por apenas dois anos. Em meio a anúncios e das poucas páginas que compunham o jornal, quatro páginas em média, Dourados era o centro das atenções, inclusive o próprio periódico afirmava ser um "órgão independente dedicado aos interesses do município". Após o encerramento do jornal, Armando Carmelo integrou a equipe editorial do *O Progresso*. Segundo Além, em 1957, Carmelo era vice-diretor de o *O Progresso* e, no ano seguinte, responsável pela linha editorial daquele periódico. ALÉM, Fernando de Castro. Op. Cit. p. 77 e 111.

[237] Não temos informações sobre quando e porque a Feira Livre passou à Rua Cuiabá. Cogita-se a possibilidade de que ela teria mudado de lugar várias vezes (mudança essa que é observada nos nomes das ruas nas quais ela teria se organizado). A exemplo da Rua Presidente Vargas (antiga Rua Pernambuco), provavelmente o início da Feira ao lado da Praça Antônio João, da Nelson de Araújo (Rua Maranhão), da Onofre Pereira de Mato (Rua Santa Catarina) até ocorrer na Rua Cuiabá. De acordo com Inagaki ao destacar a atuação dos *nikkeis* em diferentes atividades econômicas e comerciais de Dourados, entre as décadas de 1940-1960, a autora inclui a produção de hortifrúti e a participação na organização da Feira Livre, mas não menciona nem quando e nem como a Feira Livre passou a ocorrer na Rua Cuiabá. Entretanto, o fato é que a Feira Livre acontecia em espaços próximos a praça principal e ao centro da cidade de Dourados, na Rua Cuiabá entre as ruas Independência e Cafelândia e Albino Torraca e João Cândido Câmara. INAGAKI, Edna M. *Dourádossu:* caminhos e cotidiano dos *nikkeis* em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960). Dissertação (Mestrado em História) UFMS, Dourados, 2002, p. 125. Cito ainda MACHADO, Ana C. F. *A feira livre no município de Dourados-MS.* 1997. 56fls. Monografia (Metodologia em Ensino Superior). SOCIGRAN. Dourados. Cabe frisar que a Feira Livre como objeto de pesquisa na tese de doutorado em História do PPGH-UFGD, iniciada em 2018, por Camila de Brito Quadros Lara, intitulada "A Cidade e o Patrimônio: Olhares sobre a feira livre de Dourados (1948-2016)", orientada pelo Profº Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz.

inserida em artigo específico, mas retirado/vetado quando a lei foi aprovada. Todavia, o artigo foi reinserido após a derrubada pelo Legislativo do veto do Executivo, ainda em 2010, sendo a lei republicada em diário oficial, no início de 2011 [238]. Para alguns, "tombar a Feira Livre da Cuiabá", mas não o "local", justificava a transferência. Para outros, "tombar a Feira Livre da Cuiabá" e o seu "local" justificava a permanência.

O "local" foi o mote das disputas e o patrimônio cultural um instrumento. A transferência, mesmo com obras inacabadas, contou com o acompanhamento do Ministério Público Estadual, através da 11ª Promotoria de Justiça de Dourados, que entre os interesses difusos e coletivos, trata de meio ambiente, habitação e urbanismo e o patrimônio histórico e cultural. O Procedimento Administrativo (P.A.) instalado pela 11ª Promotoria do MPE foi provocado pelos comerciantes da Feira Livre através de uma "notícia de fato", no início de novembro de 2016, poucos dias antes de sua transferência para a antiga Chácara Rigotti, denominada como João Totó Câmara [239]. Tal P.A. ainda está em vigor no MPE.

[238] No protocolo geral do projeto de lei, em 29 de março de 2010, constam duas redações diferentes para o tombamento da Feira Livre de Dourados como patrimônio histórico e cultural municipal. O vereador Marcelo Barros (DEM) fez duas propostas. A primeira constava: "Art.1 Tomba para o patrimônio histórico e cultural a Feira Livre de Dourados. Parágrafo único: Atualmente, a Feira Livre funciona da rua Cuiabá entre a avenida Presidente Vargas e a rua Albino Torraca. Art.2 Ficará a cargo do poder público municipal realizar, reformar e restaurar no local de funcionamento da feira sempre que necessário. Art. 3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias". A segunda constava: "Art. 1 Fica considerado patrimônio histórico e cultural a Feira Livre de Dourados. Art. 2. A área onde funciona a Feira Livre na rua Cuiabá entre as ruas Presidente Vargas e Albino Torraca. Art.3. O local de funcionamento da Feira Livre, será restaurada pelo poder público municipal. Art. 4. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias". Dentre o tramite do projeto de lei na Câmara Municipal a que foi aprovada e publicada no diário oficial do município foi a primeira, com o veto ao parágrafo único. Cf. projeto de lei nº028/2010 de e a lei nº 3395 de 07 de julho de 2010. Diário Oficial do município de Dourados. Ano XII, nº2796, terça-feira, 13 de julho de 2010, capa. No entanto, ainda em 2010, em 28 de outubro, a lei foi republicada devido a derrubada do veto, mantendo-se, portanto, a primeira versão da redação da lei, fazendo valer o parágrafo único contendo a localização da Feira Livre da (na) Cuiabá. Sua publicação em diário oficial ocorreu apenas no ano seguinte, 2011. Cf. Diário Oficial do município de Dourados. Ano XIII, nº2967, de 28 de março de 2011, p. 10.

[239] A notícia de fato nº 01.2016.00006859-7 foi registrada no MPE – Dourados e dirigida especialmente a 11ª Promotoria de Justiça, em 07 de novembro de 2018, pelos comerciantes da Feira Livre de Dourados. Ela está anexada junto do Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, instaurado, em desfavor do Município de Dourados, em 23 de fevereiro de 2017, pelo promotor da 11ª Promotoria Amílcar Araújo Carneiro Júnior, considerando as atribuições legais do MPE e "[...] da notícia de fato nº 01.2016.00006859-7 foi registrada reclamação dos comerciantes da Feira Livre de Dourados, no que tange à transferência do local da atividade, anteriormente desempenhada na Rua Cuiabá, para a Rua Cafelândia; considerando que a atividade da Feira Livre de Dourados foi tombada como Patrimônio Histórico e Cultural do município; considerando a necessidade de acompanhar o processo de transição e a verificação das adequações estruturais pleiteadas, conforme solicitações encaminhadas ao Poder Público, a fim de garantir o exercício da atividade e preservação do patrimônio histórico e cultural [...]". P.A. nº 09.2016.00003368-6, fls.2.

Apesar da justificativa do projeto de lei não mencionar os valores no tocante a Feira Livre da Cuiabá como patrimônio histórico e cultural de Dourados, o próprio projeto de lei e a lei resultante dele, entre outras fontes históricas, como as notícias em periódicos locais, o site da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores e o P.A. do MPE, podem ajudar a entender as disputas de representação pelo patrimônio cultural, operadas por diferentes sujeitos, agentes e/ou grupos e instituídos pelo poder público municipal.

Analisar o tombamento e a transferência da Feira Livre significa observar a atuação de uma variedade de agentes e sujeitos, desde os feirantes, o Executivo e o Legislativo Municipal, o MPE, os moradores da Rua Cuiabá e arredores onde a Feira ocorria, os periódicos locais, as universidades, os consumidores, entre outros. Neste cenário, qual lugar e posições assumidas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados no tocante a Feira Livre, como patrimônio histórico e cultural douradense?

Entre 1984 e 2018, dentre o exemplo da Feira Livre da Cuiabá, vários outros patrimônios locais foram eleitos em diferentes gestões político-administrativas e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados praticamente não se manifestou. Na gestão político-administrativa de Délia Razuk, do Partido da República (PR), iniciada em 2017, outros sujeitos deram continuidade ao protagonismo do Legislativo Municipal nas patrimonializações. Retomou-se a cultura política centrada no Legislativo, que age em nome da população, muito embora, atue de acordo com interesses políticos pessoais. Neste sentido, o patrimônio continuou sendo um instrumento político utilizado por determinados agentes/representantes. Em 2017, por exemplo, foram registrados pela Câmara Municipal de Vereadores o tereré, o pucheiro e a sopa paraguaia através de projetos de lei propostos pelo vereador Cirilo Ramão (MDB). Em 2018, foram tombados os monumentos Brasil 500 anos, à Bíblia e ao Colono, além das estátuas de Antônio João, do Ervateiro e do ex-presidente Getúlio Vargas. Vale lembrar que entre monumentos e estátuas, dispostos nas principais avenidas e praças da cidade, todos foram de autoria do ex-prefeito de Dourados e eleito vereador, em 2016, Braz Melo, do Partido Social Cristão (PSC). Tais registros e tombamentos serão retomados no Capítulo 3.

Como apontou Knauss, as estruturas narrativas que definem as esculturas são produto de representação do passado e ordena uma determinada leitura da história. Para ele, "[...] o movimento de distribuir imagens de caráter histórico nos centros urbanos difundiu-se e inscreveu-se na paisagem das cidades do Brasil" [240]. Seguindo o modelo francês se celebram grandes personagens da história através de esculturas públicas, tornando-as um "emblema político". Assim, "os objetos urbanos se caracterizam como instrumentos de educação política conservadora, a serviço do poder instituído" [241]. Determinados personagens não apenas são eleitos, mas são heroicizados, suas biografias são colocadas como exemplo a ser seguido. De acordo com Frotscher "a prática de eternizar, através de monumentos, nomes ou fatos do passado e do presente" exemplifica "como as elites investem na memória de determinados fatos e pessoas, inscrevendo-se no espaço urbano", como "uma forma de tentar eternizar determinados agentes sociais, protegê-los do esquecimento. É certamente também uma tentativa de se exercer o controle da memória e de impor e/ou legitimar dominação" [242].

Estátuas, edificações e árvores patrimonializadas pelo poder púbico municipal, em especial, pelo Legislativo, remeteu-se a memória de personagens e períodos da história considerados importantes e visavam dois conjuntos de bens remissivos a Dourados: a ocupação não índia no pós-guerra do Paraguai e a Marcha para o Oeste.

A elaboração de projetos de lei, leis municipais e até mesmo decretos resultam da atuação de determinados agentes políticos e sociais expondo parte da dinâmica em que o patrimônio cultural local foi configurado nas últimas décadas. Contraditórias e controversas, as leis nem sempre foram cumpridas, efetivadas e "absorvidas" e talvez se possa considerar, como exemplo, a instituição do patrimônio cultural local através de referências, usos, esquecimentos ou seleções conforme os interesses e demandas. O conjunto de leis municipais que tratou do patrimônio local ao longo dos anos em Dourados não assegurou a preservação por parte do poder público que as institui, fazendo com que o MPE agisse em desfavor do município, mediante a instauração de

[240] KNAUSS, Paulo. O descobrimento do Brasil na escultura: imagens de civismo. *Projeto História*. São Paulo, (20), abr.2000, p.176.
[241] Idem, p.179.
[242] FROTSCHER, Méri. "Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX". In: RAMPINELLI, Waldir J. (org) *História e Poder* – a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003, p.106.

Inquéritos Civis e, por conseguinte, de Ações Civis Públicas, conforme será analisado no Capítulo 3.

Em suma, nos projetos de lei analisados, as propostas de "tombamento ao patrimônio histórico e/ou cultural" de Dourados referiu-se, em sua maioria, a "pessoas ilustres" ou ligadas a elas, "marcos oficiais", "exemplares isolados" de árvores, ruínas de prédios. Em geral, a excepcionalidade e a materialidade foram enfatizadas num contexto de necessidade de tombamento/preservação influenciado pela ameaça de perda ou de transmissão às gerações futuras. A importância da memória, da história e da identidade dos douradenses também foi elencada. Alguns desses aspectos foram tratados pela imprensa local, objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

OUTROS SUJEITOS E OUTRAS PROPOSTAS: O PATRIMÔNIO LOCAL, A IMPRENSA E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

2.1. Disputas pelo patrimônio e representações políticas em âmbitos sociais diversos

> O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir [...] Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas. [243]

"Patrimônio" é uma das palavras que usamos com mais frequência no cotidiano, parecendo não haver limites para qualificá-la. Conforme afirmado por Gonçalves, o patrimônio é uma categoria de pensamento "extremamente importante para a vida social de qualquer coletividade humana. Sua importância não se restringe às modernas sociedades ocidentais" [244], não sendo simplesmente uma invenção moderna, mas milenar. Portanto, o patrimônio é uma construção histórica que agrega diversos significados que não se excluem. Mais que simbolizar, representar ou comunicar, o patrimônio é usado para agir, cabendo na análise da categoria a inserção de agentes e instituições que a faz circular em diferentes âmbitos sociais. Silva, citado por Kalb, discorreu que os

> patrimônios culturais se tornam visíveis na ação, na forma como são reivindicados, manuseados, apropriados, dramatizados; na maneira como desencadeiam, trocam conflitos e experiências; no modo pelo qual permitem objetificar passados, identidades, grupos imaginados. Para além de coisas, lugares, performances, são, antes, processos múltiplos de construção de sentido em um presente que mira em direção a algum ponto do passado. No mundo atual existem muitos

[243] GONÇALVES, José R. S. "O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento". In: *Antropologia dos objetos:* coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 114.
[244] Idem, p. 109.

> diferentes discursos de patrimônios competindo, complementando-se e, por vezes, seguindo caminhos paralelos [...] Patrimonialização é um termo presente na agenda do dia dos mais variados agentes no contexto atual, como órgãos reguladores de políticas públicas, ONG's, associações, setores de turismo, entre outros possíveis. Transita entre a mais burocratizada esfera dos poderes públicos até as dimensões subjetivas da experiência de quem usa as cidades. [245]

É importante considerar que política e poder podem ser mais bem compreendidos numa perspectiva relacional e de negociação. Ambos são termos polissêmicos [246] e não se pautam apenas em repressão, mas em persuasão e na busca da legitimidade. Daí a expressão de "poder simbólico" utilizado por Bourdieu, abordada por Francisco Falcon [247], ao tratar das trocas interdisciplinares, que proporcionaram novos rumos à história política. Para o autor, "poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico" [248].

Para além de semelhanças e diferenças, os conceitos de cultura e de política são entendidos desde os estudos que envolvem campo, violência simbólica e *habitus* em Bourdieu, até hegemonia, consciência e intelectuais em Antônio Gramsci. A proximidade entre Gramsci e Bourdieu tem contribuído para pesquisas na história e em outras áreas do conhecimento. Num sentido geral, não eliminam o conflito primordial, o das classes sociais, pois estão presentes, como afirmaram Mendonça e Fontes [249], nas relações entre Estado, poder, política e história.

O que é definido como "político" muda com o tempo e com os interesses dos grupos sociais. É preciso frisar que "no século XX, o conceito de política atingiu até mesmo o cotidiano. Hoje se fala em politização do cotidiano, ações de protesto, lutas sociais que se dão nas esferas não institucionais" [250]. Assim, as lutas de representação são evidenciadas por disputas ou embates políticos e as relações de poder que envolvem

---

[245] SILVA, 2015, p. 249 Apud KALB, Christiane Heloisa. *Do instante esplêndido à decadência*: Patrimonialização e judicialização do Cine Palácio de Joinville. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) UFSC, Florianópolis, 2017, p. 332-333.

[246] CARDOSO, Ciro F. "História e poder: uma nova história política?". In: CARDOSO, Ciro F & VAINFAS, Ronaldo.(orgs.) *Novos domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 41.

[247] FALCON, Francisco. "História e poder". In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61.

[248] Idem, p. 76.

[249] MENDONÇA, Sonia R. de & FONTES, Virginia. "História e teoria política". In: CARDOSO, Ciro F & VAINFAS, Ronaldo.(orgs.) *Novos domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp.55-72.

[250] SILVA, Kalina V. & SILVA, Maciel H. "Política". In: *Dicionário de conceitos históricos.* 2ªed. 1ªreimp. São Paulo: Contexto, 2008, p. 337.

diretamente as relações políticas estão em âmbitos sociais diversos e se faz necessário compreendê-las. Analisar o patrimônio cultural ao longo das últimas décadas observando suas definições, contradições e usos por diferentes representantes de grupos sociais, sobretudo, dá-se pela condição de instrumento político. Além de agentes fora das esferas institucionais, percebidos, em especial, nos jornais impressos, tão importantes quanto os que compuseram as diversas gestões político-administrativas do município de Dourados, e debateram o patrimônio local com o objetivo de construí-lo e regulamentá-lo, a relação entre "dentro" e "fora" das instituições, do público e do privado, nos permite observar as características da esfera público-privada, como afirmou Habermas. [251]

Interesses e disputas variadas constituíram lutas de representação. Assim, o que foi construído como patrimônio cultural em Dourados trouxe em seu bojo não apenas uma série de projetos de leis, leis, leis complementares, decretos municipais, mas manchetes, editoriais e notícias de jornais, inquéritos civis, ações civis públicas, entre outros. Torna-se relevante entender que as fontes históricas selecionadas e analisadas em suas especificidades foram erigidas de uma série de disputas, diálogos, interações, concepções e interesses. São instrumentos que dizem ou definem não apenas o patrimônio cultural, mas o processo em que estão inseridas revelando historicidade.

Segundo Chagas, "ainda que os processos de preservação possam ser voluntários ou involuntários, individuais ou coletivos, de curta ou de longa duração, eles são sempre seletivos e sociais [...] são suficientes para colocar em destaque o papel político e a complexidade desses processos" [252]. Ao relacionar patrimônio, cultura e memória à sua área de formação acadêmica, a museologia, o autor os discute em meio ao poder e as complexas relações que se fazem acerca do patrimônio cultural. Por ser uma construção humana, é passível de análise, da necessidade de compreensão de sua historicidade, do debate que o envolve, do processo de construção como patrimônio cultural.

Como pontuou Chartier, "o fato é que a leitura das diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo

[251] HABERMAS, Jurgen. Op. Cit. 2014.
[252] CHAGAS, Mário. "Cultura, patrimônio e memória". In: *Patrimônio e Educação - Ciências e Letras*. Revista Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, jan./jun. de 2002, p. 18.

tempo, continua sendo a tarefa singular dos historiadores e a sua responsabilidade principal para com seus contemporâneos" [253]. Neste sentido, retoma-se a noção de representação diante dos diversificados e, por vezes, conflitantes, usos do patrimônio. A noção de representação permeia inúmeros campos de estudo sendo que duas críticas ao seu emprego pautam-se no relativismo e no idealismo, aos quais Chartier ponderou que "[...] não existe história possível senão se articulam as representações das práticas e as práticas da representação" [254].

Práticas e representações são noções complementares e ao rebater as críticas feitas à representação, Chartier afirmou que:

> [...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. Mas essa posição metodológica não significa de modo algum a redução e, menos ainda, a anulação das práticas nos discursos e as representações que as descrevem, as prescrevem, as proíbem ou as organizam. Tampouco implica uma renúncia à inscrição social tanto dos esquemas de percepção e juízo que são as matrizes das maneiras de dizer e fazer, que designei em diversos textos mediante o termo de 'apropriação' [255].

Ao atribuir a compreensão da "representação" a partir da ausência e da presença [256], Chartier recorreu a Louis Marin para articular "as duas operações da representação quando faz presente aquilo que está ausente", considerando uma "dimensão 'transitiva' ou transparente do enunciado" a toda representação que "representa algo" e uma na "dimensão 'reflexiva' ou opacidade enunciativa", a toda representação que "se apresenta representando algo" [257].

Ao observar que a representação/prática e a presença/ausência constituem o processo de construção do patrimônio, as seleções de bens culturais transformados em patrimônio cultural demonstram o que se quer ou se deseja ser valorizado. Ao ser

[253] CHARTIER, Roger. 2010. Op. Cit, p. 68.
[254] CHARTIER, Roger. "Defesa e ilustração da noção de representação". *Fronteiras.* Dourados/MS, v.13, n.24, jul./dez. 2011, p. 16.
[255] Idem, ibidem.
[256] Idem, p. 16-18.
[257] CHARTIER, Roger. *À beira da falésia:* a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

institucionalizado, o patrimônio cultural representa interesses que se fazem nas relações sociais ou no jogo político. Não ausente de conflitos, pelo contrário, esse processo se faz através de embates materiais e simbólicos, visualizados em manchetes, notícias ou editoriais de jornais locais, a exemplo do *O Progresso*, que atuou como representante/agente na elaboração de discursos sobre o patrimônio.

No jornal *O Progresso,* informações, denúncias e reivindicações foram divulgadas em meio a ações para que determinados bens culturais se tornassem patrimônio local. Ao mesmo tempo, apontou-se descaso e abandono por parte do poder público e defendeu-se a necessidade urgente de preservar e revitalizar o patrimônio local, numa intrínseca atuação política entre agentes sociais e a imprensa.

Sabe-se da amplitude do patrimônio cultural e que as fontes para a sua análise abrangem um "campo guloso", conforme afirmou Martins. A autora fez esta afirmação ao destacar o papel da "Nova História", nos anos 1980, para a participação efetiva do historiador e a ampliação na leitura do "patrimônio" [258], o que contribuiria para o reconhecimento da pluralidade de nossa história cultural [259].

Assim, é necessário o rompimento com a atribuição de relíquia [260] do sagrado, do inviolável concedido ao patrimônio para compreender seu sentido. O patrimônio expressa uma pluralidade atribuída, principalmente, a partir da década de 1970, quando houve, segundo Choay, uma "mundialização dos valores e das referências ocidentais" para "a expansão ecumênica das práticas patrimoniais" [261].

Nas décadas de 1980 e 1990, como sugere Hartog [262], a França vivenciou tal expansão através do "ano do Patrimônio" decretado pelo governo francês, da elaboração de "uma Escola Nacional de Patrimônio" e de "uma Fundação do Patrimônio". Além disso, ocorreram as "Jornadas do Patrimônio", o que contribuiu por "intermédio das iniciativas e das convenções da Unesco" para uma "universalização do patrimônio", sobretudo, quando se observa o crescimento da lista dos sítios do patrimônio universal da humanidade.

---

[258] MARTINS, Ana Luiza. "Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente". In: PINSKY, Carla B., & LUCA, Tania R. de. *O historiador e suas fontes.* (orgs.) São Paulo: Contexto, 2009, p. 291.
[259] Idem, p. 293.
[260] LEITE, Rogério P. "Lugares da política e consumo dos lugares nação e patrimônio cultural". In: *Contra-usos da cidade*. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 40-42.
[261] CHOAY, Françoise. 2001. Op. Cit. p.227.
[262] HARTOG, François. 2014. Op. Cit.

No Brasil, a ampliação do patrimônio cultural com a homologação da CF88 é considerada vitoriosa, adentrando na década de 1990 com discussões sobre as especificidades do patrimônio imaterial até constituir-se o Decreto nº 3551/2000, como visto anteriormente. Diante de um cenário multifacetado, Chuva afirmou que não há uma única noção de patrimônio cultural e não se trata de descobrir uma noção verdadeira, mas compreender os motivos, os interesses, os sentidos produzidos e que envolvem o patrimônio cultural [263].

A autora ressaltou a necessidade de "superação" da "divisão" entre o patrimônio material, denominado de tangível e, por alguns, de "pedra e cal" [264], e o imaterial, considerado intangível, como os modos de fazer ou o "saber-fazer" [265]. Os "universos distintos" do patrimônio envolvem tensões e disputas observadas no interior da política oficial nacional, que se disseminam em diferentes "frentes". Com a incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) ao IPHAN, entre os anos de 1970 e 1980, a autora observou a "junção" de diversas visões de patrimônio, por vezes antagônicas e concorrentes "por hegemonia e por recursos", o que dificultou a composição de uma noção de patrimônio integral [266].

Dito isto, ao analisar as representações de patrimônio na esfera pública em Dourados, entre 1984 e 2018, é importante considerar as definições, a atuação de agentes sociais e seus usos do patrimônio local. Cabe considerar que os usos do patrimônio são diversificados. Como afirmou Santiago Júnior:

> o patrimônio emerge, na abertura do século XIX, como invenção exportada da Europa na medida em que visa parecer englobar todas as outras invenções do passado que lhe são contemporâneas. Mas o conjunto de sentidos por ele produzido não advém apenas de um princípio de 'vontade de memória'. Pelo contrário, nasce dos valores e usos diversificados que serão atribuídos pelos sujeitos. Os bens patrimoniais, portanto, compreendem e funcionam também como suportes mnemônicos e mobilizam valores de memória de variados tipos, sendo os mais famosos aqueles apontados por Alois Riegl que tem sido atualizada por muitos autores dos estudos patrimoniais [...] o bem patrimonial não é dotado de um valor intrínseco homogêneo, mas

[263] CHUVA, Márcia. 2012. Op. Cit. p. 161.
[264] Cf. FONSECA, Cecília. *O Patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ-Minc/Iphan, 2005.
[265] Cf. RHODEN, Luiz Fernando. "O patrimônio imaterial: algumas reflexões sobre o registro". In: *Patrimônio e Educação - Ciências e Letras*. Revista Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, jan./jun. de 2002, p. 253-260.
[266] CHUVA, Márcia. 2012. Op. Cit. p. 160.

> indexado de aspectos mnemônicos e não mnemônicos em múltiplas relações que disputam o mesmo bem cultural [267].

Os valores e usos, de acordo com leituras específicas de um tempo e espaço, evidenciam através da instituição do patrimônio local aspectos da memória e da história que, como vimos no capítulo anterior, foram realçados em Dourados por justificativas de projetos de lei. Em nome da memória e da história local, diante da ameaça ou do risco de perda, a imprensa e grupos da sociedade civil douradense, conforme veremos neste capítulo, e o MPE, no capítulo seguinte, manifestaram suas posições sobre o tombamento e a preservação do patrimônio cultural local.

Entretanto, outros valores e usos foram evidenciados nos discursos e nas práticas que envolveram o ato de legislar e a autoafirmação de sujeitos e grupos considerados relevantes. De acordo com Santiago Júnior, "os valores não mnemônicos são de ordem variada e correspondem a pragmática do uso e significação social atribuído pelas sociedades patrimoniais" [268]. Tais valores podem ser definidos pelo seu uso cotidiano e, não necessariamente pelo valor de memória, como o uso religioso, o uso político, o uso comercial e o uso turístico.

Em meio à hipertrofia do patrimônio e seus usos, Santiago Júnior chama de "patrimoniografia" a abordagem atual feita ao patrimônio cultural. Para ele,

> atualmente, quando o patrimônio imaterial tornou-se uma categoria corrente que evidencia a convivência de inúmeros usos da cultura pelos diversos grupos sociais que realçam aspectos mnemônicos para construção de cidadania cultural, o patrimônio cultural é uma arena de disputas semânticas que envolve e transcende suas funções mnemônicas. Aqui está um dos cernes da questão: a "patrimoniografia" tenta privilegiar a abordagem do patrimônio pela fusão de seu poder memorial e construção de cidadania cultural, direcionando assim a significação do passado e do tempo e o fenômeno cultural do patrimônio se define pelos múltiplos usos e valores atribuíveis que nele coexistem, excedendo o ritual memorial da sociedade sem ritual, como diria Nora sobre a problemática dos lugares. [269]

Nesta direção, o patrimônio cultural é uma arena de disputas semânticas que envolve e transcende suas funções mnemônicas. As variadas definições do patrimônio,

[267] SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. Op. Cit. p.259-260.
[268] Idem, ibidem.
[269] Idem, p.264.

seja histórico, histórico cultural, ambiental e outras, tornaram-se comuns na legislação local. Em meio a definições, contradições e usos, o patrimônio cultural esteve inserido em propostas da Lei Orgânica do Município de Dourados (LOM) e, sem sucesso, foi apresentado como lei complementar que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, em 1990, o primeiro no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em diversos ambientes de discussões, as concepções de patrimônio derivaram de significados de cultura de sujeitos. Assim, quem participou das decisões foram, em sua maioria, agentes sociais e políticos vinculados ao poder público municipal, mesmo que, a princípio, tenha-se idealizado pessoas de "notório saber" de instituições ou entidades locais. No entanto, outros sujeitos já haviam se pronunciado e constituíram matéria na imprensa sobre patrimônio local. Ao longo das décadas, em paralelo ao que o Legislativo e o Executivo propuseram sobre patrimônio, percebe-se a atuação, por vezes discordantes, de outros atores sociais, que serão tratados neste capítulo.

Em *O Progresso*, o patrimônio foi tratado considerando as perspectivas políticas do jornal e dos sujeitos sociais que foram notícias. Na escolha do jornal analisou-se o patrimônio eleito pela sociedade civil douradense e pelo próprio veículo de comunicação. Na delimitação temporal desta tese, nas páginas do diário analisou-se dos primeiros aos últimos tombamentos realizados pelo poder público municipal, em sua maioria, pelo Legislativo. Vale frisar que as buscas pelo "patrimônio histórico" nos jornais digitalizados estenderam-se até o início de 2015. Os demais foram consultados no site de *O Progresso* que disponibiliza na íntegra suas edições.

O Progresso tem sido utilizado como fonte de pesquisa no ensino básico e superior, assim como por pesquisadores independentes. Ao se referir ao Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), de cada dez pesquisas, oito utilizam *O Progresso* digitalizado. O trabalho de digitalização feito entre 2013 e 2019, compreendeu edições impressas de 1920 a 1927 e de 1951 a 2005. Em notícia publicada em abril de 2018, de acordo com o professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, que atuou durante anos a frente do CDR-UFGD e no projeto de digitalização do *O Progresso*

> Sabemos que a linha editorial é predominante para determinar aquilo que vai ser publicado ou não, mas quando se tem um periódico que

> registra dia a dia os acontecimentos da cidade, é mais fácil manter sua história viva. A imprensa, de forma em geral tem papel importante nessa questão. Prova disso são as inúmeras pesquisas que se baseiam nos jornais. [270]

Segundo o historiador, o registro do cotidiano do município , mesmo selecionado pela linha editorial do jornal, é importante, pois "mantém a história viva" ao favorecer a produção de pesquisas que tem como base o jornal e, ao mesmo tempo, afirma-se o papel da imprensa na sociedade. Embora constantemente utilizado, ainda cabem análises específicas sobre *O Progresso* enquanto objeto de pesquisa.

Este capítulo concentra-se na imprensa e em suas representações sobre o patrimônio local. Inicialmente, analisa-se a elaboração do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados pela perspectiva de jornais impressos, em especial, *Enfoque* e *O Progresso*, tomando como base notícias, manchetes, editoriais e publicações de atas de sessões da Câmara Municipal de Vereadores, projetos e leis municipais. As disputas políticas no Legislativo, entre outros aspectos, serão analisados em conjunto com os filtros dos jornais, que atuaram politicamente.

Em pesquisas com a imprensa, Zicman destacou dois pressupostos para tratar desta fonte documental. O primeiro é observar a atuação da imprensa no campo político-ideológico. O segundo é compreender como a imprensa organiza as informações que noticia de acordo com o próprio filtro. Para ela,

> [...] a imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita – mas antes o que chamamos História através da Imprensa – está-se sempre esbarrando nela, pela necessidade de se historicizar os jornais [...] devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário, denotam as

[270] "O Progresso, 68 anos! Acervo digital: 13 mil edições registradas em mais de sete décadas de história". 20/04/2018. Disponível em <https://www.progresso.com.br/variedades/acervo-digital-13-mil-edicoes-registras-em-mais-de-sete-decadas-de-historia/346063/> acesso em 04 jun. 2019.

> atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio 'filtro'[271].

Vale lembrar que os jornais impressos não são vistos apenas como produtores de registros dos fatos ou os noticiam, mantendo uma postura imparcial, mas são vistos como agentes ativos e integrantes de disputas, como pontuou Cruz [272]. Assim, dentre os usos políticos da cultura, *O Progresso* difundiu representações de cultura e história que contribuíram para fortalecer patrimônios eleitos pelo poder público e por entidades civis.

Geralmente nas edições de aniversário do *O Progresso* a importância do periódico para Dourados confundiu-se com a história da cidade. Para se ter ideia, em 2006, a pedagoga e colunista do periódico, Fátima Frota, ressaltou que ao completar 66 anos, "*O Progresso* é a história de Dourados", pois "falar do *O Progresso* é falar de democracia, ousadia e liberdade; é informação para uma sociedade mais justa" [273]. Além disso, "o acesso à informação é um direito de todos... aos fatos históricos também!" [274].

A história foi apresentada nas páginas do jornal pelas origens, pelos pioneiros, pelos fatos e acontecimentos ditos importantes, sendo associada ao patrimônio, concebendo-o como "patrimônio histórico". Neste sentido, emergiram discursos favoráveis ao lugar das figueiras na história, em especial, as localizadas em frente à sede do *O Progresso* e as localizadas na rua cujo nome homenageia Vlademiro Muller do Amaral, sócio-proprietário do jornal até 1985. Eleitas como patrimônio, as figueiras ganharam as páginas do periódico pelo apreço das pessoas que o dirigiam, como Vlademiro, Adiles e Blanche Torres.

O entendimento de cultura apresentada pelo periódico vinculou-se às artes (poesia, dança, música, literatura...) e aos espaços culturais (teatros, estúdios, academias, museus...). Em meio à luta de determinados agentes e grupos sociais pelo tombamento do Clube Social nos anos 1980 e, por conseguinte, o tombamento e os debates acerca da revitalização da Usina Velha entre os anos 1980 e 1990,

---

[271] ZICMAN, Renée B. "História através da imprensa – algumas considerações metodológicas". *Projeto História.* São Paulo, V.4, 1985, p.90.
[272] CRUZ, Heloisa de F. Op. Cit. 2013.
[273] "O PROGRESSO é a história de Dourados". *O Progresso.* Ano 66, nº12643. Edição especial 66 anos. Dourados, quarta e quinta-feira, 20 e 21 de abril de 2016, p.5.
[274] "Do impresso ao online, O PROGRESSO é referência de leitura e pesquisa entre estudantes da educação básica, universitários e cientistas independentes". *O Progresso.* Ano 66, nº12643. Edição especial 66 anos. Dourados, quarta e quinta-feira, 20 e 21 de abril de 2016, p.6-7.

relacionavam-se, inicialmente, a necessidade de construção de um espaço cultural, como teatro ou museu. Portanto, *O Progresso* militou pela cultura e, em alguns momentos, pelo patrimônio histórico.

O descaso, o abandono e as reivindicações voltadas para o patrimônio ocuparam as páginas do periódico que "falava em nome" da "classe artística" e da população local. Editoriais e artigos assinados mencionaram a falta e a imprecisão de políticas culturais e patrimoniais para Dourados. Ao mesmo tempo, o periódico publicou notícias e manchetes sobre a necessidade/urgência de projetos e recursos financeiros para a preservação/revitalização de determinados patrimônios históricos. *O Progresso* noticiou ainda a inserção do Ministério Público na contenda do patrimônio local através da instauração de Inquéritos Civis e Ações Civis Públicas. Portanto, as publicações variaram de acordo com os usos políticos da cultura e, derivado destes, os usos do patrimônio.

De acordo com Motta, os "vetores sociais", assim como os "vetores de socialização", que são "os veículos de disseminação impressos, como periódicos e livros", são importantes responsáveis pela reprodução das culturas políticas. Para ele

> os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir [275].

O autor acrescentou que "nada mais natural, quando lidamos com categoria que pressupõe que as escolhas políticas dos indivíduos são determinadas por filiação a grupos e/ou a tradições" [276]. Para tanto, os impressos são utilizados propositadamente na divulgação e disseminação de culturas políticas. As posturas dos jornais refletiram posicionamentos diversos e suas publicações contribuíram para que muitos encontrassem "motivações para identificar e aderir" e, ao mesmo tempo, para rechaçar ou silenciar. Neste sentido, "a pergunta mais pertinente não seria *o que é patrimônio* e sim *quando há patrimônio*", já que "os bens reunidos na história por cada sociedade não

[275] MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Op. Cit. p.11.
[276] Idem, ibidem.

pertencem *realmente* a todos, embora *formalmente* pareçam ser e estar disponíveis para todos [277], como veremos na criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e ao longo da tese.

2.2 A criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados na imprensa local

As primeiras eleições diretas após a Ditadura Militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988 podem nos auxiliar na compreensão do que se definiu como patrimônio cultural em Dourados e de suas práticas de preservação, pois garantiu "competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios", além de "competências" específicas que reforçaram a amplitude e a diversidade do que se considerava patrimônio cultural[278]. Num contexto de redemocratização, a organização da Lei Orgânica do Município (LOM) abriu possibilidades para a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Como apontou Luis Carlos Luciano, "foi o período de se elaborar a nova Constituinte Municipal e se criaram e foram propostos vários conselhos" [279].

Os usos do patrimônio cultural local, dentre eles, de concebê-lo como instrumento político, estimulou o debate acerca da cultura entre os representantes/agentes no Legislativo. O patrimônio local foi utilizado em disputas de poder e de representação que resultaram em modificações das atribuições do Conselho Municipal, de sua composição e sua instalação/funcionamento.

Neste sentido, é relevante analisar como o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental foi noticiado pelos jornais, *Enfoque* e *O Progresso*, considerando como conceberam a "cultura" e o "patrimônio cultural" em Dourados, seja de maneira distinta, contraditória ou semelhante. Como parte das tensões

---

[277] CANCLINI, Néstor G. "Culturas visuais: entre a arte e o patrimônio". *A sociedade sem relato: Antropologia e estética da iminência.* São Paulo: USP, 2016, p. 70 e 72.

[278] É preciso destacar que outras leis foram promulgadas para além da CF88, e que estão em consonância com ela por ser considerada a Carta Magna brasileira, a "lei maior". A Constituição de Mato Grosso do Sul e o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.157/2001) e também a própria Lei Orgânica do Município podem ser colocadas como exemplos.

[279] LUCIANO, Luis Carlos. *Legislativo de Dourados.* (1935-2006), p.71. Disponível em <http://www.luiscarlosluciano.com.br/fotosnoticias/dourados.pdf>.

sociais, ao longo dos anos, não houve consenso sobre o conceito de patrimônio cultural, muito embora ocorreram tentativas, como no projeto de lei de criação do Conselho Municipal.

Na transição da década de 1980 para a de 1990, muito se discutiu sobre a consonância entre a Constituição Federal de 1988 e a elaboração da Lei Orgânica do Município. Nos jornais, usos de terminologias específicas em notícias, editoriais e manchetes expressaram demandas de interesses individuais e coletivos – ao menos de sujeitos diretamente ligados aos meios de comunicação –, sobre o patrimônio cultural em Dourados.

Mencionada pelos periódicos por sua atuação, Lori Alice Gressler chamou atenção como vereadora, entre 1989 e 1992, e como vice-prefeita, entre 1992 e 1996. No *O Progresso* encontramos notícias sobre ela, entre 1978 e 1996, vinculadas à sua "vida pública", desde seu ingresso na Secretaria de Educação e Cultura do município de Dourados, passando pela ocupação do cargo de vereadora mais votada, até o final de seu mandato como vice-prefeita.

Professora universitária, com titulação acadêmica fora do país na década de 1980, Gressler atuou como secretária de educação e cultura [280] e, ao mesmo tempo, como professora universitária, entre outras atividades, nos anos de 1977-1981, na gestão político-administrativa de José Elias Moreira, da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, posteriormente, do Partido Democrático Social (PDS). Além disso, Lori foi membro do Conselho Estadual de Educação e professora universitária do Centro Pedagógico de Dourados (CPD) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UEMT) e do Centro Universitário de Dourados (CEUD) da UFMS [281]. Exerceu o cargo de vereadora já aposentada de suas funções docentes, mas não desligada do meio universitário. No poder público municipal, detinha atributos de atuante, competente, distinta. Em 1979, na coluna "Rotatividade" do *O Progresso,* Adiles do Amaral Torres mencionou Gressler como "simpática", "culta", "eficiente", "apoiadora e incentivadora da arte" e

[280] Há ao final desta tese, um apêndice em que constam as notícias relacionadas à Lori A. Gressler a partir de *O Progresso*.

[281] Em 1979, o CPD – Centro Pedagógico de Dourados mudou de sigla para CEUD – Centro Universitário de Dourados. Passou de UEMT para UFMS por meio da divisão do estado de MT e a federalização das universidades. BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. *História e universidade*: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990). Tese (Doutorado em História) UFGD, Dourados, 2016. p.180 e182.

contribuinte pelo "aprimoramento da cultura" [282]. Tais adjetivos foram noticiados no ano seguinte, em meio aos votos de felicidades à aniversariantes [283], em específico, pela passagem do aniversário de Lori que homenageou, na mesma página, o aniversário do próprio *O Progresso* [284]. Mesmo após aposentar-se produziu e publicou inúmeros livros e foi uma das fundadoras da Academia Douradense de Letras (ADL), recebendo vários prêmios e homenagens [285].

A atenção dada a Lori Alice Gressler deveu-se às posições dos periódicos, com notícias de sua participação na elaboração da LOM e, por conseguinte, no projeto de lei complementar, que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Personalismos à parte, a proposta da vereadora foi audaciosa. Além de sistematizar e regulamentar, num primeiro momento, o processo de tombamento do patrimônio cultural em Dourados dificultou propostas individuais ou de usos à revelia do patrimônio cultural, ora pelo Legislativo, ora pelo Executivo local.

Os jornais *Enfoque* e *O Progresso* foram os jornais que mais noticiaram a dinâmica de discussão e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 021/90, que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, proposto pela vereadora, então do PTB. Vale mencionar, que o *Folha de Dourados* pautou apenas a aprovação do projeto de lei [286]. O *Enfoque* e *O Progresso* se destacaram pelo número de notícias publicadas e por se posicionarem favorável à proposta. No *Enfoque*, várias foram as notícias em que se "deu voz" a Gressler [287]. *O Progresso* fez referências ao Conselho Municipal através de publicações

---

[282] Lori é "pessoa simpática responsável pela pasta" de Educação e Cultura. "Ballet Ana Pavlova". Coluna Rotatividade, Adiles do Amaral Torres. *O Progresso*, ano XXVIII, nº 2567, quarta-feira, 19 de setembro de 1979, p.08.

[283]"Aniversários". Coluna Rotatividade, Adiles do Amaral Torres. *O Progresso*, ano XXVIII, nº2801, terça-feira, 15 de abril de 1980, p.08.

[284] Conferir apêndice (D) ao final desta tese com referências a Lori Alice Gressler no *O Progresso*.

[285] VASCONCELOS, Luiza M. Op. Cit. p. 192-197.

[286] "Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados". *Folha de Dourados.* Ano XXXII, nº3454, sábado, 01 de dezembro de 1990, p.06.

[287] "Lori defende arte e história de Dourados". *Enfoque*. Capa. Ano 4. nº 261. Dourados, sábado, 21 de outubro de 1989. Capa e p.05. "Lori – em defesa dos bens históricos e artísticos". *Enfoque*. Ano 4, nº 266. Dourados, sábado, 25 de novembro de 1989, p. 09. "Conheça seus direitos". Geral *Enfoque*. Ano 5, nº 291, Dourados, sábado, 23 de junho de 1990, p.09. "Câmara votará o projeto de Lori que cria o Conselho de Cultura". Geral. *Enfoque*. Ano 5, nº 303. Dourados, sábado. 15 de setembro de 1990, p. 08. "Lori Alice Gressler: Emendas esfacelam essência do Conselho de Cultura". *Enfoque*. Ano 5, nº306. Dourados, sábado, 06 de outubro de 1990, p.04. "Passeios públicos: emendas de Lori Gressler beneficiam classe humilde". Geral. *Enfoque.* Ano 5, nº 312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.12. "Persona:

dos anteprojetos da LOM, de atas da Câmara Municipal e de algumas notícias [288]. Nele, ainda, Lori Alice Gressler foi vinculada às funções dos cargos públicos que ocupava com destaque à participação na elaboração do projeto de lei complementar, entre 1989 e 1990 [289], concomitante à elaboração da LOM.

Entre a saída de Lori da Secretaria de Educação e Cultura, em 1981, e sua entrada na Câmara Municipal, em 1989, poucas foram as citações no *O Progresso* [290]. Neste período, as atividades de Gressler relacionaram-se ao CEUD e ao curso de Pedagogia, à Igreja Luterana, ao Conselho Estadual de Educação, incluindo a sua exoneração em 1986 por contradições político-partidárias com o governo de Mato Grosso do Sul, então do PMDB, e à publicação de livro, em 1988 [291]. A partir de 1989, quando tornou-se vereadora pelo município de Dourados, sua presença nas páginas do *O Progresso* foi intensificada em meio às publicações de atos oficiais do município e por relações que excediam a postura pública de vereadora e se refletiam por suas relações sociais.

Na campanha eleitoral de 1988, Gressler foi candidata pelo PTB, entre outros 45 candidatos do mesmo partido [292], obtendo 1241 votos, a segunda maior votação, atrás apenas de Alberto Alves dos Santos, também do PTB, com 1315 votos. *O Progresso* chamou atenção para a eleição de "duas mulheres, professoras", entre os três candidatos mais votados, com a vitória de Francisca Felisbela de Barros, mais

---

Pela 1ª vez uma mulher, quer disputar a prefeitura local". *Enfoque.* Ano 5, nº312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, capa. "Lori: 'sou candidata a prefeita em 92". Persona. *Enfoque.* Ano 5, nº312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.05.

[288] Há ao final desta tese um apêndice (E) em que constam referências a emendas na Constituinte Municipal de Dourados.

[289] "Anteprojeto polêmico de Lori (PTB)". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5091, sexta-feira, 25 de agosto de 1981, p.03. "Anteprojeto de Lori cria o Conselho Municipal de Cultura". *O Progresso*, ano XXXIX, nº 5233, sexta-feira, 27 de abril de 1990, p. 05. "Conselho de Preservação". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5320, sexta-feira, 31 de agosto de 1990, p.02.

[290] Ao buscar por "Lori Alice Gressler", encontrei no O Progresso, por exemplo, em 1981, 43 documentos (publicações) e 61 instâncias (citações). Em 1982, 1 publicação e 1 citação. Em 1983, 6 publicações e 6 citações. Em 1984, 2 publicações e 3 citações. Em 1985, 2 publicações e 2 citações. Em 1986, 4 publicações e 7 citações. Em 1987, 1 publicação e 2 citações. Em 1988, 17 publicações e 21 citações. Em 1989, 68 publicações e 180 citações. Em 1990, 80 publicações e 249 citações. Em 1991, 105 publicações e 234 citações. Em 1992, 112 publicações e 262 citações. Em 1993, 79 publicações e 105 citações. Em 1994, 79 publicações e 108 citações. Em 1995, 112 publicações e 209 citações. Em 1996, 95 publicações e 134 citações.

[291] Trata-se do livro *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul:* destaque especial ao município de Dourados, publicado em parceria com Lauro Joppert Swensson.

[292] "Coeso o PTB confirma a candidatura de Zé Elias". *O Progresso*, ano XXXVII, nº4843, terça-feira, 9 de agosto de 1988, p. 04.

conhecida como Bela Barros, do PFL, como 935 votos [293]. Dos 15 vereadores, 4 eram do PTB, incluindo Lori, 8 do PMDB e 3 do PFL.

Em 1989, durante a primeira legislatura de Gressler, *O Progresso* noticiou sua mudança de partido, para o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) [294], sigla do então presidente Fernando Collor de Melo. Pela perspectiva do jornal, Lori foi destaque entre os vereadores, considerada pela "excelente atuação no Legislativo Municipal" [295] na coluna "Carrossel", sob responsabilidade do colunista e chefe de redação Vander Verão. Além disso, a vereadora foi ressaltada pelas sugestões ao plano de governo do então prefeito, Braz Melo (PMDB), como o apoio ao Coral Santa Cecília considerado de "utilidade pública", o aprimoramento da parceria com as escolas de música, a "[...] construção de uma casa de espetáculos (teatro) para 'construir para o aprimoramento cultural da população'[...]"[296], tendo sua imagem reforçada pelo jornal pela contundente observação de que "estas são apenas as primeiras, mas com o decorrer do tempo, ela apresentará novas e importantes sugestões à administração municipal" [297].

A atuação de Gressler na Câmara Municipal ganhou destaque nas páginas do diário com a avaliação e elaboração de normas para a doação de terrenos públicos e a concessão de títulos honoríficos e de utilidade pública, concedidos pelo Legislativo Municipal, em que se cobrou normas claras [298]. Para Gressler, em matéria publicada pelo *O Progresso* a "solicitação se justifica pela necessidade de, como vereadores, buscarmos a imparcialidade de nosso julgamento, além de que essas medidas proporcionarão à comunidade douradense, uma melhor compreensão da postura da

[293] "Duas mulheres, professoras, deverão ir à Câmara Municipal". *O Progresso*, ano XXXVII, nº4610, sexta-feira, 18 de novembro de 1988, p.02. "Os novos vereadores de Dourados". *O Progresso*, ano XXXVII, nº4911, sábado e domingo, 19 e 20 de novembro de 1988, capa. Dados publicados na edição de *O Progresso*, ano XXXVII, nº4930, segunda e terça-feira, 19 e 20 de dezembro de 1988, p. 26.

[294] "Derrotado o PTB agoniza". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5093, terça-feira, 29 de agosto de 1989, p.03 e "Aumenta a implosão no PTB". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5105, sexta-feira, 15 de setembro de 1989, capa e "É o fim". Coluna Vander Verão, p.03. O jornal refere-se à uma "derrocada do partido", em virtude do PTB, ter perdido a eleição municipal de 1988, por 40 votos. Nesta disputa, o deputado José Elias Moreira, PTB, perdeu a eleição para Braz Melo, PMDB. A diferença mínima de votos, numa disputa acirrada, pode indicar também, a investida na legitimidade do PMDB e do próprio Braz à frente do Executivo e do legislativo, haja vista que elegeu oito vereadores, entre os que saíram do PTB e aderiram ao PMDB, como o caso de Archimedes.

[295] "Renovação?". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5058, terça-feira, 11 de julho de 1989, p. 02.

[296] "Lori apresenta sugestões para complementação do programa de governo do prefeito Braz Melo". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 4976, sexta-feira, 10 de março de 1989, p. 03.

[297] Idem, ibidem.

[298] "Normas para a doação de terrenos e concessão de títulos, pede Lori". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº4989, sexta-feira, 31 de março de 1989, p. 03. E "Carta à população". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº4996, terça-feira, 11 de abril de 1989, p.03.

Câmara frente a determinadas solicitações" [299], o que foi reiterado pela vereadora em carta à população de Dourados, publicada pelo *O Progresso* dias depois [300]. As propostas colaboraram para o "anteprojeto polêmico de Lori", segundo Vander Verão[301], que visava à criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Ao longo de sua legislatura, embora apresentou sugestões ao Executivo, Gressler, por vezes, foi a única a opor-se a administração de Braz Melo [302], defendendo pautas vinculadas à cultura douradense.

No tocante a instalação de comissões, a vereadora integrou a Comissão de Ordem Econômica [303] para a elaboração da Constituinte Municipal, debatida em paralelo ao anteprojeto que previa a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, além de transitar por várias Comissões, como em 1990, quando foi vice-presidente da Comissão de Justiça, Legislação e Redação e presidente da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Pecuária [304]. Acrescenta-se que Gressler era ativa em vários grupos sociais, como a Associação Douradense de Aposentados e Pensionistas, a União Douradense de Clubes de Mães, da Academia Douradense de Letras (ADL), entre outros [305]. Ainda buscou a implantação do mini-anel rodoviário, promoveu encontros sobre agricultura, solicitou a implantação de arquivo municipal e manifestou-se contra a desapropriação de terrenos públicos e o uso para fins não específicos, como no caso da "permuta de terreno" para a construção de Shopping Center e, "em troca", a construção do teatro municipal em local

[299] Idem, ibidem.
[300] Idem, ibidem.
[301] "Anteprojeto polêmico de Lori (PTB)". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5091, sexta-feira, 25 de agosto de 1989, p.03.
[302] O embate direto entre a vereadora e o prefeito na concessão de terreno para a construção do shopping e, por conseguinte, do teatro municipal foi visto ao longo de toda a gestão, se estendendo até 1992, quando a própria Lori foi candidata a vice-prefeita juntamente com Humberto Teixeira. Humberto inclusive, saiu do PTB, foi para o PRN. Cf. "Renovação?". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5058, terça-feira, 11 de julho de 1989, p. 02. No pleito de 1996, Humberto apoiou Braz Melo e não Lori, ambos candidatos a prefeito de Dourados, porém, elegeu-se Braz Melo.
[303] "Constituinte Municipal instala comissões". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5146, terça-feira, 21 de novembro de 1989, p.03
[304] "Definidas as comissões permanentes da Câmara". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5418, terça-feira, 19 de fevereiro de 1991, p. 02.
[305] Destacamos as notícias: "Lori Gressler faz um balanço de suas atividades". *O Progresso*, ano XXXX, nº5627, terça-feira, 17 de dezembro de 1991, p.04. "Lori Gressler quer implantação do Arquivo Municipal". *O Progresso*, ano XXXX, nº5612, terça-feira, 26 de novembro de 1991, p.04. E "Escritores douradenses se reúnem para fundar a Academia de Letras". *O Progresso*, ano XXXX, nº5561, quinta-feira, 12 de setembro de 1991, p.09.

inapropriado, entre "duas ruas de muito movimento", segundo ela [306]. No *O Progresso*, entre 1990 e 1991, a vereadora e professora universitária organizou seminários para a discussão da LOM [307], trocou de partido político [308] e, entre outras atividades políticas, integrou o Grupo Evangélico de Ação Política (GEAP) [309].

Em outubro de 1989 [310], quase um ano antes da aprovação da Lei Complementar nº 02/90, o *Enfoque* noticiou as pretensões de Gressler sobre o patrimônio histórico e artístico em Dourados:

> a partir de um requerimento apresentado pelo vereador Eduardo Laier, PFL, pedindo o tombamento de uma residência na Vila São Pedro, a vereadora Lori Gressler, do PTB, sugeriu na sessão da Câmara Municipal no dia 4 deste mês, a criação de uma lei que proteja o patrimônio histórico e artístico do município de Dourados. A intenção é preservar e recuperar todos os bens móveis e imóveis de propriedades pública ou privada, existentes no município, que tenham valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico e artístico. 'O processo de tombamento não é algo simples e envolve benefícios, responsabilidade e garantia de preservação', apontou Lori[311].

Vale lembrar que, como visto no capítulo anterior até a proposição do vereador Eduardo Laier para o tombamento da Casa de Madeira da CAND, em 1989, outros patrimônios já tinham sido tombados, desde 1984, por lei ou decreto municipal. No entanto, a intenção da vereadora em criar uma lei que não apenas protegesse e preservasse o patrimônio cultural em Dourados, teve como pressuposto a

[306] Câmara Municipal. Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados de 30 de outubro de 1991. *O Progresso*, ano XXXX, nº5606, sexta-feira, 15 de novembro de 1991, p. 14. Há no final desta tese um apêndice em que constam outras referências a atuação de Lori Alice Gressler na construção do teatro municipal.
[307] Câmara Municipal de Dourados. Ata da quinta sessão ordinária da Câmara Municipal, em 20 de março de 1991. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5455, sábado e domingo, 13 e 14 de abril de 1991, p. 13.
[308] "Lori desliga-se do PTB para apoiar Humberto Teixeira". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5301, sábado e domingo, 04 e 05 de agosto de 1990, p.05. Há no final desta tese um apêndice (G) em que constam outras referências as mudanças de partido de Lori Alice Gressler. "Lori Alice Gressler no PRN". "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5425, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1991, p. 03. "Câmara em Ação". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5449, sexta-feira, 5 de abril de 1991, p. 5.
[309] "Grupo Evangélico de Ação Política realiza reunião". *O Progresso*, ano XXXIX, nº 5387, sábado e domingo, 15 e 16 de dezembro de 1990, p.03. E "Evangélicos na política". "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5417, sábado e domingo, 16 e 17 de fevereiro de 1991, p.03. "Conselhos do GEAP serão eleitos hoje". *O Progresso*, ano XXXX, nº5568, sábado e domingo 21 e 22 de setembro de 1991, p.03. "GEAP completa um ano". *O Progresso*, ano XXXX, nº5605, quinta-feira, 14 de novembro de 1991, p. 02.
[310] "Lori defende arte e história de Dourados". *Enfoque*. Capa. Ano 4. nº 261. Dourados, sábado, 21 de outubro de 1989. Capa e p.05.
[311] Idem, ibidem.

regulamentação de um processo de patrimonialização no município, sobretudo, num momento em que imóveis "acabaram sucumbindo ante a perspectiva do lucro imediato", como o Cine Ouro Verde, o Clube Social, o prédio da primeira Prefeitura e o Cruzeiro"[312]. A questão extrapolou o âmbito cultural de patrimônio, de bens móveis e imóveis numa evidente presença dos interesses da propriedade privada e da especulação imobiliária em Dourados.

Para "a proteção e a defesa do patrimônio histórico e artístico da cidade", de acordo com o jornal,

> [...] seria criado um conselho consultivo municipal (formado por arquitetos, professores de história, literatura, artistas, entre outros) que teria a responsabilidade de levantar os bens históricos e realizar os tombamentos necessários [...] teria responsabilidade de levantar e classificar todo o patrimônio histórico e artístico, a fim de que o mesmo fique sob a proteção especial do poder público municipal, o qual deve ter um órgão competente para esta finalidade [313].

O Conselho, "consultivo municipal", composto por diferentes profissionais numa "equipe multidisciplinar", seria responsável pelo "levantamento de bens históricos e a realização dos tombamentos necessários", a princípio preservando e recuperando bens móveis e imóveis, de "valorização variada". Além disso, a partir da criação do Conselho, como apontado pelo periódico, todas as restaurações "passariam pelo crivo do poder público mediante prévia consulta e autorização técnica". Para tanto, de acordo com Gressler, "os bens ficam preservados com a vigilância permanente dos órgãos competentes". Ao Conselho ainda caberia "[...] a incumbência de regulamentar as obras para que não a destruam, ponham em risco ou modifiquem o estado ou o aspecto dos bens culturais ou naturais situados no município que alterem a visibilidade e a ambiência e, também, que destruam tradições e costumes ou degradem a significância histórica, cultural e estética" [314].

---

[312] Idem, ibidem. Sobre o prédio da primeira prefeitura municipal localizamos apenas uma notícia no *O Progresso* que data de 1988. Há referência na ata da Câmara Municipal em que constava a entrada naquela "casa de leis" do projeto de lei "[...] nº31/88 de autoria do vereador José Alberto Vasconcellos, que tomba para o patrimônio histórico e cultural, o prédio de alvenaria onde funcionou a 1ª Prefeitura de Dourados". Cf. Câmara Municipal de Dourados. Ata da oitava sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 27 de abril de 1987. *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4785, quarta-feira, 18 de maio de 1985, p.08.

[313] "Lori defende arte e história de Dourados". *Enfoque*. Capa. Ano 4. nº 261. Dourados, sábado, 21 de outubro de 1989, p.05.

[314] Idem, ibidem.

Ainda, para a vereadora,

> ‘não adianta tombar se não existir um órgão competente para recuperar o móvel ou o imóvel e, ainda preservá-lo posteriormente’. É preciso que os tombamentos aconteçam com responsabilidade, organização, segurança e amparo do público. Finalmente, Lori Gressler, defendeu a criação futuramente de um parque histórico em Dourados. ‘Esse parque seria montado pela prefeitura em uma área de fácil acesso para que as pessoas pudessem visitar móveis históricos do município, bem como, nesse local se poderia reconstituir antigas edificações como, por exemplo, o prédio da antiga prefeitura de Dourados que foi recentemente destruído’ [315].

Tais preocupações foram reiteradas por Gressler, em 1990, momento em que o jornal já anunciava a sua candidatura ao cargo de prefeita no pleito eleitoral de 1992 [316]. Na edição de 17 de novembro de 1990, logo após a aprovação do Projeto de Lei nº 021/90 e publicação da Lei Complementar nº 02/90, o *Enfoque* destacou o Conselho Municipal de Preservação de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Para Gressler, a criação do Conselho era “um passo importante para a preservação do patrimônio histórico e cultural do município” sendo a lei, não dela, “mas da comunidade que com tão boa vontade se dispôs a participar”, representada por várias instituições, como a FUNCED, o Coral Guaraoby, o CEUD, a SOCIGRAN, o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED), dentre outras, consultadas para a proposição do projeto de lei. Apesar de bem articulada com as instituições, a aplicação da lei dependeria da participação “das organizações culturais do município” [317]. Para ela, a importância do Conselho residia na regulamentação das práticas de patrimonialização em Dourados, haja vista que até então “apenas se tombava um patrimônio sem a devida identificação e verificação da dimensão e da fidedignidade do que realmente estava sendo tombado” [318].

Dentre os inúmeros questionamentos feitos pelo periódico a Lori Alice Gressler, ressalta-se a opinião dela sobre a cultura douradense e como era administrada. Em uma das respostas dadas ao *Enfoque*, Gressler defendeu que

[315] Idem, ibidem.
[316] Persona. “Lori: ‘sou candidata a prefeita em 92’. *Enfoque*. Ano 5. nº 312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.05.
[317] Idem, ibidem.
[318] Idem, ibidem.

> Dourados é riquíssimo culturalmente. Desde a erva-mate Laranjeira, a Colônia Agrícola de Dourados, o Centro de Documentação Regional do CEUD, grupos indígenas vivendo no seio da comunidade, a miscigenação de grupos como a perfeita integração de paraguaios, libaneses, japoneses, descendentes de italianos, alemães, temos as academias de danças, de músicas. Três instituições de ensino superior como o CEUD, a Socigran e o Instituto Teológico Batista. Temos aqui muitos profissionais competentes nas mais diversas áreas, somando-se ainda pessoas que são verdadeiras fontes de saber ... também nas redondezas geográficas, a cultura é rica como os sítios arqueológicos de Amambai e Maracaju [...] Quando as necessidades básicas da população, como o emprego, a saúde, alimentação, habitação gritam por uma solução urgente, numa hierarquia de valores a cultura, nesse sentido, passa a ser vista como segundo plano, pelas estruturas administrativas por força das circunstâncias. Infelizmente [319].

Sua opinião revelou não apenas a postura como vereadora e possível candidata a prefeita municipal, mas as relações e os espaços sociais que ocupava ou transitava. Além de sua concepção de cultura se inserir no âmbito político-administrativo considerando seus limites, Gressler buscou possibilidades de implementar algumas políticas públicas enfatizando que quando as necessidades básicas não são atendidas, a cultura ocupa o segundo plano, do qual ela discordava [320].

Na mesma edição de novembro de 1990, o *Enfoque* estampou em capa a foto da vereadora ao lado dos seguintes dizeres: "pela 1ª vez, uma mulher vai disputar a prefeitura local" [321]. Na seção dedicada às entrevistas, intitulada "Persona", o jornal enfatizou sua trajetória pessoal, formação profissional, em especial, como professora universitária, secretária municipal de educação e segunda vereadora mais votada nas eleições municipais de 1988. Sua atuação na Câmara Municipal, desde o início de 1989, na construção de Conselhos Municipais previstos na LOM, dinamizou e garantiu maior participação da comunidade nos processos decisivos da administração pública. Segundo o tablóide, "Lori destacou-se na vida política pela isenção de seus atos, firmando posição pela competência, dinamismo e dedicação com que tem desempenhado as funções de vereadora" [322]. Ela afirmou, quando questionada não concorrer à presidência

[319] Idem, ibidem.
[320] Idem, ibidem.
[321] "Lori: 'sou candidata a prefeita em 92". Persona. *Enfoque.* Ano 5, nº312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.05.
[322] Idem, ibidem.

da Câmara, pois era "mais afeita a questionamentos e debates", preferindo "ocupar espaços bem abrangentes" e se sentindo "bem no exercício da função de vereadora" [323].

Gressler destacou que não foram apenas dois anos como vereadora que a levaria a declarar-se candidata, mas "os vinte anos de dedicação a comunidade douradense". Somando-se ao "conhecimento da realidade do município em muitos aspectos", enfatizou que era "válido a candidatura de uma mulher, afinal Dourados tem mais de 50 anos de emancipação político-administrativa e até hoje não se sabe de nenhuma mulher que tenha se colocado à disposição para colaborar com a direção administrativa do Município" [324].

Não era a primeira vez que Gressler era vista nas páginas do *Enfoque* como destaque por sua atuação política [325]. O jornal destacou a atuação da vereadora na criação de Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal de Educação de Dourados e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Dourados, este último, motivo de várias notícias no periódico em meio às disputas na Câmara Municipal [326] com o Executivo Municipal, num contexto em que Gressler construiu sua candidatura, junto com Humberto Teixeira, no pleito eleitoral de 1992 [327], levando-a a trocar novamente de partido político, para o Partido Democrata Cristão (PDC).

As lutas de representação não se davam apenas sobre o que se consideraria patrimônio cultural e quem participaria desse processo, mas num debate de como preservar. Cabe frisar que, no âmbito do Conselho Municipal, o tombamento estava em consonância com a preservação, visto por Gressler como uma necessidade.

---

[323] Idem, ibidem.
[324] Idem, ibidem.
[325] "Lori Gressler: Organização na Câmara". Edição especial. *Enfoque*. Ano 3, nº218, 20 de dezembro de 1988, sem página.
[326] "Lori defende arte e história de Dourados". *Enfoque*. Capa. Ano 4. nº 261. Dourados, sábado, 21 de outubro de 1989. Capa e p.05. "Lori – em defesa dos bens históricos e artísticos". *Enfoque*. Ano 4, nº 266. Dourados, sábado, 25 de novembro de 1989, p. 09. "Conheça seus direitos". Geral *Enfoque*. Ano 5, nº 291, Dourados, sábado, 23 de junho de 1990, p.09. "Câmara votará o projeto de Lori que cria o Conselho de Cultura". Geral. *Enfoque*. Ano 5, nº 303. Dourados, sábado. 15 de setembro de 1990, p. 08. "Lori Alice Gressler: Emendas esfacelam essência do Conselho de Cultura". *Enfoque*. Ano 5, nº306. Dourados, sábado, 06 de outubro de 1990, p.04. "Passeios públicos: emendas de Lori Gressler beneficiam classe humilde". Geral. *Enfoque.* Ano 5, nº 312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.12.
[327] "Lori desliga-se do PTB e apoia Humberto Teixeira". *Enfoque*. Ano 5, nº 297. Dourados, sábado, 4 de agosto de 1990, capa e p. 04. "Lori: sou candidata a prefeitura em 1992". Persona. Enfoque. Ano 5, nº312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.05.

A representatividade de diferentes segmentos da sociedade douradense num campo de construção do patrimônio cultural local já era defendida no *Enfoque*, em novembro de 1989:

> os bens históricos e artísticos de uma comunidade representam o passado desta, como também, garantem melhor do que qualquer outra coisa o direito de habitar determinada região. Pensando nisso é que a vereadora Lori Gressler, do PTB, retoma esta semana, a ideia de tombar, recuperar e preservar os patrimônios históricos e artísticos de Dourados. Primeiro, é preciso que a sociedade douradense tome consciência da necessidade de conservação de seus bens móveis e imóveis, históricos e artísticos, e discuta amplamente o assunto. 'Neste sentido – disse a vereadora – as discussões podem ser feitas por categorias que aproveitariam o momento da elaboração da Constituinte Municipal, para apresentarem propostas para a legislação que deve reger a preservação dos patrimônios'. A defesa do acervo histórico e artístico de Dourados depois de discutida amplamente entre todos os segmentos da comunidade, deve ser reunida numa legislação própria. Nesta constaria a criação de um Conselho Municipal de preservação dos patrimônios históricos e artísticos, a criação e uma comissão técnica de estudos e tombamento e a criação da comissão de serviços técnicos de conservação e restauração. 'Essa lei disporá sobre o amparo à cultura, proteção aos patrimônios históricos e artísticos com preservação dos locais de interesse público', disse Lori [328].

A "voz dada à vereadora" parece confundir-se com a do jornal numa prática recorrente nas páginas. Ressalta-se a "elaboração da Constituinte Municipal" em acordo a CF88 no tocante ao "amparo a cultura" e aos "patrimônios históricos e artísticos", bem como a necessidade de "legislação própria" para acentuar a ideia de "tombar, recuperar e preservar" congregada na criação do "Conselho municipal de preservação dos patrimônios históricos e artísticos". Por conseguinte, a "discussão ampla" e coletiva entre "todos os segmentos da comunidade", a "tomada de consciência" de conservação dos patrimônios históricos e artísticos de "interesse público", despontavam numa relação entre o passado da comunidade e a garantia do direito de habitar. Em edição especial do *Enfoque*, comemorativa dos 54 anos do município de Dourados, apresentou-se um balanço do que foi realizado ao longo do ano, dentre os trabalhos desenvolvidos na FUNCED, mas nenhuma referência específica ao patrimônio local [329].

[328] "Lori – em defesa dos bens históricos e artísticos". *Enfoque*. Ano 4, nº 266. Dourados, sábado, 25 de novembro de 1989, p. 09.
[329] "Dourados: um ano de reconstrução". "Funced". *Enfoque*. Edição especial. Ano 4, nº 269. Dourados, 20 de dezembro de 1989, s/p.

O *Enfoque* teve um engajamento político no processo de redemocratização no Brasil. A LOM foi destaque nas páginas do jornal [330], que contribuiu para a discussão de cultura e de patrimônio cultural em conjunto com a elaboração do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Além de notícia, a LOM foi divulgada em fragmentos como forma de "reconhecimento de direitos", sendo percebida uma definição de patrimônio cultural, como "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade" [331]. Acrescenta-se a isso "[...] as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, ecológico ou científico" [332]. Neste sentido, defendeu-se que "o Poder Municipal com a colaboração da comunidade" deveria promover e proteger "o patrimônio cultural municipal, através do arquivo público", que faria "inventário, registros, vigilância e tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação" [333].

Assim como o *Enfoque*, *O Progresso* publicou notícias sobre a LOM, como anteprojetos que estavam em tramitação, a atuação de Gressler e de outros vereadores. No anteprojeto da LOM que tratou da cultura e do patrimônio cultural viu-se a inserção do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados [334], em seguida, a substituição pelo Conselho Municipal de Cultura [335]. Entretanto, após a aprovação da LOM, em 05 de abril de 1990, houve a propositura do

[330] A Lei Orgânica do Município (LOM) foi destaque no jornal, em março de 1990. A Lei foi promulgada em 5 de abril. De acordo com o jornal a lei trazia avanços e o periódico enfatizou a educação. "Na reta final, a lei orgânica traz avanços". *Enfoque*. Ano 5, nº 279. Dourados, sábado, 24 de março de 1990, p.05. Em edição posterior, o periódico trouxe em capa, fotos da sessão da Câmara Municipal que promulgou a lei e, no interior do periódico, comentários dos vereadores acerca da LOM. "Constituinte: Uma lei para várias gerações". *Enfoque*. Ano 5, nº281. Dourados, sábado, 07 de abril de 1990, capa, p.04 e 05. O jornal publicou também trechos da Constituinte Municipal e, o primeiro publicado, na edição de 23 de junho de 1990, estava relacionado não só a ocorrência da Festa Junina no município, mas às manifestações culturais (entre elas o patrimônio cultural) cintando os artigos 242, 243 e 244. "Conheça seus direitos". Geral. *Enfoque*. Ano 5, nº 291, Dourados, sábado, 23 de junho de 1990, p.09.

[331] "Conheça seus direitos". Geral. *Enfoque*. Ano 5, nº 291, Dourados, sábado, 23 de junho de 1990, p.09.

[332] Idem, ibidem.

[333] Idem, ibidem.

[334] "Anteprojeto da Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5186, terça-feira, 13 de fevereiro de 1990, p.11.

[335] "Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5203, sábado e domingo, 10 e 11 de março de 1990, p.09.

Projeto de Lei Complementar nº 021/90 [336], que se tornou a Lei Complementar nº 02/90, em 09 de novembro de 1990, que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

Considerando Maria Helena Capelato, o jornal não é "um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos" [337]. Para a historiadora,

> a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesse e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social [338].

Assim, é preciso problematizar o que por vezes é encarado como algo naturalizado, desmistificar a ideia de objetividade e neutralidade do jornal, cabendo ao historiador desconstruir a intervenção de determinados sujeitos dotados de consciência na prática social.

Veículo de divulgação e publicação de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Dourados, pelo menos até a criação do Diário Oficial do Munícipio de Dourados em 1999, *O Progresso* demonstrou seus interesses e não apenas foi prestador de serviço ao poder público. Isso foi percebido na forma como o jornal divulgou a Lei Orgânica do Município e o patrimônio cultural na transição das décadas de 1980 e 1990. Em suas páginas foi publicado em fevereiro de 1990, o anteprojeto da LOM, que incluía o patrimônio cultural em vários artigos, em especial os que trataram "da competência do município" e "da cultura" [339], como segue,

---

[336] Conforme registrou-se em ata, em "regime normal": "[...] o projeto de lei nº 021/90 de autoria da Vereadora Lori Alice Gressler, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e da outras providencias". Ata da décima quinta sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 30 de maio de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5264, 13 de junho de 1990, p. 08.

[337] CAPELATO, Maria Helena. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988, p.12.

[338] CAPELATO, Maria Helena. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988, p.21. Consultar ainda VIEIRA, Maria do P. de A.; PEIXOTO, Maria R. C. & KHOURY, Yara M. *A Pesquisa em História*. Ática, 1997. e FARIA, Maria A. "As formas de informação". In: *O Jornal na sala de aula.* São Paulo: Contexto, 2001.

[339] O patrimônio é referenciado para além "da competência do município" e "da cultura" em: "do desenvolvimento urbano" que trata do Plano Diretor o art. 165, "g". "g. patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico e "do meio ambiente". E "do meio ambiente" o art. 191. "As associações que tenham por finalidade a defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural poderão acompanhar o procedimento das infrações relacionadas com esses interesses, inclusive, podendo, interpor

> promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual e incentivar a atividade cultural [...] Cabe ao Município, principalmente: I - propiciar o livre acesso as obras de arte, estimulando, através de incentivos, sua colocação no espaço urbano e em prédios públicos; II - instituir o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental do Município, órgão colegiado de assessoramento cultural integrante da estrutura da Fundação Cultural e de Desporto de Dourados; III - criar e implantar o Museu de Dourados; IV - criar e implantar espaços destinados a espetáculos culturais; V - criar e implantar bibliotecas públicas [340].

A instituição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados foi questionada por não atender interesses variados de escritores e artistas, sendo considerada reducionista. Em artigo sem autoria publicado pelo *O Progresso* com o título "A Constituição Municipal e a Cultura", ficou evidenciado:

> Veio a lume, na terça-feira desta semana, o ante-projeto da Carta Constitucional do Município. Na seção II do Capítulo VII, os legisladores locais cuidaram da cultura e no inciso II do artigo 232 deram ao Município o dever de instituir um pomposo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural do Município (sic) integrando-o a estrutura da Fundação Cultural e de Desporto de Dourados. O vocábulo preservação, segundo os nossos melhores dicionaristas, significa ato ou efeito de preservar; resguardo, defesa, proteção, conservação. Apesar da redundância, tudo bem. Tudo certo. Mas... e o ser humano douradense, aquele que dotado de rara inteligência e talento, engenho e arte escreve crônicas e contos, versos e rimas, pinta e esculpe, e amigo da xilogravura, etc. como ficará? O Conselho dos nossos legisladores tem postura estática, tem função de resguardar e proteger. Entretanto, há que pensar na parte dinâmica da cultura, naquela que, depois da promulgação da Lei Orgânica, continuará a surgir. É inescondível (sic) que se tem que pensar nos criadores de fatos culturais, ou seja, no ser humano, valorando, estimulando e protegendo-o. Cuida-se, pois, ser útil e necessário a criação do Conselho Municipal de Cultura - as comunidades que sabem ler e escrever estão fazendo isso - que funcionará junto ao Prefeito, com finalidade consultiva e normativa. Será, inclusive, o responsável pela elaboração do primeiro Plano de Política Cultural de Dourados, orientando e fiscalizando sua execução. E, através dele, todos os segmentos culturais vivos de Dourados

recurso em todas as instâncias. "Anteprojeto da Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5186, terça-feira, 13 de fevereiro de 1990, p.11.

[340] "Anteprojeto da Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5186, terça-feira, 13 de fevereiro de 1990, p. 08 e 12. Grifos nossos.

> dialogarão com os Conselhos Estadual e Federal, em pé de igualdade, e nesse intercâmbio ir-se-á propagando o que temos de bom e belo e até exercendo sadia influência sobre os outros pólos culturais, em contrapartida, sairemos do criminoso anonimato e do descaso da solidão para a luminosidade da notoriedade banhada de distribuição de oportunidades. O Conselho Municipal de Cultura será, sem sombra de dúvida, o núcleo da unidade de todos na luta da comunidade em busca da construção do nosso desejado complexo cultural [...] o esperado e ansiado Teatro Municipal. Assim é... assim será...[341]

O jornal fez referência ao autor embora na edição posterior, Vander Verão, em sua Coluna Carrossel, considerou que o "advogado e poeta Altair da Costa Dantas, lembrou em artigo publicado na edição de sábado, neste jornal, uma redundância ocorrida no ante-projeto da Carta Constitucional do Município. É que foi instituído o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural do Município. Portanto, houve um deslize" [342].

A indicação do colunista e redator-chefe do artigo do advogado e poeta associou a crítica feita ao Conselho Municipal pela proposta específica dada ao patrimônio histórico e cultural e a sua preservação. O Conselho delimitado para assuntos do patrimônio cultural, entre outros aspectos, foi "questionado" em defesa de um Conselho Municipal de Cultura.

A proposta, da vereadora Lori Alice Gressler, do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados se assemelhava e se confundia com o Conselho Municipal de Cultura. A denominação dada numa das versões do projeto de lei complementar era "Conselho Municipal de Cultura". Com observações feitas "à caneta", sobrelevou-se "Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados" com conteúdo que já se referia de maneira específica ao patrimônio histórico, cultural e ambiental. [343]

No *O Progresso,* em notícia associada a Gressler, divulgou-se a criação do "Conselho de Cultura" logo após a promulgação da LOM, que aconteceu no início de abril de 1990. No entanto, a emenda substitutiva ao anteprojeto publicado em

[341] "A Constituinte Municipal e a Cultura". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5190, sábado e domingo, 17 e 18 de fevereiro de 1990, p. 14.
[342] "Pérola". Coluna Carrossel. Vander Verão. *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5192, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1990, p. 03.
[343] As versões a que me refiro são as fornecidas do acervo de Theodorico Luiz Viegas, que ainda está em fase de higienização no Centro de Documentação Regional (CDR), na UFGD.

fevereiro[344], para o Projeto de Lei da LOM, foi feita pelo vereador José Carlos Cimatti Pereira, em março de 1990 [345].

Do anteprojeto para o projeto de lei, a Seção "Da Cultura" foi divulgada pelo *O Progresso* com alterações. O artigo nº 232 foi alterado para o nº 249 com mudanças das "fontes da cultura municipal e estadual" para apenas "fontes da cultura". O artigo nº 232 foi alterado para o nº 252, incluindo a mudança de criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados para o Conselho Municipal de Cultura. A seguir são apresentadas as alterações, como a "emenda substitutiva" nº 23 do vereador José Carlos Cimatti Pereira, secretário da mesa diretora da Câmara Municipal:

Anteprojeto (fevereiro de 1990)	Projeto (março de 1990)
Da Cultura Art. 229. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes da cultura municipal e estadual e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Art. 230. Constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memoria dos diferentes grupos formadores da sociedade municipal nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico ou cientifico. Art. 231. O Poder Municipal com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, através do arquivo público que fara o inventário, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de	Da Cultura Art. 249. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes da cultura e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Art. 250. Constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade municipal nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico ou científico. Art. 251. O Poder Municipal com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, através do arquivo público que fara o inventário, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

[344] "Anteprojeto da Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5186, terça-feira, 13 de fevereiro de 1990, p.11.
[345] "Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5203, sábado e domingo, 10 e 11 de março de 1990, p.09.

acautelamento e preservação. Art. 232. Cabe ao Município, principalmente: I - propiciar o livre acesso as obras de arte, estimulando, através de incentivos, sua colocação no espaço urbano e em prédios públicos; II - instituir o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental do Município, órgão colegiado de assessoramento cultural integrante da estrutura da Fundação Cultural e de Desporto de Dourados; III - criar e implantar o Museu de Dourados; IV - criar e implantar espaços destinados a espetáculos culturais; V - criar e implantar bibliotecas públicas.	Art. 252. Cabe ao Município, principalmente: I - propiciar o livre acesso as obras de arte, estimulando, através de incentivos, sua colocação no espaço urbano e em prédios públicos; II - instituir o Conselho Municipal de Cultura. (Emenda substitutiva nº 23. Vereador José Carlos Cimatti). III - criar e implantar o Museu de Dourados; IV - criar e implantar espaços destinados a espetáculos culturais; V - criar e implantar bibliotecas públicas.

Na edição de 5 de abril de 1990, o Projeto de Lei Orgânica foi novamente publicado com o mesmo conteúdo, alterando a numeração dos artigos 249, 250, 251 e 252, respectivamente para os artigos 253, 254, 255 e 256. No tocante às "competências ao Município", II, instituiu-se o Conselho Municipal de Cultura. [346]

A defesa de alguns vereadores, tendo à frente Lori Alice Gressler para sistematizar as práticas de patrimonialização locais através da construção de um Conselho Municipal, encontrou divergências. O conflito estava no que deveria entrar no campo da cultura no município. Com a proposta do Projeto de Lei nº 021/90, os jornais passaram a noticiar embates político-partidários e diferentes interesses em torno das tentativas de definição da área da cultura e do patrimônio em Dourados.

O Progresso divulgou os embates nas sessões da Câmara Municipal através da publicação de atas das sessões ordinárias. Nelas, Lori foi citada constantemente, inclusive pela demora, de mais de 30 dias, na avaliação dos projetos propostos por ela na Comissão de Justiça, Legislação e Redação, com destaque para o projeto do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, bem como do Conselho Municipal de Educação. [347] O projeto de Gressler que criava o "Conselho de Preservação" proposto em abril teve suas "redações finais"

[346] "Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5210, sexta-feira, 23 de março de 1990, p. 13. Na edição nº5219, quinta-feira, 5 de abril de 1990, p. 09, o projeto de lei foi novamente publicado e os artigos permanecem idênticos em conteúdos aos da edição nº5210, alterando-os para os artigos n.242, 243, 244 e 245.

[347] Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 08 de agosto de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5315, sexta-feira, 24 de agosto de 1990, p.08.

apenas em meados de outubro [348], tornando-se Lei Complementar em dezembro de 1990.

Em consonância às discussões e votações da Lei Orgânica do Município, Lori demonstrou preocupação com os projetos de lei complementar, sobretudo, de Educação e de Patrimônio, "[...] com as leis complementares à Lei Orgânica Municipal, uma vez que estas são urgentes a sua elaboração e aplicação" [349].

Sobre o Conselho Municipal de Patrimônio, *O Progresso* destacou duas notícias, em abril [350] e em agosto [351] de 1990. Em matéria que noticiou o anteprojeto chamou a atenção a criação do Conselho de Cultura junto à Comissão de Educação e Cultura da Câmara que Lori presidia. A ampla discussão, "por se tratar de matéria de grande relevância", não se esgotou naquele momento e envolveu vereadores, a FUNCED e professores do CEUD e da SOCIGRAN [352]. Foram citados os vereadores Ivo Cratiu da Silva e Bela Barros, os representantes da FUNCED, Elisabeth Salomão, Luiz Carlos Pael e Paulo Rigotti, o membro do Coral Santa Cecília, Adilvo Mazzini, os

[348] Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima sétima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 19 de setembro de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5350, sexta-feira, 19 de outubro de 1990, p.05. Nesta ata consta que o projeto do Conselho de Educação foi rejeitado pela maioria dos votos. E que o projeto do Conselho Municipal de Patrimônio recebeu emendas do vereador Frederico B. Holtermann. Câmara Municipal de Dourados. Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 17 de outubro de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5358, quarta-feira, 31 de outubro de 1990, p. 12.

[349] "Projeto da Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5219, quinta-feira, 05 de abril de 1990, p.5-10. Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima sétima sessão ordinária da Câmara Municipal Constituinte, em 09 de janeiro de 1990. *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5187, quarta-feira, 14 de janeiro de 1990, p. 05. Nesta ata "a vereadora Lori Alice Gressler solicitou a Funced que envie à Câmara propostas também da área cultural e artística para ser inserido na Lei Orgânica". E mais, "Constituinte Municipal recebe mais propostas". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5172, quarta-feira, 21 de janeiro de 1990, capa e p.03. Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima segunda sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 09 de maio de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5249, quarta-feira, 23 de maio de 1990, p. 07. Em ata, Lori requereu um debate coletivo envolvendo setores da sociedade acerca de questões polêmicas da Lei Orgânica do Município. Na oitava sessão da Câmara, voltada para a Constituinte Municipal, no dia 23 de novembro de 1989, mas publicada na edição nº5177, de 31 de janeiro de 1990, foi registrado a seguinte sugestão de Lori à Mesa diretora: "[...] a elaboração de um Boletim Informativo sobre as matérias polêmicas que poderão ser inseridas na Lei Orgânica do Município a ser divulgado e posteriormente convidar representantes da comunidade para debater o assunto". Câmara Municipal de Dourados. Ata da oitava sessão ordinária da Câmara Municipal Constituinte, em 23 de novembro de 1989. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5177, quarta-feira, 31 de janeiro de 1990, p. 09.

[350] "Anteprojeto de Lori cria o Conselho Municipal de Cultura". *O Progresso*, ano XXXIX, nº 5233, sexta-feira, 27 de abril de 1990, p. 05.

[351] "Conselho de Preservação". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5320, sexta-feira, 31 de agosto de 1990, p.02.

[352] "Anteprojeto de Lori cria o Conselho Municipal de Cultura". *O Progresso*, ano XXXIX, nº 5233, sexta-feira, 27 de abril de 1990, p. 05.

professores do CEUD, Paulo Cimó de Queiroz, Marina Venceslau, Regina P. Moreira, Benícia Couto de Oliveira e da SOCIGRAN, Lelian Pascoalick.

A princípio, a proposta, com 23 artigos, previa que o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados seria "[...] órgão de assessoramento cultural integrante da FUNCED" [353]. O jornal ainda ressaltou que:

> O Conselho compreende o colegiado e a secretaria executiva. O colegiado será composto por pessoas de notórios conhecimentos relativos às finalidades do órgão, designados pelo prefeito municipal, como representantes das entidades: Secretaria de Serviços Urbanos, Socigran, Ceud, Funced, Associação de engenheiros e arquitetos e Associação de desenhistas – topógrafos. A secretaria executiva será dirigida por um secretário designado pelo diretor da Funced, com a seguinte estrutura: 1º) serviço técnico de estudos e tombamentos incluindo projetos, cadastros, fotografias e memoriais descritivos; 2º) serviço técnico de conservação e restauração. Já o colegiado terá, entre outras, as seguintes atribuições: propor às autoridades competentes o tombamento dos bens móveis e imóveis de valor reconhecido para o município de Dourados, bem como solicitar a sua desapropriação, quando tal medida se fizer necessária; propor a compra de bens móveis ou de seu reconhecimento em doação e opinar sobre planos, projetos e propostas referentes à preservação e valorização dos bens culturais, entre outros. Os demais artigos tratam do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, das disposições gerais; do tombamento, da preservação; modificações, mudanças de atividades e novos usos, demolição e edificações assim como os efeitos do tombamento que consta 12 artigos. [354]

Na notícia publicada em agosto de 1990, *O Progresso* trouxe informações da aprovação, em primeira discussão, do projeto de lei de autoria da vereadora Gressler. Entre os assuntos presentes na notícia de abril, o jornal acrescentou que "os recursos destinados à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do município serão previstos em dotação orçamentária específica no Orçamento do Município" [355].

Neste contexto, o *Enfoque* publicou em 15 de setembro de 1990, que a Câmara Municipal votaria o projeto de lei para a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. De acordo com o jornal "o projeto de Lori Alice Gressler previa a composição do Conselho, a constituição do

[353] Idem, ibidem.
[354] Idem, ibidem.
[355] "Conselho de preservação". *O Progresso*, ano XXXIX, nº 5320, sexta-feira, 31 de agosto de 1990, p. 02.

patrimônio histórico e artístico do município, as diretrizes que deverão ser obedecidas para o tombamento, normas a respeito da preservação dos bens histórico-culturais e os efeitos dos tombamentos, em 30 artigos. A regulamentação deste Conselho está disposta no artigo 245, II, Lei Orgânica do Município" [356]. Embora na matéria se discorreu sobre a composição do Conselho, com a aprovação da Lei Complementar nº 02/90 não foram nomeadas entidades e "pessoas de notório saber".

Em ata publicada pelo *O Progresso* em maio de 1990 [357], Gressler apresentou o projeto de lei, como uma tentativa de regulamentar ou normatizar as práticas de patrimonialização em Dourados. No mês seguinte, a vereadora "cobrou também um posicionamento da Comissão de Justiça, Legislação e Redação sobre os Projetos de Leis nº 018/90, que cria o Conselho Municipal de Educação e nº 021/90, que cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, ambos de sua autoria" [358]. Em agosto, criticou a demora, de mais de 30 dias, para análise dos referidos projetos na Comissão de Justiça, Legislação e Redação, afirmando que o prazo para a instalação do Conselho Municipal de Educação se encerraria no início de outubro.

> A vereadora solicitou que constasse em ata a falta de esclarecimento do Vereador Holtermann - Vice-Presidente da Comissão onde afirma ser de competência do Poder Executivo e não da Câmara Municipal, a criação do Conselho Municipal de Educação tomando por base o artigo 69 do Ato das Disposições Transitórias da LOM, e questionou a vereadora que o Conselho de Educação deverá ser implantado até o dia 04/10/90. [359]

É importante mencionar que Gressler remeteu-se ao artigo 228 da LOM, que garantia a criação do Conselho Municipal de Educação, questionando a rejeição do projeto no plenário da Câmara. O *Enfoque* publicou o projeto na íntegra, a pedido da vereadora, para que ficasse "registrado na história, o resultado do trabalho de diversas entidades e pessoas que o elaboraram" [360].

---

[356] "Câmara votará o projeto de Lori que cria o Conselho de Cultura". Geral. Enfoque. Ano 5, nº 303. Dourados, sábado. 15 de setembro de 1990, p. 08.
[357] Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima quinta sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 30 de maio de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5264, 13 de junho de 1990, p. 08.
[358] Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 27 de junho de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5304, 09 de agosto de 1990, p.04.
[359] Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 18 de agosto de 1990. *O Progresso.* Ano XXXX, nº 5315, 24 de agosto de 1990, p. 08.
[360] "Lori questiona rejeição de Conselho pela Câmara". Geral. *Enfoque.* Ano 5, nº304. Dourados, sábado, 22 de setembro de 1990, p.12.

Na edição de 31 de agosto de 1990, *O Progresso* noticiou a aprovação em primeira discussão do "Conselho de Preservação", dispondo algumas de suas pretensões se aprovado em definitivo pela Câmara Municipal [361]. O jornal também publicou a Ata da Sessão Ordinária com citações da segunda discussão e votação na Câmara Municipal de emendas do vereador Frederico Bernardo Holtermann (PFL), em específico, ao projeto de lei complementar que dispôs sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental [362]. Assim como na terceira discussão e votação, o projeto de lei complementar recebeu novamente subemendas de Glessler e novamente de Holtermann [363]. Tais disputas remetiam às discussões anteriores sobre o tombamento da Casa de Madeira da CAND e de outras contendas no Legislativo. Depois das atas, o periódico publicou a Lei Complementar nº 002 de 9 de novembro de 1990 [364].

Embora *O Progresso* tenha publicado as atas da Câmara Municipal que citaram discussões em torno do Projeto de Lei nº 021/90, foi o *Enfoque* que publicou, em 6 de outubro de 1990, o "desabafo de Lori" acerca das emendas supressivas do vereador Holtermann aprovadas pela maioria dos vereadores. O projeto de lei complementar seria votado na semana seguinte. Em matéria do *Enfoque* que contou com entrevista de Gressler, algumas questões forma observadas:

> 'a emenda proposta pelo vereador adulterou a essência do projeto porque eu queria garantir a representatividade de diversos órgãos neste conselho como forma de aprimorar a participação coletiva e

[361] "Conselho de Preservação". *O Progresso*. Ano XXXX, nº5320, sexta-feira, 31 de agosto de 1990, p. 02. O jornal também publicou a ata da vigésima quarta sessão ordinária da Câmara que ocorreu em 29 de agosto de 1990, na edição nº 5326, do dia 11 de setembro de 1990, que trouxe informações acerca da "primeira discussão e votação" dos dois projetos propostos por Lori Alice Gressler, conforme segue: "ORDEM DO DIA – PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - PROJETOS DE: Leis Complementares nº 003/90 de autoria da Vereadora Lori Alice Gressler, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação; nº002/90 de autoria da Vereadora Lori Alice Gressler, que cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental". Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima quarta sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 29 de agosto de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5326, terça-feira, 11 de setembro de 1990, p. 12.

[362] Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima sétima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 19 de setembro de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5350, sexta-feira, 19 de outubro de 1990, p. 05.

[363] Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 10 de outubro de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5352, terça-feira, 23 de outubro de 1990, p. 10.

[364] Prefeitura Municipal de Dourados. Lei Complementar nº 002 de 09 de novembro de 1990. Cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5365, terça-feira, 13 de novembro de 1990, p. 11.

> fortalecer as administrativas e legislativas do município'. Estas considerações foram feitas pela vereadora Lori Alice Gressler, sem partido, ao comentar a emenda supressiva proposta pelo vereador Frederico Bernardo Holtermann – PFL, na sessão do último dia 19, e aprovado pela maioria, alterando completamente o projeto de regulamentação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, que será votado na próxima 4ª feira. [365]

Além disso, o jornal destacou preocupação da vereadora com as limitações da participação popular na elaboração de políticas públicas de preservação do patrimônio local em contrassenso ao ambiente democrático brasileiro:

> segundo a vereadora estas propostas supressivas apresentadas pelo vereador fogem ao que se tem buscado e pregado na Nova República, que é a participação popular, a representatividade mais eficiente em que o povo possa também dirigir seus destinos através dos mais diversos segmentos sociais a ser também responsável pelas decisões administrativas de seu município. 'Tem vereador que fecha a questão em torno de uma pessoa, como se a comunidade não fosse interessada e não tivesse nada a ver com a preservação de seu patrimônio histórico, cultural e ambiental', declarou Lori.[366]

A crítica decorreu das dificuldades práticas de compor um Conselho com efetiva participação de profissionais e representantes de associações, entidades civis e instituições. Assim, a matéria reforçou que

> o projeto inicial apresentado pela vereadora Lori, após ouvir a comunidade e segmentos da sociedade, para regulamentação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, previu sua composição por pessoas de notório saber, nomeadas pelo prefeito e indicadas pelos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, SOCIGRAN, CEUD, FUNCED, Associação dos Engenheiros e Arquitetos, União Douradense das Associações de Moradores, Poder Legislativo Douradense, Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Dourados e Curadoria do Meio Ambiente do Município. Estabelecia ainda que os membros do Colegiado receberiam jetons de presença por sessão a que comparecessem até o máximo de 04 sessões mensais e sempre ocorresse convocação extraordinária, cujo valor seria estabelecido pelo Poder Executivo. [367]

[365] "Lori Alice Gressler: Emendas esfacelam essência do Conselho de Cultura". *Enfoque*. Ano 5, nº306. Dourados, sábado, 06 de outubro de 1990, p.04.
[366] Idem, ibidem.
[367] Idem, ibidem.

O jornal ainda destacou que as emendas supressivas feitas por Holtermann "alijavam do processo a participação popular, estabelecendo que a composição do Colegiado" seria nomeada "pelo prefeito e referendado pela Câmara, sem direito a jetons" [368]. Mesmo assim, Gressler buscava garantir, com sub-emendas, a indicação dos componentes por diferentes entidades da sociedade civil [369].

Tal situação se assemelha ao constatado pela historiadora Déa Fenelon. Para a autora, "no Brasil, as políticas de preservação do patrimônio foram sempre marcadas pela improvisação ou pelo uso político da cultura" [370], o que nos leva a considerar o contexto da criação do Conselho Municipal de Preservação de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados ao ser denominado de "Conselho de Cultura".

A construção de uma lei própria, conforme apontou a vereadora Lori Alice Gressler, composta por comissões específicas para tratarem do "patrimônio histórico e artístico", visava ser discutida amplamente com diferentes segmentos da sociedade douradense, pois o interesse da preservação deveria ser público. Entretanto, em meio a interesses multifacetados característicos da dinâmica da cidade, o patrimônio cultural foi constituído de maneira complexa numa cultura política marcada pela disputa entre sujeitos e grupos variados. Oriundo de um processo seletivo resultante de valores subjetivos e construções materiais entendidas como históricas em padrões estéticos singulares, o patrimônio cultural local foi utilizado como instrumento político e tratado separadamente do planejamento urbano da cidade.

Para além das fontes históricas tratadas neste capítulo, o patrimônio cultural e a cidade estão entrelaçados. Mesmo analisados em separado, são produções humanas convergentes e imbricadas. Como pontuou Pesavento, a cidade é múltipla, "produz a diferença, estimula a diversidade, expõe o contraste, o pertencimento, a exclusão, a identidade e a alteridade". Assim, a cidade é dinâmica num movimento constante em que se situam sujeitos e grupos sociais, políticos e econômicos. Suas contradições e conflitos estão em jogo e se renovam. "A produção do novo" é destacada pela autora no

[368] Idem, ibidem.
[369] "Passeios públicos: emendas de Lori Gressler beneficiam classe humilde". Geral. *Enfoque*. Ano 5, nº 312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.12.
[370] FENELON, Déa R. "São Paulo: Patrimônio Histórico-Cultural e Referências Culturais". *Projeto História.* São Paulo (18), 1999, p. 290.

domínio das mercadorias, objetos, valores, no elenco de personagens, conflitos, práticas sociais e relações de grupos. [371]

Assim, é necessário defender que a legislação não é "um fim em si mesma", mas um instrumento político de disputa, de luta de representação. Reconhecer os trâmites legais é fundamental para se compreender peculiaridades que integram contextos amplos e complexos, não apenas pelos improvisos, mas pelos usos políticos da cultura, como visualizados na criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e nas alterações da Lei Complementar nº 02/90, que sustentava seu funcionamento. Neste sentido, a movimentação de sujeitos e de grupos marcada por conflitos de interesses foi percebida nos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e nas páginas de jornais de Dourados, conforme veremos a seguir.

2.3. Os patrimônios eleitos em Dourados: entidades civis, poder público e os usos políticos da cultura

Ao longo de décadas, o patrimônio eleito em Dourados por agentes sociais e políticos foi histórico, arquitetônico e paisagístico, com destaque para a materialidade, a excepcionalidade e a estética. O processo de eleição de patrimônio local ocorrido em meados da década de 1980 inseriu-se no Cinquentenário da cidade de Dourados. Em nota publicada no *O Progresso*, Paulo Roberto Palhano, diretor-executivo da FUNCED, agradeceu a Vander Verão e a imprensa, no caso representado pelo periódico, pela publicação que se referiu à "perda do espaço do Cine Ouro Branco". Nas observações de Palhano misturou-se o sentimento de perda e a necessidade de fortalecer uma política de preservação da história e do patrimônio local a partir do Cinquentenário. Para o representante da FUNCED, em referência ao artigo escrito pelo colunista,

> espelha ainda um espírito de conscientização para a preservação de nosso patrimônio histórico e cultural, que ganha força através da ilustração apresentada pela nossa imprensa, principalmente neste ano que comemoramos o Cinquentenário de Dourados. [372]

[371] PESAVENTO, Sandra J. "História, Literatura e Cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio". In: CHUVA, Márcia (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012, pp. 397-410.
[372] "O último suspiro". *O Progresso*. Ano XXXIII, nº4044, quinta-feira, 4 de abril de 1985, p.03.

A relação entre a eleição do patrimônio local e o Cinquentenário de Dourados também foi evidenciada pelo jornal quando destacou a comissão, criada pelo prefeito Luiz Antônio Álvares Gonçalves, para programar "os festejos comemorativos dos 50 anos de Dourados". Sua posição chamou atenção por ter como integrantes o diretor-executivo, o ex-vereador, Juarez Alves, a coordenadora de eventos Noemy Firigolo, o coordenador de divulgação, Valfrido Silva Melo e o coordenador de patrimônio histórico, Edil Luiz da Silva. Segundo Alves, a participação popular se fazia necessária tanto na parceria entre população e Prefeitura Municipal quanto para ressaltar o 50º aniversário da segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul.

> [...] nota-se que as pessoas estão imbuídas no firme propósito de apoiarem a administração municipal em mais essa luta, fornecendo subsídios para a criação do patrimônio histórico, bem como contribuindo para que os eventos a serem realizados pela Prefeitura espelhem os anseios de todo o povo douradense. [...] É necessário [...] que toda a comunidade douradense se integre ao Cinquentenário, porque assim se procedendo, facilitará esse trabalho que visa beneficiar toda Dourados, procurando atualizar os dados já existentes e inserir outros no acervo do patrimônio histórico do Município, hoje tido como a segunda cidade do Estado, superada somente por Campo Grande que é a Capital do Estado [373].

A preocupação com a construção do patrimônio histórico da cidade colocava em questão a memória, identidade e a história de cinco décadas do município. Para tal consecução, o apoio da administração municipal era entendido como fundamental, numa clara demonstração que deveria partir da política institucional ações de plano cultural.

Nesse sentido, as figueiras, em especial, as patrimonializadas pelo poder público municipal, podem ser compreendidas como exemplares eleitos associados a pessoas ilustres da cidade, geralmente consideradas pioneiros. Além das árvores, *O Progresso* noticiou tentativas esparsas de consolidar patrimônios históricos em Dourados. Duas delas chamaram atenção em virtude das recorrentes citações e da defesa do periódico, inclusive reivindicando revitalizações. Um, foi o Clube Social que, apesar do movimento organizado, teve uma tentativa frustrada de tombamento. Outro

[373] "População douradense participa do Cinquentenário do Município". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4122, sexta-feira, 2 de agosto de 1985, capa e p.03.

foi a Usina Velha que, apesar de tombada, ter área desapropriada e vários projetos, até hoje não foi revitalizada.

2.3.1. Árvores exemplares e pessoas ilustres

As coberturas dadas pelo *O Progresso* às figueiras retrataram a preocupação da direção do jornal em acompanhar a situação e a importância atribuída às árvores como patrimônios locais, ao mesmo tempo, apresentaram dificuldades de setores sociais e políticos de compreender a frágil política de preservação. A seguir, propõe-se apresentar algumas abordagens do jornal que trataram das árvores plantadas no espaço urbano enquanto representações da história e do patrimônio douradense.

Quando o jornal mencionou o dia da árvore e o tombamento para o "patrimônio histórico do município" de 38 figueiras, além do plantio da "árvore do Cinquentenário" [374], fez alusão às iniciativas do poder público municipal, via decreto, de construção do patrimônio local [375]. A árvore escolhida como símbolo do Cinquentenário, plantada na praça com o mesmo nome, não foi a figueira, mas o ipê amarelo [376]. A solenidade do tombamento das 38 figueiras no trecho da Avenida Presidente Vargas, entre as avenidas Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves, foi encaminhada pelo prefeito Luis Antônio Álvares Gonçalves como "parte das comemorações da Semana da Árvore e do Cinquentenário". O prefeito instalou a placa comemorativa ao tombamento junto das figueiras "remanescentes do plantio realizado pela Prefeitura Municipal de Dourados na administração do ex-prefeito Antônio de Carvalho" [377]. Na ocasião, a primeira muda de ipê amarelo foi entregue a filha do ex-prefeito e Gonçalves ressaltou

> [...] a importância do tombamento destas árvores pelo significado histórico que elas 'apresentam para o Município: em 1949, a administração douradense adquiriu e plantou 2 mil mudas de figueira em quase todas as ruas do centro da cidade. Custou na época cada uma

[374] "Semana da árvore será aberta amanhã". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4056, sexta-feira, 20 de setembro de 1985, capa.
[375] Idem, ibidem.
[376] "Prefeitura entrega na segunda mais de 500 mudas de ipê amarelo". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4057, sábado e domingo, 21 e 22 de setembro de 1985, p. 03.
[377] "Figueiras já são parte do patrimônio histórico". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4058, terça-feira, 24 de setembro de 1985, capa.

> 2 mil réis ao Município. De todas as mudas plantadas, restam poucas, entre as quais essas em frente ao jornal *O Progresso*, que conseguiram sobreviver a sanha destruidora de particulares e até de administrações municipais que consideraram vantajosa a derrubada das árvores, conseguindo eliminar todas as então existentes na avenida Marcelino Pires e outras vias centrais. [378]

Além da "retórica da perda", o lugar de memória, em área central próximo a sede do jornal *O Progresso* fez das figueiras objeto de notícias que denunciaram o descaso do poder público municipal pelo patrimônio cultural local, como veremos a frente, neste capítulo.

Em dezembro de 1985, mês de aniversário dos cinquenta anos da cidade, *O Progresso* apresentou os primeiros resultados do "Projeto de Recuperação da Memória Fotográfica de Dourados", visando construir o "patrimônio histórico dos douradenses". O projeto numa parceria entre CEUD, FUNCED e Fundação Nacional de Artes idealizou uma exposição de fotografias, num primeiro momento, que precederia a publicação de um "livro-álbum", com previsão para 1986, mas lançado apenas, em 1990. Na notícia, o prefeito municipal Luis Antônio Álvares Gonçalves declarou tratar-se de "[...] importante passo no sentido de constituirmos nossa memória histórica e legarmos ao futuro o registro da história de um povo que lutou e transpôs barreiras em busca do desenvolvimento" [379].

Foi destaque dado pelo jornal a Vlademiro Muller do Amaral, em defesa da preservação das figueiras localizadas na Avenida Presidente Vargas. Segundo editorial publicado em 1990:

> as que ainda resistiram ao tempo que se encontram na avenida Presidente Vargas, só foram preservadas por intervenção do ex-diretor deste jornal, Vlademiro Muller do Amaral. Conta-se que quando o funcionário da Prefeitura subiu na primeira árvore, nessa referida avenida (em frente ao jornal), ele imediatamente impediu o corte e teve que ser duro com a equipe incumbida de fazer o serviço. O "Seu Amaral" foi o único a sair na época publicamente em defesa das árvores que hoje são frondosas, oferecem grande sombra, embelezam o centro da cidade, e que já foram tombadas como patrimônio histórico do Município pelo ex-prefeito Luiz Antônio Goncalves. Se não fosse a garra, a sensibilidade pelo verde reinante na personalidade do nosso ex-diretor, a sua visão de futuro, as crianças de hoje em dia

[378] Idem, ibidem.
[379] "Começa hoje a exposição de fotos históricas de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXV, nº4212, quinta-feira, 12 de dezembro de 1985, capa.

> com certeza não teriam esse espetáculo de rara beleza. As sombras das Figueiras são uma das atrações turísticas da cidade e ponto de encontro das pessoas. [380]

O periódico destacou tentativas do poder público em "salvar a figueira doente"[381], uma das tombadas como patrimônio histórico do município, localizada na rua Albino Torraca. Segundo o periódico, a espécime da figueira, *sicus enormes,* está em extinção no Brasil e ela foi tombada em conjunto com "outra árvore centenária do mesmo tipo, existente na saída para o distrito de Itahum". *O Progresso* mencionou a opinião da engenheira agrônoma Rosilene G. Ferreira, responsável pelo setor de praças e jardins da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Segundo ela

> a Figueira vai receber o tratamento adequado pelo seu porte e importância histórica", assegurou a agrônoma, acrescentando que essa árvore centenária não pode ser comparada a outras árvores plantadas nos mais recentes projetos de urbanização como as sibipirunas que não tem a mesma idade. As demais figueiras tombadas como parte do patrimônio histórico estão sadias. [382]

No mesmo ano, em 1990, o periódico noticiou que a figueira estava "salva" [383] e ressaltou que "representam um dos cartões de visita da cidade dada a sua beleza e porte" [384]. Em 1991, foi noticiado que o evento "Show da paz II: Oficina cultural na Praça Antônio João" ocorreu "embaixo das figueiras, tombadas pelo patrimônio histórico" [385], na Avenida Presidente Vargas. Anos depois, em 1995, o jornal, em manchete acompanhada de foto, referiu-se ao corte e à retirada de uma das figueiras tombadas na Avenida Presidente Vargas [386]. Em 1996, novamente, em manchete com foto, o periódico destacou que outras figueiras tombadas na avenida estavam morrendo.

---

[380] "Sempre árvore". Editorial. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5204, terça-feira, 13 de março de 1990, p. 02.
[381] "Prefeitura tenta salvar Figueira centenária". *O Progresso.* Ano 40, nº 5372, sábado e domingo, 24 e 25 de novembro de 1990, p.9. E "Figueira está doente". *O Progresso.* Ano 40, nº 5372, sábado e domingo, 24 e 25 de novembro de 1990, capa.
[382] Idem, ibidem.
[383] "Figueira está salva". *O Progresso.* Ano 40, nº 5387, sábado e domingo, 15 e 16 de dezembro de 1990, p. 11.
[384] "Prefeitura tenta salvar Figueira centenária". *O Progresso.* Ano 40, nº 5372, sábado e domingo, 24 e 25 de novembro de 1990, p.9.
[385] "Show da Paz II: Oficina cultural na Praça Antônio João". *O Progresso.* Ano 41, nº 5623, quarta-feira, 11 de dezembro de 1991, p. 09.
[386] "Prefeitura corta árvore morta". *O Progresso.* Ano XLIV, nº6458, sexta-feira, 17 de março de 1995, capa. E, "Prefeitura corta árvore morta na Presidente Vargas", p. 09. "Árvore morta é retirada da Av. Presidente Vargas". *O Progresso.* Ano XLIV, nº6459, sábado e domingo, 18 e 19 de dezembro de 1995, p.05.

A denúncia, feita pela presidente do Partido Verde (PV), Blanche Torres, reiterava que as figueiras eram "árvores cinquentenárias" "tombadas para o patrimônio histórico de Dourados" [387]. Na edição seguinte, em editorial, o periódico elogiava a Prefeitura ao frisar que "agiu corretamente quando afastou os vendedores de cachorro-quente do local até que se estude o porquê uma segunda Figueira está se definhando" [388].

Ainda em1996, *O Progresso* noticiou que várias instituições, como a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR), a UFMS, a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, além da Curadoria do Meio ambiente e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, foram consultadas para poder fazer o corte da árvore da espécime figueira, *fícus SP*. [389] O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados não foi citado e, como publicado pelo jornal, "somente após receber o parecer favorável dessas instituições é que o órgão vai providenciar o corte da figueira cinquentenária, com o compromisso de plantar outra árvore da mesma espécime no lugar da que foi removida". Além disso, o periódico reforçou que as árvores foram tombadas "a pedido do ex-diretor do *O Progresso*, Vlademiro do Amaral, que não permitiu o corte das espécimes plantadas na Avenida Presidente Vargas e João de Rosa Góes, quando o Poder Público cortava as demais em outras vias da cidade" [390], pois "graças a essa corajosa intromissão que as árvores mais tarde, na administração de Luiz Antônio Gonçalves, foram tombadas como patrimônio histórico" [391].

Assim como Vlademiro Muller do Amaral, em 1998, o jornal, em manchete, vinculou figueira tombada para o patrimônio histórico ao pioneiro Pedro Recci:

---

[387] "Figueiras da Presidente Vargas estão morrendo". *O Progresso.* Ano XLV, nº 6726, sábado e domingo, 17 e 18 de fevereiro de 1996, capa. E "Mais uma figueira da avenida Presidente Vargas está morrendo", p.05.

[388] "As figueiras". *O Progresso.* Editorial. Ano XLV, nº 6727, segunda-feira, 19 de fevereiro de 1996, p. 02.

[389] "Semsur pede autorização para cortar árvore antiga. Figueira cinquentenária, a exemplo de outra cortada ano passado na Presidente Vargas, também secou". *O Progresso.* Ano XLVI, nº6956, quinta-feira, 27 de novembro de 1996, p. 4.

[390] Idem, ibidem.

[391] "As eternas figueiras". *O Progresso.* Editorial. Ano XLVI, nº 6957, quinta-feira, 28 de novembro de 1996, p. 2. "Secretário elabora laudo para cortar árvore tombada". *O Progresso.* Ano XLVI, nº 6996, terça-feira. 21 de janeiro e 1997, p. 4. "Prefeitura corta árvore morta na Presidente Vargas. Figueira cinquentenária oferecia riscos a pedestres e veículos, com seus galhos secos". *O Progresso.* Ano XLVI, nº 7001, segunda-feira, 27 de janeiro de 1997, p.7. "Meio Ambiente: Engenheiro tenta salvar Figueira. Árvore cinquentenária está perdendo as folhas nas pontas, o que é um sinal bastante preocupante". *O Progresso*. Ano 49, nº7743, terça-feira, 3 de agosto de 1999, p.12.

> morreu no domingo passado, aos 106 anos de idade, o pioneiro Pedro Recci, comerciante, pessoa que instalou a primeira oficina mecânica da cidade e a instalar aqui o rádio amador e um dos funcionários do posto Figueira, ajudando inclusive a plantar a figueira existente na esquina da Avenida Weimar Torres com a Rua Albino Torraca, hoje tombada como patrimônio histórico. Pedro foi um dos personagens da série 'Os Pioneiros' publicada em *O Progresso* e que depois a jornalista Maria Goretti Dal Bosco transformou as histórias em livro. [392]

Todavia, tal preocupação não foi vista, em 2011, com a figueira na Avenida Weimar Gonçalves Torres, próximo à Rua Toshinobu Katayama. O jornal noticiou o incêndio que consumiu a figueira, que estava sendo derrubada por não se tratar de um patrimônio. [393] Diante da tentativa de retirada da figueira pelo proprietário do imóvel Nivaldo de Souza Moraes houve a instauração do Inquérito Civil nº 125/2011/PJDHC/DD, junto à 11ª Promotoria de Justiça. Segundo o promotor de justiça, Paulo César Zeni, em 28 de setembro de 2011, buscava-se "verificar o valor histórico e cultural da árvore".

Embora houvesse manifestações e protestos contrários, a figueira "não tombada" foi, em parte, cortada e definitivamente derrubada e retirada em 2011. Isto num momento em que se discutia em Dourados via Ministério Público Estadual, "o atual estado dos patrimônios históricos tombados" e era realizado o projeto de extensão sobre o tema, junto ao Curso de História, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). No entanto, a área comercializada em que a figueira estava localizada, não recebeu o empreendimento ao qual se justificou a derrubada da árvore. Anos depois, em 2018, foi construída uma farmácia no local.

2.3.2. O Clube Social e a tentativa frustrada de tombamento

Entre 1984 e 1986, presenciou-se um movimento em favor do tombamento do Clube Social de Dourados que, por conseguinte, em meio a tentativas de mobilização

[392] "Morre aos 106 anos o pioneiro Pedro Recci". *O Progresso.* Ano 48, nº7448, terça-feira, 4 de agosto de 1998, capa e p. 9.
[393] "Incêndio consome figueira em terreno. Incêndio destruiu figueira que seria cortada com autorização das autoridades ambientais já que não se trate de patrimônio". *O Progresso.* Ano 62, nº11652, sexta-feira, 23 de novembro de 2012, p. 18.

frustradas, o prédio foi demolido [394]. *O Progresso* noticiou a movimentação diante da possibilidade de tombamento do Clube Social, manifestando-se favoravelmente. Em 1984, o periódico destacou na primeira página que "'tombar' não é tomar nem derrubar, é resgatar e proteger", ressaltando a "homenagem prestada aos pioneiros da cidade" através da organização do Movimento Independente Pró-Tombamento do Clube Social de Dourados (MIPTCSD), já que é "notória a participação dos pioneiros, das famílias que corajosamente ergueram os alicerces de nosso município, serão sim, objeto de nosso mais justo reconhecimento pelas páginas da história. [...] Afinal eles são a razão de toda essa movimentação" [395].

Para *O Progresso*, o Clube Social foi considerado como "testemunho arquitetônico de nossa tradição", sendo considerado

> o último monumento cultural que sobreviveu ao progresso de nossa cidade. Quem confirma são os próprios pioneiros. Para se caracterizar um determinado bem imóvel ou móvel é necessário se estabelecer os critérios históricos e arquitetônicos, cujos requisitos o Clube Social preenche em toda a sua plenitude. Uma conquista sedimentada em uma trajetória que envolveu várias gerações. A memória nem sempre é restaurada de acordo com a conveniência, daí a impossibilidade de elegermos aleatoriamente qualquer bem como patrimônio histórico. [396]

A relação estabelecida entre os pioneiros e suas famílias com a criação do Clube Social remontou ao início da década de 1950. É deste período a fundação do *O Progresso* em Dourados, tendo seu fundador, Weimar Gonçalves Torres, o título de sócio-proprietário do Clube Social. De fato, defender a movimentação em torno do tombamento do Clube Social referendava a participação da família Torres em Dourados e, por conseguinte, do jornal. O patrimônio histórico eleito foi o arquitetônico, porém, não só o prédio era destacado, mas aqueles que o representavam, a elite douradense e

[394] Demolido o prédio do Clube Social, em 1986, iniciou-se a construção de outro edifício naquele espaço, porém, até o início de 2019 as obras não foram concluídas. O Clube Social foi referenciado em edições que se seguiram a tentativa de tombamento e em momentos diferentes, como por exemplo: em 1989, 1992, 1999 e em 2014. "Cultura, no espaço vazio". Editorial. *O Progresso.* Ano XXXVIII, nº4949, sexta-feira, 27 de janeiro de 1989, p.02. "Erro de engano". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*. Ano XXXXI, nº5681, sexta-feira, 20 de março de 1992, p. 03. "Cuba Libre". Vander Verão e "A entidade hoje ..." Luis Carlos Luciano. *O Progresso,* Ano 49, nº7658, sexta-feira, 23 de abril de 1999, p.15. "Esporte: Ministério Público barra a venda da Leda. Promotor Ricardo Rotunno solicitou ao presidente Idenor Machado para cancelar a votação, já que existe um processo aberto e não concluso". *O Progresso*. Ano 64, nº12230, terça-feira, 11 de novembro de 2014, p. 27.

[395] "'Tombar' não é tomar nem derrubar, é resgatar e proteger". *O Progresso.* Ano 34, nº3907, terça-feira, 21 de agosto de 1984, capa.

[396] Idem, ibidem.

sua memória. Ainda em agosto de 1984, *O Progresso* ressaltou que o "tombamento do Social" marcou o encerramento dos Encontros de Cultura, na capital de Mato Grosso do Sul, referenciando a fala do presidente da Fundação de Cultura do Estado, José Octávio Guizzo, em que destacou "um despertar da consciência interiorana e o alto sentido de preservação de nossa comunidade" [397].

No ano de comemoração do Cinquentenário do município aventou-se, novamente, a possibilidade de tombamento como "patrimônio histórico" [398] do Clube Social de Dourados, num cenário em que apenas figueiras eram tombadas oficialmente. As notícias discorreram sobre o porquê tombar e os usos do Clube Social após o tombamento, envolvendo representantes da FUNCED, como Luiz Antônio Álvares Gonçalves, Paulo Palhano e Luiza Vasconcelos, que havia trabalhado na Secretaria de Educação e Cultura, antes da criação da FUNCED, sendo sócia do Clube e professora do CEUD.

Neste cenário, chama atenção, em 1985, a defesa de Wilson Biasotto, professor universitário do CEUD, de transformar o Clube Social em Centro ou Casa de Cultura. O professor acrescentou a necessidade de um trabalho de seleção e oficialização junto à FUNCED de outros bens culturais em patrimônio, como a Usina Velha. Em matéria publicada pelo *O Progresso* em janeiro de 1985, as observações de Biasotto sobre tombamentos do Clube Social e da Usina Velha foram pontuadas:

> "Temos notado que o povo de Dourados ainda não viu grandes realizações em termos culturais, talvez por falta de confiança do próprio povo nos administradores dos bens públicos. Ainda agora estamos (UFMS e Prefeitura) fazendo o levantamento fotográfico de Dourados. Muita gente não quer doar fotos históricas por falta de

[397] "No encerramento dos Encontros de Cultura, na Capital, 'Tombamento' do Social é ressaltado". *O Progresso.* Ano 34, nº3912, terça-feira, 28 de agosto de 1984, p.03. Sobre a figura de José Octávio Guizzo e sua atuação frente à Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul consultar: PEREIRA, João Pedro. "Um povo sem identidade cultural definida": José Octávio Guizzo e a construção da identidade sul-mato-grossense (1967-1989). 2017. 123f Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados.

[398] "Clube Social: Sócios e artistas debatem a reutilização como centro de Cultura". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº 3995, sábado e domingo, 19 e 20 de janeiro de 1985, p. 03. "Clube Social: por unanimidade, Conselho Estadual de Cultura é solidário ao 'tombamento'". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº3999, sexta-feira, 25 de janeiro de 1985, p.03. "'Tombamento' do Clube Social vai ao ar às 20h na TV Caiuás". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4000, sábado e domingo, 26 e 27 de janeiro de 1985, capa. "'Tombamento do Social': 'O Clube é um marco que não pode ser apagado da história', diz Plínio. *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4001, terça-feira, 29 de janeiro de 1985, capa. "'Tombamento' do Social: Artistas e intelectuais lançam manifesto ao governador". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4043, 3 de abril de 1985, capa e p.08.

> confiança no trabalho que será realizado. Quanto ao Clube Social, acho que os sócios precisam ter confiança nas entidades promotoras da cultura de Dourados. Eu mesmo, se fosse sócio, seria o primeiro a doar meu título e me sentiria gratificado em ver esse patrimônio, com uma tradição fabulosa, transformado numa Casa da Cultura. Isso é motivo de orgulho para uma comunidade. Há poucos dias, recebi um casal de amigos, que vieram visitar a cidade . Por consciência, fomos abastecer o carro nas proximidades da antiga Figueira, e ficaram surpresos ao contastarem que a árvore havia sido tombada como patrimônio histórico do Município. Disseram que Dourados, tida como uma cidade sem lei, preservando o seu passado histórico, isso é essencial para manter viva a tradição cultural de uma comunidade. O que está faltando, além do povo confiar mais nas entidades, é a maior divulgação dos nossos feitos culturais: veja o caso da Figueira, por exemplo, pouca gente sabe que ela foi tombada. E não é o jornal e o rádio que tem culpa disso — os órgãos oficiais ligados a cultura poderiam cuidar dessa divulgação, nos próprios veículos de comunicação, por que não, mas principalmente nas escolas, no ensino de 1º e 2º graus: A criança aprende, desde cedo, como é importante a preservação dos patrimônios históricos" . "Cabe aos órgãos oficiais - continua Biasotto - criar a infra-estrutura para desenvolvermos aqui uma cultura satisfatória. Diria que a Fundação de Cultura do Município deve reprogramar as suas atividades (frisando que não gosta de criticar o que está começando), abraçando a causa do "tombamento" do Clube Social, e incentivando mais o teatro, a música, a dança e outras manifestações culturais". Para encerrar, Wilson Biasotto lançou a ideia de se preservar um outro patrimônio histórico de Dourados, a antiga usina, nas proximidades do Tênis Clube. Sugeriu que a usina seja transformada num grande museu e a área a sua volta, aproveitada para horto-florestal ou zoológico. "Aquela usina precisa ser preservada: turbinas eram tocadas por um enorme motor de submarino, hoje completamente danificado. O seu tombamento seria mais uma homenagem prestada aos pioneiros da cidade", concluiu. [399]

Na mesma semana, em notícia publicada por Joel Pizzini Filho, o posicionamento do Conselho Estadual de Cultura favorável ao tombamento do Clube Social deixou otimistas integrantes do Movimento Independente Pró-Tombamento do Clube Social. De acordo com o periódico:

[399] "Clube Social: Sócios e artistas debatem a reutilização como centro de Cultura". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº 3995, sábado e domingo, 19 e 20 de janeiro de 1985, p. 03. O professor universitário Wilson Biasotto orientou um trabalho acadêmico voltado aos pioneiros da Usina Velha. Cf. FERREIRA, Analina. *Memória de Pioneiros: A Usina Filinto Muller*. 1999, 45f. Relatório de iniciação científica. UFMS, Dourados. Anos depois, a mesma acadêmica produziu monografia de pós-graduação em História, ainda sobre a Usina Velha, mas com outro foco e orientador, Jorge Eremites de Oliveira. CARVALHO, Analina Ferreira de. *Usina termelétrica Senador Filinto Muller*: história e patrimônio cultural (1940-2003). 2003, 90f. Monografia (Especialização em História) UFMS, Dourados.

> o Conselho Estadual de Cultura justificou seu posicionamento "em decorrência de uma de suas principais atribuições, que é de orientar e indicar ao patrimônio histórico e cultural, monumentos a serem preservados", destacou a presidente do Conselho [professora Maria da Glória Sá Rosa]. A notícia foi recebida pelo Movimento Independente Pró-Tombamento do Clube Social Dourados, com grande otimismo, já que o Conselho Estadual de Cultura é o órgão consultivo do governador do Estado e, sendo assim, a proposta do "tombamento" foi legitimada por unanimidade pelos dignos representantes do Movimento Cultural Sul-Mato-Grossense. Por sua vez, a manifestação de membros do Conselho Deliberativo do Clube e de antigos sócios, a este Jornal, também, foi encarada como gesto de sensatez pelo MIPTCSD, que assegurou que no momento decisivo todas as partes sentarão para discutir criteriosamente a questão. Por enquanto, o debate em torno do "tombamento" do Social está aberto. [400]

Os representantes sociais e políticos que discutiram e deram visibilidade ao Clube Social tinham vínculos com a imprensa, a universidade, a Prefeitura e ao próprio Clube, como a diretora do jornal *O Progresso* "[...] Adiles do Amaral Torres, o assessor jurídico da Prefeitura de Dourados, Ayrthon Barbosa Ferreira [...], o presidente do Clube Social, Luiz Augusto de Oliveira, e o diretor do Teatro Universitário, Wilson Valentim Biasotto" [401], quando anunciados pelo jornal que participariam de uma entrevista na TV Caiuás. Em notícia, os convidados para participarem do programa tinham precedentes importantes para o debate, pois:

> realmente conhecem a história do clube e apenas o presidente da entidade é contra a ideia do tombamento. "O Progresso" vem publicando quase que diariamente entrevistas com personagens entendidas no assunto e textos sobre a opinião de várias outras pessoas, assumindo de forma veemente a campanha. As opiniões divergem naturalmente, mas a maioria é a favor de tombar o Clube Social um patrimônio, pela sua importância para a preservação da memória histórica de Dourados. Muitos dos sócios acham que a entidade deva se transformar num Centro de Cultura da Região, assim que tombado. [402]

O programa "MS Urgente" apresentado por Luiz Rogerio de Sá, também diretor da Rádio Caiuás, além da polêmica em torno do tombamento do Clube Social, abordava temas variados, segundo a diretora Irma Lupinetti, sócia-proprietária do jornal

[400] "Clube Social: por unanimidade, Conselho Estadual de Cultura é solidário ao 'tombamento'". *O Progresso*. Ano XXXIII, nº3999, sexta-feira, 25 de janeiro de 1985, p.03.
[401] "'Tombamento' do Clube Social vai ao ar às 20h na TV Caiuás". *O Progresso*. Ano XXXIII, nº4000, sábado e domingo, 26 e 27 de janeiro de 1985, capa.
[402] Idem, ibidem.

O Enfoque. A polêmica em torno do tombamento do Clube Social instaurou-se na imprensa, pois nem todos os sócios-proprietários eram favoráveis. Aparentemente os interesses imobiliários se sobrepuseram aos do "tombamento" para patrimônio em decorrência de o Clube ser propriedade privada, o que colocava em questão o ressarcimento aos sócios-proprietários, conforme apontou Wilson dos Santos Verissimo, membro do Conselho Deliberativo do Clube, que se disse "contrário ao tombamento" por se tratar de uma "entidade de propriedade particular", acrescentando que "os sócios contrários a ideia deveriam ser ressarcidos pelo Governo do Estado, se realmente a entidade for considerada patrimônio histórico" [403].

Diante da ameaça de perda do prédio histórico e a organização do MIPTCSD outros sujeitos como, Joel Pizzini Filho, se diziam favoráveis ao tombamento. Muitos desses buscaram apoio ao tombamento e tiveram uma devolutiva do deputado federal Plínio Barbosa Martins (PMDB), que assim ressaltou:

> "Não podemos nos conformar com essa febre especulativa que existe. Dourados era uma mata, foi toda derrubada. Agora suas construções antigas certamente estão ameaçadas por pessoas que queiram ali levantar um prédio, ou um edifício, que apague um verdadeiro marco da sua história" [404]

A postura do político em contraposição à especulação imobiliária em Dourados deixou um alerta de que diferentes histórias de pessoas, representadas e materializadas no prédio do Clube Social, estavam ameaçadas. Em busca de outros apoios o MIPTCSD, que se dizia "apolítico e suprapartidário", destacou o apoio de artistas e intelectuais sul-mato-grossenses que construíram um manifesto para ser enviado ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins. [405] Para tanto, o MIPTCSD, solicitou "[...] ao governador providências para um entendimento com a atual diretoria do Clube Social, visando se discutir a questão" [406].

Diante da repercussão do caso no Estado, em edição de dezembro de 1985, *O Progresso* destacou que havia certa apreensão e que a diretoria do Clube Social convocaria sócios para discussão acerca do tombamento. De acordo com o jornal,

---

[403] Idem, ibidem.
[404] Idem, ibidem.
[405] "'Tombamento' do Social: Artistas e intelectuais lançam manifesto ao governador". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4043, 3 de abril de 1985, capa e p.08.
[406] Idem, ibidem.

> intelectuais, artistas, representantes de sindicatos, associações, entidades de classe apoiam amplamente o Movimento (conforme Manifestos a serem publicados neste jornal nos próximos dias), mas alguns sócios esperam um posicionamento da diretoria para, em seguida, darem sua opinião. [407]

Para o ex-diretor do Clube Social, Roberto Pompeu, favorável ao tombamento

> [...] a diretoria não pode mais ficar omissa, tamanha a repercussão que o Movimento vem conseguindo em todo o Estado. Segundo ele, é chegada a hora dos sócios se manifestarem em Assembleia Geral sobre a possibilidade do Clube Social passar a ser reconhecido oficialmente como um patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso do Sul. [408]

Em 1986 ganhou visibilidade nas páginas do jornal *O Progresso* a "retomada do movimento pró-tombamento do Clube Social" [409], através da organização de professores e alunos da rede de ensino básica e superior de Dourados. Conforme matéria:

> Essa iniciativa conjunta de alunos e professores ocorre dois anos após o lançamento do Movimento Pró-Tombamento do Clube Social Dourados. Nesse período, artistas, intelectuais e representantes de entidades de todo o Mato Grosso do Sul se manifestaram em abaixo-assinados em favor do tombamento, inúmeros sócios ressaltaram o valor histórico e cultural do Clube, desejando, igualmente, o tombamento, uma necessidade que inclusive chegou a ser reconhecida pelo Conselho Estadual de Cultura. O Clube é o último patrimônio representativo do passado histórico dos douradenses e o Movimento para tombá-lo surgiu para manter intactas suas principais características e edificações. [410]

A princípio, a retomada do MIPTCSD deu-se por docentes do movimento organizado em 1984. O jornal abordou a necessidade de tombamento do Clube Social, considerada a última edificação que poderia representar o patrimônio local de Dourados num contexto de especulação imobiliária, sob o argumento de que "[...] se o Clube

[407] Idem, ibidem.
[408] Idem, ibidem.
[409] "Clube Social: Retorna a campanha pró-tombamento". *O Progresso*. Ano XXXVI, nº4369, 21 de agosto de 1986, capa.
[410] "Clube Social: professores e estudantes de Dourados a frente da campanha pró-tombamento". *O Progresso*. Ano XXXVI, nº4369, 21 de agosto de 1986, p.03.

Social não for tombado e, portanto, em tempo preservado como patrimônio histórico-cultural, será, inevitavelmente, objeto de especulação imobiliária" [411]. Para evitar a demolição os organizadores do movimento exigiram torná-lo patrimônio histórico-cultural por meio do tombamento. Para isso, juntaram novamente assinaturas com o envolvimento de escolas e universidades que seriam entregue ao presidente e a diretoria do Clube Social, conforme tratado pelo jornal como "verdadeira demonstração de coragem" para evitar "[...] a demolição de velho prédio e de toda uma rica memória" [412].

O entendimento de patrimônio revelado pelas ações do movimento, instituições e imprensa demonstrou não só "a que se referia", mas a "quem" dizia. A questão especulativa da propriedade urbana e recorrência a uma memória seletiva, já que o Clube Social era composto por membros específicos da sociedade douradense, associou-se a histórias da cultura local.

Neste sentido, para além do jornal noticiar a ideia de patrimônio histórico e histórico-cultural, destacou-se a valorização das edificações, dos bens móveis. Mas, somente anos depois foi retomada nas discussões acerca do projeto de lei de outro tombamento, o da Casa de Madeira da CAND, e se desdobrou no projeto de lei de criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, entre 1989 e 1990. A discussão de uma concepção de patrimônio material vinculado aos imóveis, em Dourados, adentraria a questão da propriedade privada da terra. Por vezes, a predominância dos interesses econômicos vislumbrados na especulação imobiliária foi criticada. Ao se configurar a patrimonialização buscou-se ressarcir proprietários através do erário público, em meio às desapropriações, como feito anos depois, no caso da Usina Filinto Muller.

Ao noticiar o MIPTCSD, *O Progresso* se colocou e atuou como sujeito do processo, assumindo tal postura. Em matéria intitulada "Clube Social não pode acabar"[413], o periódico evidenciou que:

> a movimentação existente em torno do tombamento do Clube Social de Dourados, um dos únicos que ainda resta como parte do patrimônio histórico do município, sempre teve e sempre terá o respaldo do jornal "*O Progresso*", em respeito a memória e tradição do povo douradense.

[411] Idem, ibidem.
[412] Idem, ibidem.
[413] "Clube Social não pode acabar". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4391, sábado e domingo, 20 e 21 de setembro de 1986, capa.

> Agora a minoria, pensa em acabar com o Clube e no local, construir um edifício, face sua localização central. Mas, essa ideia vem encontrando a contrariedade de todos aqueles que pensam um pouco mais em cultuar os valores históricos e se preocupam com a cultura dos douradenses. Desde o início *O Progresso* encampou a luta em favor do tombamento. Por outro lado, a ideia da incorporação do Clube ainda precisa ser discutida de forma mais profunda com todos os sócios-proprietários, através de assembleias e dos efeitos legais para isso. Esse é um caso deliberativo que depende da opinião deles. E muitos são a favor do tombamento. O documento em forma de abaixo-assinado manifestando a posição principalmente dos estudantes acerca da questão é um exemplo da importância que se dá pela preservação desse patrimônio. Ainda bem que existem aqueles que se preocupam com o tombamento, senão... O Clube Social sobrevive há mais de três décadas na sua estrutura ainda permanece a originalidade do projeto. Suas formas mostram bem um passado distante, mas que tem muita história a contar. Ali já foram realizadas inúmeras promoções, festas e bailes. Muitas jovens debutaram no Clube Social e muitas comemorações de final de ano também aconteceram nesse local. Só de imaginar que o Clube poderá ser substituído por mais um arranha-céu, a tristeza toma conta de muita gente. O movimento pró-tombamento precisa ainda de mais força e ganhar mais adesões para que possam desarticular aqueles que querem a destruição da memória do Clube Social. Destruir e acabar não pode acontecer de forma alguma. A bandeira do tombamento deve e precisa ser levada adiante visando mostrar, no futuro, um pouco daquilo que restou do passado. [414]

Em nome da "tradição e da memória", o periódico expôs sua posição alinhada a agentes sociais e políticos, reforçando a retomada do movimento pró-tombamento constituído por docentes e sócios favoráveis. Considerou importante o tombamento do prédio de três décadas, construção relevante ante os 50 anos do munícipio de Dourados. Além de memórias, experiências e vivências ocorridas no Clube Social, o jornal sugeriu o legado às gerações futuras e um passado próximo da luta encampada naquele presente em que o jornal se inseria.

Em outra notícia de setembro de 1986, o jornal enfatizou que "estudantes douradenses querem salvar o Clube Social" contra a possível destruição, destacando que o então diretor do Clube, Wilson dos Santos Verissimo, recusou receber e reconhecer o abaixo-assinado dos estudantes. Segundo *O Progresso* a "manifestação maciça dos estudantes é uma das últimas formas de resistência cívica a iniciativa da atual diretoria de destruir o prédio do Clube. A destruição proposta será votada na próxima terça-feira

[414] Idem, ibidem.

pelos sócios" [415]. Além disso, o jornal denunciou a divulgação restrita da convocação de reunião dos sócios-proprietários, o que poderia levar a uma votação com poucos participantes e uma posição contrária ao tombamento. O jornal enfatizou que:

> o movimento pela preservação ou tombamento do Clube Social já reuniu apoio de praticamente todos os segmentos representativos da sociedade douradense, devido ao inegável valor histórico-cultural desse patrimônio. Artistas e intelectuais, representantes de entidades de classe de todo o Estado, num total de mais de 500 assinaturas, manifestaram-se em favor da preservação do Clube. Sócios, principalmente os mais antigos, deram entrevistas reconstituindo a memória do Social, desejando, igualmente e com mais vigor, a sobrevivência do patrimônio, a movimentação foi tão envolvente que até o Conselho Estadual de Cultura reconheceu estas manifestações como legítimas e o Clube passou a fazer parte da pauta de tombamento da Fundação Estadual de Cultura. Todo esse esforço, porém, não foi o bastante para sensibilizar a minoria que dirige o Clube Social que insiste na destruição. [416]

Embora o "valor histórico-cultural" fosse inegável nas páginas do jornal, o questionamento estava no "valor econômico" do imóvel, que cedia a especulação imobiliária da cidade. Entre o "valor econômico" e o "valor histórico-cultural" que o tombamento do Clube Social suscitava discutir, a manchete de *O Progresso*, ainda, em setembro de 1986, foi emblemática: "Caso Social: Cz$ x Cultura". O artigo de opinião, publicado em primeira página, foi escrito por Blanche Torres, estudante de jornalismo, filha do "segundo presidente eleito" do Clube Social e fundador do *O Progresso*, Weimar Gonçalves Torres. Os apelos para a transformação do Clube em teatro retratavam que a política em defesa do patrimônio local estava diluída numa política de defesa dos usos da arte e da "cultura douradense". Na ocasião, a estudante opinou:

> resta agora esperar o resultado da votação desta parte da população que se diz civilizada e progressista, que irá determinar o rumo cultural desta cidade, que poderia com a sobrevivência do Clube Social ter um espaço para eventos como dança, teatro, música e poesia, acrescentando assim não só cruzados nos bolsos das pessoas, mas também cultura, lazer e arte. Seria uma pena se essa minoria que são sócios-proprietários do Clube pensasse apenas nos cruzados que lucrariam com a construção de um novo clube, acabando assim com a chance de proporcionar a Dourados o seu teatro, que não seria assim,

[415] "Estudantes douradenses querem salvar o Clube Social". *O Progresso*. Ano XXXVI, nº4395, sexta-feira, 26 de setembro de1986, p.03.
[416] Idem, ibidem.

> tão provisório, já que a construção de um demoraria em torno de 3 anos (no mínimo). Ao invés de votarem a favor da demolição do Clube, faço a seguinte sugestão aos senhores sócios: promovam rifas, bingos, façam jantares, seja lá o que for, com o fim de adquirir fundos para a transformação do Clube Social em um teatro muito em breve. O povo agradeceria. [417]

O apelo de Blanche em defesa da "valorização cultural" do Clube Social pelos sócios-proprietários partia da premissa de que a cultura, através da dança, teatro, música e poesia, era necessária aos douradenses. O Clube Social, sendo tombado e tornando-se patrimônio local, poderia contribuir para o desenvolvimento de ações culturais num espaço adaptado para tal fim.

Na mesma edição, dia em que os sócios-proprietários decidiriam sobre o futuro do Clube, outras duas opiniões foram publicadas no tocante ao assunto. Uma de Ercília Pompeu, sócia-proprietária do Clube Social e autora de "História do Município de Dourados", publicado em 1965 [418]. Outra, de José Laerte Cecílio Tetila, professor do Curso de Geografia do CEUD/UFMS. [419]

Ercília revelou a preservação do Clube e sua relação com a história de Dourados, justificando o tombamento como patrimônio histórico-cultural uma alternativa. Nas páginas de *O Progresso*, a escritora mostrou-se "[...] indignada com a tentativa de destruição de mais um antigo prédio na área central da cidade" e explicou: "Eu praticamente vi esta cidade crescer e, infelizmente, nada do nosso passado foi

[417] "Caso Social: Cz$ x Cultura". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, capa.

[418] "Assembleia decide hoje preservação ou destruição do Clube – historiadora lança último apelo". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, p.3. Sobre Ercília, o *O Progresso*, publicou reportagem acerca de sua vida e obra. O periódico informou algumas de "suas frustrações", entre elas, "[...] a falta de preservação de grande parte do patrimônio histórico de Dourados e a economia instável do país, que impede o comerciante de crescer e manter um bom estoque. [...]". Neta de João Rosa Góes, do qual herdou uma casa de comércio, "A Camponesa", Ercília diz-se testemunha ocular da história de Dourados, em 1995, com 76 anos. Viveu em Dourados desde muito antes da emancipação da cidade, ocorrido, em 1935. Escreveu, em 1965, "A história de Dourados", entretanto, além deste trabalho, Ercília escreveu outros livros, além de sua autobiografia, crônicas, etc. "Ercília Pompeu, um pedaço vivo da história de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXXIV, nº6471, sábado e domingo, 1 e 2 de abril de 1995, p.20 e 21. Ercília é citada ainda em 1995, durante a recuperação de peças históricas do Museu de Dourados, durante a gestão política-administrativa de Humberto Teixeira e Lori A. Gressler. Segundo o periódico "desde o início da atual administração, a pioneira Ercília Pompeu vem participando do resgate de peças históricas para o Museu Municipal, colaborando em campanhas realizadas pela Funced para a concretização do museu, atualmente resgatado, catalogado e à disposição da comunidade na sede da fundação". "'Salva de prata' está no Museu". Caderno B. *O Progresso.* Ano XXXXIV, nº6475, quinta-feira, 6 de abril de 1995, p. 01 (p.17)

[419] "Demolição do Clube Social é profanação". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, p.5.

preservado [...] Dourados não tem nada ligado a sua história e isso nos causa profunda tristeza". Em matéria, ainda foi observado que:

> Dona Ercília, como outros sócios do Clube, disse que não foi avisada da Assembleia de hoje "é sempre assim, sempre tem algum esperto querendo iludir os outros, é uma pena que uma decisão dessas fique entre uma cúpula. Eu continuo a favor da preservação desse nosso patrimônio e acredito que os herdeiros dos grandes homens que construíram o Clube saberão interpretar esse desejo da maioria" [420].

Além de considerar precipitada a realização da Assembleia, ao alegar que nem todos os sócios-proprietários foram avisados, o jornal citou manifestações individuais favoráveis ao tombamento do Clube, como de Adiles do Amaral Torres, Gustavo Pavel, Caramuru Motta e os sócios Airton Barbosa Ferreira, Luiza Vasconcelos,Vivaldi de Oliveira, Raul Frost e Abigail Pizzini. [421]

Para José Laerte Cecílio Tetila, a demolição do Clube foi vista como profanação. Estudioso de questões urbanas, o professor integrou o movimento pró-tombamento do Clube, em 1985, reiterando não apenas a questão conceitual da cultura, mas o caráter de relíquia sagrada atribuída ao patrimônio, dito cultural. Para ele, "[...] ainda sequer compreendemos que um patrimônio cultural é como um santuário, que sob nenhum pretexto pode ser profanado, via demolição" [422]. Neste caso, teceu críticas ao lucro desmedido dos negócios imobiliários ao "entusiasmo pueril, imolamos o que podemos, em nome do deus 'progresso'. E em seu nome, até mesmo a profanação de monumentos históricos e culturais é negócio" [423]. Assim, questionou:

> já que somos destituídos de qualquer perspectiva histórica, não custa nada confundir também o desmantelamento do patrimônio histórico-cultural, com a noção de progresso. Ora, na nossa conta de homens de negócio não aparece a descapitalização real deste patrimônio. Em nossos cálculos para que debitarmos os custos sociais, artísticos e culturais do povo? Longe de nós o capital humanístico e sentimental da comunidade. Ademais, o que temos a ver se o cata-vento necessita de vento e, da mesma forma, a comunidade necessita de espaços - e não de vento - para exercitar e desenvolver sua sensibilidade, para

[420] Idem, ibidem.
[421] "Assembleia decide hoje preservação ou destruição do Clube – historiadora lança último apelo". *O Progresso*. Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, p.3.
[422] "Demolição do Clube Social é profanação". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, p.5.
[423] Idem, ibidem.

> transformar indivíduos em pessoas, para humanizar-se. Ora, a comunidade que se arrume. Mesmo a vista de todo o povo, nós, homens de negócio, somos capazes de destruir valores como o Clube Social documento excepcional do passado de nossa cidade. E que interessa sermos acusados de desrespeitar o enlace harmônico entre as gerações passadas e futuras, de repetirmos cegamente, nesta cidade, profanações cometidas em outras. Que importa não sermos freios para as nossas cobiças. Que importa alvitrar a memória de Aral Moreira, que doou o terreno do Social não para favorecer um grupo 'fechado' de sócios proprietários, mas para a comunidade local erguer ali o seu Clube 'Social'. Também, se estamos fazendo terraplanagem artística e cultural em Dourados, isto é, problema nosso. O que mais interessa é que o projeto do edifício é sintoma de 'progresso' e cheira a lucro. Muito lucro! [424]

Após a discussão dos sócios-proprietários em Assembleia polêmica, *O Progresso* noticiou: "25 pessoas acabaram com o sonho do 'tombamento' do Clube Social" [425]. Além da polêmica de poucos participantes, o jornal observou que a maioria dos sócios-proprietários estaria em condição de "inadimplência" e que "a transação milionária já estaria consumada", sobretudo, pela diretoria recusar-se a receber o abaixo-assinado organizado pelo MIPTCSD. Como se vê:

> a melancólica decisão tomada na noite de anteontem não justifica, porque apesar da reunião ser realizada em terceira convocação, apenas um grupinho de 25 pessoas; cujos nomes o secretário da reunião omitiu para a imprensa, já acabou decidindo em nome de 117 sócios remidos e mais de 500 proprietários. Os atuais diretores alegaram que os sócios-proprietários não estão em dia com a tesouraria do clube. No entanto, é preciso saber o que a diretoria fez para justificar a cobrança de taxas que os proprietários 'não pagaram'. O mais lamentável de tudo isso é que os 25 remidos, antes de pensarem no 'patrimônio histórico' de Dourados, nos últimos dias representados pela intransigente diretoria se recusou a receber um abaixo-assinado contendo três mil assinaturas de estudantes da Grande Dourados que pediam o 'tombamento', o que demonstra que a milionária transação imobiliária já era um fato consumado. [426]

O secretário do Conselho Deliberativo do Clube Social, Mário Sérgio de Oliveira, redigiu a Ata da Assembleia. Nela, por unanimidade, os sócios-proprietários do Clube decidiram desfazer-se da sede, permutando o terreno junto à construtora Itaipu. No local, se vislumbrava um prédio de 12 andares. Segundo o jornal, Oliveira

[424] Idem, ibidem.
[425] "25 pessoas acabaram com o sonho do 'tombamento' do Clube Social". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº 4399, quinta-feira, 02 de outubro de 1986, p.02.
[426] Idem, ibidem.

"[...] justificou a votação dizendo que o objetivo é reativar o Clube Social Dourados que faz 14 anos que está paralisado". Sobre a questão do tombamento, o secretário assim se referiu:

> admitimos que esta cidade precisa de uma casa para abrigar o Centro Cultural, mas acho que o poder público precisa construi-lo num local mais adequado, onde possa ter um bom estacionamento, e um terreno mais barato. O terreno permutado custa em torno de 8 milhões de cruzados , e para uma reforma no atual prédio seria necessário mais 10 milhões de cruzados. Em contrapartida, o Município que possui vários terrenos baldios gastaria menos de 5 milhões de cruzados para construir um Centro Cultural. [427]

A posição de Oliveira publicada em *O Progresso* demonstrou a predominância do "valor econômico" sobre o "valor histórico-cultural", numa clara dissociação entre a construção do patrimônio cultural local e os usos políticos da cultura. Utilizado como instrumento de disputa entre capitais simbólicos, como enfatizou Pierre Bourdieu [428], o Clube Social sucumbiu à ideia de que o poder público disporia de terrenos baldios e mais baratos para suprir e gerir a construção de um Centro Cultural.

Entre o que o jornal *O Progresso* publicou acerca do patrimônio histórico de Dourados, seja ele patrimonizalizado ou não, chamou atenção a vinculação do patrimônio histórico às atribuições da FUNCED, Fundação diretamente subordinada ao poder Executivo Municipal, criada em 1983 e implantada em 1985. Ao mesmo tempo, notícias, editoriais e artigos assinados retrataram uma imprecisa política cultural em Dourados, associada à necessidade/urgência de revitalização/restauração de determinados patrimônios históricos, que se imiscuíram a projetos de construção de espaços culturais, como o Teatro Municipal.

Na segunda metade da década de 1980, as poucas referências sobre "patrimônio histórico" nas páginas de *O Progresso* foram relacionadas ao Conselho de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, junto a Secretaria Estadual de Cultura [429], e à criação da Lei Sarney, em 02 de julho de 1986, que garantia a destinação de parcela do

---

[427] Idem, ibidem.

[428] BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença*: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008. E, A *distinção: crítica social do julgamento.* São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

[429] "Marcelo assina mensagem criando Sistema Estadual de Cultura". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº 4517, quinta-feira, 02 de abril de 1986, p. 02. "Marcelo indica Humberto Espíndola para Cultura". *O Progresso*. Ano XXXVII, nº4591, terça-feira, 21 de julho de 1986, p. 02.

imposto de renda para a área cultural e artística. Neste sentido, o jornal destacou que a FUNCED já estava preparada para receber recursos [430], sendo a colaboração do contribuinte sinônimo de promoção e valorização da "preservação da cultura e da história de Dourados", cabendo "estar ciente da importância de sua participação no enriquecimento do patrimônio histórico de Dourados. A preservação da nossa cultura é fator importante para a conservação das nossas raízes" [431]

Em editorial, no início de 1989, intitulado "Incrementar a cultura", *O Progresso* referiu-se à falta de apoio dos poderes públicos ao setor cultural douradense.

> Diante disso, os grupos alternativos não deixaram a peteca cair, principalmente na década de 70 e início de 80, e promoveram inúmeras e inesquecíveis manifestações culturais. O ex-prefeito Luiz Antônio Gonçalves, pensou alto e criou a Funced (Fundação Cultural e de Esportes). O órgão não chegou a emplacar, como era esperado. Mas deu alguns passos importantes. Agora, o prefeito Braz Melo pretende desenvolver um grande projeto na área cultural, conforme prometera em campanha eleitoral. Uma das obras primordiais prometidas por Braz Melo, é a construção do tão sonhado Teatro Municipal, 'para promoção de nossa cultura e proporcionar lazer sadio à população', conforme ele mesmo declarou. Dourados já era para ter um teatro não fossem as administrações anteriores, que não se preocuparam com o fato. Vamos cobrar sempre o atual prefeito: ele prometeu e terá que cumprir! [432]

Entre tantas promessas, o jornal enfatizou que a população queria "[...] a construção de um Teatro Municipal, bem como um ginásio de esportes. Afinal, povo sem cultura, é povo desordenado e desorientado... e o douradense também quer beber em todas as fontes que respingam cultura!". Além da cobrança de promessa de campanha, o jornal demonstrou preocupação pela falta de apoio do poder público municipal à cultura local através da construção do Teatro Municipal, sendo o patrimônio histórico-cultural timidamente abordado.

[430] "Funced preparada para receber doações através da Lei Sarney". *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4519, sábado e domingo, 4 e 5 de abril 1987, p.09. "Doe uma parte do imposto à cultura". *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4526, quarta-feira, 15 de abril de 1987, p.03.
[431] "Doe uma parte do imposto à cultura". *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4526, quarta-feira, 15 de abril de 1987, p.03.
[432] "Incrementar a cultura". Editorial. *O Progresso.* Ano XXXVIII, nº4971, sexta-feira, 03 de março de 1989, p.02.

Ao tratar a cidade de Dourados como "complexa culturalmente" devido a sua "heterogeneidade", o jornal tocou na proposta de campanha do prefeito municipal Braz Melo que delineou uma "a feira das nações":

> reafirmamos que a formação da sociedade douradense é altamente complexa, porque, para cá, vieram pessoas de todos os lugares do Brasil e do mundo. Portanto, todos os grupos, segmentos e setores sociais têm direito a manifestações de seus costumes, expressões artísticas, tradições e valores. Todo o cidadão douradense nato ou radicado tem direito às mais diversas manifestações culturais. E a municipalidade tem o dever de incrementar este setor, criando projetos que realmente venham a ser concretizados. Porque, chega de promessas que não saem do papel! [433]

Em 1989, Braz Melo, já eleito, defendia a cultura como um direito estendido a todos, que deveria ser garantida pelo poder público municipal e não ser apenas uma promessa de campanha. O patrimônio histórico-cultural de Dourados estava diluído num ambiente de afirmação de sua gestão político-administrativa. Entretanto, couberam debates e embates na Câmara Municipal de Dourados. A entrada do Projeto de Lei nº 050/89, de autoria do vereador Eduardo Laier, dispôs sobre "o tombamento de uma casa de madeira, localizada na Vila São Pedro, para o Patrimônio Histórico e Cultural" de Dourados. Embora o tombamento fosse tratado como problemático em decorrência da propriedade privada do imóvel, abrindo como possibilidade de retirada do projeto, o vereador não aceitou e deu continuidade. Na "discussão e votação do parecer da Comissão de Finança e Orçamento", presente em Ata da Câmara Municipal de Vereadores:

> a Comissão sugeriu ao autor a retirada do projeto uma vez que matéria dessa natureza gera uma série de implicações que envolve o Poder Público, os proprietários do imóvel, os herdeiros e outros fatores. Segundo a Comissão o Município deve criar um Parque histórico onde possa conter todos os materiais tombados com suas características originais. O autor da proposição não acatou a sugestão da Comissão e, colocando em votação o parecer, foi o mesmo rejeitado por maioria de votos e, consequentemente, despachado para a Comissão de Educação e Cultura[434].

[433] Idem, ibidem.
[434] Câmara Municipal de Dourados. Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 01 de novembro de 1989. *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5144, sexta-feira, 17 de novembro de 1989, p. 09.

Em notícia publicada em dezembro de 1989, *O Progresso* destacou o processo de tombamento da Casa de Madeira da CAND ressaltando a posição de Laier. Para o vereador,

> [...] o acervo cultural de um ser, de um grupo, de uma coletividade, de uma nação, só ganha existência no tempo, só adquire posteridade, só se transfere a outros seres, só comunica uma época a outra quando conservado. Sem a preservação, grande parte, parte muito expressiva do progresso material e espiritual do homem teria sido prejudicada. [435]

Contando com o apoio do prefeito Braz Melo e tendo a possibilidade de construir um Museu Agrícola com apoio da FUNCED e da Secretaria Municipal de Educação, a proposta de tombamento do exemplar da casa reservaria importância especial por ser uma das últimas residências do período da CAND e que corria risco de desaparecer. Nas páginas do jornal "a perda desse importante patrimônio que representa o alvorecer da história econômica de Dourados [...] motivou o vereador Laier a levar para apreciação da edilidade, o projeto visando o tombamento para o Patrimônio Histórico do Município aquele imóvel" [436].

No início do mês de dezembro de 1989, a divulgação do tombamento da Casa de Madeira da CAND [437], através do jornal *O Progresso* retratou os interesses políticos que envolveram o debate sobre o Patrimônio Histórico e Cultural do Município:

> o prefeito Braz Melo sancionou a lei nº 1.600, que declara tombamento para o Patrimônio Histórico e Cultural do município, a casa de madeira localizada a margem esquerda da BR-163, sentido Dourados-Campo Grande, no distrito de Vila São Pedro, de propriedade de Albino Gonçalves da Silva. A lei de tombamento está sendo publicada na edição de hoje do Diário Oficial do Município e foi baseada na Constituição Federal e Lei de Tombamento. O secretário de Administração do município, Harrison de Figueiredo, descendente de família pioneira contou que a casa foi construída em meados da década de 40 em razão da criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados pelo então presidente Getúlio Vargas. O início da colonização se deu neste local com a construção de casa que eram entregues aos colonos, além de ferramentas e equipamentos

[435] "Casa da época da Colônia Agrícola pode ser tombada". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5155, sábado e domingo, 02 e 03 de dezembro de 1989, p.14.
[436] Idem, ibidem.
[437] "Tombada casa que serviu à Colônia Agrícola". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5164, sábado e domingo, 16 e 17 de dezembro de 1989, p. 03.

> agrícolas, como forma de incentivo. Porém, a corrida migratória, foi de tal velocidade que o governo não pode acompanhar, como de início, limitando-se apenas pela demarcação e entrega dos lotes, que eram de 30 hectares cada. [...] 'como verdadeiro marco do momento histórico da primeira experiência de Reforma Agrária neste país', relata Harrison. Esta foi a única casa tombada [...] como um símbolo do patrimônio histórico e da colonização não só de Dourados, como também de Fátima do Sul, Douradina, Jatei, Glória de Dourados, enfim, explica o Secretário Municipal de Administração. Já o prefeito Braz Melo recordou que ali funcionou por muitos anos a primeira cooperativa agrícola, palco de diversas reuniões políticas, e para sua administração tem um significado todo especial, pois foi dali que foram registradas as primeiras imagens para televisão do programa [...] da campanha eleitoral de 1988. [438]

Ao vincular o patrimônio histórico às políticas culturais, *O Progresso* assumiu uma postura de porta-voz em campanhas de defesa de determinados bens culturais, publicando o que agentes sociais e políticos, inclusive o jornal, compreendiam sobre o patrimônio histórico de Dourados. Em suas páginas ressaltou iniciativas, elogiou atitudes, demonstrou preocupação e deu visibilidade ao que o poder público municipal elegeu como patrimônio local, através de atos oficiais do município, atas de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores, projetos e leis municipais, sem silenciar abandonos e descasos em meio a cobranças e reivindicações.

Como se vê, em meio ao desejo de construção de um Centro Cultural aflorado com a questão do Clube Social, debates foram retomados sobre a Usina Filinto Muller e se intensificaram na Câmara Municipal de Vereadores com o processo de tombamento da Casa de Madeira da CAND, em 1989, que envolvia a tensa relação entre propriedade privada, interesse político e público. Nesse contexto, debates se direcionaram para a racionalização das patrimonializações, muito direcionadas pelos próprios vereadores, que culminaram com a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Reunindo muitos predicados, a Usina Velha foi eleita como principal patrimônio histórico citado pelo *O Progresso*, dentre as patrimonializações realizadas pelo poder público municipal.

2.3.3. Uma política cultural e patrimonial imprecisa: o tombamento da Usina Velha e as indefinições na preservação

[438] Idem, ibidem.

A Usina Velha foi a patrimonialização mais citada pelo *O Progresso* ao longo dos anos e a que mais teve propostas de projetos para a restauração/revitalização, em várias gestões político-administrativas. Sem consenso, até hoje, sua preservação permanece indefinida. Embora a Usina Velha tenha sido tombada em 1991, sabe-se que a movimentação para tal ocorreu nos anos 1980 e teve o envolvimento de vários agentes sociais, políticos e institucionais, dentre eles, a FUNCED.

Em decorrência de administrações municipais, ao longo de sua existência, a FUNCED sofreu adequações e modificações, como a de Fundação à Secretaria Municipal, em 2011. Tais adequações demonstram a dinâmica do jogo político-partidário e a imprecisão da política cultural/patrimonial do município de Dourados.

A FUNCED sofreu adequações em gestões político-administrativas como, por exemplo, na de Humberto Teixeira, que publicou a Lei Municipal nº 1845 de 15 de março de 1993. A lei dispôs sobre "a reorganização administrativa da Prefeitura Municipal de Dourados" subordinando inúmeros "órgãos colegiados" ao Executivo. Dentre os órgãos colegiados, numa das poucas referências após a sua criação, estava o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. [439] Foi em 1993, durante as comemorações dos 10 anos da FUNCED, que suas atribuições foram ressaltadas: "promover a defesa do patrimônio histórico do município, concedendo auxílio a instituições, promover o intercâmbio com entidades públicas e privadas, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico, literário e esportivo". Assim, *O Progresso* destacou que a criação da FUNCED:

> foi fundamental para Dourados, pois a ela coube organizar, promover e apoiar os calendários de cultura e esportes da cidade, se transformando num ponto de referência, além de ser atualmente o elo gerador da política da classe artística, com grandes eventos de repercussão nacional, casos do Encontro de Corais, que será realizado neste sábado, abrindo as festividades de aniversário desta Fundação; Concurso de Bandas e Fanfarras, os extintos Projeto Pixinguinha, Rede Nacional da Música e Projeto Villa Lobos, Salão de Artes,

[439] São considerados "Órgãos Colegiados": a) Conselho Municipal de Saúde; b) Conselho Municipal de Educação; c) Conselho Municipal da Mulher d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e) Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano; f) Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental; g) Conselho Municipal do Desporto; h) Conselho Municipal de Transporte; I) Conselho Municipal do Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de Dourados. Lei nº1845 de 15 de março de 1993. *O Progresso*. Ano XXXXII, nº 5918, quinta-feira, 18 de março de 1993, p. 20.

> Maratona do Fogo, entre outras promoções. A nível local, a Funced mantém a sua tradicional Festa Junina, as suas escolinhas nas mais variadas modalidades esportivas, realizações de campeonatos municipais e interdistritais, além de apoio a eventos promovidos por outros órgãos, seja na área cultural ou esportiva. De acordo com a diretora executiva da Funced, Noemi Mendes Ferigolo, o 14° Encontro de Corais, que acontece neste sábado, abre as comemorações alusivas ao aniversário do órgão, bem como a ativação do Museu Municipal ao público. Também está sendo organizado a galeria dos diretores-executivos da Fundação, o lançamento do concurso de fotografia denominado "Seo Joaquim" que é uma homenagem aos fotógrafos de Dourados e em breve cursos, seminários, debates e painéis sobre o que representa a Funced no contexto douradense. Um dos marcos da administração Humberto Teixeira na Funced, foi a desapropriação amigável da "Usina Velha", que nos próximos meses será a Casa da Cultura Douradense, e que abrigará as mais variadas manifestações culturais, coisa que administradores anteriores não conseguiram nos últimos10 anos; a criação do logotipo da Funced, através de concurso público, onde mais de 100 artistas participaram, a restauração do Museu Municipal, aperfeiçoamento da Banda Municipal e Coral Infantil, bem como projeto de transformação do cinema atual em Cine-Teatro. "Hoje a sociedade já conhece a política cultural empregada pela atual administração, que busca o resgate da memória do município de forma clara e transparente", lembrou Noemi Ferigolo, convicta que a Funced cumpre com suas finalidades. [440]

Caberia à FUNCED estimular e desenvolver as atividades culturais e esportivas em Dourados. Foram citadas pelo jornal práticas da administração municipal no período de comemorações dos dez anos da Fundação que contemplariam a cultura e o esporte local. Observa-se que entre as ações voltadas para o patrimônio local, estava a preocupação com a Usina Velha, sobretudo, após desapropriar o terreno, para que em questão de meses, Dourados tivesse a "Casa da Cultura Douradense". Portanto, o patrimônio foi uma derivação da política cultural em que se adotava o "resgate da memória do município".

Através da Lei Municipal nº 1906 de 15 de abril de 1994, foi estabelecida "a estrutura organizacional e administrativa da FUNCED". Na FUNCED definiu-se o "Departamento de Cultura" para tratar do patrimônio histórico, disposto nos artigos 6 e 7:

> Art.6. Ao Departamento de Cultura, compete formular a política cultural do Município, promover a defesa e o resgate do seu

[440] "Funced completa 10 anos de criação". *O Progresso*. Ano XXXXII, nº 6014, quinta-feira, 5 de agosto de 1993, p. 17.

> patrimônio histórico e realizar promoções destinadas a integração social da população com vistas a sua elevação cultural. Art.7. O Departamento de Cultura desenvolverá suas atividades através dos seguintes órgãos: I - Divisão de Desenvolvimento Cultural. A) Coordenação de Música; b) Coordenação de Artes Visuais; c) Coordenação de Artesanato; d) Coordenação de Artes Cênicas. II - Divisão de Memória Cultural: a) Coordenação de Documentação b) Coordenação de Patrimônio Histórico. [441]

Na referida lei não se mencionou as especificidades de cada órgão do Departamento de Cultura. A divisão de "memória cultural" compreenderia o setor de "documentação" e de "patrimônio histórico". Não foram obtidas outras informações a respeito, mas podem-se observar relações entre a "memória cultural" e a "cultura de memória". Ao trabalhar com memória e cultura política, Meneses deslocou para a sociedade, sem eliminar o Estado, o foco de exame de certas práticas da memória, admitindo de antemão "[...] uma dimensão inerentemente política no funcionamento da memória, já que seu caráter instituído/instituinte se realiza no campo conflituoso das escolhas, dos valores e dos significados" [442]. Meneses apontou que nos estudos da memória a vertente pragmática desenvolveu o conceito de memória cultural e um dos seus teorizadores foi Jan Assman, na década de 1980. De acordo com Meneses, Assman afirmou que na pós-modernidade, as humanidades cedem espaço para a comunicação, os sistemas de registro, a mídia. A memória não apenas individual ou coletiva é uma memória comunicativa e as emoções desempenhariam um papel crucial nesse processo. A memória como um instrumento técnico utilizado para a transmissão de padrões, comportamentos e significados e, a cultura, nesse espaço de convergência, teria tudo a ver com essa transmissão. Ao mesmo tempo, Meneses aponta para uma cultura de memória,

> o modo como uma sociedade assegura continuidade cultural, ao preservar, com o auxílio de uma 'mnemônica cultural' seu conhecimento coletivo, de uma geração à seguinte, tornando possível que gerações vindouras possam reconstruir sua identidade cultural. Não se trata de buscar testemunhos do passado, nem mesmo de continuidade cultural, mas de identificar material capaz de assegurar a

[441] Prefeitura Municipal de Dourados. Lei nº 1906 de 15 de abril de 1994. *O Progresso*. Ano XXXXII, nº6195, segunda-feira, 25 de abril de 1994, p. 12. É publicada também na edição seguinte nº6196, terça-feira, 26 de abril de 1994, p. 16.

[442] MENESES, Ulpiano T. B. de. "Cultura política e lugares de memória". In: AZEVEDO, Cecília [et. al] (orgs). *Cultura política, memória e historiografia.* Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 445.

> inteligibilidade do passado, num determinado contexto cultural do presente. O passado, portanto, é ativamente construído. Não importa que ele seja 'correto' o que conta é que ele seja capaz de inclusão. [443]

Assim como o passado é ativamente construído, o patrimônio também o é. Zanirato referenciou o antropólogo Llorenç Prats, pela abordagem da "ativação patrimonial", para explicar o processo que mobiliza valores atribuídos ao elemento patrimonializado, com vistas a prolongar sua existência, pois se trata de "um processo que depende fundamentalmente dos poderes políticos" [444].

A "promoção e a defesa do patrimônio histórico do Município de Dourados" eram de competência da FUNCED que, por sua vez, desde a sua criação em 1983 (Lei Municipal nº1261[445]) tinha na presidência de seu Conselho Deliberativo o Prefeito Municipal e como vice-presidente o Diretor Executivo da FUNCED. Ambos presidiam também o Conselho Municipal de Cultura. No entanto, a Fundação, assim como as administrações municipais, foi criticada por essa configuração que centralizava o poder de decisões no Executivo Municipal.

Em texto publicado pelo *O Progresso*, o arquiteto Luiz Carlos Ribeiro observou que era preciso definir uma política cultural para o município de Dourados. No artigo, as dificuldades de encaminhamento que emperravam políticas públicas voltadas para o patrimônio histórico e cultural foram reveladas.

> Não é de hoje que a comunidade artístico/cultural douradense tem na sua produção, procurado a partir dos ícones existentes em nossa região, ou seja, nas comunidades indígenas, seus hábitos, costumes, artes e até sua sina; na cultura da erva mate; nos rios, campos, matas e lavouras, exprimir e construir uma *identidade cultural própria* da nossa região. Em que pese todos os esforços individuais ou coletivos desta comunidade, o poder público, notadamente a Funced - Fundação de Cultura de Dourados -, tem ao longo de sua existência se mostrado distante e quase sempre ausente deste processo. Este distanciamento ou mesmo a ausência da Funced se deve a total falta de uma política cultural para o município, substituída que foi por um mero calendário de eventos, via de regra, autopromocional. Como se não bastasse, o cumprimento deste calendário de eventos nos remete a odiosa "cultura oficial", que em muito pouco ou quase nada contribui na formação de nossa *identidade cultural*, pelo contrário, tem sim, muitas vezes,

[443] Idem, p.447.
[444] ZANIRATO, Silvia H. "Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial". Rev. *CPC*, v.13, n.25, jan./set. 2018, p. 12.
[445] Cf. <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/lei-no-1261-cria-a-fundacao-cultural-e-de-esportes-de-dourados-funced-alterada-pela-lc-192/>.

> embotado, ou ainda, sufocado outras atividades mais sérias em relação a nossa cultura. A inexistência desta política cultural, tem historicamente registrada a pouca vontade política, o descompromisso, e às vezes até mesmo a irresponsabilidade do poder público para com nossa cultura efetivamente, como demonstram os episódios, do tombamento do Clube Social, que acabou demolido, e onde antes havia um monumento histórico, jaz hoje um verdadeiro monumento a burrice; a construção do Teatro, foi por muito tempo protelado em nome do eleitoralismo; a apropriação das Ruínas da Usina Velha, que continua na condição de ruína; a implantação do Parque Ecológico Laranja Doce, que já se arrasta por mais de três anos; não temos até agora nenhuma habitação típica da Colônia Federal tombada para o Patrimônio Histórico de Dourados, etc. A coisa é de tal ordem, ou desordem, que em gabinetes de nossas autoridades, não há sequer uma obra de arte de nossos artistas, seja uma pintura, uma escultura, tapeçaria, poesia, cerâmica, etc. O que se impõe, neste caso, enquanto política cultural, não é o poder público como produtor ou consumidor de arte, mas um poder público que não seja ditador e tão pouco seja omisso, e sim público com a arte e a cultura, enquanto nossa identidade, nossa impressão digital no espectro artístico cultural nacional. Para que isso se torne realidade é imperioso e urgente o abandono da lógica política de gabinete e venha, a Funced, para o debate público junto à massa crítica artístico/cultural que hoje é numerosa, representativa e que tem enfrentado, além das habituais dificuldades a contra cultura oficial. [446]

A pouca vontade política, o descompromisso e a omissão foram características do poder público local e, por sua vez, da FUNCED. Considerada ausente ou distante da política cultural para Dourados, em que pese a Fundação não poderia se negar a fazer aquilo que lhe era atribuído. Ribeiro defendeu que era necessário descentralizar a política de gabinete e promover o debate público, coletivo. O poder público municipal não poderia se eximir da responsabilidade para com a cultura e na formação de uma identidade cultural douradense. Ele que participou politicamente de vários debates, publicou artigos, atuou como militante, sindicalista, sendo filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, depois, ao Partido Popular Socialista (PPS). Participou e venceu o concurso em que idealizou o Monumento ao Colono[447], obra construída na gestão político-administrativa de Braz Melo, no início da década de 1990. Entre os cargos públicos que ocupou ao longo da década de 1990, o arquiteto contribuiu para o

[446] Órfãos de nós. Luis Carlos Ribeiro. O Progresso. Ano XLVII, nº 7236, terça-feira, 11 de novembro de 1998, p.02.

[447] O Monumento ao Colono, conhecido popularmente como "mão do Braz", foi construído em homenagem aos colonos da CAND, durante a primeira gestão político-administrativa de Braz Melo (1989-1992) e foi patrimonializado, via projeto de lei na Câmara Municipal de Vereadores, em 2018, pelo próprio Braz Melo, eleito vereador, em 2016.

desenvolvimento de práticas ambientais e culturais, como a projeção do Parque Ecológico Laranja Doce em que se inseria a Usina Velha. Nos anos 2000 integrou o primeiro mandato da administração municipal de Laerte Tetila. Foi diretor do Instituto Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (IPLAN), órgão criado na gestão petista para gerir o planejamento urbano e o meio ambiente, quando atuou na preservação de córregos e parques ambientais urbanos. [448]

Em 1999, outro artigo assinado, escrito pelo professor e pesquisador Jorge Eremites de Oliveira, reportava-se à importância da Usina Velha, não necessariamente como patrimônio histórico, mas como sítio arqueológico. Muito embora a história da Usina Velha se confunda com a própria história de Dourados, para Oliveira, ela ainda foi pouco estudada. Ao considerar a Usina Velha como um sítio arqueológico, Oliveira observou que "a preservação não é tarefa de uma única pessoa ou apenas da Prefeitura Municipal de Dourados (PMD); é tarefa de todos os cidadãos que residem nesta região" [449] e sugeriu, diante do "interesse do poder público em preservar a Usina Velha", um debate democrático "para evitar que esse patrimônio douradense tenha um final pouco feliz". Para o docente do campus de Dourados da UFMS:

> um trabalho desta natureza não pode ser concluído em curtíssimo prazo; requer paciência, procedimentos técnico-científicos, vontade política e senso de preservação da memória e do patrimônio cultural de nossa região. Além disso, o estabelecimento de parcerias é de fundamental importância para a viabilização das ideias aqui apresentadas. [450]

Ainda em 1999, em meio às atribuições da FUNCED, construiu-se durante a segunda gestão político-administrativa de Braz Melo, o Fundo Municipal de Cultura, através da chamada "Lei Akira", em referência ao vereador que a propôs Akira Oshiro, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores [451]. Em 2000, foi regulamentada pela FUNCED, com participação direta do Diretor de Cultura, Carlos Fábio Selhorst, a lei de incentivo fiscal que previa

[448] LUCIANO, Luis C. *Ribeiro:* arquitetura, urbanismo e meio ambiente – exercício de cidadania. Dourados: Edição do Autor, 2008.
[449] A Usina Velha: Arqueologia, História e Cidadania. *O Progresso*. Ano 49, nº 7697, terça-feira, 8 de junho de 1999, p. 02.
[450] Idem, ibidem.
[451] Lei Akira é aprovada pela Câmara. Projeto cria o Fundo Municipal de Cultura foi aprovado por unanimidade e vai a sanção. *O Progresso*, ano 48, nº 7798, quarta-feira, 06 de outubro de 1999, p. 23.

> a priorização da produção e do consumo de bens culturais e artísticos originários do Município, valorizando recursos humanos e conteúdos locais; preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio histórico e cultural do Município e estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores de conhecimento, cultura e memória. [...] Em relação ao patrimônio artístico, histórico e cultural, a lei abrange a organização, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outros organismos culturais e acervos; conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros e sítios tombados pelo Poder Público ou cadastrados; restauração de obras de arte e de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural e proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares e regionais. [452]

Através do financiamento público poderiam ser utilizados recursos financeiros específicos do município para o patrimônio artístico, histórico e cultural, não apenas na promoção, mas na preservação. No entanto, noutra gestão político-administrativa, em 2002, a imprecisão de uma política cultural para o município, também foi observada pelo *O Progresso* que afirmou a ausência de "projetos de preservação de construções históricas". Em editorial intitulado "patrimônio esquecido", o periódico denunciou:

> o descaso do poder público e da sociedade com o patrimônio histórico de Dourados. Prédios que abrigaram os pioneiros do município estão sendo modificados na essência da sua arquitetura, enquanto outras edificações antigas são depredadas pela ação do tempo ou pelo vandalismo do homem. É o retrato do descaso com a história do município e das pessoas que dedicaram toda uma vida para transformar Dourados no que ela é hoje, uma cidade voltada para o desenvolvimento e com uma vocação acadêmica que a colocará, num futuro próximo, entre os municípios mais importantes do país quando se falar em formação de mão-de-obra especializada. Porém, de nada adianta projetar o futuro se não cuidar do presente e, mais importante, preservar o passado. Uma cidade que não zela por seu patrimônio histórico, não tem direito a sonhar com o futuro. Essa triste realidade, porém, não faz parte apenas do cotidiano de Dourados. São poucos os municípios brasileiros que dão ao patrimônio histórico o valor que ele merece. Não se pode conceber, por exemplo, que prédios que foram incorporados ao cotidiano das pessoas há 70, 80 anos, sejam agora relegados ao esquecimento ou, mais grave, tenham sua arquitetura original violada por reformas e ampliações. Se alguém duvida da importância da valorização do patrimônio histórico para o desenvolvimento e crescimento cultural de uma Nação, basta analisar a realidade dos países mais desenvolvidos, principalmente os

[452] Cultura: FUNCED regulamenta lei de incentivo. *O Progresso*. Caderno B. Ano 49, nº 7932, quarta-feira, 22 de março de 2000, p. 13.

> Europeus [...] A falta de respeito do poder público com o patrimônio histórico municipal, estadual e federal existe na mesma proporção que a própria sociedade pouco valoriza esse lado da história. É comum encontrar alguém indignado com um prédio secular que foi demolido, mas é raro ver alguém protestando contra o estado de abandono de qualquer edificação histórica, ou seja, é mais fácil criticar depois que fazer alguma coisa para preservar a história. Como já fez tantas outras vezes, *O Progresso* chama a atenção da sociedade para a participação mais efetiva na defesa do patrimônio público. A ausência de uma política séria e definida de preservação da história de um povo só agrava a pobreza cultural da sociedade. Quem não preserva a memória do que foi feito, não se preocupa em levar cultura para a sociedade. Um povo pobre de cultura acaba sendo miserável de espírito e não consegue firmar alicerce para o desenvolvimento. O país precisa, urgentemente, de uma política de preservação da sua história e de valorização da sua cultura. [453]

O descaso para com o patrimônio histórico, em especial o arquitetônico, foi enfatizado pelo jornal, em meio à administração municipal de Laerte Tetila (PT). *O Progresso* denunciava novamente a "ausência de uma política séria e definida de preservação da história" não apenas no município, mas no estado e no país. Reivindicando a importância histórica, através de edifícios que "abrigaram os pioneiros", defendia a memória e a cultura que os referenciava.

Na mesma edição em que publicou um editorial contundente que apontava o descaso do poder público pelo Patrimônio Histórico de Dourados, o jornal citou a escritora Ercília Pompeu, "entristecida ao ver um imóvel construído nos anos 40 tendo seus traços originais modificados", neste caso, a residência onde morou. [454] Considerada na reportagem "pioneira da cidade" e "uma memória viva", "batalhadora incansável pela preservação da memória do município", a escritora lamentou "[...] a falta de uma política de preservação em Dourados, a começar pelas edificações históricas, que vem tendo suas características originais modificadas, por falta de tombamento" [455], tendo o município de Dourados apenas o tombamento de uma casa de madeira da CAND, localizada na Vila São Pedro. Sobre a Usina Velha, Pompeu observou: "é uma falta de patriotismo, eu valorizo muito a tradição, talvez porque eu seja filha de gaúcho, a Usina

[453] "Patrimônio esquecido". *O Progresso*. Editorial. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, p.02.
[454] "Patrimônio histórico abandonado". *O Progresso*. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, capa.
[455] Preservação: pioneira cobra respeito ao patrimônio. Dona Ercília Pompeu lamenta a falta de uma política de preservação da memória cultural da cidade. *O Progresso*. Dia a Dia. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, p.21.

ainda é o nosso patrimônio daquela época de 1940, se ninguém batalhar pela preservação da Usina, nós vamos ficar sem memória em Dourados" [456]. A preservação de bens culturais defendidos pela escritora envolvia sua trajetória de vida, ao tratar de uma casa antiga onde residiu e se incluir num grupo de pioneiros, os gaúchos.

Diante da preocupação com o patrimônio histórico e sua vinculação aos pioneiros de Dourados, como mencionou Ercília Pompeu, o jornal também citou o recém-criado Centro Cívico Histórico Cultural 20 de dezembro, entidade que "[...] nasce com o propósito de lutar pela preservação do patrimônio histórico" [457]. Ainda de acordo com o jornal, o presidente é o advogado Rosemar Mattos Souza, filho de pioneiro. Para ele

> são vários imóveis, nós sabemos quais são, para garantir a preservação, talvez nem seja necessário o tombamento, basta que a pessoa que compra o imóvel se comprometa com o município em não modificar os traços originais, mas não é culpa de quem compra, o que deve haver é uma política de preservação.[458]

Cabe lembrar que Souza publicou através do Centro Cívico um livro em que tratou dos pioneiros e da história de Dourados. A obra considerada biográfica tratou de um período entre 1885 a 1935, baseando-se em documentos de cartórios e prefeituras. Os pioneiros são divididos em dois grupos: os anteriores a criação do município e os que participaram da Comissão de Emancipação Administrativa do Município de Dourados, em 1935. O Centro Cívico denominado 20 de dezembro, ressaltou o aniversário de emancipação do município de Dourados, 20/12/1935. O livro foi produzido, em parceria com o Legislativo Municipal, em 2003, em meio às comemorações dos 68 anos da cidade e as homenagens prestadas a "saga dos desbravadores" e de seus familiares, como "testemunhas vivas da nossa história" [459].

Vale lembrar que, conforme apontado no Capítulo 1, a administração municipal de Laerte Tetila (PT) criou a Lei Municipal nº 2559, de 08 de maio de 2003, voltada à preservação de edificações de "valor histórico" a partir do plano urbanístico

[456] Idem, ibidem.
[457] Casa de Firmino de Mattos tem arquitetura modificada. *O Progresso*. Dia a Dia. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, p.21.
[458] Idem, ibidem.
[459] SOUZA, Rozemar Mattos. *Dourados:* seus pioneiros, sua história. Dourados: Gráfica Stillus, 2003, 240p.

da cidade e, no ano seguinte, o Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural (FIP). Mesmo assim, em 2008, em meio à segunda gestão político-administrativa de Tetila, o jornal citou novamente Ercília Pompeu e seu apelo a revitalização da Usina Velha, patrimônio histórico da cidade, que ameaçava ruir. A memória de Dourados vislumbrada nas ruínas da antiga Usina termoelétrica virou notícia: "a história de Dourados está morrendo: em uma viagem ao passado Ercília Pompeu conta como viu nascer e morrer a Usina" [460]. Em manchete com foto da Usina, *O Progresso* reiterou que Ercília era "uma memória viva", dando espaço para sua opinião

> como pioneira me sinto no direito de cobrar providências. Me sinto triste por não ter guardado as várias edições de jornais que anunciavam verbas para revitalização da Usina. Até hoje nada foi feito. A minha sugestão é que se faça a reforma e que se destine pelo menos uma sala para abrigar o nosso Museu que a cada administração muda de local. Muito das nossas peças foram perdidas por causa da falta de organização, enquanto isso nossa Usina está em ruínas [...] É importante também que a população comece a observar neste ano de eleição, os políticos preocupados em preservar a cultura de Dourados. [461]

A Usina Velha foi referência de patrimônio histórico em grande parte da pesquisa com jornais, em especial, *O Progresso*. Entre o abandono e as reivindicações pela revitalização estiveram presentes nas páginas do periódico vários agentes sociais e políticos. Chamou atenção casos em que agentes públicos, como vereadores, buscaram recursos financeiros para a revitalização através de deputados federais e senadores, sobretudo, a partir dos anos 2000. Além disso, a partir dessa década o Ministério Público Estadual entrou na contenda, a princípio atendendo a denúncia de "cidadãos douradenses" e cobrando medidas do poder público municipal acerca das patrimonializações por ele realizadas. A atuação dos vereadores reivindicando a revitalização da Usina Velha ocorreu no mesmo período de atuação do MPE, podendo não ser por acaso, como veremos a frente.

[460] A história de Dourados está morrendo: em uma viagem ao passado Ercília Pompeu conta como viu nascer e morrer a Usina. *O Progresso*. Caderno B. Ano 57, nº10260, segunda-feira, três de dezembro de 2008, p. 21.
[461] Idem, ibidem.

Com relação às notícias publicadas pelo *O Progresso* sobre as reivindicações de vereadores [462] à revitalização da Usina Velha, muitas datam de 2006, 2010, 2011, 2012 e 2013. O Legislativo reivindicou do Executivo Municipal a execução de projetos, assim como, solicitou recursos financeiros ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Ministério da Cultura, ao Ministério do Turismo e auxílio técnico do IPHAN.

Em 2006, o vereador Laudir Munareto (PL), cobrou a revitalização da Usina Velha [463], neste caso, "uma ação concreta" do governo do Estado de Mato Grosso do Sul diante do projeto de revitalização de 2005, que visava transformar a Usina em espaço cultural, mantendo o prédio original.

Anos depois, em 2010, o jornal destacou o vereador Albino Mendes, do Partido da República (PR), em busca de recursos financeiros em Brasília, junto ao senador Delcídio do Amaral (PT), para a execução de obras importantes para Dourados, dentre elas "a reforma do estádio Douradão e a revitalização da 'Usina Velha' para ser utilizada como espaço cultural". No tocante a Usina noticiou-se o agendamento de visita de técnicos do IPHAN "para avaliação e estudos sobre a viabilidade de um projeto de restauração das ruínas e a transformação do local em espaço para atividades artísticas e culturais" [464].

No ano seguinte, 2011, o deputado federal Marçal Filho (PMDB) buscou recursos, em Brasília, junto da Ministra da Cultura, Anna de Holanda. Destacou-se

> a necessidade urgente de recuperar a Usina Velha de Dourados, um patrimônio histórico que vem se perdendo ao longo das décadas em virtude da falta de cuidado dos agentes públicos e, sobretudo, pela ausência de um projeto de recuperação da estrutura do prédio. 'Grande parte da história de Dourados está diretamente ligada à Usina Velha e

[462] *O Progresso* noticiou também as reivindicações de vereadores para a restauração e preservação de patrimônios como a Estação Ferroviária de Itahum, em 2001, Valter Hora (PPS) e Nelson Gabiatti (sem partido) e em 2002, José Carlos Cimatti (PSB). E a Feira Livre da Cuiabá, em 2011, Gino Ferreira (DEM). Cf. "Itahum". *O Progresso.* Carrossel. Vander Verão. Ano 51, nº 8345, sábado e domingo, 11 e 12 de agosto de 2001, p.03. "Controle: Projeto de Gabiatti prevê equilíbrio ambiental". *O Progresso.* Ano 51, nº8383, 27 de setembro de 2001, p. 11. "Ação parlamentar: Cimatti sugere medidas de resgate à cultura". *O Progresso.* Ano 59, nº10860, 11 de março de 2010, p. 18. "Ação parlamentar: Gino propõe compra de terreno para feira livre". *O Progresso.* Ano 60, nº11172, 5 de abril de 2011, p.19.

[463] "Patrimônio histórico: Laudir Munaretto cobra a revitalização da Usina Velha". *O Progresso.* Ano 56, nº9862, quinta-feira, 19 de outubro de 2006, p.25.

[464] "Projeto: Albino Mendes viabiliza mais recursos". *O Progresso.* Ano 60, nº 11075, quinta-feira, 02 de dezembro de 2010, p. 18.

> não podemos permitir que essa história se transforme em ruínas', argumenta Marçal Filho. [465]

O periódico ainda publicou, na edição seguinte, que "o pedido de emenda para revitalização do prédio da Usina Velha foi aprovado e os recursos deverão ser liberados em breve". O vereador Albino Mendes (PR) agradeceu o deputado federal Marçal Filho pela "sensibilidade com a causa da comunidade artística de Dourados e fez também a nossa luta", considerando a liberação de verba uma "maravilhosa notícia", pois a Usina não era apenas patrimônio histórico, mas cartão postal da cidade. [466]

Em 2012, o vereador Juarez do Esporte (PRB) solicitou ao prefeito Murilo Zauith (PSB) a garantia de "investimentos para a restauração da Usina Velha e a transformação do local em espaço cultural. Considerado patrimônio histórico do município, a Usina já possui projeto para restauração, que está parado há seis anos, segundo o parlamentar" [467]. Nas palavras do vereador,

> "queremos sensibilizar nossas autoridades no que se refere à cultura do município de Dourados, pois o projeto de restauração e revitalização da Usina Velha continua parado. As obras deveriam começar em 2005 e terminar em 2006. Transformariam as ruínas do prédio em um berço cultural, onde os artistas e a história da cidade teriam espaços para a interação com o público" [468].

Em 2013, o então deputado estadual José Laerte Cecílio Tetila (PT), solicitou revitalização e restauração das instalações da Usina Velha junto ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul, remetendo-se ao projeto realizado pela FUNCED em parceria com o IPHAN, em 2005, durante sua segunda gestão político-administrativa em Dourados. O projeto foi arquivado e enviado a Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul (FCMS) onde aguardava apreciação dos responsáveis e viabilização de recursos para a realização da obra. [469] Tetila ainda encaminhou, segundo *O Progresso*,

---

[465] "Cultura: Marçal pede que ministra salve a usina. Deputado se reúne com ministra da Cultura e apresenta projeto para recuperar a Usina de Dourados". *O Progresso.* Ano 61, nº 11289, sexta-feira, 26 de agosto de 2011, p. 05.
[466] "Restauração: Albino e Marçal obtêm recursos para a Usina Velha". *O Progresso* Ano 61, nº 11311, quinta-feira, 22 de setembro de 2011, p.18.
[467] "Patrimônio: Juarez reivindica a restauração da Usina Velha". *O Progresso.* Ano 61, nº11470, quinta-feira, 12 de abril de 2012, p.19.
[468] Idem, ibidem.
[469] "Tetila quer 'Usina Velha' como espaço cultural: Usina será um espaço de visitação turística, lazer, arte e cultura em Dourados". *O Progresso.* Ano 63, nº 11902, terça-feira, 01 de outubro de 2013, p.22.

"indicação ao prefeito Murilo Zauith (PSB), ao senador Delcídio do Amaral (PT) e ao deputado federal Vander Loubet (PT), para que sejam viabilizados recursos junto ao Orçamento Geral da União (OGU), através do MTur (Ministério do Turismo)" [470] .

Muito embora os parlamentares de Dourados e, por sua vez, de Mato Grosso do Sul, tenham tentado angariar recursos financeiros para a revitalização do patrimônio local, através da Usina Velha, o município não esteve incluído no *hall* dos municípios sul-mato-grossenses vinculados ao patrimônio cultural no estado. Todas as propostas para os projetos de revitalização da Usina Velha buscaram recursos financeiros do município, bem como do estado de Mato Grosso do Sul e da União.

Diante das indefinições de preservação, ocupou lugar na questão o Ministério Público Estadual que, geralmente, interveio em desfavor ao Município de Dourados. *O Progresso* noticiou atuações do MPE de acordo com seus interesses, endossando as medidas adotadas, criticando determinados gestores públicos ou enaltecendo suas propostas. Em meio às ações do Ministério Público, propostas trataram da Usina Velha como patrimônio histórico e cultural a ser revitalizado pelo poder público municipal.

Pelo menos três projetos de revitalização da Usina Velha foram propostos em diferentes gestões político-administrativas nas últimas três décadas. Um nas gestões de Braz Melo nos anos 1990, logo após seu tombamento e desapropriação. Nesta proposta destacou-se o arquiteto e urbanista Luiz Carlos Ribeiro como principal defensor da Usina enquanto "espaço histórico-sócio-cultural", pensado em conjunto com o Parque Ecológico Laranja Doce. Em conjunto com o projeto de revitalização, também nos anos 1990, Maria Helena Isidório de Oliveira, conhecida como Heleninha [471], membro da ADL e autointitulada guardiã da Usina, ofereceu denúncia ao MPE. Através do promotor Helton Fonseca Bernardes, o MPE aceitou e instaurou o Procedimento de Investigação Preliminar (PPI) nº 02/99. Em 2001, o PPI transformou-se em Inquérito Civil nº 002/2001 e, no ano seguinte, em Ação Civil Pública nº 002.02.007388-9. A ACP foi encerrada em 2005. Cabe lembrar que na gestão político-administrativa de José Laerte Cecílio Tetila, outro projeto de revitalização da Usina Velha foi apresentado e

[470] Idem, ibidem.
[471] Sobre Heleninha e sua atuação em defesa da Usina Velha conferir PINTO, Maiara L. "Um patrimônio em questão: o caso da usina velha". In: *Anais do XIII Encontro regional de História*. História e democracia; possibilidades do saber histórico. Coxim-MS, 08 a 11 de novembro de 2016. 12f. Disponível em <http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478284516_ARQUIVO_MaiaraLaisPinto_anpuh2016.pdf > acesso em 10 ago. 2018.

chegou a ser encaminhado a FCMS, mas até hoje se encontra "em processo de tombamento" [472].

Em 2008, junto de outro IC, o nº 093, instaurado pelo promotor de justiça Paulo Cézar Zeni, a Ação Civil Pública instaurada, em 2002, foi desarquivada em conjunto com outros procedimentos do MPE. Em 2011, Zeni instaurou outra ACP, a de nº 0803665-92.2011.8.12.0002 que, embora encerrada em 2015, teve em seu transcurso, em 2013, a proposta de outro projeto de revitalização da Usina Velha pela administração municipal de Murilo Zauith. Em 2014, o MPE instalou o procedimento preparatório nº 23/2014/PJDMA/DD transformado em Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3, que buscava averiguar a situação de *outdoors* instalados nas imediações da Usina Velha.

Em suma, o poder público municipal, o MPE, assim como o jornal *O Progresso*, se posicionaram a respeito do "principal patrimônio histórico-cultural" de Dourados, a Usina Velha. O periódico e o MPE assumiram um papel político diante dos discursos e práticas adotadas, ou não, pelo poder público municipal. O jornal noticiou as intervenções realizadas pelo Ministério Público, em desfavor do Município e, por sua vez, dos gestores municipais.

Denúncias de abandono, descaso, depredação da Usina Velha publicadas pelo *O Progresso* na década de 1990, fez o jornal ser referendado com matérias incluídas na ACP de 2002. *O Progresso* noticiou e publicou manchetes com foto da Usina Velha, além de entrevistar o promotor de justiça, responsável pela ACP, Helton Bernardes Fonseca [473]. Em conjunto com a entrevista foram transcritos trechos da peça processual escrita pelo promotor do MPE.

Na edição seguinte, *O Progresso* manifestou-se a respeito da ACP em editorial intitulado "Memória cultural". A direção do jornal reforçou a atitude do MPE em relação ao descaso e a omissão do poder público municipal. De acordo com o editorial,

---

[472] Cf. <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/19/2017/01/Lista-de-Bens-Tombados-e-em-Processo-de-Tombamento.pdf>.

[473] "Prefeitura terá que recuperar a usina velha" e "Patrimônio público: MP vai à Justiça para salvar a Usina. Promotor do Meio Ambiente impetra ação contra Prefeitura de Dourados para restaurar a Usina Felinto Muller". *O Progresso.* Ano 52, nº8589, quinta-feira, 20 de junho de 2002, capa e p.09. Na mesma página outras notícias "Conheça a história da 'Usina Velha'" e "Promotor público pede revitalização completa".

> a decisão do promotor público do Meio Ambiente, Helton Fonseca Bernardes, de ingressar ação na Justiça com pedido de tutela antecipada para que a Prefeitura de Dourados recupere a Usina Filinto Muller, supera as barreiras das obrigações do Ministério Público e resgata parte da história do povo douradense. Mais que uma preocupação cultural e histórica, a iniciativa do promotor soa como alerta para um povo que pouco valor tem dado ao seu passado. Esse rótulo não pertence apenas à sociedade douradense ou sul-mato-grossense, mas é uma particularidade de mais de 99% dos brasileiros. A iniciativa de se buscar amparo na Justiça para fazer o município cumprir a obrigação de restaurar e manter seu patrimônio histórico é digna de elogios por todos os setores da sociedade, pois o povo tem o dever de zelar pela sua história, o poder público muito mais. Oxalá, o Judiciário também entenda dessa forma e acate, na íntegra, a ação do Ministério Público. Mais de meio século de história não pode ser perdido em virtude da irresponsabilidade e do descaso dos homens públicos que passaram pelo Executivo de Dourados. [474]

Para o jornal, se o povo não dá valor e não tem iniciativa, alguém deve falar e atuar em nome dele, neste caso, o MPE ou o próprio jornal, atuando contra os que deveriam "representar o povo", que estiveram à frente do poder público municipal e que eram "irresponsáveis". O editorial ainda endossou que a iniciativa deveria despertar "em cada cidadão a consciência da necessidade de se valorizar o patrimônio e a memória". Sobretudo, a memória dos homens que "derramaram o melhor suor sobre essa terra", tornando Dourados "uma cidade pujante e rica". Memória que foi defendida pelo "espírito da poetisa" Heleninha, materializada no "resgate da história de Dourados", através da restauração/revitalização das ruínas da Usina Velha.

Ainda em 2002, além de noticiar a atuação do MPE o jornal publicou notícias sobre as medidas adotadas pela Prefeitura Municipal. De acordo com *O Progresso*, continuam "[...] os serviços de recuperação da Usina Velha, o principal patrimônio histórico-cultural da cidade no que se refere à obra física, construída na década de 50 e que por vários anos serviu como fonte de energia elétrica, apesar de todas as limitações tecnológicas daquela época" [475]. Foi referenciada a construção de calçada "em estilo diferenciado, usando tocos de árvores de pequena espessura, 'amarradas' em cimento [...] um serviço inédito em nível de obra pública, notável sob o aspecto arquitetônico e estético", além da instalação de "cintas metálicas" para garantir a sustentação da chaminé, de bancos de concreto, da rede de águas pluviais e de asfalto, do plantio de

[474] "Memória cultural". Editorial. *O Progresso.* Ano 52, nº8590, sexta-feira, 21 de junho de 2002, p.02.
[475] "Prefeitura mantém a reforma da Usina Velha". *O Progresso.* Ano 52, nº8669,segunda-feira, 23 de setembro de 2002, p.15.

mudas de árvores nativas. Buscou-se "criar um espaço de contemplação e atividades artísticas" [476].

Anos após o encerramento da ACP, em 2009, noutra administração municipal, a de Ari Valdecir Artuzi (PDT), o jornal noticiou a ação cultural "Use energia para gerar cultura" promovida pela FUNCED, em que a Usina Velha serviu de "cenário". O evento realizado "ao ar livre" reuniu bandas da cidade em um único show tendo como "palco" a Usina Velha considerada "um dos principais cartões postais da cidade" [477].

Em 2011, novamente *O Progresso* em manchete acompanhada de foto, noticiava que a "Usina em ruínas vira caso da Justiça" [478]. De acordo com o jornal, o documento assinado pelo promotor Paulo César Zeni teve "por objetivo tirar do papel propostas apresentadas pelo município para revitalizar, de fato, a Usina" [479]. Através da reportagem destacaram-se duas vistorias realizadas pelo Departamento de Apoio às Atividades de Execução do Ministério Público (DAEX). Em entrevista, o promotor de justiça alegou que "apesar de haver dois projetos para a recuperação deste patrimônio histórico, até o presente nada de concreto foi feito para restaurar o imóvel, cujo valor histórico é incontestável, mas que caminha para a ruína" [480]. O jornal, ao evidenciar as incertezas, acrescentou em matéria:

> o DAEX sugeriu que várias medidas fossem tomadas, entre elas, a reestruturação com o máximo de reaproveitamento da estrutura existente. 'Se nada for feito para a preservação do bem corre-se o risco de as futuras gerações conhecerem essa parte preciosa da memória histórica douradense apenas de ouvir falar. O poder público municipal limitou-se a editar lei declarando o seu tombamento, mas se omite deliberadamente, em preservar o dito acervo', diz a Promotoria. Segundo o MP, uma anterior ação civil pública com o mesmo objetivo foi extinta sem resolução do mérito sob o argumento de que no curso do processo, o município teria espontaneamente iniciado a restauração do prédio. O problema, conforme o MP, é que de lá pra cá nada mudou e a situação de abandono do imóvel persiste até hoje. [481]

[476] Idem, ibidem.
[477] "Usina Velha é cenário de Ação Cultural. Projeto da Funced será desenvolvido no próximo domingo". *O Progresso.* Ano 58, nº10579, sexta-feira, 27 de março de 2009, p.26. "Usina consolida a cultura ao ar livre". *O Progresso.* Ano 58, nº10587, segunda-feira, 6 de abril de 2009, p.18.
[478] "Usina em ruínas vira caso da Justiça. MP denuncia desmoronamentos e ingressa com ação para obrigar poder público revitalizar patrimônio". *O Progresso.* Ano 61, nº11263, quarta-feira, 27 de julho de 2011, capa e p.17.
[479] Idem, ibidem.
[480] Idem, ibidem.
[481] Idem, ibidem.

O parecer dado pela Prefeitura Municipal sob gestão de Murilo Zauith (DEM) versou sobre encaminhamentos, entretanto, reforçou a continuidade das indefinições de longa data. De acordo com a reportagem:

> a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Dourados informou ao *O Progresso* e ao site *Douradosagora*, que o prefeito Murilo Zauith já determinou estudos para incluir a revitalização da Usina no Programa 'PAC – Cidades Históricas', que viabiliza recursos para a recuperação de monumentos. Segundo a Assessoria, outro caminho para revitalizar a Usina será através da inclusão da obra no projeto 'Parque Laranja Doce'. A proposta é fazer a Usina, o portal daquela área de preservação. Para isto, o prefeito pretende implantar no local atrativos históricos como o anfiteatro e Museu Histórico de Dourados. De acordo com o prefeito, os projetos estão em andamento, no aguardo de captação de recursos do governo federal. [482]

No ano seguinte, em 2012, o jornal estampou a manchete "Juiz nega revitalização da Usina Velha"[483], repetindo, de certa forma, a notícia publicada em 2011. A matéria foi assinada pela mesma jornalista, Valéria Araújo, que referenciou parte dos vistos do processo apresentados pelo juiz da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados, José Domingues Filho, e acrescentou o comentário de Odila Lange, membro da Academia Douradense de Letras, ao dizer:

> que há anos a sociedade douradense vem sonhando com essa restauração, que parece que não ocorrerá. Segundo ela, o sonho de transformar a Usina Velha em local de cultura, que abrigasse o Museu e a ADL, além de servir como espaço para se ressaltar a cultura em Dourados, 'é um símbolo importante de Dourados que se perde. No meu caso, só me resta olhar para um quadro que mandei pintar como forma de garantir a boa lembrança da Usina', lamenta.[484]

Ainda em 2012, em manchete acompanhada de foto, *O Progresso* noticiou outra Ação Civil Pública em que a Justiça negou a restauração de 13 patrimônios. A foto dos trilhos e da fachada do prédio da antiga Estação Ferroviária de Itahum enfatizou o indeferimento de outra ACP do Ministério Público Estadual, novamente pelo juiz da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados, José Domingues Filho. De acordo

[482] Idem, ibidem.
[483] "Juiz nega revitalização da Usina Velha". *O Progresso*. Ano 62, nº11534, sexta-feira, 29 de junho de 2012, capa.
[484] Idem, ibidem.

com o jornal, a ação do MPE buscava "a restauração de pelo menos 13 patrimônios que estão se deteriorando. As evidências ficam comprovadas em levantamento realizado pela Promotoria de Patrimônio, em conjunto com a Fundação de Cultura e Esportes de Dourados" [485]. *O Progresso* afirmou que havia um levantamento "em conjunto", através de um "relatório", realizado pelo MPE e pela FUNCED. Entretanto, como noticiado, este levantamento não ocorreu em parceria entre as instituições, mas como cobrança do MPE contra o poder público municipal.

Em meio à Ação Civil Pública do MPE e as respostas do poder público municipal, o jornal mencionou que o juiz José Domingues Filho considerou improcedente o pedido do MPE. De acordo com a reportagem, "o Ministério Público vai recorrer, alegando que a lei de patrimônio é clara ao afirmar que após o tombamento, o município deve adotar medidas necessárias para a sua preservação e que isto não ocorre na prática em Dourados" [486]. Ainda em 2012, no mês de setembro, o jornal voltou a publicar manchete acompanhada com foto da Usina Filinto Muller, destacando o recurso do MPE devido ao indeferimento do pedido inicial, alegando que "desta vez, a Procuradoria recorre juntamente com a mobilização popular da sociedade civil" [487]. A organização popular referida foi a reunião entre o promotor de justiça Ricardo Rotunno com representantes das universidades, UEMS e UFGD, da Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), além do presidente do Comitê de Defesa Popular, Ronaldo Ramos, representante dos artistas de Dourados, Fernando Dagata e da Academia Douradense de Letras (ADL), Odila Lange. Desta reunião ficou decidido "que o MP tomará as providências de instalação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Dourados, da efetivação do livro tombo, e da restauração e conservação da Usina Velha" [488], aguardando a Prefeitura "empenho de recursos do Ministério do Turismo".

[485] Justiça nega restauração de 13 patrimônios. *O Progresso.* Ano 62, nº11543, terça-feira, 10 de julho de 2012, capa.
[486] "Negada a restauração de 13 patrimônios. Ação do MP tinha finalidade de preservar monumentos históricos de Dourados que estão se deteriorando". *O Progresso.* Ano 62, nº11543, terça-feira, 10 de julho de 2012, p.17.
[487] "MP aciona Justiça por obra na Usina". *O Progresso.* Ano 62, nº11598, sexta-feira, 14 de setembro de 2012, capa.
[488] "MP aciona Justiça por obra na Usina. Entidades se mobilizam para impedir que o patrimônio desabe por falta de restauração na estrutura". *O Progresso.* Ano 62, nº11598, sexta-feira, 14 de setembro de 2012, p.17.

Em 2013, *O Progresso* informou a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que obrigava o município de Dourados a

> restaurar e preservar 13 patrimônios históricos e culturais. De acordo com a decisão, o município também terá que implantar o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, além de criar o Livro Tombo, que são registros de todos os patrimônios históricos de Dourados. De acordo com a Ação Civil, movida pelo Ministério Público, na teoria eles existem através de legislação, porém isto não acontece na prática. Outra constatação é a falta de ações para a preservação. [489]

Em destaque, de maneira insistente, "a Prefeitura já informou ter ações no sentido de preservar e restaurar os patrimônios dependendo de verba orçamentária" [490]. Em outubro de 2013, o jornalista Cícero Faria, através do "Informe C" publicou uma nota intitulada "Lerdeza de tartaruga". De acordo com ele, o problema do atraso na revitalização da Usina Velha era da FCMS:

> Será que a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS) está sacaneando a história de Dourados? Pelo menos isso é o que deduz ou, então, a burocracia neste órgão estadual é tao grande que não dá conta de cumprir a sua obrigação. Pelo que o deputado Laerte Tetila informou ontem, a usina velha de energia elétrica, às margens do córrego Laranja Doce, ainda não foi revitalizada por causa da FCMS. O processo de revitalização da obra foi iniciado em 2005, quando Tetila era prefeito, com a elaboração de um projeto pela então Funced e aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional [sic] (IPHAN). Após passar pelas primeiras etapas, o projeto de R$ 1,7 milhão, foi arquivado ao ser encaminhado à FCMS, onde, desde então, aguarda apreciação e viabilização de recursos para transformar a usina num centro cultural e de lazer. Depois de ela desabar, não adiantará mais chorar. E a cidade perderá um de seus mais importantes sítios históricos[491].

Em 2014, o jornal publicou que "sem aprovação do projeto, Usina Velha segue em ruínas" [492], numa clara demonstração das indefinição para preservá-la, pois "pela

[489] "Justiça obriga Dourados a restaurar 13 patrimônios históricos e culturais. Município também terá que criar Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Livro Tombo com registros de todos os monumentos culturais da cidade". *O Progresso.* Ano 63, nº11854, segunda-feira, 05 de agosto de 2013, p.20.
[490] Idem, ibidem.
[491] "Lerdeza de tartaruga". *O Progresso.* Ano 63, nº11903, quarta-feira, 02 de outubro de 2013, p.04.
[492] "Sem aprovação do projeto, Usina Velha segue em ruínas. Tomado por lixo e matagal, patrimônio histórico de Dourados resiste ao tempo até receber a tão sonhada revitalização. Local é um dos mais antigos da cidade". *O Progresso.* Ano 63, nº12047, sexta-feira, 04 de abril de 2014, p.19.

terceira vez consecutiva, a Secretaria de Cultura de Dourados encaminha projeto de revitalização da Usina Velha ao governo federal, na tentativa de captar recursos" [493]. De acordo com o secretário Carlos Fábio Serlhost dos Santos, "um dos motivos para a não aprovação dos projetos se dá pela concorrência com cidades históricas do país" [494], encaminhado ao "PAC Cidades Históricas", sendo que, como apontado pelo periódico, em Mato Grosso do Sul somente Corumbá teve projeto aceito. [495]

Como se vê, a imprensa, em especial, *O Progresso*, não apenas noticiou os discursos e as práticas acerca da política cultural/patrimonial local, mas se posicionou politicamente. Assim como o poder público municipal e o MPE, o jornal atuou em nome da população, através de seus interesses, concepções de cultura e de patrimônio. A cultura pensada a partir da pouca participação de setores da sociedade e o patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico idealizado a partir dos significados de poder exercidos em torno de imagens de "pioneiros" e das "famílias importantes" foi representados pelo jornal que esteve inserido na construção de conceitos locais de cultura e o patrimônio.

Embora tenha sido possível constatar a elaboração de leis municipais, a atuação de parlamentares e gestores públicos, da imprensa, do MPE e do judiciário, ainda assim, não houve uma política pública consistente ao patrimônio local. Há imprecisões e indefinições que se confundem com a fragmentação e o dissenso entre administrações municipais, como também entre a interpretação e a aplicabilidade das leis pelo Poder Judiciário. Ao que parece diante de tantos esforços, as leis tornaram-se "letras mortas",

---

[493] Idem, ibidem.
[494] Idem, ibidem.
[495] De acordo com Paula Porta, "Corumbá é a principal cidade histórica do estado e teve seu conjunto urbano tombado pelo Iphan, em 1993". PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados* - 2000/2010. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012. Inclusive, além da superintendência na capital, Campo Grande, o IPHAN possui um escritório técnico em Corumbá. Além do IPHAN, em Mato Grosso do Sul, a Fundação de Cultura, criada em 6 de dezembro de 1983 é responsável por ações de fomento e desenvolvimento das artes, dos costumes, das tradições e do patrimônio sul-mato-grossense a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, que orienta as políticas públicas estabelecidas pelo Governo do Estado. Lei estadual nº. 422, publicada no Diário Oficial nº. 1.125. Cf. <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/a-fundacao/historico/ > Há também a lei 3.522/2008 que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso do Sul e o Decreto 12.686/2008 que a regulamenta. Da relação dos patrimônios culturais, materiais e imateriais, reconhecidos por ela não há nenhum de Dourados. Dos bens em processo de tombamento em Dourados, consta apenas a Usina Filinto Muller. Cf. <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/19/2017/01/Lista-de-Bens-Tombados-e-em-Processo-de-Tombamento.pdf > acesso em 12 mar. 2018.

como apontou Kalb. [496] No entanto, os conflitos, disputas variadas e a ineficiência que circundaram a construção de uma política pública para o patrimônio local, serviram de instrumento político para a judicialização. A atuação de diferentes agentes sociais e políticos em Dourados ocorreu diante da ausência da população, conforme veremos no capítulo seguinte.

[496] KALB, Christiane Heloisa. Op. Cit. p.130.

CAPÍTULO 3

O PODER PÚBLICO E O PATRIMÔNIO LOCAL COMO INSTRUMENTO DE DISPUTA

3.1. O patrimônio repensado em tempos de crise

> Qualquer pesquisador interessado em conhecer o objeto da ação preservacionista será remetido à noção de patrimônio cultural, descrita como um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais, envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de transmissão de um tempo para outro tempo, ou de uma geração para outra geração. O patrimônio cultural, como se sabe, é terreno em construção, fruto de seleção e campo de combate. Todo o projeto de preservação patrimonial resulta de exercício de poder, ainda que em muitos casos a sua justificativa seja apresentada em nome do perigo de destruição ou de hipotéticos valores que todos devem acatar e reconhecer. [497]

O patrimônio cultural quando delimitado no âmbito jurídico compreende não apenas recortes, mas disputas, que não estão explícitas, pois o pressuposto da legislação não é mostrar o confronto, mas assegurar o que deve ser feito ou aplicado na sociedade. De acordo com Jeanne Silva, "[...] juntamente com os questionamentos sobre os significados da lei, torna-se necessário compreender também o papel desempenhado pelos agentes que a operacionalizam" [498].

Embora o patrimônio cultural seja institucionalizado através de leis que no federalismo brasileiro exijam a consonância entre as legislações estaduais e federais, sua definição se faz por determinados sujeitos e grupos sociais como tentativa de esclarecer sua finalidade e o que "é representado", em sua composição ou atribuições.

[497] CHAGAS, Mário. 2002. Op. Cit. p.19.
[498] SILVA, Jeanne. *Sob o ju(o)go da lei*: confronto histórico entre direito e justiça. Uberlândia:EDUFU, 2012, p. 17.

Chartier, embora dedique seus estudos à história do livro e da leitura, ao tratar da "tripla definição de representação", muito nos sugere para compreender as múltiplas relações que o conceito estabelece com o patrimônio cultural. Para o autor:

> o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos e os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns 'representantes' (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, 'presentificam' a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. [499]

A partir da definição, é possível compreender que, para Chartier, a "noção de representação transformou a definição dos grupos sociais". A representação que indivíduos ou grupos exibem ou constroem através de suas práticas integram realidades sociais e, em meio a disputas, as lutas de representação explicam como os enfrentamentos fundados em violência bruta tornaram-se simbólicas. Desta forma,

> as lutas de representação são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica. [500]

Nesse processo, não só a noção de representação é utilizada, mas as lutas de representação se fazem a partir de exercícios de dominação ou violência simbólica, muito recorrentes por Bourdieu, com o qual Chartier esteve em diálogo constante. [501]

De acordo com Pesavento, na ausência apontada por Chartier ou na dimensão reflexiva traduzida por Marin, as representações são também portadoras do simbólico,

[499] CHARTIER, Roger. 2011. Op. Cit. p. 20.
[500] Idem, p. 22.
[501] BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O Sociólogo e o Historiador*. Trad. Guilherme J. de F. Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 134 p.

pois "dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão". Ao referenciar Bourdieu, a autora destacou que:

> a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. Decorre daí, portanto, a assertiva de Pierre Bourdieu, ao definir o real como campo de forças para definir o que é o real. As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa supremacia conquistada em relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam comportamentos e os papéis sociais. [502]

Assim como o poder público municipal e a imprensa produziram representações sobre o patrimônio local, o Ministério Público também o fez. Entre concepções e interesses variados, entre dissensos e contradições, o patrimônio local foi instrumento de disputa política, utilizado por diferentes instituições, agentes e grupos sociais. O MP entrou na contenda ao ser provocado, atuando em nome da população contra o município de Dourados e em defesa do patrimônio cultural como direito difuso e coletivo. Utilizou-se de seu poder de investigação para apurar, solicitar e obrigar a fazer.

Este capítulo centra-se na análise de inquéritos civis, ações civis públicas, procedimentos administrativos, entre outros documentos produzidos pelo Ministério Público. Interessa, em especial, os discursos dos promotores do Ministério Público Estadual em defesa do patrimônio cultural como um direito difuso e coletivo. A importância da história, da memória e da identidade de Dourados foi ressaltada diante da ameaça de desaparecimento e de perda de referências às gerações futuras. Nesse sentido, havia a necessidade de preservação/revitalização do patrimônio cultural e, portanto, cabia ao MP fiscalizar e "fazer cumprir" a legislação municipal. Foram analisados documentos produzidos entre 1999 e 2018.

[502] PESAVENTO, Sandra J. 2012. Op. Cit. p. 41-42.

Hartog ao utilizar a "ordem do tempo" para esclarecer a expressão "um tanto enigmática" de regimes de historicidade, [503] considerou que "[...] o termo expressa a forma de condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo" [504]. As experiências no tempo mapeadas através dos regimes de historicidade trazem o presentismo como algo que vivemos e experimentamos no presente, mas que não pode ser confundido com o presente. [505] O presentismo pode ser entendido como o "presente único: o da tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo" [506].

Interrogações de Hartog sobre a produção histórica e o regime de historicidade merecem atenção para se compreender a patrimonialização contemporânea. Para o historiador:

> partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise no tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. Isso não é simplesmente uma 'crise' do tempo? Seria, dessa maneira, uma forma de esclarecer, quase do cerne, as interrogações de hoje sobre o tempo, marcado pela equivocidade das categorias: há relação entre o passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que, quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável, senão eterno? Seria também uma maneira de lançar uma luz sobre os debates múltiplos, aqui e lá, sobre a memória e a história, a memória contra a história, sobre o jamais suficiente ou o já excesso de patrimônio. [507]

A patrimonialização contemporânea, em suas múltiplas relações com o tempo é tratada por Hartog numa perspectiva de noção de patrimônio europeia e francesa, que não ocorre da mesma maneira [508] e varia de acordo com o tempo e o espaço. [509] Em sintonia com a memória, o patrimônio se multiplicou e se descentralizou numa "onda patrimonial" e de "dever de memória" a partir dos anos de 1980. Ao se reivindicar o patrimônio onde o passado não é observado, a ação do presente se faz sobre o presente.

[503] HARTOG, François. 2014. Op. Cit. p. 17.
[504] Idem, p. 12.
[505]HARTOG, François. 2014. Op. Cit. p 13-16.
[506] Idem, p.11.
[507] Idem, p. 37-38.
[508] Idem, p.196.
[509] Idem, p. 199-201.

Embora no século XX tenha se falado em futuro, nos últimos trinta anos falou-se muito mais sobre o presente, num evidente movimento de patrimonialização.

O "dever de patrimônio e memória" enquanto fenômeno da contemporaneidade produziu uma proliferação patrimonial. Para Hartog,

> do ponto de vista da relação com o tempo, esta proliferação patrimonial é sinal de quê? Ela é sinal de ruptura, certamente, entre o presente e o passado, sendo o sentimento vivido da aceleração uma maneira de experimentá-lo: deslocamento de um regime de memória para outro, o qual Pierre Nora fez o ponto de partida de sua interrogação. O percurso da noção mostrou indubitavelmente que o patrimônio nunca se alimentou da continuidade, mas, muito pelo contrário, de cesuras e de questionamentos da ordem do tempo, com todos os jogos da ausência e da presença, do visível e do invisível que marcaram e guiaram as incessantes e sempre cambiantes maneiras de produzir semióforos [...] o patrimônio é uma maneira de viver as cesuras, de reconheceê-las e de reduzi-las, localizando, elegendo, produzindo semióforos [...] é um recurso em tempos de crise. Se há desse modo, momentos do patrimônio seria ilusório se fixar em uma única acepção da palavra[510].

As dificuldades de continuidade de políticas culturais e de patrimonialização em Dourados ao longo de décadas produziu momentos de cobranças em instâncias judiciais. Ao que se percebe, o MPE foi provocado em diferentes momentos, iniciando com a Usina Filinto Muller e desdobrando-se a outras patrimonializações do poder público municipal, com base na legislação local. Grande parte das disputas foi observada nas ações civis públicas de 2011 e 2012 e que tiveram a frente o promotor de justiça Paulo César Zeni. [511] Em 2016, um procedimento administrativo foi instaurado e envolveu apenas o acompanhamento da instalação da Feira Livre da Cuiabá ao "novo

[510] Idem, p. 242-243.

[511] Destaco o contato com duas ações civis públicas que tramitaram no MPE/Dourados. A ação nº 0803665-92.2011.8.12.0002 (instaurada em 19 de julho de 2011), ação oriunda do IC nº 093/2008/PJDMA/DD (instaurado em 13 de abril de 2009). Ao IC caberia "apurar o estado de conservação da Usina Filinto Muller – 'Usina Velha' – patrimônio histórico e cultural tombado pela Lei Municipal nº 1694, de 15 de julho de 1991". Este IC foi oriundo do Procedimento Preparatório nº 93/2008/PJHC/DD. Na ACP de 2011 o Promotor de Justiça, Paulo César Zeni, desarquivou o Procedimento de Investigação Preliminar nº002/99 que se tornou o IC 002/01 e ação civil pública nº002.02.007388-9. A outra ACP nº 0800637-82.2012.8.12.0002 (instaurada em 31 de janeiro de 2012) ação que oriunda do IC nº105/2011/PJDPHC/DD (instaurado em 29 de julho de 2011). Desta ACP houve o encaminhamento da Estação Ferroviária de Itahum ao MPF, pois a responsabilidade é da União, neste caso quem atua é o MPF. No MPF o inquérito civil público, nº 1.21.001.000008/2012-22 MPF PRM/DRS/MS (instaurado em 30 de janeiro de 2012 e ainda em andamento), pelo Procurador da República, Marco Antônio Delfino de Almeida.

espaço" [512] e, em 2018, um inquérito civil, novamente sobre a Usina Filinto Muller. [513] Ambos, ainda estão em andamento. No entanto, embora a instituição tenha sido inserida nas discussões acerca das patrimonializações locais, a partir da Lei Complementar nº 232/2013, o MPE não se manifestou quanto aos registros e tombamentos realizados, via projeto de lei e lei municipal, no Legislativo, entre 2017 e 2018. Todos os procedimentos do MPE foram obtidos junto à 11ª Promotoria de Justiça que trata da proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural.

Como visto nos capítulos anteriores, num sentido geral, nos projetos e leis municipais as propostas de tombamento/registro do patrimônio histórico, cultural e/ou ambiental de Dourados se referiram à institucionalização de "personagens ilustres", marcos e histórias oficiais, memórias específicas, exemplares de árvores, ruínas de prédios, em que foram relacionados a temáticas históricas como a Guerra do Paraguai, a exploração dos ervais pela Matte Laranjeira, ao Território Federal de Ponta Porã, a Marcha para Oeste, a CAND, entre outras. Em suma, a excepcionalidade e a materialidade foram enfatizadas juntamente com o tombamento, [514] via projetos de lei ou decretos, ações do Legislativo e Executivo municipal. A seletividade que resultou em patrimonializações, em grande parte inseriu-se em contextos de comemorações, como o cinquentenário da cidade e da CAND, mas não se restringiram a isso. Os tombamentos tiveram relação com personalidades que tiveram seus nomes envolvidos com as figueiras, ou Geraldino Neves Côrrea, que serviu de referência para o tombamento da Escola Municipal.

Cabe frisar que as patrimonializações não se restringiram ao perímetro urbano da cidade, mas estenderam-se aos distritos de Vila Vargas, Itahum e Picadinha. Os tombamentos e os registros também foram utilizados como legado, como afirmação

[512] Refiro-me ao Procedimento Administrativo nº09.2016.00003368-6. De 23 de fevereiro de 2017, pelo Promotor de Justiça Amilcar Araújo Carneiro Júnior.

[513] Cito o Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3. Instaurado para "apurar notícia indicativa de eventual irregularidade na utilização do espaço público com a instalação de outdoores [sic] na rua Albino Torraca, nas imediações da Usina Velha, em Dourados-MS. (objeto do inquérito civil 23/2014/PJDHU). Movido em desfavor de Comtexto Dourados Publicidade Ltda-Me, Editora Almanaque Dourados Ltda-Me, Romavi Lopes de Mendonça Eireli-Me, Maria J. da Silva-Me, Primeira Linha Acabamentos Ltda. De 25 de abril de 2018, pelo Promotor de Justiça Amílcar Araújo Carneiro Júnior.

[514] A preocupação com o tombamento e seus efeitos bem como a preservação do patrimônio local está exposta na lei complementar nº02/90 que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Esta lei sofreu alterações através da lei complementar nº232/2013. No entanto, não foram inseridos aspectos quanto ao registro de bens culturais de natureza imaterial.

identitária de determinados agentes sociais e políticos, externando versões de história e memórias a serem preservadas, como constatado em leis, porém, pouco foi dito e feito acerca de como preservar, restaurar ou revitalizar.

A instituição do patrimônio cultural local ocorreu, por vezes, entre "comemorações" e "homenagens". Em outros momentos porque os agentes que participaram do processo de seleção e feitura do patrimônio local através de projeto de lei, de procedimento de investigação preliminar, de procedimento administrativo, de inquérito civil ou de ações civis públicas, defenderam a importância do patrimônio em nome do município ou da população douradense.

Em Dourados, o poder público municipal representado, principalmente, pelo poder Legislativo, selecionou e concebeu o patrimônio como instrumento de disputas políticas construindo representações e práticas acerca do que, quem e como se institucionalizaria o patrimônio local. Além do poder público municipal, o MPE atuou em questões de tombamentos por meio de promotores de justiça. Coube ao MPE não apenas ser "fiscal da lei", mas reiterar o papel do município diante do patrimônio cultural e da instituição de legislação local, em especial, quanto à necessidade de preservação dos bens culturais locais tombados. Também se observou nos discursos do Ministério Público a necessidade de tombamento/preservação diante da ameaça de perda, ou de transmissão às gerações futuras. Uma das justificativas foi a ameaça de desaparecimento da materialidade, dos sentidos e significados atribuídos aos bens culturais que se estenderiam a todos os munícipes, vinculados à história, memória e identidade douradense.

Nessa direção, Gonçalves apontou a "retórica da perda" como base de análise para os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Em discursos produzidos por intelectuais, em especial vinculados ao IPHAN, as ameaças de desaparecimento de valores culturais nacionais desencadeariam um perigoso processo de perda da memória e, consequentemente, da identidade. Ao considerar o patrimônio cultural como uma categoria de pensamento, o autor o definiu em "contornos semânticos" que se "apresentam de modo bastante rico e variado ao longo do tempo e do espaço" [515].

Sendo assim, diante da ameaça ou do "perigo de destruição", como pontuou Chagas, algo deveria ser feito. O patrimônio cultural instituído deveria ser cuidado,

[515] GONÇALVES, José R. S. 2002. Op. Cit. p. 08.

conservado e caberia ao poder público que o erigiu a responsabilidade. Por este negar-se a fazê-lo, caberia então ao Ministério Público fazer cumprir a sua obrigação. Para um bem cultural tornar-se patrimônio implicaria em preservá-lo, reconhecê-lo, valorizá-lo e transmiti-lo a outras gerações, através de um processo de elaboração de representações e práticas de determinados sujeitos e grupos visando legitimá-las e transpô-las a outros sujeitos e grupos sociais. Para Chagas, tais justificativas estão inseridas no exercício de poder do qual a preservação patrimonial resulta. "Terreno em construção", "fruto de seleção" e "campo de combate" envolvem o patrimônio cultural, não só pela noção dada a ele, mas pela ação preservacionista no seu entorno. [516]

Assim, observa-se a importância da memória, história e identidade associadas aos douradenses e transpostas aos diversos patrimônios culturais. Para Carsalade,

> se por um lado é clara a função identitária da cultura e a importância da preservação de seus valores para a coesão dos povos, por outro lado, isso não significa que a cultura seja imutável e que a identidade seja fixa. Estamos submetidos a processos de transformação de crença e valores tanto como indivíduos, quanto como grupos e uma análise, ainda que breve, sobre as transformações culturais mostraria como um mesmo povo em diferentes épocas valoriza ou vê de forma diferente o mesmo bem cultural. [517]

Ao longo dos anos, as disputas no poder público municipal, as diferentes perspectivas de gestões político-administrativas e projetos para a sua revitalização que não saíram do papel, demonstraram os usos variados do patrimônio local como fruto de seu tempo e de como a sociedade constrói seu patrimônio. Como evidenciou Poulot, "[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio" [518].

Além disso, pode-se pensar o patrimônio cultural local em meio a "[...] conjuntos de crenças e saberes socialmente construídos, socialmente partilhados, com os quais e através dos quais nós pensamos, falamos, decidimos fazer, o que fazer, nos apropriamos do mundo e lhe damos sentido" [519].

---

[516] CHAGAS, Mário. 2002. Op. Cit. p.19.
[517] CARSALADE, Flávio de Lemos. 2017. Op. Cit. p. 206.
[518] POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p.12.
[519] GUARESCHI, Pedrinho. Apresentação à edição brasileira. In: MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público.* Trad. Sônia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 08.

Neste cenário cabe lembrar que a FUNCED e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados não atuaram diretamente em processos de patrimonialização, não se podendo dizer o mesmo do Legislativo Municipal, protagonista na instituição do patrimônio local. Por sua vez, o MPE foi atuante, destacando-se, sobretudo, nas Ações Civis Públicas. Foi no embate entre o Judiciário, Executivo e Legislativo que se construiu uma perspectiva para esta tese, o que exige compreender o problema de configuração do patrimônio cultural local numa estreita relação entre História e Direito.

3.2. O patrimônio cultural como direito difuso e coletivo

Analisar a construção do patrimônio cultural e de suas representações em Dourados implica em pensar a produção do conhecimento histórico a partir da seleção de fontes históricas. Dentre as consideradas importantes, estão as Ações Civis Públicas produzidas pelo Ministério Público Estadual, o que exige leituras que aproximam História e Direito.

A leitura de diferentes teses e a opção pelo trabalho de Rinaldo Varussa, [520] possibilitou adentrar na História Social em diálogo com o Direito observando como a historiografia brasileira tem se posicionado diante do "retorno/renascimento" da história política e como as "profundas transformações nas últimas décadas" perpassaram as relações entre História e Direito, [521] em especial, por considerar "o direito como produto social".

Neste contexto, valores, textos e normas jurídicas estão diretamente relacionados aos ritmos do processo social. Como destacaram Lara e Mendonça, na apresentação da obra "Direitos e Justiças no Brasil":

> o direito passou a ser concebido como um campo simbólico, como práticas discursivas ou como dispositivos de poder. Suas instituições, práticas e discursos passaram a ser estudados na interação com processos sociais e a partir de uma perspectiva francamente relacionada a questões historiográficas mais amplas. [522]

[520] VARUSSA, Rinaldo J. *Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil* (décadas de 1940 a 1960). São Paulo: LTr, 2012.
[521] LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs). *Direitos e Justiça no Brasil:* ensaios de história social. Campinas. São Paulo: Unicamp, 2006.
[522] Idem, p. 09.

Nas trajetórias de pesquisas de historiadores sociais, cruzar questões ligadas ao Direito vincula-se a dois movimentos importantes da historiografia brasileira desde a década de 1980: da "história social do trabalho e dos trabalhadores" e "o da escravidão no século XVIII e XIX e o do trabalho livre no século XX" [523]. Processos civis, criminais, trabalhistas entre outros, são vistos e utilizados de uma maneira bem diversa. Ao mesmo tempo, as fontes judiciais tornaram-se "obrigatórias praticamente" nos estudos sobre a escravidão no Brasil. Segundo Lara e Mendonça, "ao visitar o mundo dos advogados, ministros e juízes, as salas e os corredores dos tribunais e escolas de direito buscavam entender valores e interesses conflitantes que haviam travado combates diversos e criado várias interpretações do legal, do justo e do direito" [524]. As noções e os princípios do Direito tornaram-se objeto de estudo no âmbito da História Social, analisando construções e conflitos ao longo da história brasileira, sem esquecer que, como apontou Varussa, "[...] uma ação judicial revestia-se de outros elementos para além dos autos" [525].

No tocante a Ação Civil Pública, a princípio, o desafio é compreender seu significado e abrangência, talvez por sua definição no campo jurídico e por seu uso, como fonte histórica de análise, em trabalhos feitos na História ou outras áreas no campo acadêmico. Neste sentido, na procura por pesquisas que tratem das Ações Civis Públicas e patrimônio histórico-cultural, chama atenção a dissertação de mestrado em Direito de José Ricardo Oriá Fernandes[526]. Estas leituras possibilitaram indicações de livros e de profissionais de diversas áreas de pesquisa. [527] Dessa forma, contribuíram na compreensão do funcionamento das Ações Civis Públicas e do Ministério Público autores do Direito, entre eles Rodolfo de Camargo Mancuso [528] e Helly Lopes

[523] Idem, p. 09-10.
[524] Idem, p. 11.
[525] VARUSSA, Rinaldo J. 2012. Op. Cit. p. 85.
[526] FERNANDES, José Ricardo Oriá. Op. Cit. 1995.
[527] GRINBERG, Keila. "A história nos porões dos arquivos do judiciário". In: LUCA, Tânia R. de & PINSKY, Carla B. (orgs). *O Historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009; LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs). *Direitos e Justiça no Brasil:* ensaios de história social. Campinas. São Paulo: Unicamp, 2006; ARANTES, Rogério B. *Ministério Público e política no Brasil.* São Paulo: Educ: Sumaré: Fapesp, 2002; MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública:* em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. Lei 7347/85 e legislação complementar. 8ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002; FUNARI, Pedro P. A. PELEGRINI, Sandra C. A. RAMBELLI, Gilson (orgs). *Patrimônio Cultural e Ambiental:* questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume;Fapesp;Campinas: Nepam, 2009, entre outros.
[528] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. Cit. 2002.

Meirelles, [529] assim como, entre um requerimento e outro junto ao MPE e MPF em Dourados, informações prestadas na Promotoria e Procuradoria de Justiça em que o patrimônio cultural está alocado. Aqui, não se ignoram trabalhos e/ou pesquisas que tratem dos processos civis, criminais ou trabalhistas, pelo contrário, se utiliza de inúmeras abordagens, como as realizadas por Keila Grinberg. Ao tratar de processos criminais, para a autora "[...] é necessário estabelecer com melhor clareza o que são, afinal, essas fontes" [530], pois "para trabalhar com qualquer documentação, é preciso saber ao certo do que ela trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias" [531].

Para tanto, a análise de Ação Civil Pública na pesquisa histórica requer compreender a "natureza da fonte" considerando o funcionamento e normatização das práticas jurídicas, como as áreas do Direito, os órgãos em que estão vinculadas as ACPs, os mecanismos de funcionamento, a linguagem e usos de conceitos e terminologias.

A "apropriação das peculiaridades" das fontes históricas é base para compreender a construção da arquitetura do Direito, a atuação do Ministério Público, a Ação Civil Pública como instrumento utilizado, a definição de patrimônio referenciada, as representações e práticas de patrimônio cultural. Além disso, entender as especificidades da fonte é importante para não incorrer num isolamento de normas e práticas jurídicas da sociedade ou de grupos que as produzem, interferem, delimitam, articulam e a refazem numa correlação de forças que estão inseridas na sociedade.

Outras fontes foram utilizadas não apenas para atender a convergências, mas para observar contradições e embates que fazem parte do processo ou do "campo das experiências sociais" em que o patrimônio cultural está inserido. A Ação Civil Pública analisada, antes Inquérito Civil, desde meados de 2011, tramitou entre 2012 e 2014 e contribuiu para entender não apenas a sua petição, rito e/ou arquivamento, mas problematizar decretos e leis municipais, tratados ao longo desta tese, que fabricaram, elegeram, tombaram e registraram bens culturais em várias administrações municipais.

A dinâmica em que as Ações Civis Públicas são produzidas, em geral, parte do Ministério Público e integra a arquitetura do Direito. Porém, a tentativa de definir a

[529] MEIRELLES, Hely L. Op. Cit. 2010.
[530] GRINBERG, Keila. Op. Cit. 2009. p. 121.
[531] Idem, p. 122.

Ação Civil Pública ou o que designa o termo, não se dá de maneira unívoca no campo do Direito. Seu significado gira em torno da dimensão coletiva em que se representam grupos, classes e categorias sociais que possibilitam a delimitação de "um instrumento eficaz" que assegura "direitos novos" [532]. Para Andrade, "a ação civil pública é, ao lado da ação popular e do mandado de segurança coletivo, um dos mais úteis instrumentos de interesses metaindividuais" [533].

Um aspecto importante, ressaltado por Mancuso, está nas diferenças significativas entre o interesse/legitimação das ações de natureza privada e de natureza coletiva, como é o caso das Ações Civis Públicas. O interesse e a legitimação não estão necessariamente conectados e o objeto tutelado não é, propriamente, o interesse "público", mas o interesse "metaindividual", entendido como "coletivo" [534].

Ainda, segundo o autor, a "abertura" do Direito aos chamados "interesses e/ou direitos" difusos e coletivos tornou-se recorrente nas últimas décadas do século XX. Atender a "novos direitos" significava "estender o acesso à justiça" para grupos, categorias, classes, que não se viam contemplados pelo sistema judicial. Por conseguinte, construir leis específicas ou utilizar-se do que está em vigor para que ocorra a "legitimidade e/ou a consolidação" desses direitos não ocorreu apenas através da Constituição Federal de 1988. [535] Tratar de direitos difusos e coletivos é algo complexo por envolver grupos e categorias heterogêneos. Esta heterogeneidade é geradora de conflitos e disputas de poderes que não se restringem ao Direito, porém, encontra no Direito uma alternativa para "garantir/efetivar direitos".

De acordo com Fernandes, no Brasil, a entrada em vigor de um novo ordenamento jurídico-institucional, a partir de 1988, trouxe inovações e assegurou novos direitos coletivos, como a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural e o direito à memória como parte integrante da cidadania cultural. Para o autor, o direito a memória como direito difuso e fundamental é evidenciado através dos bens culturais pertencentes ao passado histórico do país, constituídos em referenciais para se construir a identidade cultural como instrumento fundante para o exercício da cidadania. [536]

---

[532] ANDRADE, Adriano. *Interesses difusos e coletivos* – esquematizado. 3ªed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense/São Paulo: Método, 2013, p.11.
[533] Idem, p. 40.
[534] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. Cit. 2002.
[535] Idem, ibidem.
[536] FERNANDES, José Ricardo Oriá. Op. Cit. 1995. p.4, 7 e 9.

Para Campos, "o processo de desenvolvimento e criação da nova Carta Magna não foi simples e sumário". Ao longo de quase dois anos, "debates, disputas e conflitos políticos" permearam esse processo. A forma de inserção de direitos e garantias fundamentais e a inclusão de novos instrumentos jurídicos de proteção dos bens difusos e coletivos, entre eles o patrimônio cultural, foi um tema de destaque. De acordo com a análise, o patrimônio cultural foi "[...] ponto de encontro de reivindicações, área de negociações, campo de disputas por reconhecimento de expressões culturais" que exigiu "participação e protagonismo nas políticas públicas voltadas para sua promoção" e, ao mesmo tempo, "[...] o uso ardiloso do patrimônio para a postergação da emissão de posse e propriedade de terra de quilombolas e indígenas" [537]. Reivindicações e mediações fizeram parte da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que se tornou um "meio de construção de identidades e memórias, a partir de tentativas de conciliação entre conflitos pelo poder, conflitos sobre qual identidade reconhecer e qual passado construir" [538].

Não cabe aqui estabelecer um "percurso jurídico" dos direitos difusos e coletivos. Porém, não se pode ignorar a atuação de sujeitos, grupos, entidades, associações e instituições ao longo do regime militar (1964-1985), na ANC (1987-1988), na promulgação da Constituição Federal de 1988, na inclusão de emendas posteriores a CF88 e na criação de outras leis, ditas "complementares". Nesse conjunto de situações, vale lembrar a relação entre o Ministério Público e as Ações Civis Públicas e dos direitos difusos e coletivos, a exemplo do patrimônio histórico-cultural e ambiental em que se incluiu sua atuação em Dourados através da 11ª Promotoria de Justiça, do MPE.

Em se tratando do Ministério Público e de sua "reconstrução institucional", iniciada na década de 1970, Arantes analisou como a instituição através de reivindicações bem sucedidas reforçou seu papel político e "conquistou" independência institucional diante dos demais poderes do Estado. Para ele,

> [...] a transformação do Ministério Público em um tipo de *agente político da lei* esteve diretamente associada à expansão do Direito no reconhecimento dos chamados interesses difusos e coletivos. Rompendo a matriz individualista do ordenamento jurídico, a

[537] CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. 2015. Op. Cit. p. 13.
[538] Idem, p.16.

> normatização desses direitos (tais como meio ambiente, direito do consumidor, patrimônio público e até direitos sociais) tem permitido ao Ministério Público canalizar conflitos coletivos, de dimensão política inegável, para o sistema judicial. [539]

A reconstrução institucional do Ministério Público, segundo Arantes, obteve sucesso, pois, em vinte anos, deixou de ser "apêndice do Poder Executivo" para transformar-se num "órgão independente", na condição de "advogado dos interesses do Estado" para "defensor público da sociedade" [540]. Além disso, a Ação Civil Pública foi vinculada ao Ministério Público, contribuindo para "proteger direitos metaindividuais, um instrumento processual que poderia ter como titulares agentes da sociedade civil" mesmo nascendo monopolizada pelo Ministério Público. [541]

Para Arantes, antes da redemocratização e coincidindo com a ascensão dos chamados "novos movimentos sociais", o Ministério Público conseguiu "[...] canalizar para si uma das mais radicais transformações do direito brasileiro – a introdução dos direitos difusos e coletivos no ordenamento jurídico e dos instrumentos destinados à sua tutela jurisdicional [...]" [542], transformando-se em um dos principais agentes defensores dos direitos difusos e coletivos. Por mais paradoxal que pareça a ascensão do Ministério Público, como instituição pública, num contexto de embates às omissões do Estado, o autor ressaltou que o MP "[...] soube captar o sentido da mudança nos anos 1980 e, na redemocratização, posicionou-se "ao lado da sociedade" e "de costas para o Estado" [543].

Ainda, de acordo com Arantes, "a constituição também criou oportunidades de ação política do MP e deu novo impulso à normatização de outros direitos difusos e coletivos" [544]. Nenhuma das várias leis criadas após 1988, relativas a direitos metaindividuais, deixou de reservar funções excepcionais ao MP.

Um dos elementos fundamentais que "justificam" a presença do MP na esfera cível é a "incapacidade individual e indisponibilidade de certos direitos" [545]. No momento em que direitos individuais ganham "dimensão de ordem pública", são

---

[539] ARANTES, Rogério B. *Ministério Público e política no Brasil.* São Paulo: Educ: Sumaré: Fapesp, 2002, p. 15-16.
[540] No entanto, em meio a um processo "vitorioso" de reconstrução do MP, Arantes destaca em sua tese, a tentativa de "barrar o MP" diante das investigações acerca da improbidade administrativa, ao longo dos anos 1990, em São Paulo.
[541] ARANTES, Rogério B. Op. Cit. 2002, p. 54.
[542] Idem, p. 24.
[543] Idem, ibidem.
[544] Idem, p. 25.
[545] Idem, p. 26.

considerados, pela doutrina jurídica, como "casos de ação civil pública". Arantes ressalta que, na "origem de sua força", ao alegar a incapacidade da sociedade, estaria a legitimidade para agir do Ministério Público em defesa "dos novos direitos indisponíveis" [546]. Assim, a atuação do Ministério Público foi ampliada para direitos difusos e coletivos, "meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, direitos do consumidor, patrimônio público e probidade administrativa", e os serviços públicos relativos a direitos fundamentais, "saúde, educação, transporte, segurança, trabalho e lazer" [547].

Além disso, segundo Arantes, "[...] o MP estava disposto a se transformar no defensor desses novos direitos, nem que para isso tivesse de afastar a própria sociedade civil do seu caminho" [548]. Fortalecera-se o MP em detrimento do papel das associações civis na defesa judicial dos direitos coletivos [549].

Como ator principal, na legitimidade de agir através da Ação Civil Pública, o Ministério Público foi reforçado pela introdução do Inquérito Civil, se constituindo em mais um instrumento fundamental, por objetivar angariar provas, documentos, entre outros, para averiguar situações. Como exemplo, pode-se mencionar o Inquérito Civil nº 105/2011 instaurado pelo MPE face ao Município de Dourados, que teve o "[...] objetivo de colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para esclarecimento da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual imposição das penalidades legais" [550], visando apurar as condições de conservação do patrimônio histórico e cultural de Dourados.

Não se deve esquecer que, produzido pelo Ministério Público Estadual, o Inquérito Civil não objetivou reconstruir um acontecimento, "mas buscar produzir uma verdade" [551], compreendendo a relação entre discursos sobre como se "operam as diversas mediações" que os envolvem, atentando para a "construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento" [552], neste caso, o estado do patrimônio histórico e cultural de Dourados.

[546] Idem, ibidem.
[547] Idem, p. 30.
[548] Idem, p. 54.
[549] Idem, p. 59.
[550] Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls.02.
[551] GRINBERG, Keila. 2009. Op. Cit. p. 127.
[552] Idem, p. 128.

3.3. Tombamentos e ausências de critérios

Dos inquéritos civis analisados, o que visou apurar o estado de conservação do patrimônio histórico e cultural de Dourados foi publicado por meio de portaria e edital[553] com encaminhamento de oficio ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ao procurador de justiça e ao secretário geral do MPE, em Campo Grande. [554] Na sequência, foram encaminhadas notificações ao requerido, neste caso, o Município de Dourados e a FUNCED.

A apuração da conservação e proteção seria realizada junto à 11ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Dourados (PJDPHC/DD), através da abertura de Inquérito Civil pelo promotor Paulo César Zeni, em 29 de julho de 2011. A notificação foi encaminhada ao Município de Dourados, representado pelo prefeito Murilo Zauith e ofício ao diretor presidente da FUNCED, Carlos Fábio Serlhost dos Santos. A este último, em específico, o MPE solicitou a:

> relação de todos os bens históricos tombados no município de Dourados, indicando a localização física de cada bem e a lei que o tombou; seja, em igual prazo [10 dias] determinada a vistoria em tais bens com vistas a levantar qual é o estado de conservação, indicando eventuais medidas que se façam necessárias a recuperação/restauração/conservação, remetendo, no mesmo prazo relatório circunstanciado a esse respeito; enviar cópia do livro tombo do patrimônio histórico e cultural de Dourados; informe a atual composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, bem como envie pauta das reuniões marcadas. [555]

Ao que "parecia simples" para o Município de Dourados atender a solicitação do MPE, tornou-se objeto de embate judicial entre as duas instituições, pois estava colocado no Inquérito Civil nº 105/2011 não só "apurar o estado de conservação", mas "verificar as providências praticadas para a proteção desses bens". Ao longo daquele

[553] Procedimento de inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD. Edital. Ministério Público do Mato Grosso do Sul, fls. 4.
[554] A comarca de Dourados é considerada de "entrância especial" contendo 16 promotorias, atendendo aos distritos de Dourados – Vila Vargas, Itahum, Indápolis, São Pedro, Panambi – e o município de Laguna Carapã. As 16 promotorias atendem as áreas civil, criminal, direito difuso e coletivo e promotoria auxiliar. Cf. <https://www.mpms.mp.br/promotorias-mapa> acesso em 15 maio 2017.
[555] Portaria nº121/2011/PJDPHC/DD. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls. 2 e 3.

documento várias leis municipais foram anexadas e citadas, além de uma lista feita pela FUNCED, em papel timbrado, indicando a gestão "Administração popular. Compromisso com você". Intitulada "patrimônio cultural de Dourados – MS", a lista continha nomes, datas de tombamentos, responsáveis, endereços, telefones/fax, homepages, e-mails, características e observações. Em seguida, o ofício nº 111/2011, encaminhado, em 3 de agosto, pelo diretor presidente da FUNCED, Carlos Fábio Serlhost dos Santos, citou 8 leis municipais e desnudou o descompromisso público com a questão: "A respeito do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Dourados [sic] Informamos que não temos esse Conselho formado" [556]. Após o promotor de justiça Paulo César Zeni encerrar os autos, em 22 de agosto de 2011, foi encaminhado novo oficio ao diretor-presidente da FUNCED, reiterando que os termos não foram atendidos integralmente. O promotor novamente os requisitou e frisou "que o não atendimento desta requisição poderá ensejar na adoção das medidas judiciais pertinentes" [557].

Após a posição do MPE, a resposta ao ofício, em 31 de agosto de 2011, foi dada pelo procurador geral do município, Orlando Rodrigues Zani, que solicitou ao promotor Paulo César Zeni dilação de prazo de 30 dias, alegando que dependia de informações de diferentes secretarias, como a de Obras e a de Planejamento Urbano. O pedido foi atendido pelo promotor de justiça. [558] A resposta ao MPE foi feita via ofício em conjunto com um relatório encaminhado pela FUNCED, dentro do prazo estipulado, em 26 de setembro de 2011. [559] No entanto, meses depois, em 31 de janeiro de 2012, sem mais detalhes no Inquérito Civil nº 105/2011, o promotor de justiça Paulo César Zeni pediu o seu arquivamento e que fosse juntado aos autos o comprovante do protocolo da Ação Civil Pública, [560] instaurada naquela data e anexando a peça processual de abertura e protocolo eletrônico. [561]

[556] Ofício nº 111/2011, FUNCED, 3 de agosto de 2011. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls.30.
[557] Ofício nº754/2011/PJDPHC/DD, 22 de agosto de 2011. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls. 41 e 42.
[558] Ofício nº199/2011- PGM, 31 de agosto de 2011. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls.43 e ofício nº774/2011/PJDPHC/DD, 31 de agosto de 2011, fls. 44.
[559] Ofício nº 130/2011, FUNCED, 26 de setembro de 2011. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls.45-77.
[560] Despacho. Autos nº105/2011/PJDPHC/DD. Inquérito civil, 31 de janeiro de 2012, fls. 78-79.
[561] A ação civil pública movida pelo MPE tratava da defesa do patrimônio histórico em face ao Município de Dourados. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls.80-100.

Antes de analisar diretamente a peça processual e a Ação Civil Pública, cabem algumas considerações sobre o relatório da FUNCED, que podem ajudar a esclarecer o porquê de sua instauração meses depois. O diretor-presidente enumerou 11 leis municipais, com comentários específicos acerca de cada patrimônio tombado, com comunicações internas acerca das vistorias solicitadas a diferentes secretarias municipais e um CD, como mídia digital, contendo "fotos atuais dos bens tombados". Afirmou no início do ofício que:

> o Departamento de Cultura realizou vistorias nos bens históricos tombados no Município de Dourados, e foi constatado que os mesmos foram tombados por indicação política, e nas Leis não foram estabelecidos os critérios de conservação e de preservação, nem de datação orçamentária para tal fim, além de não ter seguido as normas estabelecidas pelo IPHAN – Instituto de Patrimônio e Artístico Nacional [sic], que determina: 'o tombamento é uma ação administrativa do Poder Executivo, que começa pelo pedido de abertura de processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Este processo, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação. Caso seja aprovada a intenção de proteger um bem cultural ou natural é expedida uma Notificação ao seu proprietário. A partir desta Notificação o bem já se encontra protegido legalmente contra destruições ou descaracterizações, até que seja tomada a decisão final. O processo termina com a inscrição do Livro Tombo e comunicação formal aos proprietários'. Constatamos também que o município não possui um Livro Tombo. Em relação às árvores foi solicitado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR cópias das vistorias que autorizam o corte de algumas árvores e a avaliação biomecânica (biológica e de engenharia), com referências às condições do entorno, posição de inserção, execução de podas de galhos e raízes, presença de barreiras, exame microscópico do lenho e a ocorrência de fungos apodrecedores, cupins subterrâneos e de formigas [...] Quanto aos bens imóveis nenhum deles recebeu qualquer tipo de serviço de restauração desde o tombamento, apenas foram realizadas limpezas de poda da grama no entorno. A Secretaria de Planejamento não tem previsão para realizar um laudo técnico do estado de conservação de cada bem para a devida restauração por não possuir destinação orçamentária para esse fim no exercício de 201. [562]

Muito embora as leis ou decretos municipais que instituíram ou que tombaram patrimônios culturais em Dourados não passassem de três ou quatro artigos e que pouco ou nada diziam da previsão orçamentária e da preservação desses patrimônios, a Lei

[562] Ofício nº 130/2011, FUNCED, 26 de setembro de 2011. Inquérito civil nº105/2011/PJDPHC/DD, fls.45-46.

Complementar nº 02/90 foi fundamental para determinar a organização, as atribuições e a composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, bem como, critérios para discutir o patrimônio local, considerando o que seria tombado e preservado. A informação prestada pela FUNCED de que o Conselho Municipal não estava formado, sugeriu um aparente desconhecimento da lei complementar que regulamentava seu funcionamento e as práticas municipais acerca do processo de patrimonialização.

Desconhecer ou ignorar a lei complementar não era algo exclusivo da Fundação, mas de outros agentes públicos. Além de um suposto esquecimento, a Lei Complementar nº 02/90 foi engavetada e abriu possibilidades para a utilização do patrimônio cultural em Dourados como instrumento político, com indicações aleatórias e a revelia de vereadores em diversas legislaturas posteriores à aprovação. Desconhecê-la ou ignorá-la fez parte do protocolo de muitos agentes políticos, mais preocupados com as relações cotidianas em que se construíram suas atuações políticas.

A Lei Complementar nº 02/90 estipulava a composição do Conselho através do Colegiado e Secretaria Executiva, a qual caberia o "serviço técnico de estudos e tombamento e o serviço técnico de conservação e restauração", após indicação do Colegiado designado pelo Prefeito Municipal. Caberia ao Poder Executivo Municipal custear a manutenção do quadro de pessoal, [563] prevendo "os recursos destinados a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município [...] em dotação específica no Orçamento do Município" [564]. Assim, a seleção e eleição do patrimônio cultural não estavam dissociadas de sua preservação, pelo contrário, transformar um bem cultural em patrimônio implicava em sua preservação, com previsão orçamentária e equipe técnica para isso.

A criação dos livros tombos, em consonância com as determinações do IPHAN que não foram seguidas, de acordo com o diretor-presidente da FUNCED, estava vinculada ao processo de tombamento, previstos na Lei Complementar nº 02/90. Em um capítulo específico para o tombamento, consta na lei a composição de quatro livros

[563] Cf. Título I, Capítulo I, § 1, II, a. e b. e § 2. Lei Complementar nº 02/90.
[564] Cf. artigo 3 do Título I "Da organização e das atribuições do Conselho" e Capítulo I "Disposições gerais". Lei Complementar nº 02/90.

tombos: o livro tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico, o livro tombo histórico, o livro tombo das Belas Artes e o livro tombo das Artes Aplicadas. [565]

A partir daí, tem-se uma noção de como e qual "patrimônio histórico, cultural e ambiental" de Dourados previa a Lei Complementar nº 02/90, em termos que variavam entre "patrimônio histórico, cultural e ambiental" e "patrimônio histórico e artístico". Não era apenas uma questão de redação, mas de definição do que seria "histórico", "cultural" e "ambiental" em consonância com a LOM. Optar pelo "histórico e o artístico" e, em especial, pela materialidade, não foi apenas uma escolha aleatória, mas de acordo com uma tendência alinhada às práticas do IPHAN durante décadas. [566]

Em meio a contradições e conflitos na elaboração do projeto de lei e da lei complementar aprovada, seleções e recortes foram feitos a partir de entendimentos de agentes políticos envolvidos. Assim, configurou-se como "Patrimônio Histórico e Artístico do Município os bens móveis e imóveis de propriedade pública ou privada, existentes no Município, que dotados de valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico e artístico, justifique o interesse público na preservação" [567]. Dentre o recorte e/ou seleções da proposta de compreensão da lei complementar e da definição para o que constituiria o patrimônio local, há outros recortes diante do que foi considerado e tombado como patrimônio. Mesmo com a lei "desconhecida" ou "negligenciada", os patrimônios culturais estabelecidos seguiram um padrão através das patrimonializações protagonizadas pelo poder público municipal.

As observações feitas pelo diretor-presidente da FUNCED foram esclarecedoras para o MPE constatar que o Município de Dourados não cumpria suas

[565] Cf. o Capítulo II "Do tombamento", e do titulo II "Do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal". Lei Complementar nº 02/90.

[566] No Mato Grosso do Sul são considerados bens tombados de acordo com o Decreto-lei nº25/1937, nível federal – patrimônio material: Conjunto de edificações que compõe o Forte Coimbra (Forte Coimbra), em 31/10/1977; a Gruta do Lago Azul localizada na Fazenda Anhumas e a Gruta Nossa Senhora Aparecida na Fazenda Jaraguá (Grutas de Bonito), em 01/11/1978; o Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá (Casario do Porto de Corumbá), em 28/09/1993; o Complexo ferroviário histórico e urbanístico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 03/12/2009; a Ponte Eurico Gaspar Dutra, em 29/11/2012; o Forte Junqueira (Corumbá) e Muralhas do 6º Distrito naval ou base fluvial de Ladário, incluindo os canhões existentes (15 peças de artilharia) e o lugar onde estiveram sepultados Guia Lopes, Coronel Camisão e o Coronel Juvêncio – vulgo Cemitério de heróis, em 11/06/2015. E, os bens registrados de acordo com o decreto-lei nº 3551 de 04 de agosto de 2000, nível federal – patrimônio imaterial: Modo de fazer da viola de cocho, em 14/01/2005; Ofício dos mestres de capoeira e roda de capoeira, em 15/07/2008 (estendido a todo o território nacional). Ainda segundo informações junto ao IPHAN/MS, em julho de 2017, dois processos estão em andamento, o de tombamento da Loja maçônica Pharol do Norte, em Ladário e o registro do Banho de São João de Corumbá e Ladário.

[567] Título II, "Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", capítulo I, "Da Constituição do Patrimônio". Lei Complementar nº 02/90.

obrigações legais de proteção do patrimônio cultural. Assim, justificou-se a instauração da Ação Civil Pública, pois uma das funções do Ministério Público é a de fiscal da lei. Embora tais obrigações legais ao Município estivessem explicitamente garantidas na Constituição Federal de 1988, na Constituição Estadual, no Estatuto das Cidades, na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº02/90, a existência da lei não garantiu a sua efetividade. O relatório da FUNCED sequer enumerou de maneira clara e concisa o que foi tornado patrimônio cultural em Dourados através de leis municipais, o que deu sustentação para os argumentos do promotor de justiça do MPE na peça processual de abertura da Ação Civil Pública.

No Direito, o patrimônio cultural adquiriu lugar no interior do que se considera "meio ambiente". Segundo Mancuso, "a doutrina brasileira contemporânea está propondo uma interpretação que diríamos 'holística' do conceito de 'meio ambiente'"[568]. Em Dourados, o patrimônio histórico e cultural foi alocado na 11ª Promotoria de Justiça [569] delimitando-o sob o ponto de vista da objetividade do Direito.

A ampliação e abrangência do patrimônio cultural, noção adotada nesta tese, deve ser melhor apreendida e sugere analisar como o patrimônio cultural foi concebido em Dourados através de práticas e representações de agentes sociais e políticos. Neste sentido, pode-se compreender o campo conceitual do patrimônio cultural como um espaço de disputa de representações em que se articulam, contrapõem-se através do poder público, em específico, "o Município de Dourados", representado pela Prefeitura e a Câmara Municipal ou a FUNCED e, por conseguinte, a SEMC, e a 11ª Promotoria de Justiça (MPE/MS) ou a Procuradoria da República (MPF), conforme veremos a seguir.

3.4. A incompletude do patrimônio histórico-cultural e a judicialização

A Ação Civil Pública permite compreender os dilemas criados por políticas culturais e patrimoniais imprecisas, controversas e descontínuas no tocante ao patrimônio local. Em "defesa do patrimônio histórico" agiu o MPE através do promotor de justiça Paulo César Zeni, da 11ª Promotoria de Justiça de Dourados, em 31 de janeiro

[568] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. Cit. 2002, p.21.
[569] Informações disponíveis em <http://www.mpms.mp.br/promotorias/dourados/11a-promotoria-de-justica-de-dourados> acesso em 19 fev. 2016.

de 2012, “em face” ao Município de Dourados e a então FUNCED junto à 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados, Mato Grosso do Sul. “Razões fáticas e jurídicas” justificaram a propositura da ação e demonstraram parte do processo de operação do Direito e sua instrumentalização. Diante do embate entre o MPE e poder público municipal, aqui entendido como embate político-jurídico, problemas referentes ao patrimônio histórico e cultural douradense permearam a questão.

Na petição inicial para a ação, Zeni pontuou elementos ao longo de dezenove páginas, como informações e esclarecimentos acerca do desencadeamento da Ação Civil Pública; atribuições e competências do MPE, junto ao MP e ao Judiciário; definições do patrimônio histórico (ora histórico-cultural) no Direito e em leis articuladas ao poder público municipal, estadual e federal; “postura” do município de Dourados e da FUNCED; a “doutrina do Direito” e casos de jurisprudência; pedido para que a ação fosse “autuada e processada” requerendo que o município de Dourados e a FUNCED fossem citados e condenados a “obrigações de fazer e de não fazer”.

A abertura da Ação Civil Pública trouxe em anexo cópia do Inquérito Civil e um conjunto de documentos que constituíram a feitura do IC e da ACP, como editais, portarias, notificações, ofícios, recurso de apelação, mandados de citação, intimação, certidão de registro de sentença, publicação de relação, de recurso de prazo, de remessa de autos ao TJ/MS, vistos, termos de vistas, de conclusão, de distribuição, de juntada de mandado, despachos, leis municipais criadas em diversas gestões político-administrativas, comunicações internas (CIs) entre diferentes órgãos do munícipio, relatórios e pareceres.

Entre a propositura da ação, em 2012, até o seu arquivamento em meados de 2014 [570], além da substituição do promotor de justiça Paulo César Zeni por Ricardo Rotunno, a ação tramitou na Comarca de Dourados em primeira instância. Esgotados recursos e decisões, o MPE apresentou apelação ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS) em segunda instância, deslocando o julgamento do recurso à Capital Campo Grande. Após parecer do TJ/MS favorável ao MPE, a ação retornou à Comarca

[570] Esta ação em específico foi arquivada em 06 de agosto de 2014 e constam 359 folhas. Está disponível no *site* do TJ/MS (www.tjms.jus.br/esaj), mas o acesso à ação em si, é restrita a advogados. A ação digitalizada pode ser obtida via requerimento ao MPE e em deferimento positivo (por despacho do promotor responsável), é fornecida a cópia digital. Ou então, cópias impressas, conforme o caso, mediante a reprodução de cópias, a serem pagas pelo interessado, no setor de reprografia, localizado dentro do próprio MPE.

de Dourados. O "pedido de vistas" do MPE à 6ª Vara Civil da Comarca de Dourados foi analisado pelo juiz José Domingues Filho, que o julgou "improcedente" em 11 de junho de 2012 [571], e o MPE encaminhou recurso de "apelação" ao TJ/MS, em 2 de julho de 2012. Deste, o parecer favorável, por unanimidade, concedido pela 5ª Câmara Civil do TJ/MS, em 23 de maio de 2013, condenou o Município de Dourados [572]. Isso fez com que a ação retornasse a 6ª Vara Civil da Comarca de Dourados, em 23 de julho de 2013. Daí o MPE requereu a intimação do Município de Dourados a cumprir o acórdão e, logo após a ação foi arquivada, em 6 de agosto de 2014.

A leitura da fonte histórica, neste caso, da Ação Civil Pública, em suas peculiaridades, não pode se restringir ao universo em que está vinculada, em particular, a própria ação ou a prática jurídica. As ausências, os pontos obscuros, as entrelinhas são imprescindíveis para a compreensão da fonte que se quer analisar. Além disso, a fonte em si não explica todo o processo histórico em que está inserida, mas pode auxiliar na compreensão de um contexto amplo, "cruzando-a" com "outras informações e documentos", estabelecendo problemáticas que se constroem de maneira dinâmica e, que, ao mesmo tempo, está atrelada a produção historiográfica e ao "campo social" [573].

No que tange o trecho "dos fatos", na petição inicial, cinco pontos foram destacados pelo promotor de justiça Paulo César Zeni: o primeiro referiu-se à "instauração do inquérito" no tocante ao "estado de conservação" e "as medidas necessárias à preservação do patrimônio histórico e cultural douradense"; o segundo, a "realização de pesquisa na base legislativa municipal" e a obtenção da "relação de leis municipais que cuidam da proteção do patrimônio histórico e cultural já declarada pelo Poder Legislativo municipal"; o terceiro, à requisição à FUNCED da relação de bens tombados em Dourados, os livros tombos, as vistorias e a "composição do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural", bem como cópias de pautas de reuniões; o quarto, às informações "parcialmente enviadas" e, por conseguinte, "complementadas", das quais o promotor apontou para o "descaso da municipalidade em realizar a obrigação que lhe é imposta por Lei" [574]; e o quinto, ao papel do

[571] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002. fls. 162-163.
[572] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.197-212.
[573] Idem, p.137.
[574] Este ponto foi o mais extenso. Nele foram mencionadas a "relação incompleta" dos bens protegidos pela legislação municipal, o não funcionamento do Conselho, nem a existência dos livros tombo, nem a previsão orçamentária para a realização de despesas com a manutenção e restauração dos bens elencados,

Ministério Público "em fazer cumprir a lei" em defesa do "patrimônio histórico do Município" e da "memória douradense" diante do risco e da ameaça de desaparecimento. [575]

No parágrafo final de "dos fatos", o promotor de justiça destacou os envolvidos diretamente na Ação Civil Pública: de um lado, o Ministério Público e, do outro, o Município de Dourados e a FUNCED. A defesa do MPE pautou-se em interesses e direitos ligados à memória, história e cultura locais, "materializada" em bens culturais específicos, considerados relevantes por terem sido tombados e que, por isso, representavam os douradenses. Ainda, o embate político-jurídico atentava para outras "ameaças de desaparecimento", alertando sobre o "sumiço" de determinados bens culturais. [576] Portanto, o promotor de justiça do MPE buscou através da petição inicial legitimar a abertura da Ação Civil Pública.

A justificativa em propor a Ação Civil Pública abordou o percurso feito desde o IC nº105/2011/PJDPHC/DD, que visou "a pesquisa na base legislativa municipal" e que as leis municipais "[...] permitem identificar quais foram os bens cuja importância histórica e cultural já foi declarada pelo Poder Legislativo municipal" [577]. O promotor de justiça ressaltou que foram requisitados elementos específicos à FUNCED e que as informações "foram parcialmente enviadas e complementadas". Segundo Zeni, "a relação de bens tombados do patrimônio histórico e municipal da FUNCED estava incompleta [...] omitiu bens protegidos [...] de modo que a Fundação Municipal sequer sabia informar a lista completa de bens protegidos pela legislação municipal" [578]. Em relação ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, criado pela Lei Complementar nº 02/90 "[...] tal órgão foi simplesmente abandonado [...] haja vista que ele não se encontra instalado e não há sequer previsão de medidas para a sua formação" [579]. Sobre os livros tombos já estipulados na Lei Complementar nº 02/90, a promotoria observou que "[...] o MUNICÍPIO DE DOURADOS não criou tais livros até a presente data e, por conseguinte, jamais providenciou a regular inscrição de seu patrimônio histórico através de procedimento

---

cita ainda o caso "das figueiras" e o "marco de cimento" que estão comprometidos, sem visibilidade ou então que não foram encontrados.

[575] "Dos fatos". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.2-4.

[576] Idem, ibidem.

[577] 2. "dos fatos". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 02.

[578] 4.a. "dos fatos". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 03.

[579] 4.b. "dos fatos". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 03.

determinado pela legislação" [580]. No tocante às vistorias solicitadas e realizadas "[...] evidenciaram o descaso da municipalidade em realizar a obrigação que lhe é imposta por Lei, haja vista que sequer há planejamento em Lei Orçamentária para a realização de despesas com manutenção e restauração dos bens elencados [...]" e "[...] não há sequer qualquer placa que os identifique como patrimônio histórico tombado [...]" [581].

Para o promotor de justiça, o Município de Dourados deveria responder judicialmente não só pelas "normas legais e constitucionais", mas "pela responsabilidade que ele tem pelo patrimônio histórico do município, pela memória e pela cultura local", diante da possibilidade de perda ou de desaparecimento de determinados bens considerados como patrimônio do município. Sendo assim, foi destacado que:

> Se nada for feito para a preservação do patrimônio histórico do Município, corre-se o risco de as futuras gerações conhecerem essa preciosa memória douradense apenas de ouvir falar, pois o Município de Dourados tem omitido a realização dos atos indispensáveis à preservação dos bens tombados e alguns deles correm o risco de **perecer** tal como **já ocorreu** com o Marco de Cimento tombado pela Lei Municipal nº 1.621, de 07 de junho de 1990, que espantosamente **desapareceu sem deixar vestígios**. [...] À luz do exposto, tendo em vista que o desaparecimento desses bens representativos de aspectos tão relevantes da história douradense, além de implicar num empobrecimento da cultura local, contraria, ainda, as normas legais e constitucionais que determinam a proteção dos bens dotados de valor artístico ou cultural, cumpre ao Ministério Público valer-se desta ação civil pública para pleitear, perante o Poder Judiciário, que o Município de Dourados e a sua fundação de cultura, a FUNCED, sejam impelidos a dar cumprimento ao dever jurídico que lhes foi atribuído e que, até o presente momento, tem sido gravemente claudicado. [582]

A narrativa do Ministério Público se direcionou para a responsabilização do Município de Dourados, em específico, com base nas leis municipais homologadas e que, por sua vez, foram omitidas, esquecidas ou não cumpridas pelo poder público municipal. Neste caso, o MPE, através dos promotores de justiça Paulo César Zeni e Ricardo Rotunno, buscou fazer valer, para além da fiscalização da lei, o papel do MPE como defensor da sociedade douradense. Os argumentos pautaram-se no descaso ou na omissão da municipalidade diante das várias leis que garantiram o tombamento do

[580] 4.c. "dos fatos". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 03.
[581] 4. d. e. "dos fatos". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 03-04.
[582] 4.f. e 5. "dos fatos". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 4 Grifos do original.

patrimônio local, embora a preservação não fosse citada na lei em si e nos projetos de lei, sendo apenas categorizada na Lei Complementar nº02/90, pelo quesito "tombar-preservar". Além disso, o MPE defendeu a importância da "[...] preservação da memória, da identidade histórica e dos referencias culturais [...]" [583] como qualquer outra área a ser atendida pelo Município.

Observa-se que no embate político-jurídico o MPE quando provocado, analisou os "atos de governo" [584]. Logo, a pretensão do MPE foi enfocar "[...] de modo objetivo o cumprimento de normas municipais de natureza cogente, ou seja, que hão de ser obrigatoriamente executadas pela administração e que não deixam qualquer margem de liberdade ao agente público, mesmo porque ele se submete precipuamente ao princípio da estrita legalidade e só pode fazer o que a lei expressamente autoriza" [585].

Ao tratar de garantias legais e constitucionais, de obrigação do Munícipio em cumprir o que lhe compete, no tocante ao patrimônio foram referenciados os artigos e incisos nº 23, 30 e 216 da Constituição Federal [586], o artigo 222 e incisos da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul [587], o artigo 2 e incisos do Estatuto das Cidades [588], o artigo 6 da Lei Complementar nº 02/90 que aborda os livros tombo em específico [589], o artigo 14 e incisos da Lei Orgânica Municipal [590], a Lei Complementar nº 02/90 reforçada por ter sido "criada há mais de vinte anos" e que houve omissão do Município em fazê-la cumprir. [591] Além disso, foram incluídas referências bibliográficas e de jurisprudência.

A petição inicial da Ação Civil Pública, composta pelos itens "Dos Fatos", "Do Direito" e "Do Pedido", trouxe o que deveria ser feito pelo poder público municipal, segundo o MPE. Em "Do Pedido", as "obrigações de fazer" e "obrigações de não fazer", esclareceu o que caberia ao Município de Dourados e a FUNCED, conforme constam entre as folhas 17 e 18:

[583] 2. 7. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 5.
[584] 2. 17 e 18. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 11.
[585] 2. 19. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 11-12.
[586] 2. 9. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 6-7.
[587] 2. 10. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 8.
[588] 2. 11. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 8.
[589] 2.12. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 8-9.
[590] 2. 14. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 9-10.
[591] 2. 15 e 16. "Do Direito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.10-11.

> [...] a instituição dos Livros de Tombo previstos pela Lei Complementar Municipal nº 02/90, bem como a obrigação de inscrever mediante adequado procedimento administrativo, em tais livros, todos os bens cujo valor histórico e cultural para Dourados já foram legalmente declarados, conforme relação que segue:

	Lei Municipal	Bem histórico
1	Lei n. 1293/1984	Figueira da Av. Aniz Rasselen, jardim Tropical e Figueira da Rua Albino Torraca entre a Av. Marcelino Pires e Weimar Torres.
2	Lei n. 75/1985	Figueiras localizadas na Rua João Cândido Câmara (entre as ruas João Vicente Ferreira e Oliveira), na Av. Presidente Vargas (entre a Marcelino Pires e Onofre Pereira de Matos) e na Rua João Rosa Góes (entre Joaquim Teixeira Alves e Cuiabá).
3	Lei n. 1443/1987	Cruzeiro – marco do início da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.
4	Lei n. 1.600/1989	Casa de Madeira no Distrito de Vila São Pedro.
5	Lei n. 1.621/1990	Marco de Cimento.
6	Lei n. 2.009/1996	Estação Ferroviária do Itahum
7	Lei n. 2.571/2003	Figueiras da RuaVlademiro Muller do Amaral.
8	Lei n. 2.764/2005	Jequitibá da Rua A-5 no Parque dos Jequitibás
9	Lei n. 3.336/2010	Seringueira da Rua dos Missionários
10	Lei n. 3.373/2010	Escola Geraldino Neves Correa, no Distrito de Picadinha.
11	Lei n. 3.386/2010	Duas figueiras na Av. Presidente Vargas
12	Lei n. 3.395/2010	Feira Livre de Dourados

> [...] em fiscalizar, conservar e preservar os bens descritos no quadro acima, assim como outros bens históricos e culturais que vierem a ser incluídos legal ou administrativamente ao acervo histórico e cultural municipal, realizando todos os atos necessários para impedir que referidos bens venham a perecer, descaracterizar-se ou desaparecer (excetuando-se, neste último caso, o 'Marco do Cimento', haja vista que ele já se encontra desaparecido), bem como em obrigação de afixar placas ou sinais de identificação junto aos referidos bens, dando publicidade e conhecimento público da proteção legal a que são submetidos;
> [...] na instalação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, atendendo às determinações da Lei Complementar Municipal nº 02/90 em sua composição e funcionamento (...).

Vale observar que a Usina Filinto Muller não foi citada na relação, pois era objeto de outra Ação Civil Pública, a qual será analisada brevemente, haja vista que a inserção do MPE na contenda do patrimônio cultural local iniciou-se através de representações de patrimônio, materializadas na mobilização pela preservação/revitalização da Usina Filinto Muller na década de 1990. Cabe frisar que, em 2011, entre apenas dez dias o promotor de justiça, Paulo César Zeni, abriu uma Ação Civil Pública referente apenas a Usina Filinto Muller e publicou a portaria sobre a

abertura do IC nº105, em que solicitou a apuração do "estado de conservação do patrimônio histórico e cultural, bem como verificar as providências praticadas para a proteção desses bens".

Neste sentido, como apontou Arantes, através do Inquérito Civil "[...] os promotores e procuradores têm nas mãos um poderoso instrumento de investigação, no curso da qual eles reúnem informações rumo à propositura da ação e, às vezes, utilizam-no como forma de pressão para soluções extrajudiciais dos conflitos. Cabe lembrar que, a ação civil pública pode ter seu "embrião", inicialmente "por um fato que pode causar dano", e ser motivada "de ofício" por vontade do promotor ou "provocação" de outrem, como através de denúncia e representação. [592]

Como visto no capítulo anterior, *O Progresso* deu cobertura veemente ao descaso, o abandono e as reivindicações para a preservação/revitalização da Usina Velha por instituições, agentes e grupos sociais, incluindo o MPE. Dentre várias patrimonializações realizadas pelo poder público municipal desde a década de 1980, o promotor de justiça Helton Fonseca Bernardes esboçou o papel legítimo do Ministério Público, no dever de zelar pelo patrimônio histórico, referenciando a Constituição Federal, a Lei Orgânica Nacional do MP e a Lei que disciplina a ação civil pública. A partir disso, sua narrativa "dos fatos" mencionou aspectos importantes acerca dos motivos para a abertura daquela ação civil pública. De acordo com o promotor

> em 1990, Maria Helena Isidório de Oliveira, 'Heleninha', que nasceu e cresceu vendo a beleza da Usina, e preocupada com sua deterioração e consequente perda no tempo, escreveu o livro Memórias, onde fazia um apelo ao Poder Público para que a resgatassem. Ousada, imaginou como Bosque e a Casa da Cultura de Dourados. E foi com a publicação de 'Memórias' que o vereador Carlos Roberto Cristino de Oliveira, se motivou a apresentar, um ano depois, o projeto de Lei com a proposta de tombamento da Usina como patrimônio histórico. Através do projeto de Lei 040/91, proposto pelo então Vereador, a Usina foi finalmente tombada como patrimônio histórico de Dourados, o que se deu através da promulgação da Lei 1694 de 15 de julho, para que se resguardasse um dos poucos patrimônios que ainda contam sua história. Mesmo com a desapropriação, o Poder Público nada fez desde então, sendo notório seu descaso para com a recuperação da Usina, refletindo-se no péssimo estado em que se encontra. A falta de atenção foi tanta que o próprio jornal local manifestou a preocupação das pessoas, publicando em 1995, uma matéria que fala da pobreza do município em termos do patrimônio

[592] ARANTES, Rogério B. Op. Cit. 2002, p. 73.

> histórico [...] em 1996, uma nova matéria expressando um sentimento de perda e de espanto diante do esquecimento do povo douradense com tão importante monumento de sua história [...] em 1998, novamente o jornal local chama atenção do Poder Público para o estado da Usina, onde descreve uma obra desgastada pelo tempo, sujeito a desmoronamento [...] Certa de que o Município não se interessava pela restauração e recuperação de seus valores, 'Heleninha' resolveu socorrer-se desta Promotoria para ver reconstituído aquele bem que tanto expressa Dourados, a Usina Filinto Muller, apresentando denúncia contra o Poder Público, conforme a previsão do art. 6º da Lei 7.347/85 [...] em atenção ao pedido da denunciante, como cidadã douradense que é e à importância do bem de que se trata, esta Promotoria resolveu apurar os fatos, o que motivou a propositura da presente ação. [593]

O promotor de justiça atendeu a denúncia feita por Heleninha e para legitimar a extensa peça judicial, mencionou e anexou várias notícias publicadas pelo "jornal local", *O Progresso*. O MP, como representante dos interesses da sociedade, representados ali pela figura de Heleninha e pela atuação do periódico, responsabilizou o Município pela "recuperação" da Usina. O poder público municipal não poderia mais "permanecer estático diante da ruína da Usina", nem ser "omisso" ou se "eximir de sua obrigação". Quanto ao patrimônio, menciona-se apenas o tombamento e na ausência de um projeto para a recuperação da Usina, a própria Prefeitura Municipal contribuía para a ruína e, portanto, deveria ser responsabilizada. Considerada como resquício da história local, não poderia ser esquecida e nem abandonada, pois representava não só um patrimônio histórico, mas um monumento que deveria ser recuperado, restaurado.

Ainda segundo o promotor de justiça, a Usina Velha representava a história e a memória do município e, portanto, um direito, que deveria ser garantido

> A 'Usina Velha' é um bem cultural de grande valia para a memória do município, é um patrimônio que reflete a história de um povo, por isso tombado como tal, tendo assim o direito, constitucionalmente garantido, de ser preservado, resguardado e recuperado, cabendo ao município promover sua preservação e restauração [...] a finalidade de se promover o tombamento de um bem, declarando-o de valor histórico, deve-se à necessidade de preservar este patrimônio possibilitando que a memória local seja repassada às futuras gerações, pois somente desta forma pode-se contribuir para a manutenção de uma cultura local. [594]

[593] IC nº093/2008, vol I, fls. 24-26.
[594] IC nº093/2008, vol I, fls. 29 e 30.

A peça processual da Ação Civil Pública foi encerrada com o promotor de justiça requerendo que o Município de Dourados seja obrigado a fazer "um projeto para a revitalização completa da Usina Filinto Muller, reparando toda a sua estrutura física de forma que possibilite a sua utilização para fins culturais" [595]".

Em 2004, a promotora de justiça Cristiane Amaral Cavalcante reiterou o papel do MP, o descaso do poder público municipal e a importância da Usina. Segundo a promotora

> o Ministério Público ajuizou a presente Ação Civil Pública com obrigação de fazer em face da Prefeitura Municipal. Teve início em decorrência das conclusões do Inquérito Civil nº 002/01 que versou sobre a situação de abandono em que se encontrava a Usina Filinto Muller, Patrimônio Histórico do Município de Dourados, conhecida como Usina Velha, situada às margens do Córrego Laranja Doce, construída entre os anos de 1943 e 1946, tendo destacada sua importância por ser a pioneira em gerar energia para Dourados [...] nos casos de ocorrência de danos patrimoniais e morais causados a bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como qualquer outro interesse difuso e coletivo é cabível ação civil pública. Tal ação tem por fim a proteção ao patrimônio público e social, em cuja categoria se subsume o patrimônio cultural [...] no caso em testilha a Usina Filinto Muller constitui um bem de grande valia para a memória do município, é um patrimônio histórico do povo de Dourados, a ser preservado, resguardado, recuperado, cabendo ao município promover a preservação e restauração" [596].

O poder público municipal, por sua vez, respondeu ao MPE, através da advogada geral do município, Jovina Nevoleti Correia, em 31 de maio de 2004, afirmando que havia realizado obras de reparo na chaminé da Usina Velha, de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais entre as ruas em conjunto com o fundo de vale que dão acesso a Usina Velha. Além disso, periodicamente desenvolvia serviços de capina, raspagem, roçadas e coleta manual de entulhos e que o Município também havia providenciado o projeto para a revitalização da Usina Velha. Correia solicitou então a improcedência da ação das "obrigações a fazer", tendo em vista que os "problemas apontados pelo MPE foram solucionados pela Administração Municipal"[597]. O Juiz da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados, José Domingues Filho, julgou

[595] IC nº093/2008, vol I, f. 35.
[596] IC nº093/2008, vol I, fls.17 e 19.
[597] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, fls.32-34.

procedente o pedido da advogada geral do município e arquivou a Ação Civil Pública em 12 de abril de 2005. [598]

Anos depois, em 2009, o promotor de justiça Paulo César Zeni, representando a 11ª Promotoria do MPE, transformou em IC o procedimento preparatório de 2008, que buscava apurar o mesmo objeto dos procedimentos anteriores: "o estado de conservação da Usina Filinto Muller – 'Usina Velha' -, patrimônio histórico e cultural, tombado pela Lei Municipal n. 1694, de 15 de julho de 1991". Além de oficiar e notificar o Município de Dourados, solicitando cópias dos projetos de revitalização realizados pelas arquitetas Ana Luiza de Ávila Lacerda e Júlia Leika Ohara, datados de 2003, solicitou vistoria e elaboração de laudo junto ao Departamento de Apoio às Atividades em Execução (DAEX), órgão interno do MPE que iria apurar o estado de conservação, bem como as medidas adotadas para solucionar os eventuais problemas detectados. Requereu também o desarquivamento dos autos da Ação Civil Pública de 2002, encerrada em 2005. [599]

Apoiando-se no relatório feito pelo DAEX, solicitado por ele mesmo em 2008, Zeni abriu a Ação Civil Pública em 19 de julho de 2011, assim relatando:

> [...] foi requisitada pela promotoria do patrimônio histórico e cultural da comarca de Dourados a realização de vistoria pelo Departamento de Apoio às Atividades de Execução do Ministério Público – DAEX -, cujo relatório, encartado a f. 452-517 aos autos do inquérito civil, conclui que, apesar de haver dois projetos para a recuperação deste patrimônio histórico, até o presente nada de concreto foi feito para restaurar o aludido imóvel, cujo valor histórico é incontestável, mas que caminha para a ruína. [600]

Em meio a trechos do referido relatório, o promotor de justiça denunciou o abandono da Usina Velha e que o poder público municipal apenas "limitou-se a editar Lei declarando o seu tombamento, mas se omite deliberadamente em preservar" [601]. Referenciando a existência de ação civil pública arquivada em virtude de que o Município "teria espontaneamente iniciado a restauração do prédio", o promotor foi incisivo ao afirmar que "a situação de abandono do imóvel persiste até hoje" [602].

[598] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, fls. 35-36.
[599] IC nº093/2008, vol I, f. 10.
[600] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, f. 2.
[601] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, f. 4.
[602] Idem, ibidem.

Portanto, caberia ao poder público municipal, responsável direto pelo tombamento do bem, agir para a sua preservação. Na peça processual o patrimônio é histórico-cultural e

> a preservação da memória, da identidade histórica e dos referenciais culturais constitui a ação social tão importante quanto qualquer outra a ser atendida pelo poder público, porquanto possibilita a transferência a gerações futuras de informações acumuladas acerca da cultura, política, desenvolvimento urbano e industrial, indispensáveis para a compreensão de acontecimentos atuais e futuros. [603]

O promotor de justiça ainda citou que no ato do tombamento da Usina Velha previu-se restauração do prédio pelo próprio poder público municipal, transformando-o no Museu de Dourados, porém, "nada de efetivo foi feito nesse sentido" [604]. Assim, indicou a "necessidade de submissão do projeto de restauração à apreciação da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul" [605] e solicitou a "obrigação de fazer" por parte do poder público municipal em restaurar "o imóvel denominado Usina Filinto Muller – Usina Velha, respeitando-se todas as características que conferem valor histórico ao bem, de acordo com o projeto previamente aprovado pela Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul" e como "obrigação de não fazer" consistindo em "não destruir, demolir e não mutilar o imóvel objeto desta ação" [606]. O Município deixou de apresentar contestação [607] e a ação se estendeu ao TJ/MS e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2011, outro inquérito civil foi instaurado em desfavor do Município. Nele, Paulo César Zeni buscou a apuração do estado de conservação dos bens integrantes do acervo histórico tombado pelo Município de Dourados, bem como compreender as medidas necessárias à preservação do patrimônio histórico e cultural douradense. A partir de pesquisa na base legislativa, o promotor de justiça afirmou que foram inventariadas inúmeras leis municipais que cuidam da proteção do patrimônio histórico. A importância histórica e cultural de vários bens culturais foi declarada pelo Legislativo Municipal. Por sua vez, buscaram-se informações junto a FUNCED sobre a relação dos bens tombados, a localização e as respectivas leis municipais juntamente com a

[603] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, f. 5.
[604] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, fls. 7 e 8.
[605] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, fls. 9-11.
[606] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, fls. 11 e 12.
[607] Ação Civil Pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002, f. 164.

realização de vistoria. Por fim, buscou-se a cópia do livro tombo e a composição atual do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Segundo o promotor de justiça, a FUNCED informou parcialmente as solicitações realizadas pelo MP e, portanto, instaurou-se a Ação Civil Pública em 31 de janeiro de 2012. Nesta ACP o Município de Dourados e a FUNCED se manifestaram de maneira extensiva, assim como o MPE, em virtude da amplitude de seu objeto.

Na tramitação da ação na 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados, por parte do MPE, além da petição inicial que abriu a proposta de Ação Civil Pública, anexou-se o Inquérito Civil nº105/2011. Nele, além das solicitações feitas pelo MPE ao Município de Dourados, prefeito municipal e diretor-presidente da FUNCED, constaram ofícios, leis municipais, relatórios, comunicações internas, entre outras "provas" e "informações", subsídios para o esclarecimento, convencimento e a interpretação a ser realizada ao longo do rito processual da Ação Civil Pública.

Na primeira manifestação do Município de Dourados ao "excelentíssimo juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados", observa-se que a defesa do Município foi realizada pelos procuradores do município Rosely Debesa da Silva e Antônio Marcos Marques, em 20 de abril de 2012. A peça redigida, para além de breve relato, foi acompanhada de uma espécie de "desqualificação" da Ação Civil Pública, pautando-se na "ausência de interesse processual" e na "ilegitimidade de parte".

Quanto ao "mérito" da ação, os procuradores do Município acrescentaram um ofício encaminhado por Carlos Fábio Serlhost dos Santos, em 14 de abril de 2012, justificando a atuação do poder público municipal diante da deflagração da Operação Uragano, da ocorrência de novas eleições até a posse de Murilo Zauith, em 2011, bem como a criação da SEMC, desmembrada da FUNCED. O secretário de cultura estipulou prazos para o cumprimento de medidas que seriam adotadas pela SEMC. Ainda foi acrescentado cópia do projeto encaminhado ao Ministério do Turismo para a "revitalização do Cruzeiro e Construção do Museu da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – MS" e um inventário produzido pelo curso de Bacharelado em História, da UFGD, que tratava da "Usina Velha".

É importante não só observar os efeitos e as contradições das práticas e dos discursos em meio à atuação do MPE em Dourados, buscando compreender para além do percurso das práticas jurídicas ligadas à arquitetura do Direito, o embate político-

jurídico, entre MPE e poder público municipal, constituído por grupos e sujeitos vinculados às instituições e por citados e convocados a se manifestar, direta ou indiretamente, sobre o patrimônio histórico e cultural na cidade.

No ofício de Carlos Fábio Serlhost dos Santos, o Município de Dourados sugeriu que, num prazo de dois anos iria estabelecer vínculo com as universidades, fazendo referência aos cursos de História, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), de Turismo, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e de Arquitetura, do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). Respeitadas as especificidades de cada curso, o poder público municipal através da Secretaria Municipal de Cultura, apresentou uma concepção de patrimônio a ser "pensada e posta em prática" em Dourados. O curso de Bacharelado em História foi indicado como responsável pelos inventários, o de Turismo pelos museus e o de Arquitetura pelos bens imóveis.

Além disso, o poder público fez referências a recursos financeiros aprovados para a construção do "Museu da CAND", com previsão de execução, entre 2011 e 2016. O Museu estava projetado próximo ao Cruzeiro da estrada que liga Dourados e Indápolis, que representava como "marco oficial" o início da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Vale lembrar que o Cruzeiro foi tombado pela Lei Municipal nº 1443, em 21 de outubro de 1987, sendo restaurado em meio à construção do museu.

Em se tratando da citação dos cursos universitários, cabem maiores informações, pois ao longo da Ação Civil Pública não foram mais mencionados. Pode-se interrogar se houve a participação dos cursos, assim como outras instituições, no decorrer da ACP e após o arquivamento. Ainda, são desconhecidas "parcerias" por meio da Secretaria Municipal de Cultura entre as universidades e o poder público, com tímida atuação de representantes na (re) composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, a partir da reformulação da Lei Complementar nº 02/90, em 2013.

A manifestação do MPE sobre a defesa feita pelo Município de Dourados ocorreu em 30 de abril de 2012. Além do breve relato feito pelo promotor de justiça Ricardo Rotunno, as "alegações preliminares" pautaram-se numa defesa processual, baseada no "interesse do Ministério Público" e na "(i)legitimidade passiva da FUNCED". Quanto ao "mérito", o promotor foi enfático:

> na peça de defesa o Município não refutou o mérito da causa, se atendo a dizer o que fez até a presente data para preservar o patrimônio histórico e cultural douradense, e solicitou prazo para cumprimento das obrigações de fazer decorrentes da lei. Então, o Município de Dourados se sucumbiu ao pleito do Ministério Público, o que afasta qualquer embate sobre o mérito da causa. [608]

Entre outras considerações dispostas na conclusão, Rotunno defendeu que o Município de Dourados fosse condenado nas "obrigações de fazer", "nos prazos que esse Juízo entender razoável" [609].

Prosseguiu-se o embate político-jurídico e o rito processual da Ação Civil Pública saiu do âmbito do MPE e da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados, havendo recurso de apelação ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande.

Após recurso de apelação ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, [610] o desembargador Vladimir Abreu da Silva defendeu a "[...] reforma da sentença para que seja julgada procedente a ação" [611], em 3 de abril de 2013. Em 23 de maio de 2013 foi proferido acórdão, cabendo prazo menor que o sugerido pelo município e multa em caso de descumprimento. [612]

Assim, a partir da ciência do acórdão, no tocante ao que ficou determinado, o MPE intimou o Município de Dourados, em 23 de julho de 2013, para cumprir o determinado:

> a) de em 30 (trinta) dias, adotar as providências emergenciais atinentes à preservação das espécimes arbóreas já tombadas pelas leis municipais e que correm o risco de perecimento devido à falta de condições fitossanitárias; b) de em 45 (quarenta e cinco) dias, afixar placas ou sinais de identificação dos bens já tombados; c) de em 90 (noventa) dias, instalar o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, de acordo com determinação já existente na Lei Complementar Municipal nº 02/90; d) de em 120 (cento e vinte) dias, instituir os livros Tombo previstos na referida Lei Complementar, assim como a inscrição de todos os bens cujo valor histórico e cultural para Dourados já estejam legalmente declarados e, e) de imediatamente fiscalizar, conservar e

[608] 3. "Quanto ao Mérito". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.156-157.
[609] 4. "Conclusão". Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 157.
[610] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.167.
[611] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.205.
[612] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 207-211, 212.

> preservar os bens objetos desta ação, não destruindo ou mutilando, exceto nas hipóteses legalmente previstas, sob pena de responsabilidade. [613]

O não cumprimento dos prazos mencionados resultaria no pagamento de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais), "[...] sem olvidar da apuração da responsabilidade acima mencionada" [614]. Nesse contexto, em 30 de setembro de 2013, a Procuradoria Geral do Município encaminhou ao juiz de direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados informações pautadas em comunicação interna do secretário municipal de cultura, Carlos Fábio Serlhost dos Santos, incluindo-a como anexo, entre outros documentos, sobre o cumprimento do acórdão e buscando dilação de prazo para a efetivação do acórdão. Os procuradores José Roberto Carli e Alessandro Lemes Fagundes esclareceram que:

> a) as espécimes arbóreas já tombadas por lei recebem constantes podas de limpezas e estão em boas condições fitossanitárias; b) após processo licitatório, já estão sendo confeccionadas todas as placas de identificação para os bens tombados, vide CI. nº 269/2013 dirigida pelo Secretário de Cultura ao Secretário de Governo, cópia em anexo, requisitando providências urgentes para confecção das placas de identificação; c) A lei que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados está sendo adaptada, já tendo sido encaminhada à Câmara Municipal através do projeto de Lei nº 18/2013-PGM, cópia em anexo, estando a mesma na eminência de ser deliberada; d) o livro Tombo já foi instituído e os bens tombados estão sendo nele registrados, vide Termo de Abertura em apenso; e) Administração Municipal está buscando verbas federais através de convênios para possibilitar a restauração dos bens tombados, sendo que um projeto já foi aprovado para restauração do monumento denominado 'Cruzeiro', representativo da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, tendo uma parte do convênio sido liberado e as obras já estão em andamento. Além da preservação do 'Cruzeiro', o local contará com um museu, uma loja de artesanato, estacionamento e um receptivo para turistas. [615]

Feito isso, os procuradores requereram o "[...] prazo de 90 (noventa) dias para apresentação da Lei Complementar que trata da Preservação do Patrimônio Histórico,

[613] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 218-219.
[614] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 219.
[615] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 232-233.

Cultural e Ambiental de Dourados, bem como para comprovação da fixação das placas de tombamento nos bens tombados" [616].

Interessante notar que a Lei Complementar e suas alterações, na manifestação do promotor de justiça do MPE, Ricardo Rotunno, em 7 de outubro de 2013, sobre a petição e documentos encaminhados pelo Município de Dourados, dos prazos e das solicitações de cumprimento feitas no acordão, reforçou que a instalação do Conselho não foi cumprida e que "[...] porquanto a informação de mudança de legislação, por si só, não conduz a adimplência do dever" [617].

Contudo, o MPE concordou com o pedido de dilação de prazo, reiterando que o Município de Dourados

> [...] apresente documento subscrito por profissional capacitado para comprovar as condições fitossanitárias das espécimes arbóreas, bem como fotografias e relatório comprovando a instalação das placas ou sinais de identificação dos bens já tombados; a instalação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados; e a inscrição efetiva de todos os bens de valor histórico e cultural já declarados legalmente. [618]

Em 20 de fevereiro de 2014, o MPE intimou o Município de Dourados para "comprovar o cumprimento das obrigações do objeto de acordão". Em 23 de maio de 2014, seguiu-se ofício à promotoria de justiça esclarecendo o cumprimento de acórdão[619] e ao juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados, com destaque aos documentos comprobatórios das "providências emergenciais de proteção e preservação de espécimes arbóreas tombadas pelo Município"; das "placas ou sinais de identificação dos bens tombados"; da "criação e instalação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados" e da "instituição do Livro Tombo". Os procuradores do município Alessandro Lemes Fagundes e José Roberto Carli destacaram que a Lei Complementar nº 02/90, que criou o Conselho Municipal, recebeu adaptações e "que os conselheiros indicados já foram empossados", conforme cópia da Lei Complementar nº 232/2013, de 11 de dezembro de 2013, publicada em Diário Oficial do Município nº 3.628 de 13 de dezembro de 2013 e

[616] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 233.
[617] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.250.
[618] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 251.
[619] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.237.

o Decreto nº 801/2013 de 11 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.632, de 19 de dezembro de 2013, dando conta da instalação do respectivo conselho. [620]

Por fim, o promotor de justiça Ricardo Rotunno, em 09 de junho de 2014, dirigiu-se ao juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados reconhecendo a execução do acórdão determinado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e o cumprimento das obrigações instituídas requeria "a extinção da presente execução" [621], sendo arquivado o processo em 6 de agosto de 2014. [622]

3.5 O Conselho Municipal revisto

A criação e alteração de dispositivos na Lei Complementar nº 02/90 integrou a proposta encaminhada, em 2013, pelo prefeito municipal Murilo Zauith, com o aval da Procuradoria Geral do Município, representada pelo procurador Alexandre Lemes Fagundes. Neste sentido, o projeto encaminhado pelo Executivo Municipal, via PGM, foi direcionado pela exigência do MPE de instalar o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. [623] Isto ficou evidente ao ser proposto a criação de um artigo específico sobre a atuação do MP no projeto encaminhado a Câmara Municipal.

No tocante aos efeitos do tombamento e, em especial, na proteção dos bens tombados pelo poder público municipal, conforme se referia a Lei Complementar nº 02/90, a alteração feita, em 2013, por força da Ação Civil Pública movida pelo MPE contra o Município de Dourados, tornava o Executivo "parceiro" do Ministério Público para lidar com questões referentes ao patrimônio local, como consta em artigo 26 aprovado pela Câmara Municipal: "a autoridade administrativa, uma vez comprovado o descumprimento das obrigações decorrentes do tombamento encaminhará ao Ministério Público os elementos necessários a fim de que tome providências cabíveis na sua esfera

[620] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls.267-268.
[621] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 334-335.
[622] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 359.
[623] Cf. ação civil pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002, fls. 232-233.

de competência" [624] Diante de certa urgência e os prazos longos solicitados pelo município serem encurtados, uma das principais preocupações do Executivo Municipal era a definição dos componentes do Conselho, pois

> o projeto visa modernizar a lei que regulamenta a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Ocorre que a referida lei, editada há mais de duas décadas, não atende plenamente às necessidades de trabalho do conselho, nas questões de sua competência, até porque, devido lapsos em sua redação deixou de estabelecer com clareza a composição de seus membros. [625]

A mensagem que acompanhava o Projeto de Lei Complementar, encaminhado pelo chefe do Executivo ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Idenor Machado (DEM), esclarecia a necessidade de mudança do Conselho como sendo um "problema antigo" oriundo da Lei Complementar nº 02/90, que não esclarecia sua composição.

Outras preocupações constituíram a proposta do Executivo Municipal para ser apreciada pelos vereadores.

> O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados tem como objeto de trabalho a preservação de bens de interesse histórico, cultural ou ambiental, sejam eles materiais, como edifícios do passado, ou bens imateriais de significativa importância histórico-cultural e arquitetônica [...] Os bens que possuam significado histórico, cultural ou sentimental, e que sejam capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu merecem ser preservados e, nesse sentido, a atuação do Conselho é fundamental. Todavia, para que possa exercer suas competências e atribuições a lei vigente precisa dos ajustes ora propostos, adequando-a a nova realidade administrativa da existência da Secretaria Municipal de Cultura, à qual ficará o conselho vinculado. [626]

Ao observar a Lei Complementar nº 02/90, em seus títulos, artigos e incisos são evidenciados aspectos interessantes sobre o patrimônio do município, desde como

---

[624] Lei complementar nº232 de 11 de dezembro de 2013. Publicado em Diário Oficial do Município de Dourados. Ano XV, nº3628, sexta-feira, 13 de dezembro de 2013, p.06. Cf. Ação Civil pública nº0800637-82.8.12.0002. fls. 296.
[625] Projeto de lei complementar nº18(22)/13 PGM. 2 de setembro de 2013. Cf. Ação Civil pública nº0800637-82.8.12.0002. fls. 236-237.
[626] Idem, ibidem.

se organizaria, quais atribuições caberiam ao Conselho Municipal e o que se entendia por patrimônio cultural. Na composição do Conselho Municipal prevista, além do número de componentes, fez-se referência que os nove membros efetivos e três suplentes seriam nomeados pelo prefeito municipal e referendados pela Câmara Municipal[627]. O artigo 27 remetia ao artigo 1 e inciso 1, em que eram observados o que compreenderia o Colegiado e a Secretaria Executiva do Conselho. Além do serviço técnico de estudos de tombamento e de conservação e restauração, vinculados a Secretaria Executiva, chama a atenção o que foi compreendido como Colegiado: "composto por pessoas de notório saber relativo às finalidades do órgão e será indicada pelas entidades vinculadas a área e nomeado pelo prefeito municipal" [628]. Não foram mencionados, conforme no Projeto de Lei, os representantes de instituições do Município. Mas, o presidente e o vice-presidente do Colegiado seriam eleitos entre seus membros e teriam mandatos de dois anos, permitida a recondução imediata[629].

Conforme visto no Capítulo 1, em 2013, a proposta de alteração da Lei Complementar nº 02/90 encaminhada pelo Executivo ao Legislativo Municipal buscou "clareza pela composição de seus membros" nas "justificativas" feitas pelo prefeito municipal, sendo sugerida a indicação de sete membros. No entanto, a aprovação da lei na Câmara Municipal aumentou para nove o número de representantes, ante o que seria nas emendas propostas pelos vereadores o número de treze. Da proposta (sete membros) até a aprovação da lei (nove membros) foi incorporado dois integrantes no Conselho, um representante da Secretaria Municipal de Educação e outro do Grupo Literário Arandu. [630] Na configuração do Conselho, entre os vereadores, destacaram-se emendas específicas do vereador Elias Ishi (PT), que sugeriu 13 representantes com as devidas justificativas. Conforme a proposta, dos 7 indicados pelo projeto encaminhado pelo Executivo, acrescentavam-se 1 (um) representante do Grupo Literário Arandu, 1 (um) representante da Academia Douradense de Letras, 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, 1 (um) representante da Associação dos Geógrafos – Seção Dourados, 1 (um) representante da Associação Nacional de História (ANPUH), 1 (um)

[627] Artigo 27. "Da composição do Conselho". Lei Complementar nº 02, 9 de novembro de 1990.
[628] Artigo 1, inciso 1, I. do título I "Da organização e das atribuições do Conselho" , capítulo I "das disposições gerais". Lei complementar nº 02, 9 de novembro de 1990.
[629] Artigo 29. "Da composição do Conselho". Lei complementar nº02, 9 de novembro de 1990.
[630] Lei Complementar nº 232 de 11 de dezembro de 2013. Publicado em Diário Oficial do Município de Dourados. Ano XV, nº3628, sexta-feira, 13 de dezembro de 2013, p.06. Cf. Ação Civil Pública nº0800637-82.8.12.0002. fls 296.

representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). [631] Além disso, o vereador propôs que o presidente do Conselho Municipal fosse eleito entre os pares, ao invés de, automaticamente, ser o secretário municipal de cultura, referindo-se ao §1 do artigo 1. [632] No entanto, a emenda não foi aprovada, prevalecendo o encaminhado pelo Executivo Municipal.

A questão não era necessariamente a quantidade de membros, mas quem estaria presente e até que ponto o Conselho Municipal teria autonomia, pois o presidente não seria eleito pelos pares, sendo de forma automática o secretário municipal de cultura. Os demais membros seriam nomeados por decreto do prefeito municipal por dois anos, podendo ser reconduzidos por mais dois, acompanhando o fechamento do mandato municipal.

Vale lembrar que o entendimento de patrimônio cultural, construído quando o Conselho foi debatido na Câmara Municipal e ganhou espaço em jornais locais no final dos anos 1980 e início de 1990, tinha relação com a elaboração da Lei Orgânica do Município baseada na Constituição Federal de 1988. Na ocasião, o que se definiu como patrimônio recorria ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que ao longo de décadas concebeu cultura e patrimônio como algo vinculado as "artes" e a bens "de pedra e cal", enquanto a LOM, orientada pela CF88, ampliou a noção dada ao patrimônio. Mesmo com a ampliação do conceito houve a necessidade de criação, nos anos 2000, do decreto que tratou dos bens imateriais. Por isso, observou-se a inserção no patrimônio cultural, das denominações "material e imaterial" [633].

Em suma, do projeto encaminhado pelo Executivo que propôs alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 02/90 ao sugerido em emendas e aprovado na Câmara Municipal, poucas foram as mudanças, mas não menos polêmicas, como na composição do número de representantes do Conselho e nas especificidades do patrimônio cultural, como material e imaterial, consolidadas na Lei Complementar nº 232 de 11 de dezembro de 2013. [634] Os representantes das entidades que comporiam o

[631] Protocolo nº 5763. Emenda. PLC nº022-2013, 24 de setembro de 2013.
[632] Protocolo nº 5764, Emenda. PLC nº022-2013, 24 de setembro de 2013.
[633] Protocolo nº 5765, Emenda PLC nº022, 24 de setembro de 2013. Cf. Lei Complementar nº232 de 11 de dezembro de 2013. Publicado em Diário Oficial do Município de Dourados. Ano XV, nº3628, sexta-feira, 13 de dezembro de 2013, p.06. In: Cf. Ação Civil Pública nº0800637-82.8.12.0002, fls 296.
[634] Cabe frisar que os artigos criados ou alterados fazem parte da "organização e atribuições do Conselho". São aos artigos 1, que previa que o Conselho seria composto por Colegiado e Secretaria executiva, e o artigo 2 em que as atribuições caberia ao Colegiado. Tanto no projeto de lei, quanto na lei

Conselho Municipal foram publicados em dois decretos municipais e anexados a Ação Civil Pública. O Decreto Municipal nº 801/2013 nomeou "membros para comporem o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados" [635]. Através do decreto foram nomeados os seguintes membros, titulares e suplentes, para o biênio 2013-2015:

> da Secretaria Municipal de Cultura: Carlos F. S. dos Santos e Aristeo de F. D. Júnior e Daisy da R. V. Gonçalves e Carlos A. M. Gonçalves; Da Secretaria de Educação: Romildo Marques de Farias e Ilda M. K. Sequia; Do Instituto Municipal do Meio Ambiente – IMAM: Nelson V. de A. Filho e Marcia Aparecida de Brito; Da Secretaria Municipal de Planejamento Reynaldo L. B. dos Santos e Ivan B. da Vila; Da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS: Márcia M. Medeiros e Patricia C. S. Martins; Da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD: Jiani F. Langaro e Fernando Perli; Da Universidade da Grande Dourados – UNIGRAN: Luzia C. P. de S. Arnez e Magno Missirian; Do Grupo Literário Arandu: Carlos M. M. Amarilha e Luciano S. da Silva. [636]

O Decreto nº 801/2013 foi alterado pelo de nº 1016 de 10 de abril de 2014, que substituiu membro para compor o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, sendo a representante da UEMS, Márcia Maria de Medeiros substituída por Camila de Brito Quadros Lara. [637]

A Lei Complementar nº 232/2013, além de definir a composição do Conselho Municipal, o vinculou à SEMC e ao Executivo, restringindo a discussão coletiva do patrimônio cultural local. Numa concepção diferente da que Lori Alice Gressler havia idealizado e aprovada, outras circunstâncias e necessidades de agentes políticos confirmaram uma política pública de patrimônio dependente de ações do poder público municipal.

---

complementar aprovada, foram os seguintes: "Art. 1 o art. 2, o art. 4, o §1 e §2 do art. 6, 0 art. 17, o art. 24 e o 33 da Lei Complementar nº02 de 09 de novembro de 1990 que cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e dá outras providências passam a vigorar as seguintes redações [...] Art. 2 Ficam criados o art. 3.A, o art. 26.A, o art. 26B, o art. 26C, o art. 26D, o art. 26E. E o art. 26F, na Lei Complementar nº02/90 com as seguintes redações [...]. A lei complementar nº232 de 11 de dezembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Município de Dourados. Ano XV, nº3628. Dourados-MS, sexta-feira, 13 de dezembro de 2013, p.06. Cf. Ação Civil pública nº0800637-82.8.12.0002 , fls. 296.

[635] Decreto nº801 de 13 de dezembro de 2013. Diário Oficial do Município de Dourados. Ano XVI, nº 3.708. Dourados-MS, terça-feira, 15 de abril de 2014, p. 10. Cf. Ação Civil Pública nº0800637-82.8.12.0002. fls.298-300.

[636] Idem, ibidem.

[637] Ação Civil Pública nº0800637-82.8.12.0002. fls.298-300.

3.6. Outros embates, polêmicas e indicações políticas.

Cabe lembrar que na gestão político-administrativa de Murilo Zauith (PSB), entre 2011 e 2016, não houve patrimonialização realizada pelo poder público municipal. Todavia, a administração respondeu aos Inquéritos Civis e as Ações Civis Públicas que tiveram como objeto o patrimônio local e foi obrigada a tomar medidas por exigência do Judiciário.

Ao longo deste período algumas propostas foram observadas a partir da Secretaria Municipal de Cultura. Junto a SEMC, em 2012, foram disponibilizados arquivos na pasta de patrimônio histórico e cultural, como comunicação interna (CI), cartilha e projeto. A CI nº 121/2011, dirigida ao procurador do município Orlando Rodrigues Zani, continha "apresentação", "objetivos", "estratégia de ação" e "conclusão" e tratou da "remoção das rotatórias do centro da cidade, que incorporam objetos de valor histórico e cultural do município" [638], em sua maioria, bustos e estátuas de pioneiros da história de Dourados.

Além da comunicação interna, em 2011, 3 mil exemplares da cartilha "I Programa de Educação Patrimonial e Cultural de Dourados" foram produzidos com apoio do FIP, da FUNCED e da Prefeitura Municipal de Dourados, sob coordenação de Matias Belido dos Santos, mestre em História pela UFGD. [639] Na listagem de bens culturais apontados como "patrimônio cultural", de "valor histórico cultural", destacou-se, de maneira didática, concepções de "cultura" em meio ao "patrimônio imaterial", "patrimônio material", "o que é tombamento", "patrimônios tombados" e "órgãos de proteção". Na "relação de patrimônios" indicados pela FUNCED, pouco foi tratado sobre patrimônio local e educação patrimonial no município, sendo citadas a realização de palestras e a produção da cartilha impressa. Fotos da Usina Velha e árvores, entre outros "patrimônios", ilustraram a cartilha ao longo de 11 páginas.

No ano seguinte, através do Departamento de Cultura da SEMC, um projeto propôs elaborar o "inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural do município

[638] Comunicação interna nº121/2011. Emitida em 21/09/2011 pelo Departamento de Cultura, assinada por Carlos Fábio Selhorst dos Santos, dirigida ao Procurador Geral do Município Orlando Rodrigues Zani.
[639] Cartilha *I Programa de educação patrimonial e cultural de Dourados*. FIP/FUNCED/Prefeitura Municipal de Dourados, 2011.

de Dourados" [640]. Nele, constaram apenas informações iniciais e técnicas, objetivos, alinhamento estratégico, cronograma, estimativa de custos e a avaliação de viabilidade. Apesar do acesso à primeira versão do projeto, não foi observada a continuidade do mesmo quando se buscou outras informações junto a Secretaria Municipal de Cultura.

A comunicação interna, a cartilha e o projeto demonstraram tentativas por parte da gestão político-administrativa em "pensar o patrimônio local" em meio às pressões de agentes da sociedade civil ou por intervenções do MPE. No término do mandato de Zauith, em 2016, protagonizou-se a transferência da Feira Livre da Cuiabá, motivo de homenagem de moradores das cercanias da feira ao prefeito municipal através de faixa estendida na rua. A transferência, por sua vez, acarretou a instauração de procedimento administrativo pelo MPE, logo no início de 2017.

Como tratado anteriormente, a Feira Livre da Cuiabá foi tombada em 2010 na gestão político-administrativa de Ari Valdecir Artuzi (PDT). O tombamento via projeto de lei da Câmara Municipal de Vereadores foi polêmico, pois mais do que patrimonializar, o mote das disputas foi o local onde a feira era realizada. Ao que parece, o tombamento feito em 2010 foi utilizado por vereadores, feirantes e comerciantes para manter a Feira no local, mas contribuiu para a organização de moradores interessados na retirada da Feira da rua Cuiabá. Dessa forma, o tombamento aflorou não apenas as discussões, mas a judicialização.

Sabe-se, através de notícias de jornais, que a atuação do MPE sobre a Feira foi anterior ao tombamento em 2010, e que promotora de justiça Cristiane do Amaral Cavalcante atuava através da 10ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Durante a feitura desta tese foi solicitada, via ofício, as ações do MPE, em especial, da 10ª Promotoria. No entanto, apenas foi concedido cópia impressa da abertura da ACP de 2012, movida pela 11ª Promotoria de Justiça, e do arquivamento de uma "notícia de fato" que denunciava anonimamente à ouvidoria do MP/MS a "venda de bebida alcóolica, transtorno, sujeira e má utilização de espaço criado para o fim (Feira Livre) na Rua Cafelândia". Referindo-se a realização de outra "Feira Livre", localizada no Parque Alvorada, a denúncia sugeria a transferência para a "megaestrutura construída na Rua Cafelândia" [641]. O promotor da 10ª Promotoria de Justiça, Eteócles Brito Mendonça

[640] Elaboração do inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Dourados. Departamento de Cultura. Secretaria Municipal de Cultura. Carlos Fábio Selhorst dos Santos. 01/02/2012.
[641] A "notícia de fato" foi registrada pelo nº 01.2018.00005161-5. 21/05/2018.

Dias Júnior, oficializou o Município que, dentre outros aspectos, informou que "a construção da Feira João Totó Câmara foi apenas para atender aos feirantes que frequentavam a feira que ocorria na Rua Cuiabá" [642]. Em 06/06/2018, alegando que "as feiras realizadas nos bairros trazem mais benefícios aos moradores locais do que problemas em si" [643], o promotor "promoveu o arquivamento".

Montada e desmontada nos finais de semana, a Feira Livre da Cuiabá ocorria na área central da cidade gerando apoio e polêmicas entre preservar sua tradição e as menções às condições sanitárias e as dificuldades de acesso de moradores às suas casas. Em meio ao crescimento do perímetro urbano de Dourados[644] e a especulação imobiliária, muitos proprietários dos imóveis pressionaram o poder público municipal para as devidas adequações da Feira ou por descontos na cobrança de IPTU. Outros desejavam a transferência da Feira Livre da Cuiabá para "local adequado" e se organizaram para isso.

O comprometimento de Murilo Zauith com o empresariado local fez com que fosse adquirida pelo município uma área próxima à Rua Cuiabá, conhecida como "Chácara Rigotti" [645] buscando-se recursos através de emendas de parlamentares e junto ao PROCON para construção do espaço que receberia a Feira. Não por acaso, a transferência foi realizada no final de 2016, no término do mandato de Zauith. Após a transferência da Feira, a Rua Cuiabá tornou-se comercial e recebeu recapeamento de asfalto, assim como as principais ruas e avenidas de Dourados.

Por sua vez, as obras no novo espaço da Feira ainda não foram devidamente acabadas e encontra-se em andamento um procedimento administrativo instaurado pela 11ª Promotoria de Justiça, que faz o acompanhamento das novas instalações e as contendas entre feirantes/comerciantes e a municipalidade, ocupando a questão do patrimônio cultural um plano secundário.

---

[642] Ofício nº 50/2018/SEMAF. Marcos Roberto Soares. Secretário de Agricultura Familiar de Dourados. 30/05/2018. Cf. "Notícia de fato" nº 01.2018.00005161-5. 21/05/2018.

[643] "Promoção de arquivamento". 06/06/2018. Eteócles Brito de Mendonça Dias Júnior. 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados. MP/MS. Cf. "Notícia de fato" nº 01.2018.00005161-5. 21/05/2018.

[644] JESUS, Sara Livino de. *A política pública habitacional e os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média: Dourados – MS*. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Dourados.

[645] Lei nº 3.686 de 03 de junho de 2013. "Autoriza o Executivo Municipal a dar em pagamento áreas de terras Art. 25. (...) pertencentes ao Município a Hermete Rigotti e Laís Martins Rigotti." Diário Oficial do Município de Dourados. Ano XV, nº 3.499, segunda-feira, 10 de junho de 2013, p.01. Disponível em <http://do.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/10_06_13.pdf >

Baseado na "notícia de fato" feita por feirantes/comerciantes da Feira Livre da Cuiabá em 7 de novembro de 2016, o MPE, em despacho, comunicou a Procuradoria Geral do Município no dia 10 do mesmo mês, que buscava "angariar maiores elementos probatórios para agendamento de audiência solicitada" pelos feirantes/comerciantes, bem como "a verificação de necessidade de instauração de procedimento preparatório", antes da transferência da Feira Livre da Cuiabá para outro espaço. O MPE recebeu resposta do poder público municipal que os feirantes seriam removidos dia 26/11/2016, conforme o previsto. O MPE, no mesmo dia, emitiu certidão apontando que

> na fala do Promotor de Justiça Dr. Amílcar Araújo Carneiro Júnior, foi esclarecido que a atuação da 11ª Promotoria de Justiça de Dourados consiste na preservação da Feira Livre como Patrimônio Histórico de Dourados, de forma que, diante dos fatos apresentados até o presente momento, não existe elementos para que o Ministério Público Estadual impeça a inauguração da obra ou determine quando os feirantes devem mudar para as novas instalações, mas que irá acompanhar o processo, para assegurar que ele ocorra sem causar prejuízos coletivos à sociedade. [646]

Ainda, os feirantes em 14 de novembro de 2016 solicitaram "melhorias nas obras da nova Feira Livre de Dourados", incluindo abaixo-assinado que solicitava ao MPE que não fossem transferidos. [647] Em contraposição, antes da transferência, os moradores da Rua Cuiabá e das ruas transversais encaminharam abaixo-assinado representados por advogado, com o intuito de solicitar ao MPE, através do promotor Amilcar Araújo Carneiro Júnior, e ao prefeito Murilo Zauith,

> "[...] ***que a transferência da feira pública da rua Cuiabá venha a ser efetivamente realizada para seu novo local sito*** [sic] ***à Rua Cafelândia – chácara Rigotti***, no intuito ***de dar aos moradores da Rua Cuiabá e transversais as condições de dignidade humana que há mais de 34 (trinta e quatro) ano*** [sic] ***não as tem***. *Por exemplo: o direito de entrar e sair de suas residências a hora que bem entender, bem como o direito de receber um amigo ou parente na chegada e saída do local a título de visita ou a uma festa de aniversário,* bem como numa eventual emergência para atendimento de saúde como já

[646] Certidão. 17 de novembro de 2016. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls20.
[647] Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls. 21-22.

> tem ocorrido e sem contar ainda, com a desvalorização e conservação dos imóveis ali existentes". [648]

Os feirantes/comerciantes da Feira Livre da Cuiabá foram os principais agentes e os mais afetados com a transferência e, por sua vez, foram os que a defenderam como patrimônio cultural da cidade. Eles "solicitavam a permanência da atividade no atual local", pois o "local onde trabalham é tombado como patrimônio histórico de Dourados". Alegavam que não haviam participado da elaboração do projeto do novo espaço e "que a obra construída para a transferência da Feira para a rua Cafelândia não comportaria a atividade, por razões de inadequações estruturais" [649]. Para eles, a Feira é patrimônio cultural do município e tal aspecto foi ressaltado em suas reclamações, sugestões ou reivindicações. [650]

A partir da "notícia de fato" realizada por feirantes/comerciantes que motivou o respectivo despacho, instaurou-se o procedimento administrativo pelo promotor Amilcar Araújo Carneiro Júnior, da 11ª Promotoria de Justiça do MPE. Na portaria de instauração registrou-se a

> [...] reclamação dos comerciantes da Feira Livre de Dourados, no que tange à transferência de local da atividade, anteriormente desempenhada na Rua Cuiabá, para a Rua Cafelândia; considerando que a atividade da Feira Livre de Dourados foi tombada como Patrimônio Histórico e Cultural do município; considerando a necessidade de acompanhar o processo de transição e a verificação de adequações estruturais pleiteadas, conforme solicitações encaminhadas ao Poder Público, a fim de garantir o exercício da atividade e preservação do patrimônio histórico e cultural [...]. [651]

Ao MPE não coube impedir a transferência da Feira Livre da Cuiabá, mas acompanhar o processo de instalação dos feirantes/comerciantes noutro espaço. Diante da disputa estabelecida entre os feirantes/comerciantes e os moradores há anos, o poder

[648] Dourados, 22 de novembro de 2016. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls. 33-36. Grifos do original.
[649] Despacho sobre a notícia de fato nº 01.2016.00006859-7. 11ª Promotoria de Justiça. Amílcar Araújo Carneiro Júnior. 10 de novembro de 2016. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6. Fls. 4 e 5.
[650] No Procedimento Administrativo os feirantes da Feira Livre da Cuiabá manifestaram-se em defesa da Feira como patrimônio histórico e cultural da cidade logo na "notícia de fato" nº 01.2016.00006859-7. Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, fls. 6.
[651] Portaria de instauração. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls. 02.

público municipal decidiu por deslocá-los. O MPE então mediaria os conflitos entre os feirantes/comerciantes e a municipalidade. Após a transferência houve audiência envolvendo a 11ª Promotoria de Justiça, os representantes da municipalidade e dos feirantes/comerciantes da Feira Livre de Dourados, em 23 de fevereiro de 2017, mesmo dia em que o P.A. foi instaurado. [652]. Em ata da audiência,

> pelo Promotor de Justiça foi esclarecido o papel do *Parquet*, neste caso, será voltado para a tutela do Patrimônio Histórico e Cultural de Dourados. O Membro destacou que recebeu a reclamação dos feirantes, embora não tenha sido subscrita pelos peticionários, e que também recebeu reclamações dos moradores da região da rua Cuiabá para a retirada da atividade e restabelecimento da ordem urbanística local [...] na oportunidade, o Promotor de Justiça destacou ainda a ausência de atribuição da 11ª Promotoria para reclamar qualquer adequação no âmbito do Patrimônio Público, direitos afetos à cidadania e consumidor, ou ainda direitos individuais dos próprios feirantes esclarecendo novamente que ao *Parquet* cumprirá apenas a mediação entre as partes, a fim de buscar o direcionamento de soluções para os impasses enfrentados com a transição do local da atividade. [653]

Além de fiscalizações das adequações estruturais no local de funcionamento da Feira Livre de Dourados, na ata constaram reclamações quanto à área de descarga, armazenamento dos produtos, cobertura e espaço das barracas, segurança, pontos de água/torneiras, banheiros, praça de alimentação, entre outros, que se somavam ao fato de "novamente os projetos" não estarem "sendo publicizados aos interessados" [654]. A primeira etapa do projeto do novo espaço da Feira Livre foi finalizada e as adequações seriam realizadas pelo poder público municipal. Havia ainda o "[...] interesse na reunião de todos os comerciantes para a formalização da comissão e personalização jurídica de todos os envolvidos" [655]. A audiência contou com o termo de deliberação visando providências pelo município através da Secretaria de Agricultura Familiar "para a regulamentação legislativa das atividades da feira" em conjunto com a "fiscalização ostensiva na área de desenvolvimento das atividades da Feira Central de Dourados"

[652] Ata de audiência, 23/02/2017. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls40-46.
[653] Ata de audiência, 23/02/2017. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls. 40 e 41.
[654] Ata de audiência, 23/02/2017. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls. 42 e 44.
[655] Ata de audiência, 23/02/2017. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls. 44.

junto ao Departamento de Fiscalização de Posturas. [656] A Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária atuava na regulamentação por meio de decreto municipal. [657]

Ao longo dos anos os embates entre feirantes/comerciantes e moradores não foi novidade e, por vezes, o poder público municipal fez adequações na Feira, ao que parece, desde seu surgimento. Entretanto, no processo de transferência percebe-se que o MPE passou apenas a mediar os conflitos entre os feirantes/comerciantes e a municipalidade que, a partir de notícias veiculadas pelo *O Progresso*, aparentemente alinhou-se às demandas de proprietários de imóveis, de escritórios de advocacia e contabilidade, de pequenos comerciantes e lojas especializadas, entre outros.[658]

Neste contexto, observa-se que o MPE pouco atuou pelo patrimônio histórico e cultural se comparado às ACPs de 2011 e 2012, quando Paulo César Zeni e, posteriormente, Ricardo Rotunno, estiveram à frente da 11ª Promotoria de Justiça, algo perceptível nas diferenciações entre procedimento administrativo, inquérito civil e ação civil pública, bem como da interpretação do objeto por parte de cada promotor. Além disso, houve interesses distintos decorrentes das atribuições das promotorias do MPE: a 11ª envolvida com a Proteção do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural, a 10ª com o Consumidor, Cidadania e Direitos Humanos e a 16ª com o Patrimônio Público e Social.

As distinções de atribuições das promotorias de justiça foram observadas diante do protocolo de "notícia de fato" nº 01.2018.00002430-7 feita pelo deputado federal Geraldo Resende, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). [659]A

---

[656] Ata de audiência, 23/02/2017. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls. 45.

[657] Ata de audiência, 23/02/2017. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls40-46. E Ofício nº104/2017/PGM. De 31 de março de 2017, assinado pela procuradora geral do município Viviane Carvalho Eich. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls57-58. O projeto de lei nº21 de 30 de novembro de 2017 que "Dispõe sobre as feiras livres de Dourados/MS" está em anexo ao respectivo procedimento administrativo, nas fls. 139-159. Projeto em discussão na SEMAF e ainda não apresentado a Câmara Municipal de Vereadores de Dourados até o encerramento desta tese.

[658] Cf. <https://www.progresso.com.br/noticias/nova-feira-livre-fica-pronta-ate-o-final-deste-ano/174265/> 13 fev. 2016. <https://www.progresso.com.br/noticias/dourados-finaliza-1-etapa-da-nova-feira-livre-para-ser-entregue-em-novembro/225171/> 17 out. 2016. <https://www.progresso.com.br/noticias/feira-livre-de-dourados-recebe-r-747-mil-para-segunda-etapa/237642/> 28 dez. 2016.

[659] A notícia de fato requeria da 16ª promotoria de justiça "[...] providências para acompanhar a aplicação de recursos públicos na segunda etapa das obras da Feira Livre de Dourados e apurar as responsabilidades dos gestores municipais, atuais e dos antecessores, por falhas estruturais e técnicas no projeto de

notícia foi encaminhada a 16ª Promotoria de Justiça e o então promotor Ricardo Rotunno, que já havia passado pela 11ª e atuado nas ações civis públicas abertas por Paulo César Zeni, "promoveu o declínio de atribuição e remessa do procedimento" a 11ª Promotoria, que já possuía "um procedimento administrativo em andamento (nº 09.2016.00003368-6)". Antes disso, foi ressaltado que "a atividade da Feira Livre de Dourados foi tombada como patrimônio histórico e cultural do município" e, portanto, era atribuição da referida promotoria [660]. Cabe frisar que as três promotorias tratam de interesses difusos e coletivos e o patrimônio histórico e cultural perpassa diversas questões, no entanto, são esmiuçados e analisados em separado, de acordo com a objetividade do Direito e com as interpretações dadas pelos promotores envolvidos.

Além do procedimento administrativo que envolveu a transferência da Feira Livre da Cuiabá, o MPE instaurou Inquérito Civil, em 2018, envolvendo novamente a Usina Velha. Neste caso, não se tratou, sob uma perspectiva direta, o patrimônio histórico-cultural que representava.

Vale retomar que, neste contexto, as representações e práticas sobre a Usina Velha pouco lembram a proposta de tombamento e o ambiente político em que ela estava inserida na virada das décadas de 1980 e 1990. Embora iniciativas em tombá-la como patrimônio histórico tenham sido vinculadas à FUNCED em finais dos anos de 1980, a Usina Velha tornou-se patrimônio cultural muito referenciado por artistas, agentes institucionais, sociais e políticos.

No campo cultural, a Usina foi representada de diferentes formas, sobretudo, pelas ruínas ainda aparentes que serviram de cartão postal de Dourados, agregando público e inspirando artistas locais. Em vários momentos, teve sua imagem fortemente vinculada a produções artísticas ou políticas culturais que se pretendiam implantar. Para se ter ideia, em reportagem publicada pelo jornal *O Progresso* em abril de 2009, o patrimônio cultural foi apresentado diluído à arte e à cultura local:

---

construção da Feira Livre, unidade que recebeu aporte de recursos federais, do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor e próprios do município, mas que tem se mostrado totalmente inapropriada para seus fins [...]" fls169. Notícia de fato nº 01.2018.00002430-7. In: Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6, 23 de fevereiro de 2017, fls.169-193.

[660] Despacho sobre a notícia de fato nº 01.2018.00002430-7. 16ª Promotoria de Justiça. Ricardo Rotunno. 12 de março de 2018, fls.194-196. Cabe a 16ª Promotoria de Justiça de Dourados os "feitos e procedimentos referentes à proteção do patrimônio público e social e das fundações e nos feitos distribuídos à 6ª Vara Cível, tendo as atribuições conferidas às Promotorias de Justiça que atuam na mesma área na comarca de Campo Grande".

> A Usina Velha recebeu ontem grande público que acompanhou de perto atrações culturais de artistas da terra. Considerado um dos principais cartões postais de Dourados, a Usina será a partir de agora cenário para a promoção da arte e cultura através do projeto "Use sua Energia para Gerar Cultura", realizado pela Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (Funced) [...] A Usina é um local especial para a promoção da arte e cultura. "Temos um cartão postal na cidade que estava esquecido. Nosso objetivo é resgatar esse patrimônio histórico, trazendo famílias para participar das festas e ainda promover os nossos artistas", destaca Rilvan [coordenador de cultura da FUNCED].[661]

As ruínas conciliadas com a memória e a história de Dourados transformaram-se em música, lançada em maio de 2018, pela banda Dagata e os Aluízios.[662] "Usina Velha", última faixa do CD "A Rua dos Ipês", ganhou destaque por relacioná-la à história e a identidade da cidade. [663] Vale mencionar que a produção de Dagata e os Aluízios já remetiam aos temas de patrimônio histórico-cultural, como CD "Tereréphonia", [664] lançado em 2014, que teve como capa a antiga Estação Ferroviária de Itahum e a imagem de um vagão abandonado.

As homenagens através da música encontraram ressonância na produção de poemas, como nos de Heleninha, que musicou suas poesias, tendo uma dedicada

[661] "Diversão: Usina Velha consolida cultura ao ar livre". *O Progresso.* Ano58, nº 10587, segunda-feira, 6 de abril de 2009, p. 15.

[662] Formada em 2001, são três álbuns lançados pela banda de rock sul-mato-grossense radicada em Dourados. O primeiro, Dagata e os Aluizíos, em 2003, o segundo, Tereréphonia, em 2014 <http://www.progresso.com.br/variedades/bebes-e-criancas/tererephonia-cd-de-dagata-os-aluizios/112150/> Em 2018, "A rua dos Ipês" <http://www.progresso.com.br/variedades/banda-dagata-e-os-aluizios-se-prepara-para-o-lancamento-do-cd-a-rua-dos-ipes/335458/>. Além do vocalista Fernando Dagata a banda é composta atualmente pelo baixista Cláudio Roos, guitarrista Tuli Pacito, baterista Willian Grando, percussionista Paulo Portuga e com participação de Biko do Trombone, cf. <https://www.facebook.com/pg/dagataeosaluizios/about/ >

[663] Dagata, como é conhecido Fernando Castro Além, é professor e doutor em História, vocalista da banda e um dos compositores da faixa "Usina Velha", juntamente com Paulo Portuga, Claúdio Ross e Boca Venâncio. Este último funcionário de carreira da Secretaria de Cultura do Município, o personagem que assina/lavra os livros tombos exigidos pelo MPE ao longo da ação civil pública, instaurada, em 2012.

[664] De acordo com o jornal DouradosAgora "a escolha do título do álbum "Tereréfonia", aconteceu ao acaso. Durante os ensaios, o grupo tomava tereré e acabou ocorrendo microfonia". Cf. "'Tereréfonia', de Dagata & os Aluízios será lançada dia 18". 14/10/2014. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/dourados/tererefonia-de-dagata-os-aluizios-sera-lancado-dia-18> acesso em 15 ago. 2018. Cabe lembrar que "tereré" foi música no primeiro CD homônimo da banda junto a poesia de Emanuel Marinho e Pedro Ortale. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=BmN0XK0kxE8> acesso em 15 ago. 2018.

especialmente a Usina Velha, intitulada "Patrimônio douradense" [665]. Assim como ela outros artistas locais, publicaram poemas relacionados à Usina.

Objeto de disputas e de interesse público, ao longo dos anos, o Ministério Público deu atenção à Usina Velha – em 1999, 2008, 2011 e 2018 – ao instaurar Procedimento de Investigação Preliminar, Inquéritos Civis e Ações Civis Públicas visando apurar irregularidades e omissões do poder público.

Em investigação iniciada em meados de 2014, o MPE visou apurar eventual irregularidade na utilização do espaço público com a instalação de outdoors nas imediações da Usina Velha. Buscou-se observar se os outdoors não configuravam poluição visual, [666] além de consultar a SEMC sobre a implantação destes nas proximidades. [667] Em fins de 2017, o promotor de justiça Amílcar Araújo Carneiro Júnior requisitou a Secretaria Municipal de Cultura vistoria "[...] nas imediações da Usina Velha, a fim de constatar a regularidade dos *outdoores* [sic] instalados na área, especialmente quanto à eventual prejuízo aos aspectos paisagísticos e panoramas naturais da Usina Velha [...]" [668], sendo recomendadas, "caso constatada a veiculação de anúncios em local inadequado [...] todas as medidas administrativas cabíveis a fim de preservar o patrimônio histórico e cultural de Dourados/MS" [669]. Todavia, o patrimônio cultural ao longo da investigação nº 23/2014 foi pouco referenciado até se tornar Inquérito Civil, instaurado em 24 de abril de 2018.

No Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3, que tratou dos outdoors, a Usina Filinto Muller não foi, necessariamente, tratada como patrimônio histórico e cultural douradense. Por vezes, frisaram-se aspectos ambientais e/ou naturais em que estava inserida, mas longe de ser compreendida como patrimônio cultural que necessitava de

---

[665] Heleninha e Max López lançam CD Usina Velha Douradense" 16/09/2018. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/heleninha-e-max-lopez-lancam-cd-usina-velha-douradense> acesso em 25 set. 2018.

[666] Ofício nº 507/2016/11PJ/DOS. Ao ilustríssimo senhor procurador geral do município Ilo Rodrigo de Farias Machado. De 03 de junho de 2016, pelo promotor de justiça Amílcar Araújo Carneiro Júnior. In: Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3, fls147.

[667] CI nº062/2016/FISC/IMAM. A Ilo Rodrigo de Farias Machado, procurador geral do município. De 02 de junho de 2016, pelo diretor presidente do IMAM – Instituto do Meio Ambiente de Dourados, Upiran Jorge Gonçalves da Silva. In: Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3, fls. 159.

[668] Despacho do Inquérito civil nº23/2014/PJDHU. In: Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3, fls. 239.

[669] Ofício nº 0031/2017/11PJ/DOS, encaminhado ao ilustríssimo senhor Gil Esper, secretário municipal de Cultura de Dourados/MS, como requisição ao IC nº23/2014/PJDHU. Assinado pela promotora de justiça em substituição legal, Fabrícia B. Lima. Dourados, 17 de janeiro de 2017. In: Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3, fls 182-183.

preservação, seja como "zona de proteção cultural" [670] ou via "conservação urbana integrada" [671].

Uma perspectiva contemplativa da Usina Velha, sobretudo, de suas ruínas, parece ter sido apropriada pelo discurso de promotores do MPE, embora pouco tenha sido sugerido sua recuperação ou preservação, sequer o entendimento e a compreensão acerca do patrimônio cultural. Mesmo considerada "cartão postal" da cidade de Dourados e patrimônio histórico cultural desde 1991, ainda não foi restaurada/revitalizada, pelo contrário, entre os inúmeros projetos em diferentes gestões político-administrativas, [672] em 2018, foi interditada pela defesa civil com risco de desabamento.

Em meio às referências advindas do campo artístico e aos embates no campo jurídico, o ano de 2018 teve como destaque o risco de desabamento da Usina Velha. [673] Como apontou o jornalista Flávio Verão, "o perigo é iminente, pois embora o local até recentemente abrigou diversos eventos como shows, apresentações teatrais, ainda é frequentado, principalmente para registros fotográficos de interessados e por artistas locais que trabalham para manter a memória do espaço" [674].

Nos últimos anos, além das questões que envolveram o MPE e o poder público municipal, o Legislativo retomou as práticas de patrimonialização através de projetos e leis. Dentre três registros e seis tombamentos, chamou atenção dois projetos de lei, de autoria do vereador Cirilo Ramão (PMDB), em 2017, que trataram do registro do pucheiro e da sopa paraguaia como patrimônio imaterial de Dourados.

---

[670] Os artigos 9 e 10 da lei complementar nº02/90, mantido pela lei complementar 232/2013, são dois dos artigos que refere-se a preservação. Em que lê-se "os bens imóveis isolados ou em conjunto, as paisagens e os sítios arqueológicos serão construídos e marcados como Zona de Proteção Cultural. No Zona de Proteção Cultural serão proibidas obras que: I – destruam, ponham em risco ou modifiquem o estado ou aspecto dos bens culturais ou naturais ali situados; II – alterem a visibilidade e ambiência; e, III – destruam tradições e costumes ou degradam a significação histórica, cultural e estética".

[671] PELEGRINI, Sandra C. A. "Entre armadilhas e artimanhas: o despertar da cidade e a preservação dos seus bens patrimoniais". In: ZANON, Elisa Roberta; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; MAGALHÃES, Leandro Henrique (orgs.) *A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país*. Londrina: EdUniFil, 2009, pp. 94-110.

[672] De acordo com o *Douradosagora* "só na gestão Murilo foram três para o PAC cidades históricas, do Governo Federal, na tentativa de captar recursos, mas nenhum foi aprovado." Cf. "Chaminé da Usina corre risco de desabar; rachaduras são visíveis". 23/03/2018. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/chamine-da-usina-velha-corre-risco-de-desabar-rachaduras-sao-visiveis> acesso em 20 ago. 2018.

[673] Idem, ibidem.

[674] Idem, ibidem.

A princípio, nos projetos de lei, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e o Ministério Público Estadual não foram referenciados. Ambos poderiam participar das discussões e decisões acerca do patrimônio cultural local, em conjunto com a atuação do poder público municipal, através da alteração da Lei Complementar nº 02/90 por meio da Lei Complementar nº 232/2013. Além disso, como dificuldade de inserção do debate no campo social, aparentemente, não houve a participação ou o envolvimento da "comunidade paraguaia" atuante em espaços da cidade, como a Colônia Paraguaia. Pouco antes da proposta do vereador, outra iniciativa, do vereador Alan Guedes (DEM), registrou o tereré como patrimônio imaterial da cidade de Dourados. Entre abril e junho de 2017, o projeto de lei tornou-se lei municipal. [675] A aprovação do projeto de lei do tereré ocorreu por unanimidade em segunda votação, como ocorreu posteriormente com o pucheiro e a sopa paraguaia. Ainda em julho de 2017, através do Decreto Legislativo nº 016/2017, instituiu-se o "Diploma Joporá ou Yopara" a "Personalidade do Povo Paraguaio de Dourados" [676]. A "homenagem" através de "título honorífico" deveria ser entregue a "paraguaios natos ou descendentes que geram relevância social, política, econômica e religiosa para a população douradense" [677].

No site da Câmara Municipal de Vereadores encontraram-se apenas referências ao tereré, puchero e ao Diploma Joporá, sem qualquer menção à sopa paraguaia. Alguns jornais locais saíram em defesa da iniciativa do vereador em patrimonializar a sopa paraguaia através de lei municipal. O historiador, representante do Grupo Literário Arandu [678] e membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico,

---

675 Cf. <http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/alan-guedes-e-adl-comemoram-aprovacao-do-projeto-que-declara-o-terere-como-patrimonio-cultural-imaterial> 17 maio 2017. Cf. <http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/seis-projetos-de-leis-sao-aprovados-durante-sessao-ordinaria> 23 maio 2017. O projeto de lei nº030/2017 tornou-se a lei municipal n° 4.100 de 12 de junho de 2017 que "Declara o Tereré como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Dourados/ MS". Cf. Diário Oficial do Município de Dourados ano XIX, nº4475, de 19 de junho de 2017, p.02. Disponível em < http://do.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/19-06-2017.pdf >

676 Cf. <http://www.camaradourados.ms.gov.br/atividade-legislativa/pauta-das-sessoes> e <http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/cirilo-ramao-comemora-aprovacao-de-diploma-que-homenageia-povo-paraguaio>.

677 Cf. <http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/cirilo-ramao-comemora-aprovacao-de-diploma-que-homenageia-povo-paraguaio>.

678 O Grupo Literário Arandu foi fundado em 17 de maio de 1997, por Carlos Magno Mieres Amarilha, Edy Salis Leite, Luciano Serafim, Maria Lucia Tolouei, Nicanor Coelho, Regina Meyer e Simone Areco, com o objetivo de "incentivar a publicação de obras literárias dos novos autores douradenses". Ainda em 1997 foi lançada a Revista Arandu "para a publicação de artigos científicos produzidos na Região, que continua sendo publicada com periodicidade trimestral [a edição nº 83, fev.mar.abr.2018]. Em suas

Cultural e Ambiental de Dourados, Carlos Magno Mieres Amarilha [679], em entrevista ao *Douradosagora* [680], defendeu o reconhecimento da sopa paraguaia na sociedade douradense numa notícia que trouxe sua foto consumindo a sopa [681]. Em *O Progresso*, o vereador Ramão justificou sua proposta. [682]

O projeto de lei da sopa paraguaia também foi noticiado pela televisão [683] e rádio local. A rádio 94FM noticiou como "homenagem aos vizinhos paraguaios" reunindo os elementos que os representariam e que foram patrimonializados, como o tereré, o pucheiro, a sopa paraguaia e o "diploma Japorá" [684].

Após quase uma década sem tombamentos, utilizou-se pela primeira vez o registro de patrimônio cultural imaterial. No entanto, a prática de instituir o patrimônio

---

páginas, durante esses 20 anos, figuram textos produzidos pelos mais diversos intelectuais da nossa região, bem como do Brasil e da América do Sul". E, a partir de 2005, o grupo promove cursos de extensão, geralmente voltado a acadêmicos e professores, em especial os da rede básica de ensino de Mato Grosso do Sul. Tais cursos atendem a diferentes temáticas, dos quais foram, inclusive, publicados livros, dentre elas o patrimônio cultural foi objeto de análise. Como o próprio Grupo informa "nesses cursos, o Grupo Literário Arandu compartilha conhecimentos sobre a nossa região e incentiva os professores a escreverem sobre os lugares em que vivem, valorizando as histórias e cultura locais. Esses artigos foram reunidos em 3 livros: "Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul: Identidades & Memórias" (publicado em 2008); "Mato Grosso Do Sul: Poder, Memórias & Identidades" (publicado em 2009); "Vozes Guarany: Histórias De Vidas Sul-Mato-Grossenses" (publicado em 2011)". Disponível em <http://www.grupoliterarioarandu.com.br/quemSomos.asp> acesso em 25 maio 2018.

[679] Graduado, Especialista e Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), entre 1994-1998, 2002-2004 e 2004-2006. Doutorando em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Carlos Magno que já escreveu acerca da Academia Douradense de Letras (ADL), atualmente integra o Grupo Literário Arandu, ao que indica grupo dissidente da ADL. Junto de Carlos está Nicanor Coelho, jornalista e um dos fundadores da ADL. Carlos Magno ainda é presidente da Comissão de Revisão Histórica de Dourados, criada em 2013. Observamos a inserção do Grupo Literário Arandu, em detrimento da ADL, na composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

[680] "Historiador esclarece 'Lei da Sopa Paraguaia'". 04/08/2017. Disponível em <http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/historiador-esclarece-lei-da-sopa-paraguaia> acesso em 15 nov. 2017.

[681] Carlos Magno tem uma série de produções voltadas ao estudo dos "paraguaios" ou a ele relacionados, a exemplo de: AMARILHA, Carlos M. M. A Casa Paraguaia de Dourados (1991-1994). Dourados: *Revista Arandu*, n. 03, fev/mar. 1998. p. 87-101. E, *O Território federal de Ponta Porã: a conquista do Brasil na fronteira guarani*. Anais do XII Encontro Nacional de História – Seção Mato Grosso do Sul. "Democracias e ditaduras no mundo contemporâneo". UFMS/CPAQ-Aquidauana, 2014. 14f.

[682] "Vereador lamenta repercussão negativa sobre a lei da Sopa Paraguaia". 01/08/2017. Disponível em <http://www.progresso.com.br/caderno-a/politica/vereador-lamenta-repercussao-negativa-sobre-a-lei-da-sopa-paraguaia> acesso em 15 nov. 2017.

[683] "Polêmica: sopa paraguaia é decretada patrimônio de Dourados". Balanço geral - MS, quarta-feira, 02 de agosto de 2017. Disponível em <http://www.diariodigital.com.br/videos/polemica-sopa-paraguaia-e-decretada-patrimonio-de-dourados/13923/>. Junto ao vídeo da reportagem a seguinte legenda: "Brasil x Paraguai. E não é futebol. Uma polêmica envolve os dois países. É que em Dourados uma lei está dando o que falar e está gerando revolta nos paraguaios, é destaque nos principais jornais na imprensa do país vizinho. A sopa paraguaia foi decretada patrimônio de Dourados". Acesso em 3 ago. 2017.

[684] "Após sopa paraguaia, tereré e pucheiro, Dourados cria homenagem para vizinhos". 18/08/2017. <https://www.94fmdourados.com.br/noticias/dourados/apos-sopa-paraguaia-terere-e-pucheiro-dourados-cria-homenagem-para-vizinhos> acesso em 03 nov. 2017.

cultural local, via lei ou decreto municipal, não era nova em Dourados. Muito embora as leis não especificassem como os bens culturais seriam preservados, houve tensões que se esmiuçaram na imprensa local. As notícias trouxeram um debate diversificado sobre o campo do patrimônio cultural, questionando quais bens e quem os define como patrimônio.

As justificativas dos projetos de lei que trataram da sopa paraguaia, do pucheiro e do tereré, foram sucintas apresentando um ou dois parágrafos. Tais propostas podem ser mais bem entendidas se analisadas a partir da fronteira e da cultura em sua dinamicidade e flexibilidade. A "autenticidade" de um bem cultural quando patrimonializado como patrimônio cultural imaterial não deveria ser considerada, mas sim a "continuidade histórica", já que o "saber fazer" é mais importante do que o produto resultante. Considerar um patrimônio cultural como "autêntico" ocorre via UNESCO, geralmente aos patrimônios culturais mundiais, de natureza material. No entanto, em Dourados, questionou-se o fato de a "sopa paraguaia" ser patrimonializada como patrimônio imaterial local justamente pela "autenticidade". A "sopa paraguaia" atribuída a "cultura paraguaia" foi questionada através da patente e da propriedade intelectual.

Em produções acadêmicas de diferentes áreas do conhecimento que tratam da relação Brasil-Paraguai, de paraguaios em Dourados e no Mato Grosso do Sul, identifica-se fronteira, cultura, identidade, memória e história como referências básicas de análise[685]. Cabe lembrar que o Paraguai faz fronteira com o Brasil através dos

[685] ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais*: a imigração brasileira no Paraguai. 2005. 265f. (Tese de Doutorado em Sociologia). UFC, Fortaleza. ALMEIDA NETO, Francisco Barreto de e FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. "Apontamentos acerca da política agrária no Paraguai do pós-guerra (1870)". In: *Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*. São Leopoldo/RS: ANPUH/RS, 2014. BALLER, Leandro. *Cultura, identidade e fronteira*: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005). 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados. CAETANO, Gilmar L. *A Música Regional Urbana e Identidades Culturais de Mato Grosso do Sul*: Questões a partir da Musicologia Histórica. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados. JARA, Alan. "Representações da cultura paraguaia: tradições e memórias na construção identitária de imigrantes e descendentes". Revista eletrônica *História em reflexão*. Vol.6. n.12, UFGD, Dourados jul/dez 2012, 20 f. JARA, Alan. Cidade, história e os lugares de memória de grupos imigrantes: a comunidade paraguaia em Dourados/MS. XIII Encontro Regional de História – Anpuh/Ms. "História e democracia: possibilidades do saber histórico". Coxim – MS. 8 a 11 de novembro de 2016. 10f. MONDARDO, M. L.. "Ser paraguaio no Mato Grosso do Sul: da migração à construção de uma identidade transfronteiriça". *Revista Faz Ciência*, v. 15, p. 69-91-91, 2013. OLIVEIRA, Ailson B. *Território urbano e identidade*: os paraguaios de/em Dourados-MS. 2015. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Dourados. SOUZA, J. C. *A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989 – 1999)*. 2001. 128f. Dissertação. (Mestrado em História) UFMS, Dourados. SPRANDEL, Marcia Anita. "Brasileiros na fronteira com o Paraguai". *Estudos*

estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná e dos departamentos Alto Paraguay, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná. [686] Num sentido geral, as relações entre Brasil e Paraguai são ressaltadas a partir da Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida como Grande Guerra ou Guerra Guasu e Guerra do Paraguai [687].

Aqui, para além da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, interessa a afirmação feita pelo autor acerca da "vasta área de trocas e contatos históricos diversificados entre os dois países". Destas trocas rendem versões acerca das origens da sopa paraguaia, conforme visto na justificativa do projeto de lei:

> o prato faz parte das tradições populares do povo paraguaio. Existem algumas versões onde conta que o prato teve origem em 1840, durante o governo do presidente Carlos Antonio López, quando a distraída cozinheira do chefe de Estado esqueceu-se de tirar do fogo uma sopa comum de milho, que acabou se solidificando. Temendo a reação do presidente, ela apresentou o alimento como uma inovação culinária a qual deu o nome de sopa paraguaia. Alguns dizem que originalmente era mesmo uma sopa como manda o figurino (das sopas), que os soldados paraguaios levavam para os campos de batalha durante a Guerra do Paraguai (1864/1870). Como era difícil transportar algo líquido em uma situação como aquela, aos poucos foi sendo incorporados ingredientes que a tornaram mais sólida, adquirindo a consistência atual. Outra teoria é a de que o termo 'sopa' para os paraguaios da fronteira com o Mato Grosso do Sul, significa torta, e que nós brasileiros chamamos de 'sopa' eles denominam de 'ensopado'. A Sopa Paraguaia é um bolo salgado feito à base de milho sendo bastante consumido na República do Paraguai. Quem conhece a história sabe que parte do Mato Grosso (agora Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) era território paraguaio. Além disso, tais estados possuem hoje, dentro do Brasil, a maior quantidade de migrantes paraguaios radicados, vindo daí a grande influência e presença cultural do Paraguai nesta região brasileira. [688]

Dourados possui mais de 200 mil habitantes e aproximadamente 50 mil paraguaios [689]. A presença paraguaia se justifica pela localização da cidade, a cerca de 100 quilômetros da fronteira territorial brasileira com o Paraguai, entendida como "faixa

---

Avançados. São Paulo, UNESP, n. 20 (57), pp.137-156, 2006. SOUCHAUD, Sylvain. "A visão do Paraguai no Brasil". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, pp. 131-153, jan./jun. de 2011.

[686] BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços:* a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). 1ªed. Curitiba:CRV, 2014, p. 79.

[687] SOUCHAUD, Sylvain. "A visão do Paraguai no Brasil". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, pp. 131-153, jan./jun. de 2011, p.135.

[688] Justificativa. Projeto de lei 067/2017. "Declara a sopa paraguaia como patrimônio cultural imaterial da cidade de Dourados/MS". Protocolo geral nº 3161, 12/06/2017, p.02. (grifos meus).

[689] MONDARDO, M. L.. "Ser paraguaio no Mato Grosso do Sul: da migração à construção de uma identidade transfronteiriça". *Revista Faz Ciência*, v. 15, p. 69-91, 2013.

de fronteira" [690] flexível que não se resume à delimitação político-territorial. Pela proximidade territorial e as confluências entre Brasil e Paraguai em que se misturam paraguaios e brasileiros, resultou-se no registro da sopa paraguaia como patrimônio imaterial da cidade.

Como mencionou Peter Burke em relação às fronteiras, assim como às metrópoles, "são locais específicos [...] particularmente favoráveis à troca cultural" [691]" A tradução cultural, no sentido de adaptação à sua própria cultura, retira elementos de um contexto inserindo-os em outro. Como exemplo, no Mato Grosso do Sul os paraguaios e seus descendentes são comumente referenciados, como no "dia do povo paraguaio" instituído pelo governo do Estado, em 2001, [692] em alusão a comemoração a Independência do Paraguai e às colônias paraguaias instituídas em alguns municípios sul-mato-grossenses. Em Dourados, a colônia paraguaia está localizada no bairro Altos do Indaiá[693] e há ainda "lugares de memória", como a Praça Paraguaia, localizada no Jardim Itália, dentre outras manifestações culturais. [694]

Para Jara

> em Dourados, a criação deste tipo de associação ocorre na década de 1990 (1991, especificamente), num contexto em que outros grupos – nordestinos, japoneses, etc. – também estão se organizando, e parte de uma demanda de resgate e conservação das chamadas tradições. Reproduzidas em espaços como a Colônia Paraguaia, estas servem à

[690] Lei nº 6.634, de 02/05/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/80, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Cabe frisar que a fronteira do Brasil com o Paraguai em Mato Grosso do Sul se dá através de vários municípios, a citar: Mundo Novo, Japorã, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Aral Moreira, Ponta Porã, Antônio João, Bela Vista, Caracol, Porto Murtinho e Corumbá.
[691] BURKE, Peter. *Hibridismo cultural.* São Leopoldo:Ed. Unisinos, 5ª reimp., 2016, p.69.
[692] A data foi instituída por meio da Lei Estadual nº 2.235, de 29 de maio de 2001.
[693] Segundo Alan Jara a organização de associações de colônias paraguaias inicia-se em Campo Grande, em 1973, depois em Dourados, em 1991. Há também colônias em outras cidades, são elas: Naviraí, Corumbá, Aquidauana, Ivinhema, Laguna Caarapã, Nova Andradina, Caarapó, Amambai e Itaporã. JARA, Alan. "Representações da cultura paraguaia: tradições e memórias na construção identitária de imigrantes e descendentes". Revista eletrônica História em reflexão. Vol.6. n.12, UFGD, Dourados jul/dez 2012, p.05.
[694] Em relação à Colônia Paraguaia, em 05 de maio de 2018, houve a inauguração do novo oratório da Nossa Senhora Virgem de Caacupê junto a Noite Cultural Paraguaia que comemorava o Dia do Povo Paraguaio no MS, Dia da Independência do Paraguai e Dia das Mães <https://www.facebook.com/colonia.ddos/>, junto dela, em frente mais precisamente, foi instalado o ervateiro, que depois de vários deslocamentos em diferentes gestões político-administrativas foi ali fixado. No tocante a Praça Paraguaia, por sua vez, está localizada noutro ponto da cidade, no Jardim Itália. A inauguração aconteceu em 1998 e contou com a presença do então presidente da República do Paraguai Juan Carlos Wasmosy, que trouxe a imagem da Virgem de Caacupé e a bandeira de seu país" "História deixa a "marca" nas praças de Dourados. Praças homenageiam governantes, imigrantes e descendentes que ajudaram a construir Dourados". <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/historia-deixa-a-marca-nas-pracas-de-dourados>

> articulação de memórias coletivas e individuais, atuando na construção de discursos e identidades. [695]

A inserção de Dourados na dinamicidade cultural da fronteira pode auxiliar na compreensão do registro, via Câmara Municipal de Vereadores, do tereré, do pucheiro e da sopa paraguaia como patrimônios imateriais da cidade. A construção e autoafirmação de identidades culturais locais não ocorrem sem disputas materiais e simbólicas entre grupos que convivem, divergem e convergem, em especial, quando a cidade é considerada "cidade de todos os povos e de todas as cores" [696].

No processo de construção e de autoafirmação do patrimônio cultural local marcaram presença agentes públicos e políticos, como vereadores, e outras "vozes autorizadas" como historiadores, memorialistas, escritores e jornalistas. A legitimidade buscada por diversos grupos sociais para se autoafirmarem perpassa pela elaboração de espaços de sociabilidade, "lugares de memória" e patrimonialização de bens culturais. A sopa paraguaia, o puchero e o tereré, elementos selecionados como "representantes" da "cultura paraguaia" na cidade de Dourados, foram referências escolhidas. Ao se privilegiar traços culturais atribuídos aos paraguaios e seus descendentes deixou-se de fora outros aspectos. Ao legitimar a sua presença acentuou-se a ausência, como a relação da sociedade douradense, de Mato Grosso do Sul e do Paraguai com a cultura indígena.

Jara analisou elementos da "cultura paraguaia", considerados "tradicionais", como música, gastronomia e religiosidade, na articulação de memórias e na construção de identidades. Geralmente, a "cultura paraguaia" está associada à chipa, [697] a sopa, o bori-bori, o puchero, o locro, a polca, a guarânia, a devoção a virgem de Caacupê e o idioma guarani. [698] Por mais que a culinária seja um aspecto representativo da cultura de

---

[695] JARA, Alan. Cidade, história e os lugares de memória de grupos imigrantes: a comunidade paraguaia em Dourados/MS. XIII Encontro Regional de História – Anpuh/Ms. "História e democracia: possibilidades do saber histórico". Coxim – MS. 8 a 11 de novembro de 2016, p.04.

[696] Edição da *Revista Arandu* organizada por Carlos M. Amarilha, Luciano Serafim e Nicanor Coelho. De acordo com o site da revista, "O "I Prêmio Literário Livraria do Escritor" realizado pelo Grupo Literário Arandu alcançou os seus objetivos de incentivar jovens escritores douradenses das Escolas Municipais e Estaduais de Dourados-MS e dos Distritos a trilhar no caminho da literatura, de cantar ícones de pertencimentos do orgulho de "ser douradense" e assim, fortalecer as múltiplas identidades culturais douradenses com beleza, paz e amor", em 2015 <http://www.grupoliterarioarandu.com.br/lerNoticias.asp?NotID=46> acesso em 28 de maio de 2018.

[697] Em Dourados, assim como noutras cidades há também as chiparias espalhadas que comercializam o "salgado" a R$ 1,00 além dos supermercados e panificadoras.

[698] JARA, Alan. Op. Cit. 2012, p.09.

qualquer sociedade e represente suas especificidades, para o autor "[...] nenhum grupo está fechado a trocas, dizer isso equivaleria a reforçar os estereótipos e negar a fronteira enquanto espaço de intercâmbios culturais. O paraguaio não pode ser culturalmente relacionado somente à chipa, à polca e à galopeira [...]" [699].

Para Burke "[...] as fronteiras são, frequentemente, palcos de encontros culturais" [700]. As fronteiras como "zonas de contato" são marcadas por "encontros culturais" e não apenas demarcadas por limites político-territoriais, sendo, muitas vezes, "regiões com uma cultura própria, claramente híbrida" [701]. Neste sentido, o autor aponta a existência de terminologias variadas utilizadas para a análise de processos de interação cultural, numa variedade de objetos, teorias, situações, reações e possíveis resultados da hibridização.

Ao invés de considerar as hibridizações, o projeto de lei se justificou na "busca pelas origens" da "sopa paraguaia", distinguindo-a não apenas pela nomenclatura, mas por não ser líquida ou um caldo, mas uma espécie de "bolo salgado", a base de milho. A "autenticidade" da "sopa sólida" e do fato dela ser consumida e associada ao Paraguai pode ter colaborado para o pronunciamento de Patrícia Stnaley, advogada, titular da Direção Nacional de Propriedade Intelectual (DINAPI). De acordo com o jornal *Midiamax*, ao referenciar o portal de notícias *extra.com.py*, Stnaley admitiu a impossibilidade de "impedir que a sopa, o tereré e o pucheiro possam ser feitos ou consumidos em outro país". Porém, adiantou que o Paraguai "poderá solicitar uma intervenção da UNESCO para que julgue o caso" [702]. Ainda, segundo o periódico, para ela,

> "os douradenses não podem apropriar-se da sopa paraguaia nem do tereré porque a lei não foi emanada da UNESCO [...]. Esta é uma mera declaração que não tem valor jurídico internacional. Estamos seguindo os passos para ser declarado patrimônio do Paraguai" [703].

---

[699] Idem, p.10.
[700] BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* 2ªed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.154.
[701] Idem, ibidem.
[702] Cf. <http://www.midiamax.com.br/justica/paraguaios-acusam-vereadores-dourados-roubarem-sopa-terere-pucheiro-348923> referencia a seguinte notícia <http://www.extra.com.py/actualidad/en-brasil-declaran-a-la-sopa-paraguaya-como-patrimonio-cultural.html>
[703] Cf. <http://www.midiamax.com.br/politica/vereadores-querem-apenas-ganhar-votos-declarar-sopa-paraguaia-patrimonio-349104>

Aos historiadores culturais, diz Peter Burke, na tradução cultural, o que "certamente precisam fazer é levar em conta os pontos de vista contrários dos doadores – ou seja, dos indivíduos da cultura da qual um determinado item foi apropriado – e dos receptores. Para os doadores, qualquer adaptação ou tradução de sua cultura seria um erro, enquanto que os receptores podem igualmente perceber seus próprios ajustes como correção dos enganos" [704].

Em se tratando de patrimônio cultural, sobretudo, pela representatividade e produção técnica de normativas, as organizações internacionais, [705] como a UNESCO,[706] têm participação significativa, em especial na adesão de países signatários a suas convenções. Uma das mais citadas convenções, talvez por sua amplitude, ocorreu em 1972 e aprovou o título de patrimônio mundial, a inserção da cultura vista de modo diversificado e plural e a preocupação com a natureza, na qual o Brasil aderiu em 1977.[707] Ser signatário em convenções da UNESCO não inviabiliza que países orientem, recomendem e legislem em favor de seus patrimônios culturais.

Ter um patrimônio cultural mundial garante não apenas determinado prestígio, mas rentabilidade econômica através de práticas turísticas. O título é mantido via ações conjuntas com a preservação e gestão do patrimônio cultural eleito mundial. No entanto, a própria UNESCO foi criticada pela predominância do patrimônio cultural mundial a países localizados na Europa e América do Norte. [708] Nos anos 1990, não por acaso, questionou-se a autenticidade do termo patrimônio cultural mundial, exigindo-se respeito à diversidade cultural e a diversidade do patrimônio, com sensível inserção no

[704] BURKE, Peter. Op. Cit. 2016, p.59-60.
[705] Lino citou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro de Bens Culturais – ICCROM, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, a Organização dos Estados Americanos – OEA e o Conselho da Europa. LINO, Fernanda N. da Costa. Op. Cit. p. 44.
[706] A UNESCO é uma agência especializada das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. Portanto, a Organização se preocupa em somar esforços com o governo brasileiro e com a sociedade civil em torno de objetivos comuns para o desenvolvimento do país, alinhados aos objetivos estabelecidos pelos Estados-membros da UNESCO e das Nações Unidas. Cf. <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/strategy-in-brazil/> acesso em 10 fev. 2018.
[707] SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade.* 2ªed. São Paulo: Petrópolis/EdUSP, 2012.
[708] De acordo com Porta, "em 2007 o Brasil ingressou como membro no Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, tendo como pauta de seu mandato uma atualização dos conceitos, práticas e metodologias que orientam a ação do comitê, visando: ampliar a representatividade da Lista do Patrimônio Mundial, na qual predominam bens situados na Europa e na América do Norte (49%). A participação da América Latina e Caribe é de 14%; a do continente africano, de 9%, e a dos países árabes, de apenas 7%". PORTA, Paula. Op. Cit. p.114.

debate do patrimônio cultural imaterial e a possibilidade de outras manifestações culturais para além das leituras norte-americanas e europeias. [709]

Muito embora o jornal *Midiamax* tenha noticiado a posição de Stnaley, os registros de qualquer indicação sobre o Paraguai não estão divulgados no site da UNESCO. [710] O Brasil pode legislar sobre o seu próprio patrimônio cultural e, neste caso, nada impede constitucionalmente que o município de Dourados registre a sopa paraguaia como patrimônio cultural imaterial. [711]

De acordo com o jornal *Douradosnews* "houve um certo exagero na interpretação da população do país vizinho". Em entrevista, o vereador proponente do projeto destacou:

> a interpretação é livre, mas minha intenção foi homenagear a colônia paraguaia, da qual também faço parte. Em nenhum momento pensamos em 'patentear' a sopa paraguaia ou o pucheiro, pelo contrário, foi uma forma de oferecer honraria a esses pratos vendidos em bares, restaurantes, supermercados e tantos outros estabelecimentos comerciais de nossa cidade e do Estado[712].

A patrimonialização da sopa paraguaia trouxe à tona o debate da autenticidade[713] associada à cultura, numa perspectiva que, por vezes, ignora a sua

---

[709] Conferência de Nara, Japão, 1994. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf > Carta de Brasília, 1995 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf

[710] http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=py> acesso em 02 fev. 2018. Segundo o IPHAN a Lista Indicativa do Patrimônio Mundial da UNESCO "[...] funciona como um instrumento de planejamento de preparação de candidaturas, assemelhando-se a um inventário, e é composta pela indicação de bens culturais, naturais e mistos, apresentados pelos países que ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO. Cf. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1656/seis-bens-brasileiros-sao-incluidos-na-lista-indicativa-do-patrimonio-mundial-da-unesco> Há inclusive manuais de preparação para a candidatura para o patrimônio mundial. Cf. *Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial*. – Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2013. Disponível em <whc.unesco.org/document/124260>

[711] SOUZA, Fernando Machado de; SOUZA, Valéria Bononi Gonçalves de; CHUEIRI, Miriam Fechio. "A lei da sopa paraguaia: análise da compatibilidade constitucional e convencional do patrimônio imaterial no município de Dourados – MS". *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*/RJDSJ. Curso de Direito. v. 5. Suplemento Especial - Resumos da 3ª Mostra Científica 2017. UEMS, Dourados/MS. Resumo expandido 2pg. Disponível em <http://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/1998/0>

[712] Polêmica. "Paraguai ameaça ir à Unesco contra lei da sopa paraguaia". 28 de julho de 2017. <http://www.douradosnews.com.br/dourados/paraguai-ameaca-ir-a-unesco-contra-lei-da-sopa-paraguaia-em-dourados/1041495/> acesso em 01 ago. 2017.

[713] GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. I, n. 2, p. 264-275, 1988. GONÇALVES, Cristiane Souza. Autenticidade. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. E, "Autenticidade de acordo com a Convenção do Patrimônio Mundial".

dinamicidade, as hibridizações e traduções culturais. Além disso, implicou no tratamento dado ao patrimônio cultural imaterial em sua natureza específica, embora a ideia de patrimônio cultural englobe tanto o material quanto o imaterial e há quem defenda um "conceito uno" considerando a "natureza" de cada patrimônio cultural.

A UNESCO considera a autenticidade um critério fundamental para a titulação de "patrimônio cultural mundial da humanidade", mas no que tange ao patrimônio cultural imaterial a autenticidade não deve ser considerada, haja vista que este é "recriado permanentemente pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história (UNESCO, 2003, art.2)". [714]

Pautando-se nessa prerrogativa, Chiarra Bortolotto destacou que "dentre as inúmeras implicações da instituição do patrimônio cultural imaterial – PCI para pensar o futuro do patrimônio, a eliminação da autenticidade como critério para a identificação do patrimônio abre, assim, perspectivas inéditas que colocam um grande desafio à retórica patrimonial autorizada, ao introduzir novas ambigüidades" [715], gerando, por exemplo, "tensões com os regimes patrimoniais existentes" [716]. Bortolotto enfatiza "uma contradição intrínseca ao discurso da UNESCO". Para a autora

---

In: *Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. UNESCO. Comitê intergovernamental para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Lisboa, abril de 2012, p.76-83. Disponível em < whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc >SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. ABREU, Regina. "'Tesouros humanos vivos' ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção dos 'mestres da arte'". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio:* ensaios contemporâneos. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 83-96. *Patrimônio Imaterial*: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006. 140 páginas. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Patrimônio Cultural Imaterial*: para saber mais. 3ª ed. Brasília, DF: Iphan, 2012. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. Iphan. Fev./2000. VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

[714] BORTOLOTTO, Chiara. "Patrimônio e o futuro da autenticidade". SCHLEE, Andrey R. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio: desafios e perspectivas, nº36, 2017, 25. E VIANNA, Letícia C. R. "Patrimônio Imaterial". In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

[715] BORTOLOTTO, Chiara. "Patrimônio e o futuro da autenticidade". SCHLEE, Andrey R. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio: desafios e perspectivas, nº36, 2017, p.23.

[716] Idem, p.27.

> [...] se a eliminação da autenticidade como critério de seleção patrimonial era necessária para ir mais além no regime da preservação do patrimônio, ela se revela problemática para responder às necessidades e expectativas de seus detentores, que estão colocados no coração desse dispositivo e que fazem uso estratégico dessa noção. Por um lado, a Convenção, centrada nas comunidades, visa dar-lhes voz principal na atribuição do valor patrimonial e na gestão do patrimônio, dando prioridade a seus objetivos e a suas lógicas sobre aquela dos especialistas da preservação; por outro lado, ela proíbe um dos valores considerados primordiais para essas mesmas comunidades. Essa ambiguidade torna-se embaraçosa quando esses atores reivindicam direitos de propriedade intelectual para beneficiar ganhos de monopólio sobre sua cultura, questão delicada que não tem sido voluntariamente abordada no âmbito da Convenção, tanto pela dificuldade jurídica de associar direitos de propriedade aos processos culturais evolutivos e coletivos frequentemente não apropriados ou não apropriáveis, como por razões de ordem institucional, visto que haveria implicações ao intervir na esfera de competência da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. [717]

Nesse sentido, a questão do patrimônio cultural imaterial e a propriedade intelectual apresentam-se como complexa. Em parte, a complexidade está no trato da propriedade intelectual quando associada ao indivíduo e não a coletividade, e o patrimônio cultural imaterial se insere na dinamicidade da cultura e no reconhecimento da diversidade cultural. Mas, a questão se estende como apontou Silva:

> na medida em que a regulamentação mundial sobre propriedade intelectual passou a fazer parte do escopo da OMC, foi dada uma relevância muito maior ao aspecto econômico destes direitos [...] a UNESCO e suas Convenções acabam de certa forma enfraquecidas em relação à OMC, por não terem o aparato coercitivo e a abrangência desta [...] a UNESCO faz parte da ONU, que tem uma abrangência de quase 200 países. Porém, estes não estão obrigados a adotar as Convenções da UNESCO, nas quais são encontradas mais políticas de atuação e nem tantas regras específicas, sem qualquer sanção prevista ao descumprimento de algum dos preceitos [...] as Convenções se tornam colchas de retalhos, em que cada país adota os dispositivos que forem mais pertinentes aos próprios interesses, o que diminui gravemente a eficácia das normas. [718]

[717] Idem, p.34.
[718] SILVA, Guilherme C. "Direitos autorais e diversidade cultural". In: Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009, p. 9755. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/2959.pdf >

No entanto, para o autor, "a mera dificuldade em identificar a autoria de determinada obra não pode ser utilizada como argumento para que não haja proteção". No Brasil, por exemplo, a proteção dar-se-ia através da "defesa dos direitos difusos e coletivos", por meio da intervenção do Ministério Público. Ainda, segundo Silva, a intervenção do MP

> [...] tem grande relevância, visto que é uma forma de o Estado utilizar seu aparato jurídico para dar suporte [...] à cultura [...]. Outro ponto que deve ser salientado é que ultimamente há um forte processo de construção de "mecanismos capazes de tutelar os chamados direitos difusos e coletivos", tais como os direitos ambientais e do consumidor. Para temas como estes o prisma da tutela deve ser o todo e não cada indivíduo de forma separada. Este enfoque é fundamental para que não haja distorções e haja um maior equilíbrio dos setores mais frágeis da sociedade em relação a grandes oligopólios econômicos. Retoma-se o ponto já abordado de que os direitos autorais podem ser defendidos por associações formadas pelos autores e da importância de que o Estado e os organismos internacionais envolvam-se nestes conflitos, de forma a não deixarem os interessados em uma posição solitária e consequentemente fragilizada, sem condições de garantir e/ou negociar de forma justa seus interesses com grandes conglomerados que tenham fins meramente comerciais. Diante do agigantamento das empresas e da formação de uma sociedade massificada, ocorrida nos últimos tempos, houve uma maior proteção para os direitos coletivos, como aconteceu com os direitos do consumidor e do meio ambiente. Isso foi proveniente da extrapolação do poderio econômico, passando do nível individual para atingir o âmbito de toda uma coletividade. Assim sendo, surgem mecanismos capazes de tutelar os chamados interesses difusos e coletivos. [719]

De acordo com Garrone e Junqueira, a proteção ao patrimônio cultural imaterial no Brasil ainda é deficitária, ocorrendo apropriações e usos indevidos do patrimônio cultural imaterial, desde as "tradições culturais" de determinados povos indígenas, ao frevo, ao acarajé, entre outros. Ao referenciar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, os autores atentam para os problemas enfrentados diante da ambiguidade da lei de direitos autorais no Brasil. Para eles, "o imbróglio se dá então na atribuição da autoria, já que tais expressões geralmente foram criadas há muito tempo e se desconhece o autor originário ou, mais comumente, a tradição é uma multiplicidade

[719] Idem, ibidem.

de vozes em que é impossível identificar as contribuições individuais" [720]. E mais, "[...] a lei de direitos autorais, que inicialmente parecia adequada quanto aos objetivos demandados e aos mecanismos existentes para garantir direitos coletivos às coletividades criativas, mostra-se inadequada para proteger o patrimônio cultural" [721].

Seguindo a UNESCO, o dossiê da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural Imaterial do IPHAN, de 2006, ressalta dois princípios no tratamento do patrimônio cultural imaterial, um vinculado a sua natureza e outro acerca da autenticidade. O primeiro princípio do patrimônio cultural imaterial "vincula-se a própria natureza desse tipo de bem". De acordo com o dossiê:

> [...] uma reflexão conceitual sobre os diversos tipos de bens culturais que compõem o universo do chamado patrimônio imaterial [...] possibilitou reuni-los em quatro categorias básicas, de acordo com sua natureza, características e demandas de registro, apoio e valorização. Essas categorias correspondem aos saberes ou aos conhecimentos e modos de fazer tradicionais; as festas e celebrações; as formas de expressão literárias, musicais, plásticas, cênicas ou lúdicas e aos lugares ou espaços de concentração de práticas culturais coletivas. [722]

A identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio somam-se a documentação e acompanhamento e menos intervenção no patrimônio cultural imaterial. O segundo princípio, o da autenticidade, não seria aplicado ao patrimônio cultural imaterial. Para tanto,

> é a não aplicabilidade ao patrimônio imaterial do conceito de autenticidade, tal como comumente utilizado no campo da preservação. Neste caso, a noção de autenticidade deve ser substituída pela ideia de continuidade histórica, identificada por meio de estudos históricos e etnográficos que apontem as características essenciais da manifestação, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vinculam. Essa noção de continuidade histórica e o reconhecimento da

[720] GARONE, Taís; JUNQUEIRA, Pedro. "Patrimônio Cultural, patrimônio de quem? Apropriação e uso indevido de Bens Culturais Imateriais". In: *30ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2016, João Pessoa. Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016. p. 19.
[721] Idem, p. 20.
[722] *Patrimônio Imaterial*: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006, p.19. O Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000, determina que o 'Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial' seja constituído em quatro livros: 'I – Livro de registros de saberes; II – Livro de registro das celebrações; III – Livro de registro das formas de expressão; IV – Livro de registro dos lugares. In: OLIVEN, Ruben G. "Patrimônio intangível: considerações iniciais". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio:* ensaios contemporâneos. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.81.

> dinâmica própria de transformação do bem imaterial conduziram à proposição de uma ação fundamental: o acompanhamento periódico da manifestação para avaliação de sua permanência e registro das transformações e interferências em sua trajetória. Esses princípios básicos permitiram caracterizar o instituto do registro não como um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas como instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. [723]

Não cabe aqui tratar das especificidades da UNESCO e de suas relações com o Brasil, mas não se pode negar as contribuições e influências sobre o patrimônio cultural.[724] No Brasil, além de vários patrimônios mundiais, [725] há projetos de cooperação entre a UNESCO, o Governo Federal (Ministério da Cultura), os governos estaduais, as prefeituras, dentre outras instituições. Assim como a UNESCO, o IPHAN estabelece parcerias, por exemplo, a superintendência de Mato Grosso do Sul destacou a parceria com o Paraguai, desde 2007, para a proteção de bens vinculados a Guerra do Paraguai. [726]

Diante da afirmação da autoridade paraguaia publicada pelo *Midiamax* não se reconhece a dinâmica cultural num espaço de fronteira, neste caso, Brasil-Paraguai, e a presença marcante em Mato Grosso do Sul de uma "comunidade paraguaia e de seus descendentes". Em Dourados, em notícia publicada em 2013, os paraguaios ainda eram a maioria se comparados a outros imigrantes, [727] muito embora a instituição do patrimônio cultural imaterial não seja suficiente para expressá-los.

A presença paraguaia em Dourados e no Mato Grosso do Sul é utilizada como justificativa para a patrimonialização de determinados bens culturais a eles relacionados, como visto nas falas do vereador Cirilo Ramão e do historiador Carlos

---

[723] *Patrimônio Imaterial*: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 4ª ed. 2006, p.19.

[724] MACHADO, Jurema. "A UNESCO e o Brasil: trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural". In: FUNARI, P. P. A. (Org.); PELEGRINI, S. (Org.); RAMBELLI, G. (Org.). *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, v. 1. p. 116- 128, 2009. MACHADO, Jurema. "Feito em casa: o Iphan e a cooperação internacional para o patrimônio". In: SCHLEE, Andrey R. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN: 1937-2017, nº 35, 2017, p. 245-284.

[725] Sobre o "Patrimônio mundial no Brasil"
Cf. <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/> acesso em 15 de novembro de 2017. Além dos inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. Cf. <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/intangible-cultural-heritage-list-brazil/#c1414250> acesso em 15 nov. 2017.

[726] PORTA, Paula. Op. Cit. p.188.

[727] Cf. <http://www.progresso.com.br/especiais/edicoes-especiais/imigrantes-paraguaios-ainda-sao-maioria>.

Magno Mieres Amarilha, em que identificaram como pertencentes ao grupo paraguaio que homenageiam, neste caso, a partir de suas declarações o representam politicamente.

De acordo com o vereador Cirilo Ramão, em entrevista ao jornal *O Progresso*, "o nosso propósito é enaltecer uma cultura que predomina em nossa cidade". Para ele "apesar da repercussão negativa, eu me orgulho, pois pude honrar a memória do povo ao qual eu sou descendente e admiro" [728].

Carlos Magno Mieres Amarilha, no *DouradosAgora*, reforçou as afirmações do vereador. Para ele,

> até autoridades de Estado do nosso vizinho Paraguai não entenderam o espírito da lei. Não se quer patentear a sopa paraguaia, o que seria um absurdo, e sim reconhecer a contribuição da cultura paraguaia no seio da população douradense. É a valorização da cultura Paraguaia que está presente na cidade de Dourados desde que foi fundada, quando ainda era vila, depois patrimônio, distrito, município. Não é apropriação. É, reforço, reconhecimento e mecanismo para que a sopa paraguaia não seja esquecida e salvaguardada como um patrimônio cultural de Dourados. [729]

Como apontou Campos, "[...] a identidade social é utilizada pelas políticas públicas para justificar as práticas patrimoniais" [730]. Ainda, para Amarilha,

> a cultura e a memória são elementos que fazem com que as pessoas se identifiquem umas com as outras, ou seja, reconheçam que têm e partilham vários traços em comum. O tereré, o pucheiro, a sopa paraguaia e outros bens imateriais como a chipa, a música e a dança são ícones simbólicos de nossa irmandade com os paraguaios e toda iniciativa que reafirme esse vínculo histórico inegável é bem vinda. [731]

O que pareceu consenso no Legislativo Municipal não se mostrou semelhante para além de suas instâncias, como na imprensa, no Conselho Municipal de Preservação

---

[728] "Vereador lamenta repercussão negativa sobre a lei da Sopa Paraguaia". *O Progresso.* 01 de agosto de 2017. Disponível em <http://www.progresso.com.br/caderno-a/politica/vereador-lamenta-repercussao-negativa-sobre-a-lei-da-sopa-paraguaia> acesso em 01 ago. 2017.
[729] "Historiador esclarece 'Lei da Sopa Paraguaia'. *Douradosagora.* 4 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/historiador-esclarece-lei-da-sopa-paraguaia> acesso em 04 ago. 2017.
[730] CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Op. Cit. 2017, p. 02.
[731] "Historiador esclarece 'Lei da Sopa Paraguaia'. *Douradosagora.* 4 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/historiador-esclarece-lei-da-sopa-paraguaia> acesso em 04 ago. 2017.

do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, na "comunidade paraguaia" e na população em geral.

As apropriações e disputas culturais na dinâmica de fronteira, em que Dourados está inserido se refletiram nos projetos de lei aprovados. [732] A fronteira é dinâmica, flexível, lugar de disputas e de reivindicações. A sopa paraguaia, "homenagem aos paraguaios e descendentes radicados em Dourados", o pucheiro e o tereré são traços dessa fronteira fluída, sendo encontrados à venda em padarias e supermercados da cidade.

Ainda para Burke "nenhuma cultura é uma ilha", pois "já há muito que a maioria das culturas deixaram de ser ilhas. Com o passar dos séculos, tem ficado cada vez mais difícil se manter o que poderia ser chamado de 'insulação' de culturas com o objetivo de defender essa insularidade" [733]. E mais, "[...] as tradições são como áreas em construção, sempre sendo construídas e reconstruídas, quer os indivíduos e os grupos que fazem parte destas tradições se deem conta disto" [734]. Assim, "não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre os grupos, e sim, pelo contrário, um *continuum* cultural" [735]. Como visto na justificativa para a patrimonialização do pucheiro,

> prato feito a base de carne com ossos, tradicional na culinária pantaneira e fronteiriça, comida típica do Paraguai, foi inserida na cultura brasileira por ser barato e simples de preparar, o pucheiro foi deixado de ser apenas uma comida dos imigrantes e ganhando cores e sabores até se transformar no século XX em um prato básico das famílias de todas as classes sociais de nossa cidade e Estado. [736]

Cabe lembrar que o vereador Cirilo Ramão, que propôs o projeto de lei, reiterou a importância do registro e sua ligação pessoal ao identificar-se como descendente de paraguaios, evidenciando a influência paraguaia em Dourados.

[732] O projeto nº030/2017 tornou-se a lei municipal nº 4.100 de 12 de junho de 2017 que "Declara o Tereré como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Dourados/ MS". Cf. Diário Oficial do Município de Dourados ano XIX, nº4475, de 19 de junho de 2017, p.02. Os projetos de lei nº065 e nº067, tornaram-se as leis municipais nº4111 de 18 de julho de 2017 que "declara o pucheiro (puchero) como patrimônio cultural imaterial da cidade de Dourados – MS" e a nº 4112 de 18 de julho de 2017 que "declara a sopa paraguaia como patrimônio cultural imaterial da cidade de Dourados – MS". Ambas foram publicadas no diário oficial do município de Dourados, ano XIX, nº4501 de 25 de julho de 2017, p.01. Além do Decreto Legislativo nº 955, de 24 de julho de 2017, que "institui o Diploma Jopará (Yopara) às personalidades do Povo Paraguaio no Município de Dourados". Cf. Diário Oficial nº4508, de 03/08/2017, p.17.
[733] BURKE, Peter. *Hibridismo cultural.* São Leopoldo:Ed. Unisinos, 5ª reimp., 2016, p. 101.
[734] Idem, p. 102.
[735] Idem, p.14.
[736] Projeto de Lei nº 065/2017.

Conforme notícia veiculada no site da Câmara de Vereadores de Dourados, ao longo das discussões do projeto de lei, "Cirilo, que possui origem paraguaia, lembrou que o prato foi trazido pelos imigrantes e acabou sendo incorporado na culinária sul-mato-grossense, principalmente em Dourados, que possui influência direta do país vizinho"[737].

Assim como a sopa paraguaia, não são visíveis pesquisas acadêmicas que tratam do pucheiro. Largamente consumido por determinados grupos sociais, pode ser comprado como carne com osso, feito de diferentes cortes de carne bovina, vendido a preços populares se comparado com o preço de qualquer corte. É utilizado na feitura de caldos e consumido com mais frequência em dias mais frios do ano. O tereré, por sua vez, já foi objeto de estudo de trabalhos acadêmicos associados à extração e ao cultivo da erva-mate e ao "trabalhador paraguaio e indígena" [738]. Como constou na justificativa do projeto de lei:

> o Tereré faz parte, há décadas, do dia-a-dia das famílias douradenses. Oriundo das culturas paraguaia e indígena, as rodas de tereré são responsáveis por inúmeros momentos de lazer ao ar livre, bem como a integração entre famílias e amigos. O Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado do Brasil a conhecer a bebida, sendo esta levada pelos paraguaios e índios guaranis kaiowás, que passaram a pertencer ao país quando da nova definição da fronteira entre Brasil e Paraguai, anexando imensos ervais nativos ao Brasil. E também todo ciclo brasileiro da erva-mate do tereré teve início na cidade de Ponta Porã, que faz fronteira com Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia; depois, expandiu-se para outras cidades e estados. E também há o fato de que Ponta Porã, quando descobriu o tereré, era ainda território paraguaio. Em Mato Grosso do Sul, é consumido a todo momento, sendo uma

[737] "Cirilo Ramão solicita que puchero vire patrimônio cultural imaterial de Dourados". 20/06/2017. Disponível em <http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/cirilo-ramao-solicita-que-puchero-vire-patrimonio-cultural-imaterial-de-dourados> acesso em 10 jun. 2018.

[738] ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra*: os trabalhadores da Mate Larangeira. Londrina, Ed. da UEL, 1997. JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate*: o outro lado. A presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, Dourados. FERNANDES, José A. *Erva-mate e frentes pioneiras*: dois mundos em um só espaço (1943 a 1970). 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) UFGD, Dourados. EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; ESSELIN, Paulo Marcos. "Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso". *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 278-318, jul./dez. 2015. Além de algumas das produções de Paulo R. C. Queiroz: *As curvas do trem e os meandros do poder*: o nascimento da estrada de ferro noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande: Editora da UFMS, 1997. "Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146, 2010. "A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares". In: DANTAS, C.; ABREU, M. (Org.). *Primeiro Encontro de Pós-doutores do PPGH/UFF*. Niterói: PPGH/UFF, 2010. p. 1- 19.

> bebida apreciada por todos, desde crianças até os mais velhos. Sempre o mais novo serve o mais velho. Só se pode parar se agradecer e todos da roda de tereré ouvirem. O estado é até hoje o maior produtor de erva-mate fora da Região Sul do Brasil. A bebida aproxima muito os jovens, pois é muito comum ver, pelas cidades do estado, em tardes de sábados e domingos, rodas de jovens consumindo o tereré e falando diversos assuntos: esporte, política, televisão, entre outros. Uma erva muito conhecida é a Erva Mate Kurupi, de origem paraguaia, mas que tem uma fábrica na cidade de Dourados. Faz-se elo indissociável nos lares douradenses, está presente no comércio, oficinas, canteiros de obras e escritórios, é democrático e essencial ao sentimento de pertencimento do douradense. E, de fato, Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Dourados, o Tereré. [739]

O tereré é considerado uma bebida típica do Mato Grosso do Sul e do Paraguai. A bebida da erva-mate extraída de locais da fronteira-sul do Brasil com outros países expressa, particularmente, como apontou Carlos Barros Gonçalves, "a presença de elementos paraguaios e indígenas na cultura sul-mato-grossense". De acordo com o autor, o registro do tereré como patrimônio imaterial de Mato Grosso do Sul ocorreu em 2011. [740] Além do tereré, a cerâmica Terena, a viola de cocho, o sobá e o banho de São João de Corumbá são considerados patrimônios culturais imateriais do Estado. [741] Além disso, segundo Gonçalves, o tereré também é considerado patrimônio cultural no Paraguai, pois "[...] a bebida foi considerada, desde 2010, patrimônio da nação (Lei 4261 do Congresso Nacional) e ganhou um dia específico como homenagem. Todo o último sábado do mês de fevereiro comemora-se o Dia Nacional do Tereré" [742].

Em Dourados, as patrimonializações realizadas via Legislativo Municipal envolvendo a concepção de patrimônio cultural local, assim como, seus usos, implicaram em seleções, quem faz ou participa dita o que se considera e o que se deve instituir como patrimônio cultural local. Tanto o poder público quanto a imprensa

[739] Acessado por < http://legis.camaradourados.ms.gov.br/lawPdf/368> O projeto é o mesmo, mas é visto como "projeto de decreto" e "projeto de lei ordinária do legislativo" Disponível em <http://legis.camaradourados.ms.gov.br/?projects=true&type=&number=&year=2017&owner=1&text=terer%C3%A9> Ver também <https://www.midiamax.com.br/variedades/2017/terere-e-declarado-patrimonio-imaterial-e-cultural-de-dourados/ >.

[740] Publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 1 de abril de 2011, através do Decreto nº 13. 140 de 31 de março, assinado pelo Governador André Puccinelli que determinou o registro do Tereré de Ponta Porã como patrimônio imaterial histórico e cultural de Mato Grosso do Sul (DOE, 1/4/11. Decreto nº. 13.140, p. 56). In: GONÇALVES, Carlos B. *Nas rodas de Tereré: conversas sobre história e patrimônio cultural em Mato Grosso do Sul*. 2011-2012. 56f. Monografia (Especialização em Patrimônio, Memória e Gestão Documental). Universidade Tuiuti do Paraná. p.05.

[741] Idem, ibidem.

[742] Idem, ibidem.

atuaram na questão e representaram interesses particulares ou de grupos sociais, elegendo o que consideraram representativo à Dourados.

Dito isso, o debate em conjunto com a população, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e a produção de inventários [743] pouco antecedeu ao ato legislativo, ou seja, o projeto de lei transformado em lei municipal, na Câmara Municipal de Dourados.

Diante das leis municipais, utilizadas como instrumento de tombamentos e ou registros do patrimônio cultural local, observa-se personagens, histórias, memórias e identidades construídas, preservadas, reivindicadas e instituídas por agentes políticos e públicos.

Neste sentido, o patrimônio cultural local é "a janela para ver o mundo", como pontuou Raphael Samuel, [744] e não difere, a princípio, do que costumeiramente é prática instituída no Brasil e no Ocidente no tocante ao patrimônio cultural, em que o poder público atua definindo, fomentando, gerenciando e normatizando o patrimônio cultural. No entanto, de acordo com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, a importância dos valores e interlocutores locais vêm antes dos mundiais. Para o autor,

> como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda? Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal? [...] aliás, é necessário repensar a escala de alcance dos bens culturais (municipal, estadual, federal), quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência [...] é preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A grande referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais[745].

Meneses chamou atenção para a "problemática do valor", fundamental dentro do campo do patrimônio. Fala-se em "valor municipal", em "interlocutores locais", entretanto o poder público municipal, representante do Estado, não poder ser o protagonista, em detrimento, das pessoas e de suas práticas sociais. É a sociedade que

[743] TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.
[744] SAMUEL, Raphael. "História local e história oral". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v.9, nº19, pp.219-243, set.89/fev.90, p. 229.
[745] MENESES, Ulpiano T. B. de. 2012. Op. Cit. p. 29-30.

deve atuar na construção de valores culturais a tornarem-se patrimônio. Ainda, para Meneses:

> o estado e o governo podem participar da criação desses valores, privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais. Estas é que são o ventre gerador. O poder público, agora tem um papel declaratório e lhe compete, sobretudo, proteção, em colaboração com o produtor de valor, a comunidade (para usar um termo problemático pela sua ambiguidade e utilizado pelo constituinte). Entretanto, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o 'patrimônio cultural nacional'. [746]

Neste sentido, o campo do patrimônio não esboça "fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos". É, antes, uma arena de conflito, avaliação, valoração. Por isso mesmo, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político. [747]

Entretanto, a aprovação do projeto de lei, como divulgada no *Midiamax*, esteve ligada a interesses político-partidários e cita, novamente, Patrícia Stnaley. Segundo o jornal,

> a advogada Patrícia Stnaley, titular da Direção Nacional de Propriedade Intelectual (DINAPI) do Paraguai disse na edição de ontem do jornal Extra que a intenção real dos vereadores douradenses ao declararem a sopa paraguaia como patrimônio imaterial da cidade é de "ganhar votos". Patrícia disse que os políticos de Dourados querem tirar vantagem eleitoral com a grande comunidade paraguaia que vive no município. A polêmica no país vizinho continua e as leis aprovadas pela Câmara de Vereadores que tornam não apenas sopa como também o tereré e o pucheiro como patrimônio imaterial da cidade não foi bem aceita pelos paraguaios. Patrícia assinalou que os paraguaios e seus descendentes votam nas eleições municipais e esse deve ser o motivo para as leis serem aprovadas. [748]

Cabe frisar que na notícia citada, publicada pelo jornal Extra.py, nada há sobre as disputas político-partidárias. [749] Na atuação do poder público local em Dourados

---

[746] Idem, p. 34.
[747] Idem, p. 38.
[748] Cf. <http://www.midiamax.com.br/politica/vereadores-querem-apenas-ganhar-votos-declarar-sopa-paraguaia-patrimonio-349104>
[749] *¿Quién se resiste al delicioso olor que despide una recién hecha sopa paraguaya, sobre todo si es al tatacuá? Más de uno cae siempre rendido ante la tentación de probar un bocado de este plato tan típico nuestro, o al menos, era nuestro. El municipio brasileño de Dourados, estado de Mato Grosso del Sur, en sesión del 18 de julio, por unanimidad aprobó que la "sopa paraguaia" pase a formar parte del*

sobressaem-se usos políticos do patrimônio local. Tombados e registrados aqui e acolá em diferentes gestões político-administrativas, por vezes, os interesses foram político-partidários por envolverem diretamente vereadores e/ou prefeitos municipais sem, contudo, reduzir o campo do patrimônio cultural a um único denominador comum. Conforme afirmou Meneses, "como os valores não são previstos geneticamente, mas são criados, eles precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados, transformados – não impostos" [750].

Anterior à sanção dada pela prefeita Délia Razuk e a publicação em diário oficial da lei municipal que registrou a sopa paraguaia como patrimônio imaterial da cidade de Dourados, sabe-se que ocorreu debate numa das reuniões do Conselho Municipal, em julho de 2017, embora não constada em ata. [751] O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados sequer emitiu parecer a respeito, embora conste em regimento interno do Conselho Municipal o Artigo 9, o mesmo Artigo 3A da Lei Complementar nº 02/90, alterada em 2013:

> todo tombamento será precedido de prévia consulta ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados que emitirá parecer conclusivo sobre o preenchimento dos requisitos necessários para que o bem constitua parte integrante do patrimônio histórico, cultural e ambiental de Dourados. [752]

"Patrimonio Cultural Inmaterial" de la ciudad. La intendenta local, Delia Godoy Razuk, firmó la resolución cuyo proyecto original pertenece al concejal Cirilo Ramão. Es así que de ahora en más, los paraguayos ya no seremos los reconocidos por ser los únicos en cocinar la rara sopa sólida. Pero eso no es todo, en la misma fecha, también declararon como patrimonio propio al puchero. También el tereré. El 9 de mayo pasado hicieron exactamente lo mismo con el tereré. En ese entonces, el concejal Alan Guedes argumentó que la típica bebida nuestra "hace parte desde décadas del día a día de las familias doradenses", según el portal midiamax.com.br. Patricia Stanley, titular de la Dirección Nacional de Propiedad Intelectual (Dinapi), dijo que no sabía nada sobre el caso. Sin embargo, señaló que al poner que es paraguaya ya se comete un error de nombre y que debe ser analizado. "Si bien no podemos impedir lo que se haga en otro país, sí podemos solicitar la intervención de la Unesco para que arbitre, cosa que lo vamos a hacer", explicó. "En Brasil declaran a la sopa paraguaya como patrimonio cultural". 28/07/2017.Cf. <http://www.extra.com.py/actualidad/en-brasil-declaran-a-la-sopa-paraguaya-como-patrimonio-cultural.html> acesso em 05 mar. 2018.

[750] MENESES, Ulpiano T. B. de. 2012. Op. Cit. p. 39.

[751] Ata da reunião do Conselho Municipal [sic] do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, 20/07/2017. Ata cedida por funcionários da SEMC em 26 de fevereiro de 2018.

[752] Artigo 9 do "Regimento interno do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados". Redação dada pela LC nº 232 de 11 de dezembro de 2013. Não há data específica no regimento, apenas o ano de 2014. Mas sabe-se que o regimento deveria ser elaborado em até 90 dias após a posse de seus membros, conforme o artigo 33 da Lei, redação também dada pela LC nº 232.

Embora não preveja questões relacionadas ao registro do patrimônio cultural imaterial, as atribuições que cabem ao Conselho Municipal foram reestruturadas, em 2013. Assim, não deveria haver a participação direta deste no tocante às interferências nas patrimonializações, como a transferência da Feira Livre da Cuiabá em 2016, os registros e os tombamentos feitos pelo Legislativo Municipal em 2017 e 2018 ?

3.7. A (re) construção do Conselho Municipal e sua atuação

De acordo com a Secretaria de Governo (SEGOV), em 2018, existiam mais de quarenta órgãos de decisão colegiada que compunham a estrutura administrativa do município, dentre eles, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. Diante de tantos Conselhos Municipais obrigatórios por lei, a questão da cultura ficou em segundo plano se comparada à educação, à saúde, à assistência social, dentre outras. No entanto, como observou Hobsbawm, "a cultura não tem grande importância nas questões de política interna [...] mas alguma importância ela tem" [753] e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados serve como exemplo.

Sendo em sua elaboração utilizado por determinados agentes públicos e políticos como justificativa e "necessidade" para gerir o patrimônio cultural local institucionalizado pelo Legislativo e Executivo Municipal, o Conselho Municipal específico à preservação do patrimônio não ocorreu sem disputa, não apenas em sua elaboração, mas na manutenção, reelaboração, instalação e em seu funcionamento.

Com as discussões que perfizeram a Constituinte Municipal e as perspectivas de participação social na sua elaboração, debates foram desencadeados na Câmara Municipal junto ao processo de tombamento da Casa de Madeira da CAND em 1989. Partiu-se das tensões e desafios propostos neste embate político e político-partidário a possibilidade de elaboração do próprio Conselho. Cabe lembrar que antes disso e da aprovação do Conselho, já haviam sido aprovados decretos e leis municipais que tornaram patrimônio determinados bens culturais, cujas propostas partiram de prefeitos e vereadores ou de agentes e grupos sociais a eles vinculados ou interessados na temática. No entanto, ainda estavam longe da perspectiva ampla e abrangente que a

[753] HOBSBAWM, Eric. *Tempos fraturados.* Cultura e sociedade no século XX. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.68 e 69.

Constituição Federal de 1988, da LOM ou até mesmo da Lei Complementar nº 02/90 transformada na nº 232/2013 deram ao patrimônio local.

Entre as décadas 1990 e 2010, o formato dado ao patrimônio local fortemente vinculado a projetos de lei que se tornaram leis municipais ou a decretos municipais. Os agentes públicos municipais pareceram ignorar os processos de patrimonialização interessando-se por processos de projetos para se tornarem leis municipais e utilizarem o patrimônio cultural como instrumento político e, mais que isso, político-partidário. Para tanto, a história e a memória, por vezes, serviram de base às justificativas para os projetos de lei, juntamente com referências dadas a identidade dos douradenses.

Nesta tese, ao serem percorridos projetos de lei desde a década de 1980, a atuação da FUNCED e, posteriormente, da SEMC, num período de mais de duas décadas o Conselho Municipal foi esquecido ou silenciado até ser reativado entre 2013 e 2014. Cabe frisar que o Conselho Municipal reúne-se de acordo com calendário anual ou em havendo necessidade através de convocação para reuniões extraordinárias. Em 2014, foi estabelecido cronograma de reuniões ordinárias, como consta na primeira ata, em 28/02/2014. No entanto, nos anos seguintes não foram constadas em atas calendários de reuniões e, ao que parece, não há livro de atas do Conselho Municipal.[754]

Neste período, o Conselho Municipal deliberou sobre o Cruzeiro e sua restauração, sendo decidido "que todos os bens tombados sejam estudados para que sejam feitas alterações, anulações e adaptações nas leis de tombamento, tendo em vista que nenhuma lei é acompanhada de inventário do bem tombado", ficando, dessa forma, sem especificações e "causando dificuldade até mesmo no momento de se planejar as formas de proteção e ou preservação" [755].

Num sentido geral, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados tratou da autorização de obras e adequação

[754] As atas disponibilizadas por funcionários da Secretaria Municipal de Cultura que compõe o Conselho, são as de: 28/02/2014 (primeira reunião do Conselho), em 10/03/2015, em 30/03/2016, em 20/07/2017, em 07/06/2018, em 17/07/2018. Ao que parece o Conselho Municipal reúne-se de acordo com as demandas e nem todas as reuniões são oficialmente registradas em ata. Há listas de presenças com datas de outras reuniões do Conselho e listas de presença sem data, indicando que entre a elaboração de atas e a de reuniões houve reuniões do Conselho Municipal, mas sem a produção de atas? Ou entre as mudanças de funcionários da SEMC e de gestão político-administrativa algumas atas se perderam? Ou não estão organizadas? Mesmo tendo os componentes do Conselho o mandato de um ano prorrogável por mais um?

[755] Ata da reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados de 10 de março de 2015.

de acessibilidade na Escola Geraldino Correa Neves [756], da retirada (e posterior demolição) de monumentos da Praça Antônio Alves Duarte ("Praça do Transbordo"),[757] da queimada que atingiu o Jequitibá e termo de autorização para o cancelamento de tombamento e derrubada da árvore[758], dos últimos tombamentos de 2018 e os painéis publicitários instalados no terreno da Usina Filinto Muller [759], da necessidade de destinação orçamentária específica para a "preservação dos Monumentos Históricos de Dourados", através de uma Carta Aberta a Câmara Municipal. [760]

Além disso, constam em atas, em especial nas de junho e julho de 2018, observações quanto ao necessário contato com o IPHAN "para informar-se sobre o procedimento para retirar este Jequitibá dos bens tombados do município, permitindo sua eventual derrubada" [761] e de "informações sobre cursos disponíveis na área de preservação ou de atualizações de legislação" [762].

Em agosto de 2018, a elaboração de Carta Aberta aos vereadores ressaltou as atribuições do Conselho Municipal perante tombamentos realizados pela Câmara Municipal naquele ano. De acordo com a Carta:

> [...] – Entre as principais atribuições do Conselho estão: a colaboração com o poder público na formulação, planejamento e implantação de políticas e ações de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental e a promoção e estratégias de fiscalização e da preservação e uso dos bens tombados indicando, quando necessário, a execução de obras imprescindíveis à conservação;
> – A cidade de Dourados, apesar de relativamente 'jovem' – 82 anos de emancipação – possui vários pontos de interesse histórico que, tanto por seu caráter de memória, quanto educacional precisam ser preservados e divulgados à população. Desde a criação deste

[756] Ata da reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados de 30 de março de 2016.
[757] Ata da reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados de 20 de julho de 2017. Tal monumento não é patrimonializado. O pedido de parecer foi feito pela Secretaria de Obras mediante a licitação e o impasse acerca da demolição ou restauração do monumento atrelado aos heróis da Guerra do Paraguai (aparentemente réplica de um que há no Rio de Janeiro, mas o daqui não foi finalizado). O parecer do Conselho Municipal foi favorável a restauração deste, assim como o prédio da biblioteca que fica praticamente ao lado do monumento.
[758] Ata da reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados de 07 de junho de 2018.
[759] Idem, ibidem.
[760] Ata da reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados de 17 de julho de 2018.
[761] Ata da reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados de 07 de junho de 2018.
[762] Ata da reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados de 17 de julho de 2018.

> Conselho, tínhamos o registro de 13 (treze) bens tombados, em sua maioria árvores, alguns prédios (como a Usina Velha e a Estação Ferroviária de Itahum), monumentos (o 'Cruzeiro' e o Marco de Cimento Presidente Vargas), além da Feira Livre. Apenas nos últimos dois meses, tivemos seis novos processos de tombamento aprovados por esta Câmara e sancionados pela Prefeita;
> – Salientamos que conforme o art. 9º da LC nº 232, de 11 de dezembro de 2013: 'Todo tombamento será necessariamente precedido de prévia consulta ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados que emitirá parecer conclusivo sobre o preenchimento dos requisitos necessários para que o bem constitua parte integrante do patrimônio histórico, cultural e ambiental do município'. Parece-nos importante esta consulta justamente para que, respeitando os padrões estaduais e federais, possamos requerer verbas, como, por exemplo, junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico [sic] Nacional [...] [763]

A Carta Aberta observou a diversidade na composição de seus membros e as dificuldades do Conselho Municipal em cumprir suas funções diante da falta de dotação orçamentária, junto a SEMC, para a "conservação básica" e "restauração". Por sua vez, o Conselho Municipal não questionou a seleção realizada pelos vereadores e nem mesmo a concepção de patrimônio cultural por eles atribuída. O foco estava nas práticas realizadas pelo Legislativo Municipal, trazendo para si a possibilidade de discussão qualificada sobre o tema.

O texto redigido pelos conselheiros referiu-se aos seis tombamentos realizados pelo Legislativo Municipal em apenas dois meses no ano de 2018, como o monumento à Bíblia, a Antônio João, ao Colono, ao Brasil 500 anos, a estátua do presidente Getúlio Vargas e do ervateiro, ocorridos praticamente sem a participação do Conselho Municipal e do MPE. Cabe lembrar que entre monumentos e estátuas dispostos em avenidas e cruzamentos importantes da cidade, todos foram de autoria do ex-prefeito de Dourados e eleito vereador em 2016, Braz Melo (PSC), tendo tombamentos que reportavam aos seus mandatos de prefeito municipal.

Os tombamentos aparentemente advinham de escolhas pessoais e político-partidárias como o monumento a Bíblia, reconstruído e reinaugurado, em 2017. Braz Melo, representante de um partido autodenominado "cristão" remeteu-se na justificativa do tombamento a outro projeto de lei que criou o "Dia da Bíblia" e a "Maratona de

[763] Carta Aberta do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados aos excelentíssimos senhores vereadores da Câmara Municipal de Dourados. Dourados, agosto de 2018.

Leitura da Bíblia em Dourados", comemorado no 2º domingo de dezembro. O projeto de lei foi assinado por ele e outro vereador, Bebeto, do Partido da República (PR), em conjunto com os monumentos a Bíblia e a Antônio João dispostos na praça central de Dourados, ambos produzidos pelo arquiteto Avedis Balabanian em meados dos anos 1970.

Além disso, o monumento ao Ervateiro ou "mineiro", inicialmente denominado de "peão dos ervais", confeccionado por Mestre Cilso, instalado em 2004 no cruzamento das avenidas Marcelino Pires e Presidente Vargas e retirado do local em 2009, foi motivo de muitas discussões. Em meio a protestos organizados por agentes e grupos sociais e o pedido de explicações pelo promotor de justiça Paulo César Zeni ao prefeito municipal Ari Valdecir Artuzi, em 2010, foi reinstalado no Parque Arnulpho Fioravante. [764] Em 2012, foi reinstalado em frente à sede da Colônia Paraguaia na rua Indaiá, onde permanece até hoje.

Entre personalismos, barganhas políticas e relações clientelistas, o patrimônio histórico e cultural do município de Dourados continuou sendo utilizado como instrumento político, por vezes político-partidário, por integrantes do Legislativo ou como objeto de homenagens e concessão de títulos honoríficos. A prática da Câmara Municipal de Vereadores não era nova, se deu ao longo de décadas, mesmo com tentativas de sistematizar o debate no entorno do patrimônio local. A atitude do Conselho Municipal em redigir a Carta Aberta representou ao que parece a autoafirmação de suas atribuições e a compreensão de que "os conselhos constituem canais de participação e representação das organizações sociais na gestão de políticas públicas específicas" [765] ou, até mesmo, que "os conselhos municipais são a maior expressão da instituição, pelo menos no plano legal, do modelo de governança democrática no âmbito local" [766].

Ao mesmo tempo, em que os conselhos municipais expressariam um modelo de governança democrática no âmbito local, possibilitando abertura para o debate e a inserção de sujeitos diversos e representantes de instituições, por vezes, seus membros são absorvidos pelo poder público municipal. Tendo em vista a atuação do Conselho Municipal a partir de sua (re)construção e a escrita da Carta Aberta à Câmara Municipal

[764] Cf. <http://comitedefesapopular.blogspot.com/2010/06/ervateiro-instalado-perto-de-adutora-de.html>
[765] SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos; AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luis C. de Q. Op.Cit. p. 21.
[766] Idem, ibidem.

de Vereadores, é assertiva a afirmação de Zanirato quanto aos desafios para a implementação de uma gestão compartilhada do patrimônio cultural e natural, pois

> a criação de conselhos não foi suficiente para que a política patrimonial fosse concretizada como política pública. Características da velha ordem permanecem, pois apesar dos conselhos serem concebidos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, muitos contam com a presença majoritária da representação governamental, outros são meramente consultivos, sem poder de decisão ou deliberação. A tradição centralizadora faz com que os mecanismos de decisão da instituição responsável pelo tombamento e conservação dos bens culturais continuem restritos aos órgãos técnicos da administração, o que contribui para a continuidade da desmobilização da sociedade na defesa do patrimônio. Constata-se que depois de duas décadas da Constituição de 1988 permanece o desafio de mudar esse cenário, de compartilhar o exercício do poder e criar estruturas de governança. O que se busca nesse momento são ações capazes de definir os papéis dos sujeitos que integrarão os conselhos, de maneira a garantir sua participação efetiva nos processos decisórios. A participação mais expressiva requer investimentos na capacitação dos sujeitos que devem compor os órgãos consultivos e/ou deliberativos. Isso significa investir na educação patrimonial para que os representantes da sociedade civil nos conselhos gestores sejam fortalecidos com conhecimento e habilidades para tratar, em igualdade de condições, com técnicos e representantes do poder executivo, dos assuntos pertinentes a esse campo. Não se pode ignorar que a governança é um "poder social que media as relações entre Estado e Sociedade Civil". Um espaço de construção de alianças e cooperação, por isso mesmo, "permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus impactos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos" [767].

O exercício do poder não deve se restringir ao poder público municipal ou aos conselheiros, que majoritariamente o representam. Investir na "democratização do poder", como apontou Carvalho, é "importante para a consolidação democrática", pois cabe "reforçar a organização da sociedade" que, por sua vez, deve atuar "não contra o Estado em si, mas contra o Estado clientelista, coorporativo e colonizado" [768]. Qualificar o debate estendendo-o a sociedade é necessário, pois o patrimônio como campo e oriundo das práticas sociais, deve reunir os interlocutores, os usuários, conforme afirmou Meneses.

[767] ZANIRATO, Silvia H. "Usos sociais do patrimônio cultural e natural". *Patrimônio e Memória* (UNESP), v. 5, 2009, p. 145-146.
[768] CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. 2011, p.227.

Capacitar os sujeitos que são membros de órgãos consultivos e deliberativos como o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental é fundamental. De acordo com Arantes Neto

> o que deve ser protegido em nome do interesse público, e com recursos públicos, deve ser laboriosamente identificado. Este trabalho depende do conhecimento profundo da relação entre povos e a natureza, entre a história e das dinâmicas culturais nos vários campos da expressão humana. Esses saberes são desenvolvidos nas universidades e nos centros de pesquisa, em diálogo com os movimentos sociais. Dele derivam os argumentos que podem legalmente justificar, ou não, a proteção de um bem cultural pelo Estado. [769]

Ao poder público municipal caberia amparar e administrar o processo de identificação dos bens e manifestações selecionados através de orientações do Conselho Municipal e não tornar-se protagonista das patrimonializações. Em meio "as tensões políticas e conceituais que são próprias do campo do patrimônio – já que há sempre muitos interesses e concepções em conflito – costuma ser resolvida pela via do debate de ideias, que tem incorporado cada vez mais as manifestações da sociedade" [770].

Deste modo, investir na educação patrimonial também pode ser uma perspectiva interessante, considerando uma educação voltada para a cidadania, com inserção do cidadão no debate político e público, atuação que transforme a realidade vivida em que a cultura e o patrimônio cultural sirvam como instrumentos. Entretanto, o desafio da governança do patrimônio cultural e de sua gestão compartilhada esbarra não apenas no protagonismo do poder público que age em nome da população, mas envolve também nossa "frágil democracia" e o processo histórico que a acompanha.

Como vimos ao longo desta tese, em meio às demandas pela patrimonialização, o processo de construção das representações do patrimônio compreendeu embates, contradições, dissensos. Produziu-se um patrimônio multifacetado que continua em elaboração e vislumbra lacunas, escolhas e possibilidades.

---

[769] ARANTES NETO, Antônio Augusto. "Para que servem afinal os conselhos de patrimônio?". *Nexo Jornal.* 23/04/2019. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Para-que-servem-afinal-os-conselhos-de-patrim%C3%B4nio> acesso em 29 abr. 2019.
[770] Idem, ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [...] é incontornável refletir sobre o campo do patrimônio não somente como ação política, mas como área de estudos e pesquisa. [771]

As patrimonializações em Dourados ocorreram através do protagonismo do Legislativo e do Executivo municipal. Entre decretos, projetos e leis municipais o patrimônio cultural local foi eleito e instituído ao longo das últimas décadas. A partir da Constituição Federal de 1988, o município teve autonomia constitucional diante da gestão compartilhada do patrimônio cultural. Sobre este último, alargaram-se as definições e os conceitos, agentes e grupos sociais o reivindicaram como um direito, embora, em Dourados, o tombamento foi uma prática constante via poder público.

Em meio a disputas de poder e de embates políticos em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, houve a elaboração de um Conselho Municipal específico à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental de Dourados. Conforme visto no Capítulo 1, a elaboração do Conselho Municipal gerou conflitos diante da construção da Lei Orgânica do Município (LOM). Dentre as discussões e disputas no Legislativo Municipal, em 1990, a LOM foi aprovada e nela foi inserido o Conselho de Cultura. No mesmo ano, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados foi aprovado como Lei Complementar, tendo como justificativa a tentativa de "padronizar" ou até "normatizar" a patrimonialização local voltando-se, em especial, à preservação.

Nesta tese apresentaram-se inúmeros embates não apenas em 1989 e 1990, mas em anos anteriores, entre 1984 e 1990, quando conflitos e contradições envolveram o patrimônio cultural, seja no tombamento de figueiras, do Cruzeiro, da Casa de Madeira da CAND, do Marco de Cimento ou nas disputas visualizadas na imprensa pelo tombamento do Clube Social que não se consolidou. As patrimonializações feitas pelo Legislativo municipal se estenderam pelas décadas seguintes e o patrimônio cultural

[771] CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2015. s/p.

local foi sendo construído e instituído com base no protagonismo da Câmara de Vereadores.

Assim, tombamentos prosseguiram, como na década de 1990 com a Usina Filinto Muller e a Estação Ferroviária de Itahum. Nos anos 2000 foram tombados as figueiras e o jequitibá, a seringueira, a Escola Municipal Geraldino Neves Correa, outras duas figueiras e a Feira livre de Dourados. Por conseguinte, após um período de estagnação de patrimonializações, em 2017, foram registrados o tereré, o pucheiro e a sopa paraguaia e, em 2018, o monumento a Antônio João, a Bíblia, ao Colono, ao Brasil 500 anos, o Ervateiro e a estátua do presidente Getúlio Vargas.

Diante de tantas patrimonializações, observou-se que a elaboração e aprovação do projeto de lei que construiria o Conselho Municipal não garantiriam seu funcionamento. Procrastinar e propor alterações ao projeto de lei encaminhado por Lori Alice Gressler fizeram parte das notícias publicadas pelos periódicos, *Enfoque* e *O Progresso*. A imprensa não só noticiou como participou ativamente, com perspectivas políticas, do processo. "Adiar" é uma ação política, assim como intervir e transformar aquilo que foi proposto. De fato, as leis foram e ainda são instrumentos de agentes sociais e políticos em várias gestões politico-administrativas. Como apontou Gomes nada acontece porque simplesmente acontece, "[...] fazer acontecer exige tanto como fazer não acontecer. Adiar e transformar a maneira como algo aconteceu é uma ação política e tanto" [772].

Neste sentido, observou-se o delineamento de ações políticas envolvendo os usos do patrimônio local. As leis municipais que patrimonializaram determinados bens culturais em Dourados foram utilizadas para legitimar a representatividade política de agentes e grupos de acordo com as propostas feitas em projetos de lei por diversos vereadores. As divergências eram ignoradas em prol da coesão para aprovação de projetos de lei. Pareceres contrários nos projetos de lei foram exceções, bem como as poucas observações às propostas. Outros projetos de leis foram aprovados por unanimidade, embora tenham sido palco de contradições e conflitos em seu entorno, em parte, visualizados na imprensa, conforme visto no Capítulo 2.

O jornal *O Progresso*, em especial, assumiu uma postura atuante diante dos usos políticos da cultura e, por sua vez, do patrimônio histórico local. Defendeu

[772] GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. 2014, p.15-16.

concepções de cultura e de história para justificar a importância de bens culturais, alguns não patrimonializados pelo poder público municipal, como o Clube Social. Elegeu determinadas figueiras e a Usina Velha como patrimônio histórico associando à trajetória dos que considerou "pioneiros", assim como os ligou a presença e atuação do próprio jornal em Dourados. O periódico também noticiou a imprecisa política cultural/patrimonial do município diante das indefinições na preservação e a intervenção do Ministério Público Estadual na contenda.

Neste contexto multifacetado de patrimonializações ocorreu a judicialização do patrimônio local com a inserção do MPE através de inquéritos civis e ações civis públicas em momentos específicos. Pode-se citar o ano de 2011, momento em que o MPE instaurou Inquérito Civil (IC) para averiguar o estado de conservação e o papel da prefeitura municipal diante dos patrimônios culturais tombados através da legislação municipal. O IC tornou-se, no ano seguinte, ação civil pública encerrada em 2015. Nestes anos se fizeram presentes conflitos de poderes envolvendo agentes institucionais, sociais e políticos interessados pela cultura, patrimônio em suas lutas de representação.

Como "resposta" a intervenção do MPE, o poder público municipal reativou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, modificando a Lei Complementar nº 02/90 através da Lei Complementar nº 232/2013, criando livros tombos para o registro dos bens culturais patrimonializados e os identificando com placas informativas. No entanto, sem dotação orçamentária e sem recursos pouco ou nada fez para a recuperação/preservação.

Após o encerramento e posterior arquivamento das ações civis públicas, em 2017 e 2018, vários foram os registros e tombamentos realizados pela Câmara Municipal e sancionados pela prefeita municipal Délia Razuk. Ao Conselho Municipal coube, em 2018, após seis tombamentos aprovados via projetos de lei, manifestar-se em Carta Aberta aos vereadores, buscando fazer cumprir o seu papel, ao menos, parte de suas atribuições. Assim, lançou um manifesto contrapondo-se a prática comum de exclusivismo do Legislativo em patrimonializar através de projetos de lei e leis municipais, sem consultar o Conselho Municipal construído especificamente e reativado, via MPE, para tratar do patrimônio histórico, cultural e ambiental de Dourados.

Portanto, diferentes agentes sociais, políticos e institucionais marcaram presença na construção do patrimônio local. Todavia, o patrimônio foi objeto de discursos e práticas semelhantes que atravessaram diferentes gestões político-administrativas, inúmeras páginas de jornal e se desdobraram na atuação de operadores do Direito, que tentaram afirmar o que compreendiam e ainda esperam do patrimônio, como visto no Capítulo 3.

Entre usos e sentidos variados, Poulot afirmou que o patrimônio mundial abre-se

> [...] para um retorno reflexivo sobre sua composição e seus usos [...] o historiador deve justificar a formação complexa das inclusões e exclusões que constituem o cânon patrimonial [...] o patrimônio não deixa de ser [...] o resultado de um processo consciente de seleção; mas, nessa perspectiva, é baseado em apreciações particulares [...] o desafio consiste, desde então, em saber quem, na comunidade, decide o que deve ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas. [773]

Ainda se tratando dos sujeitos e das perspectivas de gestão compartilhada, entre União, estados e municípios, Kalb destacou elementos importantes relacionados ao Plano Nacional de Cultura e ao que compete ao patrimônio e a atuação do IPHAN, através da implementação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) com o objetivo de "gerir compartilhadamente" o patrimônio cultural brasileiro. Para ela, há a intenção de atuar no desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio que regulamente princípios e regras para as ações de conservação, especialmente na coordenação das ações entre cidades, estados e Governo Federal. [774] No entanto, tal proposta ainda está distante de se efetivar.

Neste sentido, considerar a preservação associada à revitalização/restauração é tão importante quanto definir ou compreender o que se disse como patrimônio e quem participou do processo. Como pontuou Kalb, entre os sistemas de proteção do patrimônio cultural brasileiro temos o tombamento, o inventário, o registro, a vigilância, a desapropriação e ainda a restauração. [775] No entanto, segundo a autora

[773] POULOT, Dominique. Op. Cit. p.205, 206 e 230.
[774] KALB, Christiane Heloisa. Op. Cit. p. 136.
[775] Idem, p. 137.

> de nada adianta tais normas existirem se ainda assim não houver ressonância destas por parte da população que usufrui do patrimônio. As leis se tornam letra morta. Os *efeitos jurídicos*, as sanções administrativas e as ações judiciais estão vigentes perante atos que danifiquem os bens culturais, porém, mais uma vez, essas restrições não ensinam nem cativam os seus responsáveis. [776]

Embora estejam previstos em lei, "a lei por si só se torna morta", como esclareceu Kalb. Em meio à necessidade de assumir um papel de protagonismo, a população douradense foi representada por agentes institucionais e políticos específicos, sejam vinculados ao poder público municipal e ao Ministério Público, sejam pertencentes a grupos da sociedade civil que esboçaram interesses ao "falar em nome de", como o fez *O Progresso*. O patrimônio local possuiu usos variados, em especial, o uso político, observado em vários representantes. Ainda para Kalb, "[...] o patrimônio não é mais um conjunto de vestígios herdados do passado, mas uma arma simbólica politicamente acionável nas lutas por direito" [777], aqui vislumbradas na busca por uma construção mais ampla e democrática do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

As dificuldades de implementação e a sobreposição de agentes do poder público municipal revelam que há necessidade de avançar para além do poder público municipal e das entidades que estão representadas no Conselho Municipal. Isso implica em romper com as práticas patrimoniais e os discursos ainda fortes e vinculados a determinados agentes políticos e sociais que constituem representações de uma elite local. Implica também em ampliar a versão acerca do patrimônio e, por sua vez, da própria história, ainda "fossilizada" e que ignora muitos de seus sujeitos. Por fim, é importante pensar o patrimônio como campo em que as atribuições de valores são variáveis, conflitivas, contraditórias e até multifacetadas, construídas em meio a disputas políticas. O patrimônio, como apontou Chuva, não é só ação política. Para nós historiadores, em especial, deve ser área de pesquisa. Portanto, deve ser pensado, analisado, debatido, compreendido, divulgado e publicizado.

[776] Idem, p.175.
[777] Idem, p.176.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. "'Tesouros humanos vivos' ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção dos 'mestres da arte'". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 83-96.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. "Um leque que respira: a questão do objeto em História" e "A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. Ensaios de teoria a História". In: *História a arte de inventar o passado* Bauru/SP: Edusc, 2007, pp.149-164; pp.165-182.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. 2005. 265f. (Tese de Doutorado em Sociologia). UFC, Fortaleza.

ALÉM, Fernando de C. *O jornal O Progresso e a dinâmica política eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962).* 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ALMEIDA NETO, Francisco Barreto de. & FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. "Apontamentos acerca da política agrária no Paraguai do pós-guerra (1870)". In: *Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*. São Leopoldo/RS: ANPUH/RS, 2014.

ALMEIDA, Maria R. C. de "História e Antropologia". In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 151-168.

AMARILHA, Carlos M. M. *A Casa Paraguaia de Dourados (1991-1994).* Dourados: Revista Arandu, n. 03, fev/mar. 1998. p. 87-101.

AMARILHA, Carlos M. M. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. 2006. 255f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados.

AMARILHA, Carlos M. M. "O Território federal de Ponta Porã: a conquista do Brasil na fronteira guarani". *Anais do XII Encontro Nacional de História – Seção Mato Grosso do Sul*. "Democracias e ditaduras no mundo contemporâneo". UFMS/CPAQ-Aquidauana, 2014. 14f.

AMARILHA, Carlos M. M.; SERAFIM, Luciano; COELHO, Nicanor. *Patrimônio Cultural em Mato Grosso do Sul*: identidades e memórias. Nicanor Coelho editor: Dourados, 2007.

ANDRADE, Adriano. *Interesses difusos e coletivos* – esquematizado. 3ªed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense/São Paulo: Método, 2013.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados*: memórias e representações de 1964. 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. "Para que servem afinal os conselhos de patrimônio?". *Nexo Jornal*. 23/04/2019. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Para-que-servem-afinal-os-conselhos-de-patrim%C3%B4nio> acesso em 29/04/2019.

ARANTES, Rogério B. *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo: Educ: Sumaré: Fapesp, 2002.

ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra: *Os trabalhadores da Mate Larangeira*. Editora UEL. Londrina, 1997.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. "Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil" In: AZEVEDO, Paulo O. D. de; CORRÊA, Elyanne L. (orgs.). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio.* Salvador: EDUFBA/IAB, 2013, p.19-55. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16772/1/estado-sociedade-na-preservacao-patrimonio.pdf > acesso em 10 de setembro de 2017.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. "PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana". In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.24, n.1, p.237-256, jan.-abr.2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n1/1982-0267-anaismp-24-01-00237.pdf> acesso em 20 de fevereiro de 2018.

BALLER, Leandro. *Cultura, identidade e fronteira*: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005). 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados.

BENFICA, Tiago A. H. *História e universidade*: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990). 377f. 2016. Tese (Doutorado em História). UFGD, Dourados.

BARBOZA, Edir Neves. *A Constituinte Escolar em Dourados (2000-2004)*: um movimento em busca da democratização da escola pública. 124 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS. Campo Grande.

BARROS, José D'Assunção. "Koselleck, a história dos conceitos, e as temporalidades". *Revista Litteris*. Março de 2011, nº 7, p.2-3. Disponível em:

<http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Koselleck_e_a_Historia_dos_Conceitos_Jose_Assuncao.pdf > acesso em 12 de novembro de 2015.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados*: entre a memória e a história. 2002. 101f. Dissertação (Mestrado em História).UFMS. Dourados.

BLANK, Dionis Mauri Penning. "Dimensão coletiva do patrimônio cultural: questões legais e doutrinárias". *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Diciembre 2014. Disponível em <http://www.eumed.net/rev/cccss/30/bens-culturais.html> acessado em 20 de novembro de 2016

BORTOLOTTO, Chiara. "Patrimônio e o futuro da autenticidade". SCHLEE, Andrey R. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio: desafios e perspectivas, nº36, 2017, p.23-38.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BURKE, Peter. "Culturas populares e cultura de elite". *Diálogos*, UEM, 01:01 - 10, 1997. Disponível em <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/viewFile/37437/19408> acesso em 15 de outubro de 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O Sociólogo e o Historiador*. Trad. Guilherme J. de F. Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença*: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BURKE, Peter. "Unidade e variedade na história cultural". In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp.229-267.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo:Ed. Unisinos, 5ª reimp., 2016.

CAETANO, Gilmar L. *A Música Regional Urbana e Identidades Culturais de Mato Grosso do Sul*: Questões a partir da Musicologia Histórica. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados.

CALIXTO, M. J. M. S.; MUSCULINI, E. C. "O uso da rua na área central de Dourados-MS: uma análise das transformações e permanências". *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Seção Três Lagoas, v. 12, p. 94-124, 2015.

CALIXTO, M. J. M. S. "Os papéis regionais de Dourados-MS-Brasil e a dinâmica sócioespacial urbana". *Revista Geográfica de América Central* (*Online*), v. 2, p. 1-13, 2011.

CALIXTO, M. J. M. S. "Os meandros do setor imobiliário e o processo de (re) definição do espaço urbano na cidade de Dourados-MS". *Ciência Geográfica*, Bauru-SP, v. III, n.23, p. 42-46, 2005.

CALIXTO, M. J. M. S.; FLORENTINO, V. F. S. (Org.). *Produção do espaço urbano e regional*: leituras de uma cidade média. 1ª. ed. Dourados: Editora da UFGD, 2016. 221p.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. *A dimensão política do patrimônio cultural na Constituinte de 1987-1988*. 2015. 242f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. *Percepção do intangível: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial*. Goiânia: Arraes, 2017.

CANCLINI, Néstor G. "Culturas visuais: entre a arte e o patrimônio". *A sociedade sem relato*: Antropologia e estética da iminência. São Paulo: USP, 2016, p.65-98.

CAPELATO, Maria Helena. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro F & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARLI, Maria A. F. *A colônia agrícola municipal de Dourados*. Colonização 1946-1956. 2005. 150 fls. Dissertação (Mestrado em História) UFMS. Dourados.

CARSALADE, Flávio de Lemos. "Dualidades patrimoniais". *Oculum ensaios*. Dossiê patrimônio cultural ibero-americano. PUC: Campinas. 14 (2), pp. 203-216, maio-agosto 2017.

CARVALHO, Analina Ferreira de. *A Usina Termelétrica Senador Filinto Muller*: História e patrimônio cultural (1940-2003). Monografia (Especialização em História). Dourados, 2003. CDR. 90pp.

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. "Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário". *Paidéia*, 2008, 18(41), p.445-456. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a03.pdf> acesso em 28 de julho

de 2017.

CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 14ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTILHO, Maria A de. & SANTOS, Maria C. de L. Félix. *Rota do Trem do Pantanal*. O diálogo entre patrimônio e desenvolvimento sustentável. Campo Grande: Life editora, 2012.

CASTILHO, Maria A. de, SANTOS, Maria Christina de L. F. *Catálogo Patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Life, 2016.

CASTRIOTA, Leonardo B. "Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas". *Fórum patrimônio: amb. constr.e patr. sust*., Belo Horizonte: v.1, n1, set./dez. 2007, pp.09-31.

CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte:IEDS, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHAGAS, Mário. "Cultura, patrimônio e memória". In: *Patrimônio e Educação* - Ciências e Letras. Revista Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, jan./jun. de 2002, p.15-29.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHARTIER, Roger. "Defesa e ilustração da noção de representação". *Fronteiras*. Dourados/MS, v.13, n.24, jul./dez. 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*: o direito à cultura. 1ªreimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. "Cultura política e política cultural". *Estudos Avançados* 9 (23), 1995, pp.71-84.

CHOAY, Françoise. "O patrimônio histórico na era da indústria cultural". In: *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p.205-237.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*: antologia pelo combate. Lisboa: Edições 70, 2009.

CHUVA, Márcia. "Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil". In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012, p.147-167.

CHUVA, Márcia. PESQUISA. "A Pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política". In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. s/p.

CHUVA, Márcia. "Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002". In: SCHLEE, Andrey R. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Iphan: 1937-2017, nº35, 2017, p. 79-104.

CONCIANI, Aline; SANTOS, Danielle C. dos. "Surgimento da federação brasileira e sua concretização na atual constituição federal". *Revista de Direito Público*, Londrina, v, 4, n. 3, p. 268-281, set./dez. 2009. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/10881/9517> acesso em 14 de fevereiro de 2018.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. "A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação". *APRENDER* - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação Vitória da Conquista. Ano II n. 2 p. 105-114, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/3792/pdf_121> acesso em 17 de junho de 2017.

CRUZ, Heloisa de F. "Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990". *Projeto História*. São Paulo. PUC/SP, nº 48, s/p, dez. 2013.

DIAS, Maria O. L. da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. *Patrimônio Histórico de Corumbá*: imagem e poder. (1937-2003). 2004. 272f. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, Dourados.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense*: (1920 a 1990). 2009. 117f. Dissertação (Mestrado em História) UFGD, Dourados.

FALCON, Francisco. "História e poder". In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.61-89.

FARIA, Maria A. "As formas de informação". In: *O Jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.

FEBVRE, Lucien. “Aula II – Definições teóricas ou história das palavras”. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, p.52-59.

FENELON, Déa R. “São Paulo: Patrimônio Histórico-Cultural e Referências Culturais”. *Projeto História*. São Paulo (18), 1999.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O direito à memória*: a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural brasileiro. 1995. 188 fls. Dissertação (Mestrado em Direito). UFC, Fortaleza.

FERNANDES, José A. *Erva-mate e frentes pioneiras*: dois mundos em um só espaço (1943 a 1970). 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) UFGD, Dourados.

FERREIRA, Analina. *Memória de Pioneiros*: a Usina Filinto Muller. 1999. Relatório de Iniciação Científica. UFMS, Dourados. CDR, 27pp.

FLORES, Maria B. R.; PETERLE, Patrícia. “Herança, memória e patrimônio: estar diante de tempo e tensões”. In: FLORES, Maria B. R.; PETERLE, Patrícia (org.) *História e arte*: herança, memória e patrimônio. São Paulo: Rafael Copetti, 2014, p. 9-15.

FROTSCHER, Méri. “Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX”. In: RAMPINELLI, Waldir J. (org) *História e Poder* – a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003, p.105-131.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Registro”. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

FONSECA, Maria C. Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ªed.rev.ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria C. Londres. “Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio”. In: *IPEA*. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. nº 02, 2001. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf> acesso em 10 de outubro de 2017.

FUNARI, Pedro P. A. PELEGRINI, Sandra C. A. RAMBELLI, Gilson (orgs). *Patrimônio Cultural e Ambiental*: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume;Fapesp;Campinas: Nepam, 2009.

GARBINATO, Valeska. “Ensino de História e Patrimônio Histórico: Pontes para a construção da memória e cidadania”. In: *Ciências e Letras*. Revista da Faculdade Porto-alegrense de Educação Ciências e Letras. Porto Alegre, nº27, jan./jun. de 2000, p.37-48.

GARONE, Taís; JUNQUEIRA, Pedro. "Patrimônio Cultural, patrimônio de quem? Apropriação e uso indevido de Bens Culturais Imateriais". In: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016, João Pessoa. *Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016. 29f. Disponível em <http://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjMwMzIiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiOTgwYTY2MzY3MGYxNzcyOWJkMWM2NjkwYzBmYWQ0M2QiO30%3D> acesso em 23 de setembro de 2017.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho*: política e legislação social no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha; SOIEHT, Rachel; TEIXEIRA, Rebeca (orgs.) *Cultura política, historiografia e ensino de história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Direitos e cidadania*: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GONÇALVES, Carlos B. *Nas rodas de Tereré*: conversas sobre história e patrimônio cultural em Mato Grosso do Sul. 2011-2012. 56f. Monografia (Especialização em Patrimônio, Memória e Gestão Documental). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

GONÇALVES, Cristiane Souza. "Autenticidade". In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

GONÇALVES, Cristiane Souza."Autenticidade de acordo com a Convenção do Patrimônio Mundial". In: *Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. UNESCO. Comitê intergovernamental para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Lisboa, abril de 2012, p.76-83. Disponível em <whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc > acesso em 14 de abril de 2017.

GONÇALVES, Janice. "Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural". *Historiae*. Rio Grande, 3 (3), 2012, p. 27-46.

GONÇALVES, Janice. "Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais". *Revista Memória em Rede*. Pelotas, v.7, n.13, jul/dez 2015, p. 15-28.

GONÇALVES, José R. S. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

GONÇALVES, José R. S. "O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento". In: *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 107-116.

GONÇALVES, José R. S. “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. I, n. 2, 1988, p. 264-275.

GRINBERG, Keila. “Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários”. In: PINSKY, Carla B. & LUCA, Tânia R. de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 119-139.

GUIMARÃES, Manoel L. S. “História, memória e patrimônio”. In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012, p.91-112.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: UNESP, 2014.

HAIGERT, Cynthia Gindri. “Patrimônio Cultural: interagindo com a comunidade”. In: MILDER, Saul E.S. (org.). *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, 2006.

HARTOG, François. “Tempo e patrimônio”. *Varia História*. Belo Horizonte, vol.22, nº36, jul-dez 2006, p.261-273.

HARTOG, François. “Experiências do tempo: da história universal à história global?” *História, histórias*. Brasília. Vol.1, nº1, 2013, p. 164-179.

HARTOG, François. “Tempo, história e a escrita da história”. *Revista de História*. 148 (1º - 2003), p.09-34.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARTOG, François. *Evidência da História*: O que os historiadores veem. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *Tempos fraturados*. Cultura e sociedade no século XX. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INAGAKI, Edna M. *Dourádossu*: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960). 165fls. 2002. Dissertação (Mestrado em História) UFMS. Dourados.

Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Iphan. Fev./2000.

JARA, Alan. “Representações da cultura paraguaia: tradições e memórias na construção identitária de imigrantes e descendentes”. *História em Reflexão*. Vol.6. n.12, UFGD, Dourados jul/dez 2012, 20 f.

JARA, Alan. “Cidade, história e os lugares de memória de grupos imigrantes: a comunidade paraguaia em Dourados/MS”. *Anais do XIII Encontro Regional de História – Anpuh/Ms*. “História e democracia: possibilidades do saber histórico”. Coxim – MS. 8 a 11 de novembro de 2016. 10f. Disponível em <http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479506132_ARQUIVO_TrabalhocompletoAlanLuizJara.pdf> acesso em 10 de janeiro de 2017.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate*: o outro lado. A presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. 2004. 191f. Dissertação (Mestrado em História). UFMS. Dourados.

JESUS, Sara Livino de. *A política pública habitacional e os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média*: Dourados – MS. Dourados, 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Dourados.

KALB, Christiane Heloisa. *Do instante esplêndido à decadência*: Patrimonialização e judicialização do Cine Palácio de Joinville. 2017. 411f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) UFSC, Florianópolis.

KNAUSS, Paulo. “O descobrimento do Brasil na escultura: imagens de civismo”. *Projeto História*. São Paulo, (20), abr.2000, p.175-192.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARA, Camila de Brito Quadros. *O patrimônio cultural religioso*: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. 2017, 225f. Dissertação (Mestrado em História) UFGD, Dourados.

LARA, Camila de Brito Quadros; MARTINS, Lúcia Bento. “O patrimônio cultural artístico de Dourados/MS: um olhar sobre o artesanato nas obras de Mestre Cilso”. In: *11º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*, 2017, Foz do Iguaçu/PR. Anais do 11º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. Foz do Iguaçu/PR, 2017. p. 1-21.
Disponível em <http://festivaldascataratas.com/forum-turismo/anais/2017/gt2-historia-e-cultura/8-o-patrimonio-cultural-artistico-de-dourados-ms.pdf> acesso em 29 de maio de 2019.

LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil*: ensaios de história social. Campinas. São Paulo: Unicamp, 2006.

LEITE, Rogério P. “Lugares da política e consumo dos lugares nação e patrimônio cultural”. In: *Contra-usos da cidade*. Campinas: UNICAMP, 2004, p.34-95.

LIMA, Pedro Alcântara de. *Ocupação do fundo de vale do córrego Laranja Doce na cidade de Dourados*: Análise da proposta de criação de um parque ecológico. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente.

LINO, Fernanda N. da Costa. *A preservação do patrimônio cultural urbano*: fundamentos, agentes e práticas urbanísticas. 2010, 196f. Tese (doutorado em Direito), USP. São Paulo.

LOSEKAN, Cristiana. "A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades deste conceito no contexto brasileiro". *Pensamento Plural*. Pelotas [04]: 37-57, janeiro/junho 2009.

LUCA, Tânia R. de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

LUCIANO, Luis Carlos. *Ribeiro*: arquitetura, urbanismo e meio ambiente; exercício de cidadania. Dourados/MS: Edição do autor, 2008.

LUCIANO, Luis Carlos. *Legislativo de Dourados*. (1935-2006). Disponível em <http://www.luiscarlosluciano.com.br/fotosnoticias/dourados.pdf> acesso em 10 de março de 2019.

MACHADO, Jurema. "A UNESCO e o Brasil: trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural". In: FUNARI, P. P. A. (Org.); PELEGRINI, S. (Org.); RAMBELLI, G. (Org.). *Patrimônio cultural e ambiental*: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, v. 1. p. 116- 128, 2009.

MACHADO, Jurema. "Feito em casa: o Iphan e a cooperação internacional para o patrimônio". In: SCHLEE, Andrey R. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. IPHAN: 1937-2017, nº 35, 2017, p. 245-284.

MACHADO, Ana C. F. *A feira livre no município de Dourados-MS*. 1997. 56f. Monografia (Metodologia em Ensino Superior). SOCIGRAN. Dourados.

MACMILLAN, Margaret. *Usos e abusos da história*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. *O desenho da história no traço da paisagem*: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda. 2015. 414 f. Tese (Doutorado em História) Unicamp. Campinas. Disponível em <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281271> acesso em 24 de abril de 2019.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública*: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. Lei 7347/85 e legislação complementar. 8ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-matogrossense*. Campo Grande: EdUFMS, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. "Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente". In: PINSKY, Carla B., & LUCA, Tania R. de. *O historiador e suas fontes*. (orgs.) São Paulo: Contexto, 2009, p. 281-309.

MAZZILLI, Hugo N. “Aspectos polêmicos da Ação Civil Pública”. Publicado em várias revistas jurídicas, dez 2005, p.03. Disponível em <http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/aspectosacp.pdf> acesso em 14 de setembro de 2015.

MEIRELLES, Hely L. *Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Iinjução e Habeas Data*. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENDONÇA, Sonia R. de & FONTES, Virginia. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro F & VAINFAS, Ronaldo.(orgs.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.55-72.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício*. Neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. 2000. 360f. Tese (Doutorado em Arquitetura) Unicamp, Campinas.

MENESES, U. T. B. de. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”. In: SUTTI, W. (Coord.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2012.p. 25-39. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf> acesso em 12 de janeiro de 2018.

MENESES, Ulpiano T. B. de. “Repovoar o patrimônio ambiental urbano”. In: SCHLEE, Andrey R. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio: desafios e perspectivas, nº36, 2017.p. 39-52.

MENESES, Ulpiano T. B. de. “Cultura política e lugares de memória”. In: AZEVEDO, Cecília [et. al] (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MENEZES, Ana Paula. “COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS-HISTÓRIA, MEMÓRIA: Considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados”. *História em Reflexão*. Vol. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun 2011, 16p. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1165/697 > acesso em 10 de janeiro de 2016.

MENEZES, Clarice C. F. “Cooperação internacional e patrimônio mundial”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 2, n. 3, jul. 2010. Disponível em <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/47/46> acesso em 10 de maio de 2017.

MORENO, Bruno Bomfim ; CALIXTO, M. J. M. S. “A demanda regional e a oferta de ensino superior em uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul: Dourados”. *Estudos Geográficos* (UNESP), v. 15(1), p. 62-87, 2017.

MONDARDO, M. L.. "Ser paraguaio no Mato Grosso do Sul: da migração à construção de uma identidade transfronteiriça". *Revista Faz Ciência*, v. 15, p. 69-91-91, 2013.

OLIVEIRA, Ailson B. *Território urbano e identidade*: os paraguaios de/em Dourados-MS. Dourados: 2015. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Dourados.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigação em psicologia social. 8ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Trad. Sônia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In: *Culturas Políticas na História*: novos estudos. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2009 p. 13-37. Disponível em <https://www.academia.edu/23368211/Desafios_e_possibilidades_na_apropriacao_de_cultura_politica_pela_historiografia > acesso em 20 de maio de 2019.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *"Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto"* – Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2008. 118 fls. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados.

NASCIMENTO, Débora Bethânia Faustino do.; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. "A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Itahum: implantação e transformações (1947-1956)". *Relatório de Iniciação Científica*. 2014. PIVIC/CNPq/UFGD 2013-2014. CDR, 24pp.

OLIVEIRA, Alison B. de "Identidade urbana. Paraguaios em Dourados". *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros* – Seção Três Lagoas/MS – nº 23 – Ano 13, Maio 2016, p. 102-134.

OLIVEIRA, Jorge E. de.; ESSELIN, Paulo Marcos. "Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso". *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 278- 318, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Lúcia L. *Cultura é patrimônio*: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, Benícia C. de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 182 fls. Dissertação (Mestrado em História). UNESP. Assis.

Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006. 140 p.

Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. 3ª ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

OLIVEN, Ruben G. “Patrimônio intangível: considerações iniciais”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural*: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. “Entre armadilhas e artimanhas: o despertar da cidade e a preservação dos seus bens patrimoniais”. In: ZANON, Elisa Roberta; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; MAGALHÃES, Leandro Henrique (orgs.) *A construção de políticas patrimoniais*: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país. Londrina: EdUniFil, 2009, p. 94-110.

PELEGRINI, Sandra C. A. “O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil”. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006, p. 54-77.

PEREIRA, Danilo Celso. “Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan”. *Revista CPC*, v.13, n.25, p.34–59, jan./set. 2018.

PEREIRA, João Pedro. *“Um povo sem identidade cultural definida”*: José Octávio Guizzo e a construção da identidade sul-mato-grossense (1967-1989). 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) UFGD, Dourados.

PESAVENTO, Sandra J. “Cidades visíveis, cidades sensíveis e cidades imaginárias”. *Revista Brasileira de História*. 2007, vol.27, nº53, pp.11-23.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra J. “História, Literatura e Cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio”. In: CHUVA, Márcia (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012, p. 397-410.

PINTO, Maiara L. *Da usina termoelétrica senador Filinto Muller à usina velha*: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense. 2015. 183f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados.

PINTO, Maiara L. “Um patrimônio em questão: o caso da usina velha”. In: *Anais do XIII Encontro regional de História*. História e democracia; possibilidades do saber histórico. Coxim-MS, 08 a 11 de novembro de 2016. 12f. Disponível em <http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478284516_ARQUIVO_MaiaraLaisPinto_anpuh2016.pdf > acesso em 10 de agosto de 2018.

PINTO, Maiara L. “O patrimônio histórico - cultural de Dourados em tempos de transformação social e urbana: uma análise através do movimento de preservação do

clube social de Dourados (1984 -1986)". In: *XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia*, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502825049_ARQUIVO_MaiaraLaisPinto_anpuh2017.pdf> acesso em 10 de agosto de 2018.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil*: diretrizes, linhas de ação e resultados - 2000/2010. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012.

POSSAMAI, Zita. R. "O Patrimônio e o conhecimento histórico" In: *Ciências e Letras* Revista da Faculdade Porto-alegrense de Educação Ciências e Letras. Porto Alegre, nº27, jan./jun. de 2000, p.13-24.

POSSAMAI, Zita; GIL, Carmem. "Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações". *Mouseion*. Canoas, v.19, p.13-26, 2014.

POSSAMAI, Zita. "O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio". *Anos 90*. Porto Alegre, v.25, n.48, p. 23-49, dez. 2018.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROZ, Paulo R. C. "A historiografia sul-mato-grossense 1968-2010: notas para um balanço". In: GREZER, Raquel (org.). *Do passado ao futuro*. Edição comemorativa aos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p.167-185.

QUEIROZ, Paulo R. C. "Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146, 2010.

QUEIROZ, Paulo R. C."A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares". In: DANTAS, C.; ABREU, M. (Org.). *Primeiro Encontro de Pós-doutores do PPGH/UFF*. Niterói: PPGH/UFF, 2010. p. 1- 19.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. "E. F. Noroeste do Brasil. A integração do centro-oeste brasileiro". In: *História Viva*. Caminhos do Trem. Apogeu, decadência e retomada da ferrovia no Brasil. Edição 2. Grandes Ferrovias. P.52-59.

QUEIROZ, Paulo R. C. de & SANTOS, Juliana P. dos. "O município de Dourados e o Ramal de Ponta Porã, da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1940-1970)". *Relatório de Iniciação Científica*. Pibic 2005-2006. CDR. 20pp.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. "A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso". *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015, p.204-228.

RABELLO, Sonia. “O tombamento”. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais*: o tombamento. Rio de Janeiro : IPHAN, 2009.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010.

REIS, José C. “O tempo histórico como ‘representação intelectual’”. In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê História e Patrimônio. IPHAN/Minc: Brasília-DF, nº34, 2012.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília*: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. Annablume:SP, 2005.

ROMERO, Hamilton. *O papel do shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas sócio-espaciais em Dourados-MS*. 2010. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Dourados.

RHODEN, Luiz Fernando. “O patrimônio imaterial: algumas reflexões sobre o registro”. In: *Patrimônio e Educação* - Ciências e Letras. Revista Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, jan./jun. de 2002, p. 253-260.

RICOEUR, Paul. “História/Epistemologia”. In. _____. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.151-302.

SÁEZ, Oscar Calavia. *Esse obscuro objeto da pesquisa*: um manual de métodos, técnicas e teses em Antropologia. Santa Catarina: Edição do Autor, 2013.

SAMUEL, Raphael. “História local e história oral”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v.9, nº19, pp.219-243, set.89/fev.90.

SANT’ANNA, Márcia. “Cidade-atração: Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil nos anos 90”. *Cadernos PPG-AU*, FAUFBA, Salvador, v. 2, n. 2 [número especial], p. 43-58, 2004. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1686> acesso em 20 de agosto de 2018.

SANT’ANNA, Márcia. “Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos”. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. “Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’”. *Projeto História*. São Paulo, n.52, pp. 245-279, jan-abr, 2015.

SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos; AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luis C. de Q. (Orgs.) *Governança democrática e poder local*: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004.

SANTOS, Marina de S. *Dourados*: planejamento, olhares sobre a cidade (1970-2003). 390 f. 2016. Tese (Doutorado em História). UFGD, Dourados.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa do Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. 2005. 176f. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, Dourados.

SCIFONI, Simone. “Os diferentes significados do patrimônio natural”. *Diálogos.* Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SILVA, Danusa Lourdes Guimarães da. *“Um pé aqui e outro lá”*: experiências transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR – 1990-2010). 2010. Dissertação (Mestrado em História) UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. *Cidade (i)material*: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015.

SILVA, Ênio Alencar da. *Problemática Ambiental em Dourados/MS*: Análise das Políticas Públicas nas Zonas de Interesse Ambiental. 2008. 73f. Monografia (Graduação em Geografia) UFGD, Dourados.

SILVA, Guilherme C. “Direitos autorais e diversidade cultural”. In: *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009, p. 9751-9764. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/2959.pdf > acesso 20 de dezembro de 2017.

SILVA, Mário César Tompes da. *Novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados.* 2000. 324fls. Tese (Doutorado em Geografia). USP. São Paulo.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. *Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN*: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. 2ªed. São Paulo: Petrópolis/EdUSP, 2012.

SILVA, Jeanne. *Sob o ju(o)go da lei*: confronto histórico entre direito e justiça. Uberlândia: EDUFU, 2012.

SILVA, Kalina V. & SILVA, Maciel H. "Política". In: *Dicionário de conceitos históricos*. 2ªed. 1ªreimp. São Paulo: Contexto, 2008, pp.335-338.

SILVA, Lélio Loureiro da. *As representações dos Kaiwoa-Ñandeva no jornal O Progresso na década de 1980*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados.

SOUZA, João C. de. & ANDRADE, Fernanda C. de. "Imprensa e Colônia Agrícola Nacional de Dourados: a análise de discurso". *Relatório de Iniciação Científica*. Pibic 2005-2006. CDR. 20pp.

SOUZA, Rozemar Mattos. *Dourados*: seus pioneiros, sua história. Dourados: Gráfica Stillus, 2003.

SOUZA, Fernando Machado de; SOUZA, Valéria Bononi Gonçalves de; CHUEIRI, Miriam Fechio. "A lei da sopa paraguaia: análise da compatibilidade constitucional e convencional do patrimônio imaterial no município de Dourados – MS". *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ*. Curso de Direito. v. 5. Suplemento Especial - Resumos da 3ª Mostra Científica 2017. UEMS, Dourados/MS. Resumo expandido 2pg. Disponível em <http://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/1998/0> acesso em 10 de novembro de 2017.

SOUZA, J. C. *A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989 – 1999)*. Dourados: 2001. 128f. Dissertação. (Mestrado em História) UFMS, Dourados.

SPRANDEL, Marcia Anita. "Brasileiros na fronteira com o Paraguai". *Estudos Avançados*. São Paulo, UNESP, n. 20 (57), pp.137-156, 2006.

SOUCHAUD, Sylvain. "A visão do Paraguai no Brasil". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, pp. 131-153, jan./jun. de 2011.

SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje*: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003). São Paulo: 2006. 257f. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo.

TAMASO, Izabela M. "Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade". In: PAULA, Zueleide C. de; MENDONÇA, Lúcia G.; ROMANELLO, Jorge L. (orgs) *Polifonia do patrimônio*. Londrina: EDUEL, 2012. p. 21-46.

TAMASO, Izabela. "A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios..." *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

ULIANA, Márcia Bortoli; PEREIRA, Sonia Maria Couto. “Entre cocares e gente importante, muito descaso, degradação e amnésia”. In*: I Seminário de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades*, 2007, Marechal Cândido Rondon. Anais do I Seminário de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades, 2007.

ULIANA, Márcia Bortoli; PEREIRA, Sonia Maria Couto. Patrimônio Cultural em Dourados: construir experiências, promover discussões. In: *IV Congresso Internacional de História*, 2009, Maringá. Anais do Congresso Internacional de História (CD-Rom), 2009.

ULIANA, Márcia B. ORTLIEB, Mayara R. BARBOSA, Lourdes O. C. “Patrimônio cultural em Dourados: experiências entre extensão, ensino e pesquisa”. In: *Anais ENEPE* (mídia digital, formato on line). 3º Encontro de Ensino de Graduação; 5º Encontro de Pós-Graduação; 6º Encontro de Iniciação Científica; 6º Encontro de Extensão. Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza. UFGD. Dourados, 22 a 24 de out. 2012. Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/eventos/anais/enepe/trabalhos/patrim%C3%94nio_cultural_em_dourados_-_experi%C3%8Ancias_entre_extens%C3%83o,_ensino_e_pesquisa.pdf > acesso em 14 de maio de 2014.

ULIANA, Márcia B. ORTLIEB, Mayara R. BARBOSA, Lourdes O. C. BARBOSA, Rafael C. “Patrimônio cultural: reflexões e desdobramentos sobre experiências com extensão universitária”. *Anais do VI Seminário de extensão universitária da região centro-oeste*, UFGD-UEMS, 2013 (publicado em 2015).

VASCONCELOS, Luiza Melo. “Lori Gressler”. In: PELLEGRINI, Fábio & SENNA, Melly F. G (orgs). *Vozes da literatura*. Campo Grande:FCMS, 2014, p.192-197.

VARUSSA, Rinaldo J. *Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil (décadas de 1940 a 1960).* São Paulo: LTr, 2012.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 2008.

VIANNA, Letícia C. R. “Patrimônio Imaterial”. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

VIEIRA, Maria do P. de A.; PEIXOTO, Maria R. C. & KHOURY, Yara M. *A Pesquisa em História.* Ática, 1997.

VIUDES, Priscila. *Índios nas páginas D’O Progresso*: Representações da desnutrição infantil no jornal (2005). 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em História).UFGD, Dourados.

WEFFORT, Francisco. “Carta de exposição de motivos ao Presidente”. *O Registro do Patrimônio Imaterial*: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial Brasília: Minc/IPHAN, 2003.

WATERKEMPER, Andréia de Goés. GOMES, Maria José de Toledo. "A influência do rádio na difusão da cultura paraguaia em Dourados/MS". *SOCIODIALETO*, Bach., Lic., e Mestrado em Letras. UEMS/Campo Grande. V. 2, N.1, julho 2012. Disponível em <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/12/12092012083522.pdf > acesso em 25 de outubro de 2017.

ZANIRATO, Silvia H. "Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial". *Rev. CPC,* v.13, n.25, p.7–33, jan./set. 2018.

ZANIRATO, S. As múltiplas dimensões do patrimônio cultural. *Diálogos,* DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 59-65, 2005.

ZANIRATO, S. ; RIBEIRO, W. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não-renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262, 2006.

ZICMAN, Renée B. História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP, nº. 4, junho de 1985, pp. 89-102.

OBRAS CONSULTADAS

ABRANTES, Andreza Rigo. *Tecnologias digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado*. 2014. 171f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andreza%20Rigo%20Abrantes.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2018.

AGUIAR, Leila B.; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. "Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas". *Antíteses,* v.7, n.14, p.68-94, jul./dez.2014.

ALVES, Elder P. M. "Diversidade cultural, patrimônio cultural e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global". *Revista Sociedade e Estado.* Vol.25, n.3, set./dez. 2010, p. 539-560.

ARANTES, Antônio A. "Patrimônio e cidades". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (orgs.) *Plural de cidades:* léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Alamedina, 2009.

ARANTES, Antônio A. (org.) *Produzindo o passado:* estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARANTES, Antônio A. (org.) *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê Cidadania. Nº24, 1996. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf >. Acesso em 12 de julho de 2017.

ARANTES, Rogério B. "Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol.14. nº39. Fev. 1999, p. 83-102.

ARANTES, Rogério B. "Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política". *Justitia*, São Paulo. 64 (197). jul./dez. 2007, p. 325-335. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4656111/mod_resource/content/1/ministerio_publico_fronteira_justica.pdf> Acesso em 20 de maio de 2017.

ASSIS, Glauber L. de; RODRIGUES, Jacqueline A. "De quem é a ayahuasca? Notas sobre a patrimonialização de uma 'bebida sagrada' amazônica". *Religião e Sociedade,* Rio de Janeiro, 37 (3): 46-70, 2017.

AXT, G. "Justiça e memória: a experiência do Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul". *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 2, n.4, p. 215-238, 2002. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/me

morial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n3/index.html> Acesso em 20 de maio de 2017.

AXT, G. "Perspectiva interdisciplinar na gestão dos arquivos judiciais no Brasil". In: CERQUEIRA, Fábio V. *et al.* (org.) *Cadernos de memória e patrimônio.* Acervos culturais e suportes de memória. Ano 1, nº1, Pelotas:UFPel. 1º sem. de 2016. P.108-135.

BARROS, José D'Assunção. "A história cultural e a contribuição de Roger Chartier". *Diálogos,* DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p.125-141, 2005.

BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Por uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Disponível em <https://www.academia.edu/6737564/84550426-Livro-RIOUX-Jean-Pierre-SIRINELLI-Jean-Francois-Para-uma-historia-cultural>. Acesso em 10 de março de 2019.

BIANCAMANO, M. R. "Legitimação e autonomia do poder judiciário: busca contínua no tempo". *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 2, n.4, p. 195-214, 2002. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n3/index.html> Acesso em 20 de maio de 2017.

BIANCAMANO, M. R.; AXT, G.. "O Poder Judiciário e seu orçamento: a última década do século XX". *Cadernos de Pesquisa*, vol 2. Porto Alegre. 2004, p. 72-95.

BOURDIEU, Pierre. "A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico". In: *Poder simbólico*. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.209-254.

BORGES, Maria Eliza L. "Cultura dos ofícios: patrimônio cultural, história e memória". *Varia História.* Belo Horizonte, vol.27, nº46, p. 481-508, jul/dez 2011.

BOSETTI, Cleber J. "O jornal *Folha D'Oeste* e o discurso da ordem". In: HEINSFELD, Adelar. *et al.*(orgs.) *Política e cultura.* Passo Fundo: Méritos, 2010, p.163-186.

CALADO, Lenita M. R. *Era uma feira que a gente ia de chinelo*: Campo Grande e sua Feira Livre Central. Dourados:EdUFGD, 2013, 124p.

CANCLINI, Néstor G. "Culturas visuais: entre a arte e o patrimônio". *A sociedade sem relato: Antropologia e estética da iminência.* São Paulo: USP, 2016, p. 65-98.

CAMPOS, Yussef D. S. de; FERREIRA, Lúcio M. "Fogo-Amigo: agentes municipais e seus equívocos perniciosos à preservação do Patrimônio Cultural". In: CAMPOS, Yussef D. S. de; KULEMEYER, Jorge (Org.) *O lado perverso do patrimônio cultural*. 1ªed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, v. 1, p. 155-172.

CAMPOS, Yussef D. S. de (Org.) *Gestão do Patrimônio Cultural*. Juiz de Fora: Editar, 2015.

CAMPOS, Yussef D. S. de. "O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim". *Revista CPC.* São Paulo, n.16, p.119-135, maio/out. 2013.

CAMPOS, Yussef D. S. de. "Patrimônio imaterial e memória coletiva em Minas Gerais". *Cadernos do CEOM.* Ano 22, nº31, p.33-43.

CAMPOS, Yussef D. S. de. (Org.) *Patrimônio Cultural Plural*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

CAMPOS, Yussef D. S. *Proposições para o patrimônio cultural*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CANCLINI, Néstor G. "O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional". In: HOLLANDA, Heloísa B. de (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Cidade. IPHAN:Minc, nº23, 1994, p. 94-115. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf> Acesso em 23 de maio de 2015.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria L.; MAGALHÃES, Aline M. (orgs.) *História do turismo no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARVALHO, José M. de. *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ªed. 13ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHARTIER, Roger. "A história hoje: dúvidas, desafios, propostas". *Estudos históricos.* Rio de Janeiro. Vol.7, nº13, 1994, p. 97-113.

CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". *Estudos avançados.* 11 (5), 1991, p. 173-191.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *O ofício do historiador:* sobre ética e patrimônio cultural. In: Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. Coordenação geral de pesquisa, documentação e referência. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008, p. 27-43.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; NOGUEIRA, Antônio G. R. *Patrimônio cultural:* políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

COELHO, D. M. T.; ZANIRATO, S. H. “Registro e revalidação de bens culturais de natureza imaterial: dilemas na gestão”. *Patrimônio e Memória* (UNESP), v. 12, p. 142-157, 2016. Disponível em <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/492/880> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

COMPARATO, Fábio K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORREA, Lucas Mariani; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. “História ferroviária e pesquisa: a consolidação da temática nas pesquisas de pós-graduação no Brasil (1972-2016)”. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 140-168, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v19n38/2237-101X-topoi-19-38-140.pdf>. Acesso em 10 de março de 2018.

COSTA, Ana A. A. *As donas no poder*. Mulher e política na Bahia. Coleção Bahianas, vol. 2. Salvador: NEIM/UFBA - Assembleia Legislativa da Bahia. 1998. 248p.

CUREAU, Sandra. *et al*.(coord.) *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.* Belo Horizonte: Fórum, 2011.

DA ROS, Luciano. “O custo da justiça no Brasil”. *Newsletter.* Observatório de elites políticas e sociais no Brasil. v.2, n.9, 2015, 15p. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-2-n.-9.pdf >. Acesso em 30 de novembro de 2016.

DÓRIA, Og. *Município*: o Poder Local no Brasil – Quinhentos Anos de Conflitos entre O Município e o Poder Central. São Paulo: Scrita Editorial, 1992.

DUARTE, Geni Rosa; FROSTCHER, Meri; LAVERDI, Robson. (Org.). *História, Práticas Culturais e Identidades*: abordagens e perspectivas teórico-metodológicas. 1ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.

DUARTE, Geni Rosa. “Entre modas, polcas e chamamés: música, identidade e transgressão na trajetória e na obra de Helena Meireles”. In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. *Práticas socioculturais como fazer histórico:* abordagens e desafios teórico-metodológicos. Cascavel: Edunioeste, 2006.

DUMOULIN, Oliver. *O papel social do historiador*. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FALCON, Francisco J. C. *História Cultural:* uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FARIA, José E. (org.) *A crise do Direito numa sociedade em mudança.* Brasília: Editora da UnB, 1988.

FERNANDES, José R. O. "O patrimônio cultural na legislação brasileira". In: *Legislação sobre patrimônio cultural*. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2010, p. 9-12.

FERNANDES, José R. O. "Muito antes do SPHAN: A Política de Patrimônio Histórico no Brasil (1838-1937)". In: *Seminário Internacional Políticas culturais*: teorias e práxis. Anais do Seminário Internacional Políticas culturais: teorias e práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, 14p.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. *Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas:* inspirações à política de preservação cultural no Brasil. 2014. 544 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-14082014-134950/pt-br.php>. Acesso em 14 de abril de 2018.

FINGER, Anna Eliza. *Um século de estradas de ferro: arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957*. 2013. 465 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília. <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15345/1/2013_AnnaElizaFinger.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2018.

FORTUNA, Fernanda França. *Perfil do Ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul* – Mapeamento e Avaliação dos Portais Noticiosos. 2014.136f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UFMS. Campo Grande.

FROTSCHER, Méri. *Identidades móveis:* práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Blumenau: Edifurb, 2007.

FUNARI, Pedro P.; PINSKY, Jaime (orgs.) *Turismo e patrimônio cultural:* São Paulo: Contexto, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira.* Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

GOMES, Marco A. de F.; CORRÊA, Elyane L. (orgs.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio.* Salvador: Edufba, 2011.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org.) *Estudos sobre a escrita da história.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. *Crer em história.* 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. *Evidência da História.* O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KERCHE, Fábio. *Virtude e Limites: Autonomia e Atribuições do Ministério Público no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2009.

KERSTEN, Márcia S. de A. *Os rituais de tombamento e a escrita da história.* Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LACERDA, Guilherme; GURGEL, Antônio; WALKER, José R. *Ferrovia:* um projeto para o Brasil. São Paulo: Contexto Jornalismo & Assessoria, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. "Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção de bens imateriais". In: *O registro do patrimônio imaterial*. Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Minc/IPHAN/Funarte. Brasília, dez.2006, p. 79-82. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf > Acesso em 31 de junho de 2018.

LINS, Ana Paula M. de B. da Costa. *As ferrovias como patrimônio cultural mundial*: os Estados-parte, a UNESCO e o Valor Universal Excepcional. Recife, 2015. 228 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18406/1/Tese_Ana%20Paula%20Lins%20%2814.10.16%29.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2018.

LEMGRUBER, Julita; RIBEIRO, Ludmila; MUSUMECI, Leonarda; DUARTE, Thais. *Ministério Público:* Guardião da democracia brasileira? Rio de Janeiro: CESEC. Universidade Cândido Mendes, 2016. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/livro/ministerio-publico-guardiao-da-democracia-brasileira/> Acesso em 10 de outubro de 2016.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana.* 2ªed.rev. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LUCA, Tânia R. de. "Notas sobre os historiadores e suas fontes". *Métis:* história & cultura. v.11, n. 21, jan./jun.2012, p.13-21.

MACHADO, Eduardo. "Ministério Público, gestão social e os conselhos gestores de políticas públicas". *Revista do CNMP.* Atuação do MP em defesa da sociedade. BSB: CNMP, nº4, ano 2014, p.111-138.

MAZZILLI, Hugo N. "Uma breve visão sobre o Ministério Público Brasileiro". *Justiça & História.* Vol. 5, n.10, 2005, 9p. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v5n10/index.html> Acesso em 29 de abril de 2017.

MENESES, José N. C. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. "A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano". In: MORI, Victor Hugo. *et al.* (org.) *Patrimônio: atualizando o debate.* São Paulo: 9ª SR/IPHAN. pp.33-76. 2006.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. "Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais". In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da. (orgs.). *Turismo*: espaço, paisagem e cultura. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 88-99.

MORETTI, Rodrigo C. *Fundinho, um antigo bairro:* sobre patrimônio e memória. 2009. 157f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria B. de R. *Inventários de identificação:* um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: ed.UFMG/Território brasilis, 2002.

NUNEZ, Lorraine O. "As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo". *Faces da História.* Assis-SP, v.3, nº2, p.194-212, jul.-dez., 2016.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. "Inventário e patrimônio cultural no Brasil". *História.* São Paulo, v.26, n.2, p.257-268, 2007.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. "O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação". *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. "Patrimônio cultural e novas políticas de memória". In: RIOS, Kênia S.; FURTADO FILHO, João E. (orgs.) *Em Tempo:* História, Memória e Educação. Fortaleza: Imprensa universitária, 2008, p. 319-330.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos*: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) *Cidade:* História e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PALACIOS, Marcos. A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos. Revista FAMECOS. Porto Alegre. nº 37, dezembro de 2008, p.91-100.

PALACIOS, Marcos. “Convergência e memória: jornalismo, contexto e história”. *Matrizes.* São Paulo. Ano 4, n.1, jul./dez.2010, p.37-50.

PALACIOS, Marcos. “Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória”. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Orgs.) *Modelos do Jornalismo Digital*. Salvador: Editora Calandra, 2003, 17p.

PELEGRINI, Sandra C. A. “Entre armadilhas e artimanhas: o despertar da cidade e a preservação de seus bens patrimoniais”. In: MAGALHÃES, Leandro H.; ZANON, Elisa R.; BRANCO, Patrícia M. C. *A construção de políticas patrimoniais:* ações preservacionistas de Londrina, região norte do Paraná e sul do país. Londrina: EdUnifil, 2009, p.94-107.

PEREIRA, Danilo C. “Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI”. Rev. *CPC*, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/111342/115892/ > Acesso em 10 de outubro de 2018.

PERES, Maria G. *Espaços e linguagens:* marcos e memórias nas histórias de Araguari – MG (1988-1998). 2014. 205f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas.* São Paulo: editora da UNESP, 1998.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs.) *História da cidadania.* 6ªed. São Paulo: Contexto, 2012.

POSSAMAI, Z. R. “Patrimônio e Identidade: qual o lugar da história”. In: SILVA, Adriana Fraga da; *et al.* (Org.). *Ensino de História no Cone Sul*: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. 1ed.Porto Alegre: EVANGRAF, 2013, v. , p. 87-98.

PROCHNOW, Lucas Neves. “Memória ferroviária”. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.) *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

PROCHNOW, Lucas Neves. *O Iphan e o patrimônio ferroviário:* a memória ferroviária como instrumento de preservação. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Lucas%20Neves%20Prochnow.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2018.

QUEIROZ, Paulo R. C. *Uma ferrovia entre dois mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

QUEIROZ, Paulo R. C. “‘Caminhos e fronteiras’: vias de transporte no extremo oeste do Brasil”. In: FILHO, Alcides G. & QUEIROZ, Paulo R. C. (orgs.) *Transportes e*

formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil. Dourados: UFGD, 2001, pp. 99-138.

RABELLO, Sonia. "O tombamento". In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais*: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. (Reedições do IPHAN).

REISEWITZ, Lúcia. *Direito ambiental e patrimônio cultural.* Direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: editora Juarez de Oliveira, 2004.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/11151979/REM%C3%93ND_R._Por_uma_hist%C3%B3ria_pol%C3%ADtica> . Acesso em 10 de abril de 2018.

ROCHA, Helenice A. B.; MAGALHÃES, Marcelo de S.; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar:* memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ROCHA, José Milton. *O 'Glocal' no ciberjornalismo regional:* Análise dos sítios de webnotícias de Dourados. 2014. 204f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UFMS. Campo Grande.

RODRIGUES, Marly. *Inventários de bens culturais: conhecer e compreender*. Rev. *CPC*, São Paulo, n.21 especial, p.31-48, 1º sem. 2016.

RODRIGUES, Marly. "Por que vocês querem conservar o patrimônio?". *História.* São Paulo, 15;175-1996, 1996.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas R. dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira:* leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil. Jundiaí: Paco editorial, 2012.

ROLNIK, Raquel. "Lei e política: a construção dos territórios urbanos". *Projeto História*, São Paulo, (18), mai. 1999, p.135-154.

RONCAYOLO, Marcel. "Cidade". In: *Enciclopédia Einaudi.* vol.8. Portugal: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986, p.396-488.

ROSADO, Alessandra; GONÇALVES, Willi de B. (orgs.) *Ciência do patrimônio:* horizontes transdisciplinares. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo público mineiro, 2015.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento:* a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti editora, 2014.

SARLO, Beatriz. *A cidade vista:* Mercadorias e cultura urbana. 1ªed. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2014.

SCHNEIDER, Marília. "A imprensa e a imagem do poder judiciário". *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n.5, 2003, 11p. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/index.html> Acesso em 28 de abril de 2017.

SILVA, Jeanne. "História e Direito*:* Considerações para a construção metodológica de um campo interdisciplinar". In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. 16p. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1360198158_ARQUIVO_HISTORIAEDIREITOparaAnpuh2013.pdf Acesso em 17 de abril de 2017.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. *Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN*: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Rio de Janeiro.

SILVA, Soene O. de. *Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia – MG (1950-1988).* 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SIMÃO, Maria C. R. *Preservação do patrimônio cultural em cidades.* Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOARES, Carolina S. *Repensando o patrimônio:* novos dilemas e potencialidades nas políticas de preservação. 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFMG, Belo Horizonte.

SOIHET, Rachel; *et al.* (orgs.) *Mitos, projetos e práticas políticas:* memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TEDESCO, Giselda P.; ALVES, Gilberto L. "Toro Candil: tradição de uma fronteira ambivalente". *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 29-42, jan./mar. 2018 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000100029> Acesso em 20 de setembro de 2017.

TEDESCO, G. P. *A brincadeira do Toro Candil*: uma manifestação da memória cultural local. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande.

TEDESCO, G. P. *"Toro Candil"*: um componente da singularidade cultural em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. 2017. 118f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e

Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande. Disponível em: <http://ec2-52-67-157-245.sa-east-1.compute.amazonaws.com/bitstream/123456789/12200/1/Giselda%20Paula%20Tedesco.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2017.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade:* uma teoria social da mídia. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TORCHI-CHACAROSQUI, Gicelma da F. "A cultura sul-Mato-Grossense e a sua condição mestiça: aspectos semióticos da manifestação popular do *el Toro Candil*. *BOITATÁ*, Londrina, n. 10, p. 18-33, jul-dez 2010.

VILELA, Maria D. de Almeida. "Legislação que disciplina os conselhos de políticas públicas tanto na esfera federal quanto nas esferas estaduais e municipais". *Consultoria Legislativa*. Câmara dos Deputados, 2005, 9p. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema6/2005_740.pdf > Acesso em 13 de março de 2016.

VOGT, Olgário P. "Patrimônio cultural: um conceito em construção". *Métis:* história & cultura, v.7, n.13, p.13-31, jan./jun. 2008.

WADI, Yonissa; RAMÃO, Fernanda P. "Crimes passionais e sistema de justiça: um olhar histórico sobre a comarca de Toledo – PR (1954-1979)". *Justiça & História.* Vol.6, nº11, 2006, p. 301-345.

ZANIRATO, S. H. "As instituições de proteção do patrimônio cultural: gestão política e participação comunitária". *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), Marechal Candido Rondom, v. 7, n.1, p. 23-38, 2005. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8036/5943>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

ZANIRATO, S. H. "O patrimônio cultural em cidades novas. Leituras da política patrimonial paranaense". In: MAGALHÃES, Leandro H.; ZANON, Elisa R.; BRANCO, Patrícia M. C. *A construção de políticas patrimoniais:* ações preservacionistas de Londrina, região norte do Paraná e sul do país. Londrina: EdUnifil, 2009, p. 78-92.

ZANIRATO, S. H. "Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica". *Patrimônio e Memória* (UNESP. Online, v.2, p.1 – 20. 2006. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/50/446 > Acesso em 20 de janeiro de 2019.

FONTES HISTÓRICAS

ATAS, CARTA ABERTA, DECRETOS, PROJETOS E LEIS

Municipal

Atas de reuniões do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados.

As atas disponibilizadas por funcionários da Secretaria Municipal de Cultura sobre as reuniões do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, são as de: 28/02/2014 (primeira reunião do Conselho), em 10/03/2015, em 30/03/2016, em 20/07/2017, em 07/06/2018, em 17/07/2018.

Carta Aberta do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados aos excelentíssimos senhores vereadores da Câmara Municipal de Dourados. Dourados, agosto de 2018.

Decreto Municipal nº 801 de 13 dezembro de 2013, alterado pelo decreto 1.016, de 10 de abril de 2014.

Decreto Municipal nº 402 de 29 de junho de 2017.

Lei Municipal nº 1.261/1983. Lei Complementar nº 192/2011.

Projeto de lei nº 14/1984. Lei Municipal nº1293/1984.

Decreto municipal nº75/1985.

Projeto de lei nº 042/87. Lei Municipal nº 1443/1987.

Projeto de lei nº050/89. Lei Municipal nº 1600/1989.

Projeto de lei nº 007/90. Lei Municipal nº 1621/1990.

Projeto de lei nº 021/90. Lei Complementar nº 02 de 09 de novembro de 1990. PLC 022/2013 ou Projeto de lei complementar nº18(22)/13 PGM. 2 de setembro de 2013. Lei Complementar nº232 de 11 de dezembro de 2013

Projeto de lei nº040/91. Lei Municipal nº 1.694/1991.

Projeto de lei nº031/96. Lei Municipal nº 2.009/1996.

Lei Complementar nº 72/2003. Alterada pela LC nº 133 de 18/09/2008 Alterada pela LC nº 205 de 19/10/2012 Alterada pela LC nº 223 de 21/08/2013 Alterada pela LC nº 234 de 16/12/2013 Alterada pela LC nº 269 de 22/12/2014 Alterada pela LC nº 273 de 22/12/2014 Alterada pela LC nº 349 de 04/07/2018.

Projeto de lei nº25/2003. Lei Municipal nº 2.559/2003.

Projeto de lei nº 035/2003. Lei Municipal nº 2.571/2003.

Lei Municipal nº 2.703/2004.

Projeto de lei nº 095/2005. Lei Municipal nº 2.764/2005.

Projeto de lei nº189/2009. Lei Municipal nº 3.336/2010.

Projeto de lei nº16/2010. Lei Municipal nº 3.373/2010.

Projeto de lei nº 057/2010. Lei Municipal nº 3.386/2010.

Projeto de lei nº028/2010. Lei Municipal nº 3.395/2010.

Projeto de lei nº 030/2017. Lei Municipal nº 4.100/2017

Projeto de lei nº 065/ 2017. Lei Municipal nº 4.111/2017.

Projeto de lei nº 067/2017. Lei Municipal nº 4.112/2017.

Lei Municipal nº 4.181/2018

Lei Municipal n° 4.182/2018

Lei Municipal n° 4.183/2018

Lei Municipal n° 4.184/ 2018

Lei Municipal nº4.193/2018

Lei Municipal nº4.194/2018

Estadual

Lei Estadual nº 245/1981.

Lei Estadual nº 3522/2008.

Federal

Decreto-lei nº 25/1937.

Decreto nº 3551/2000.

Lei nº 6.634, de 02/05/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/80.

Lei nº 7.347/1985.

Lei nº 8.625/1993.

Lei Federal nº 10.257/2001.

Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

DOCUMENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Procedimento Preparatório nº 93/2008/PJHC/DD. Inquérito Civil nº 093/2008/PJDMA/DD. Ação Civil Púbica nº 0803665-92.2011.8.12.0002.

Procedimento de Investigação Preliminar nº002/99. Inquérito Civil nº 002/01. Ação Civil Pública nº 002.02.007388-9.

Inquérito Civil nº105/2011/PJDPHC/DD. Ação Civil Pública nº 0800637-82.2012.8.12.0002.

Inquérito Civil nº 1.21.001.000008/2012-22 MPF PRM/DRS/MS.

Inquérito Civil 23/2014/PJDHU. Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3.

Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003368-6.

PERIÓDICOS

Douradosagora

"Historiador esclarece 'Lei da Sopa Paraguaia'". 04/08/2017. Disponível em <http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/historiador-esclarece-lei-da-sopa-paraguaia> acesso em 15 de novembro de 2017.

"Tombamento não salvará Feira Livre" s/d. Disponível em <http://www.douradosagora.com.br/noticias/economia/tombamento-nao-salvara-feira-livre> acesso em 01 de julho de 2018.

"Chaminé da Usina corre risco de desabar; rachaduras são visíveis". 23/03/2018. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/chamine-da-usina-velha-corre-risco-de-desabar-rachaduras-sao-visiveis> acesso em 20 de agosto de 2018.

Heleninha e Max López lançam CD Usina Velha Douradense". 16/09/2018. Disponível em < https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/heleninha-e-max-lopez-lancam-cd-usina-velha-douradense > acesso em 25 de setembro de 2018.

"História deixa a "marca" nas praças de Dourados. Praças homenageiam governantes, imigrantes e descendentes que ajudaram a construir Dourados" s/d. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/historia-deixa-a-marca-nas-pracas-de-dourados> acesso em 20 de setembro de 2018.

Praça Paraguaia é revitalizada em Dourados 04/06/2012. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/dourados/praca-paraguaia-e-revitalizada-em-dourados> acesso em 25 de setembro de 2018.

"'Tereréfonia', de Dagata & Os Aluízios, será lançado dia 18". 10/10/2014. Disponível em < https://www.douradosagora.com.br/dourados/tererefonia-de-dagata-os-aluizios-sera-lancado-dia-18>acesso em 25 de setembro de 2018.

Enfoque

"Nas páginas de 'O Progresso' a história da imprensa". *Enfoque.* Geral. Ano1, nº1, 01 de fevereiro de 1986, p.09.

"Clube Social será demolido, mas ainda há resistências", capa. "Modernizar ou desumanizar". Editorial, p. 02. "Clube Social será demolido, mas entidades insistem no tombamento". Geral, p.04. *Enfoque.* Ano1, nº35, 27 de setembro a 3 de outubro de 1986

"A verdade sobre o tombamento". *Enfoque.* Ano1, nº38. Ideias/Debates. Luiz F. Marcondes. Dourados, 18 a 24 e outubro de 1986, p.03.

"Social: o que faltou ser dito". *Enfoque.* Ano1, nº42. Ideias/Debates. Vitório Fedrizzi. Dourados, 15 a 21 de novembro de 1986, p.03.

"Lori Gressler: Organização na Câmara". Edição especial. *Enfoque*. Ano 3, nº218, 20 de dezembro de 1988, sem página.

"Dourados: um ano de reconstrução". "Funced". *Enfoque*. Edição especial. Ano 4, nº 269. Dourados, 20 de dezembro de 1989, s/p.

"Na reta final, a lei orgânica traz avanços". *Enfoque*. Ano 5, nº 279. Dourados, sábado, 24 de março de 1990, p.05.

"Lori defende arte e história de Dourados". *Enfoque*. Capa. Ano 4. nº 261. Dourados, sábado, 21 de outubro de 1989. Capa e p.05.

"Lori – em defesa dos bens históricos e artísticos". *Enfoque*. Ano 4, nº 266. Dourados, sábado, 25 de novembro de 1989, p. 09.

"O Cruzeiro, um marco na história de Dourados". Edição Especial. *Enfoque.* Editorial. Ano 4, nº269, Dourados, 20 de dezembro de 1989, capa e "O Cruzeiro", p.02.

"Conheça seus direitos". Geral *Enfoque*. Ano 5, nº 291, Dourados, sábado, 23 de junho de 1990, p.09.

"Lori desliga-se do PTB e apoia Humberto Teixeira". *Enfoque*. Ano 5, nº 297. Dourados, sábado, 4 de agosto de 1990, capa e p. 04.

"Câmara votará o projeto de Lori que cria o Conselho de Cultura". Geral. *Enfoque*. Ano 5, nº 303. Dourados, sábado. 15 de setembro de 1990, p. 08.

"Lori Alice Gressler: Emendas esfacelam essência do Conselho de Cultura". *Enfoque*. Ano 5, nº306. Dourados, sábado, 06 de outubro de 1990, p.04.

"Pela 1ª vez uma mulher, quer disputar a prefeitura local". *Enfoque.* Persona. Ano 5, nº312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, capa.

"Lori: 'sou candidata a prefeita em 92". Persona. *Enfoque.* Ano 5, nº312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.05.

"Passeios públicos: emendas de Lori Gressler beneficiam classe humilde". *Enfoque*. Geral. Ano 5, nº 312. Dourados, sábado, 17 de novembro de 1990, p.12.

"Constituinte: Uma lei para várias gerações". *Enfoque*. Ano 5, nº281. Dourados, sábado, 07 de abril de 1990, capa, p.04 e 05.

"Lori questiona rejeição de Conselho pela Câmara". *Enfoque.* Geral. Ano 5, nº304. Dourados, sábado, 22 de setembro de 1990, p.12.

Folha de Dourados

"Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados". *Folha de Dourados.* Ano XXXII, nº3454, sábado, 01 de dezembro de 1990, p.06.

O Progresso

Anteriores a 1984

Lori é "pessoa simpática responsável pela pasta" de Educação e Cultura. "Ballet Ana Pavlova". Coluna Rotatividade, Adiles do Amaral Torres. *O Progresso,* ano XXVIII, nº 2567, quarta-feira, 19 de setembro de 1979, p.08.

"Aniversários". Coluna Rotatividade, Adiles do Amaral Torres. *O Progresso*, ano XXVIII, nº2801, terça-feira, 15 de abril de 1980, p.08.

"Anteprojeto polêmico de Lori (PTB)". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso,* ano XXXIX, nº5091, sexta-feira, 25 de agosto de 1981, p.03.

1984

"'Tombar' não é tomar nem derrubar, é resgatar e proteger". *O Progresso.* Ano 34, nº3907, terça-feira, 21 de agosto de 1984, capa.

"No encerramento dos Encontros de Cultura, na Capital, 'Tombamento' do Social é ressaltado". *O Progresso.* Ano 34, nº3912, terça-feira, 28 de agosto de 1984, p.03.

1985

"Clube Social: Sócios e artistas debatem a reutilização como centro de Cultura". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº 3995, sábado e domingo, 19 e 20 de janeiro de 1985, p. 03.

"Clube Social: por unanimidade, Conselho Estadual de Cultura é solidário ao 'tombamento'". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº3999, sexta-feira, 25 de janeiro de 1985, p.03.

"'Tombamento' do Clube Social vai ao ar às 20h na TV Caiuás". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4000, sábado e domingo, 26 e 27 de janeiro de 1985, capa.

"'Tombamento do Social': 'O Clube é um marco que não pode ser apagado da história', diz Plínio. *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4001, terça-feira, 29 de janeiro de 1985, capa.

"'Tombamento' do Social: Artistas e intelectuais lançam manifesto ao governador". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4043, 3 de abril de 1985, capa e p.08.

"O último suspiro". *O Progresso.* Ano XXXIII, nº4044, quinta-feira, 4 de abril de 1985, p.03.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da oitava sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 27 de abril de 1987. *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4785, quarta-feira, 18 de maio de 1985, p.08.

"População douradense participa do Cinquentenário do Município". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4122, sexta-feira, 2 de agosto de 1985, capa e p.03.

"Semana da árvore será aberta amanhã". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4056, sexta-feira, 20 de setembro de 1985, capa.

"Prefeitura entrega na segunda mais de 500 mudas de ipê amarelo". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4057, sábado e domingo, 21 e 22 de setembro de 1985, p. 03.

"Figueiras já são parte do patrimônio histórico". *O Progresso.* Ano XXXIV, nº4058, terça-feira, 24 de setembro de 1985, capa.

"Começa hoje a exposição de fotos históricas de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXV, nº4212, quinta-feira, 12 de dezembro de 1985, capa.

1986

"Marcelo assina mensagem criando Sistema Estadual de Cultura". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº 4517, quinta-feira, 02 de abril de 1986, p. 02.

"Marcelo indica Humberto Espíndola para Cultura". *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4591, terça-feira, 21 de julho de 1986, p. 02.

"Clube Social: Retorna a campanha pró-tombamento". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4369, 21 de agosto de 1986, capa.

"Clube Social: professores e estudantes de Dourados a frente da campanha pró-tombamento". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4369, 21 de agosto de 1986, p.03.

"Clube Social não pode acabar". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4391, sábado e domingo, 20 e 21 de setembro de 1986, capa.

"Estudantes douradenses querem salvar o Clube Social". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4395, sexta-feira, 26 de setembro de1986, p.03.

"Caso Social: Cz$ x Cultura". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, capa.

"Assembleia decide hoje preservação ou destruição do Clube – historiadora lança último apelo". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, p.3.

"Demolição do Clube Social é profanação". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº4397, terça-feira, 30 de setembro de 1986, p.5.

"25 pessoas acabaram com o sonho do 'tombamento' do Clube Social". *O Progresso.* Ano XXXVI, nº 4399, quinta-feira, 02 de outubro de 1986, p.02.

1987

"Funced preparada para receber doações através da Lei Sarney". *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4519, sábado e domingo, 4 e 5 de abril 1987, p.09.

"Doe uma parte do imposto à cultura". *O Progresso.* Ano XXXVII, nº4526, quarta-feira, 15 de abril de 1987, p.03.

1988

"Coeso o PTB confirma a candidatura de Zé Elias". *O Progresso*, ano XXXVII, nº4843, terça-feira, 9 de agosto de 1988, p. 04.

"Duas mulheres, professoras, deverão ir à Câmara Municipal". *O Progresso*, ano XXXVII, nº4610, sexta-feira, 18 de novembro de 1988, p.02.

"Os novos vereadores de Dourados". *O Progresso*, ano XXXVII, nº4911, sábado e domingo, 19 e 20 de novembro de 1988, capa. Dados publicados na edição de *O Progresso*, ano XXXVII, nº4930, segunda e terça-feira, 19 e 20 de dezembro de 1988, p. 26.

1989

"Cultura, no espaço vazio". Editorial. *O Progresso.* Ano XXXVIII, nº4949, sexta-feira, 27 de janeiro de 1989, p.02.

"Incrementar a cultura". Editorial. *O Progresso.* Ano XXXVIII, nº4971, sexta-feira, 03 de março de 1989, p.02.

"Lori apresenta sugestões para complementação do programa de governo do prefeito Braz Melo". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 4976, sexta-feira, 10 de março de 1989, p. 03.

"Normas para a doação de terrenos e concessão de títulos, pede Lori". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº4989, sexta-feira, 31 de março de 1989, p. 03.

"Carta à população". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº4996, terça-feira, 11 de abril de 1989, p.03.

"Cartão de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5017, quinta-feira, 11 de maio de 1989, p.16.

"Renovação?". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5058, terça-feira, 11 de julho de 1989, p. 02.

"Anteprojeto polêmico de Lori (PTB)". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5091, sexta-feira, 25 de agosto de 1989, p.03.

"Derrotado o PTB agoniza". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5093, terça-feira, 29 de agosto de 1989, p.03.

"Aumenta a implosão no PTB". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5105, sexta-feira, 15 de setembro de 1989, capa. "É o fim". Coluna Vander Verão, p.03.

Câmara Municipal. Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 01 de novembro de 1989. *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5144, sexta-feira, 17 de novembro de 1989, p. 09.

"Constituinte Municipal instala comissões". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5146, terça-feira, 21 de novembro de 1989, p.03

"Casa da época da Colônia Agrícola pode ser tombada". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5155, sábado e domingo, 02 e 03 de dezembro de 1989, p.14.

"Tombada casa que serviu à Colônia Agrícola". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5164, sábado e domingo, 16 e 17 de dezembro de 1989, p. 03.

1990

Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima sétima sessão ordinária da Câmara Municipal Constituinte, em 09 de janeiro de 1990. *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5187, quarta-feira, 14 de janeiro de 1990, p. 05.

"Constituinte Municipal recebe mais propostas". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5172, quarta-feira, 21 de janeiro de 1990, capa e p.03.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da oitava sessão ordinária da Câmara Municipal Constituinte, em 23 de novembro de 1989. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5177, quarta-feira, 31 de janeiro de 1990, p. 09.

"Anteprojeto da Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5186, terça-feira, 13 de fevereiro de 1990, p.8, 11 e 12.

"A Constituinte Municipal e a Cultura". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5190, sábado e domingo, 17 e 18 de fevereiro de 1990, p. 14.

"Pérola". Coluna Carrossel. Vander Verão. *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5192, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1990, p. 03.

"Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5203, sábado e domingo, 10 e 11 de março de 1990, p.09.

"Sempre árvore". Editorial. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5204, terça-feira, 13 de março de 1990, p. 02.

"Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5210, sexta-feira, 23 de março de 1990, p. 13.

"Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5219, quinta-feira, 5 de abril de 1990, p. 5-10.

"Anteprojeto de Lori cria o Conselho Municipal de Cultura". *O Progresso*, ano XXXIX, nº 5233, sexta-feira, 27 de abril de 1990, p. 05.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima segunda sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 09 de maio de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5249, quarta-feira, 23 de maio de 1990, p. 07.

Câmara Municipal de Vereadores de Dourados. Ata da décima quinta sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 30 de maio de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5264, 13 de junho de 1990, p. 08.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 27 de junho de 1990. *O Progresso.* Ano XXXX, nº5304, 09 de agosto de 1990, p.04.

"Lori desliga-se do PTB para apoiar Humberto Teixeira". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5301, sábado e domingo, 04 e 05 de agosto de 1990, p.05.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 18 de agosto de 1990. *O Progresso.* Ano XXXX, nº 5315, 24 de agosto de 1990, p. 08.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 08 de agosto de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5315, sexta-feira, 24 de agosto de 1990, p.08.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima quarta sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 29 de agosto de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5326, terça-feira, 11 de setembro de 1990, p. 12.

"Conselho de Preservação". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5320, sexta-feira, 31 de agosto de 1990, p.02.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima sétima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 19 de setembro de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5350, sexta-feira, 19 de outubro de 1990, p.05.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 10 de outubro de 1990. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5352, terça-feira, 23 de outubro de 1990, p. 10.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 17 de outubro de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5358, quarta-feira, 31 de outubro de 1990, p. 12.

Prefeitura Municipal de Dourados. Lei Complementar nº 002 de 09 de novembro de 1990. Cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. *O Progresso*. Ano XXXX, nº5365, terça-feira, 13 de novembro de 1990, p. 11.

"Figueira está doente". *O Progresso.* Ano 40, nº 5372, sábado e domingo, 24 e 25 de novembro de 1990, capa.

"Prefeitura tenta salvar Figueira centenária". *O Progresso.* Ano 40, nº 5372, sábado e domingo, 24 e 25 de novembro de 1990, p.9.

"Grupo Evangélico de Ação Política realiza reunião". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5387, sábado e domingo, 15 e 16 de dezembro de 1990, p.03.

"Figueira está salva". *O Progresso.* Ano 40, nº 5387, sábado e domingo, 15 e 16 de dezembro de 1990, p. 11.

1991

"Evangélicos na política". "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5417, sábado e domingo, 16 e 17 de fevereiro de 1991, p.03.

"Definidas as comissões permanentes da Câmara". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5418, terça-feira, 19 de fevereiro de 1991, p. 02.

"Lori Alice Gressler no PRN". "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5425, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1991, p. 03.

"Câmara em Ação". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5449, sexta-feira, 5 de abril de 1991, p. 5.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da quinta sessão ordinária da Câmara Municipal, em 20 de março de 1991. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5455, sábado e domingo, 13 e 14 de abril de 1991, p. 13.

"Escritores douradenses se reúnem para fundar a Academia de Letras". *O Progresso*, ano XXXX, nº5561, quinta-feira, 12 de setembro de 1991, p.09.

"Conselhos do GEAP serão eleitos hoje". *O Progresso*, ano XXXX, nº5568, sábado e domingo 21 e 22 de setembro de 1991, p.03.

"Lori Gressler quer implantação do Arquivo Municipal". *O Progresso*, ano XXXX, nº5612, terça-feira, 26 de novembro de 1991, p.04.

Câmara Municipal. Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados de 30 de outubro de 1991. *O Progresso*, ano XXXX, nº5606, sexta-feira, 15 de novembro de 1991, p. 14.

"GEAP completa um ano". *O Progresso*, ano XXXX, nº5605, quinta-feira, 14 de novembro de 1991, p. 02.

"Show da Paz II: Oficina cultural na Praça Antônio João". *O Progresso.* Ano 41, nº 5623, quarta-feira, 11 de dezembro de 1991, p. 09.

"Lori Gressler faz um balanço de suas atividades". *O Progresso*, ano XXXX, nº5627, terça-feira, 17 de dezembro de 1991, p.04.

1992

"Erro de engano". Coluna "Carrossel". Vander Verão. *O Progresso*. Ano XXXXI, nº5681, sexta-feira, 20 de março de 1992, p. 03.

1993

Prefeitura Municipal de Dourados. Lei nº1845 de 15 de março de 1993. *O Progresso*. Ano XXXXII, nº5918, quinta-feira, 18 de março de 1993, p. 20.

"Funced completa 10 anos de criação". *O Progresso*. Ano XXXXII, nº6014, quinta-feira, 5 de agosto de 1993, p. 17.

1994

Prefeitura Municipal de Dourados. Lei º 1906 de 15 de abril de 1994. *O Progresso*. Ano XXXXII, nº6195, segunda-feira, 25 de abril de 1994, p. 12. É publicada também na edição seguinte nº6196, terça-feira, 26 de abril de 1994, p. 16.

1995

"Prefeitura corta árvore morta". *O Progresso.* Ano XLIV, nº6458, sexta-feira, 17 de março de 1995, capa.

"Ercília Pompeu, um pedaço vivo da história de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXXIV, nº6471, sábado e domingo, 1 e 2 de abril de 1995, p.20 e 21.

"'Salva de prata' está no Museu". *O Progresso.* Caderno B. Ano XXXXIV, nº6475, quinta-feira, 6 de abril de 1995, p. 01 e p.17.

"Prefeitura corta árvore morta na Presidente Vargas", p. 09. "Árvore morta é retirada da Av. Presidente Vargas". *O Progresso.* Ano XLIV, nº6459, sábado e domingo, 18 e 19 de dezembro de 1995, p.05.

1996

"Figueiras da Presidente Vargas estão morrendo". *O Progresso.* Ano XLV, nº 6726, sábado e domingo, 17 e 18 de fevereiro de 1996, capa. E "Mais uma figueira da avenida Presidente Vargas está morrendo", p.05.

"As figueiras". *O Progresso.* Editorial. Ano XLV, nº 6727, segunda-feira, 19 de fevereiro de 1996, p. 02.

"Semsur pede autorização para cortar árvore antiga. Figueira cinquentenária, a exemplo de outra cortada ano passado na Presidente Vargas, também secou". *O Progresso.* Ano XLVI, nº6956, quinta-feira, 27 de novembro de 1996, p. 4.

"As eternas figueiras". *O Progresso.* Editorial. Ano XLVI, nº 6957, quinta-feira, 28 de novembro de 1996, p. 2.

1997

"Secretário elabora laudo para cortar árvore tombada". *O Progresso.* Ano XLVI, nº 6996, terça-feira, 21 de janeiro e 1997, p. 4.

"Prefeitura corta árvore morta na Presidente Vargas. Figueira cinquentenária oferecia riscos a pedestres e veículos, com seus galhos secos". *O Progresso.* Ano XLVI, nº 7001, segunda-feira, 27 de janeiro de 1997, p.7.

1998

"Morre aos 106 anos o pioneiro Pedro Recci". *O Progresso.* Ano 48, nº7448, terça-feira, 4 de agosto de 1998, capa e p. 9.

Órfãos de nós. Luis Carlos Ribeiro. *O Progresso*. Ano XLVII, nº 7236, terça-feira, 11 de novembro de 1998, p.02.

1999

"Cuba Libre". Vander Verão e "A entidade hoje ..." Luis Carlos Luciano. *O Progresso,* Ano 49, nº7658, sexta-feira, 23 de abril de 1999, p.15.

A Usina Velha: Arqueologia, História e Cidadania. *O Progresso*. Ano 49, nº 7697, terça-feira, 8 de junho de 1999, p. 02.

"Meio Ambiente: Engenheiro tenta salvar Figueira. Árvore cinquentenária está perdendo as folhas nas pontas, o que é um sinal bastante preocupante". *O Progresso.* Ano 49, nº7743, terça-feira, 3 de agosto de 1999, p.12.

Lei Akira é aprovada pela Câmara. Projeto cria o Fundo Municipal de Cultura foi aprovado por unanimidade e vai a sanção. *O Progresso*, ano 48, nº 7798, quarta-feira, 06 de outubro de 1999, p. 23.

2000

Cultura: FUNCED regulamenta lei de incentivo. *O Progresso*. Caderno B. Ano 49, nº 7932, quarta-feira, 22 de março de 2000, p. 13.

2001

"Itahum". *O Progresso.* Carrossel. Vander Verão. Ano 51, nº 8345, sábado e domingo, 11 e 12 de agosto de 2001, p.03.
"Controle: Projeto de Gabiatti prevê equilíbrio ambiental". *O Progresso.* Ano 51, nº8383, 27 de setembro de 2001, p. 11.

2002

"Prefeitura terá que recuperar a usina velha" e "Patrimônio público: MP vai à Justiça para salvar a Usina. Promotor do Meio Ambiente impetra ação contra Prefeitura de Dourados para restaurar a Usina Felinto Muller". *O Progresso.* Ano 52, nº8589, quinta-feira, 20 de junho de 2002, capa e p.09.

"Memória cultural". Editorial. *O Progresso.* Ano 52, nº8590, sexta-feira, 21 de junho de 2002, p.02.

"Prefeitura mantém a reforma da Usina Velha". *O Progresso.* Ano 52, nº8669,segunda-feira, 23 de setembro de 2002, p.15.

"Patrimônio histórico abandonado". *O Progresso*. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, capa.

"Patrimônio esquecido". *O Progresso*. Editorial. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, p.02.

Preservação: pioneira cobra respeito ao patrimônio. Dona Ercília Pompeu lamenta a falta de uma política de preservação da memória cultural da cidade. *O Progresso*. Dia a Dia. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, p.21.

Casa de Firmino de Mattos tem arquitetura modificada. *O Progresso*. Dia a Dia. Ano 52, nº8706, sexta-feira, 8 de novembro de 2002, p.21.

2006

"Patrimônio histórico: Laudir Munaretto cobra a revitalização da Usina Velha". *O Progresso.* Ano 56, nº9862, quinta-feira, 19 de outubro de 2006, p.25.

2008

A história de Dourados está morrendo: em uma viagem ao passado Ercília Pompeu conta como viu nascer e morrer a Usina. *O Progresso*. Caderno B. Ano 57, nº10260, segunda-feira, três de dezembro de 2008, p. 21.

2009

"Usina Velha é cenário de Ação Cultural. Projeto da Funced será desenvolvido no próximo domingo". *O Progresso.* Ano 58, nº10579, sexta-feira, 27 de março de 2009, p.26.

"Diversão: Usina Velha consolida cultura ao ar livre". *O Progresso.* Ano58, nº 10587, segunda-feira, 6 de abril de 2009, p. 15.

"Usina consolida a cultura ao ar livre". *O Progresso.* Ano 58, nº10587, segunda-feira, 6 de abril de 2009, p.18.

2010

"Ação parlamentar: Cimatti sugere medidas de resgate à cultura". *O Progresso.* Ano 59, nº10860, 11 de março de 2010, p. 18.

"Projeto: Albino Mendes viabiliza mais recursos". *O Progresso.* Ano 60, nº 11075, quinta-feira, 02 de dezembro de 2010, p. 18.

2011

"Ação parlamentar: Gino propõe compra de terreno para feira livre". *O Progresso.* Ano 60, nº11172, 5 de abril de 2011, p.19.

"Usina em ruínas vira caso da Justiça. MP denuncia desmoronamentos e ingressa com ação para obrigar poder público revitalizar patrimônio". *O Progresso.* Ano 61, nº11263, quarta-feira, 27 de julho de 2011, p.17.

"Cultura: Marçal pede que ministra salve a usina. Deputado se reúne com ministra da Cultura e apresenta projeto para recuperar a Usina de Dourados". *O Progresso.* Ano 61, nº 11289, sexta-feira, 26 de agosto de 2011, p. 05.

"Restauração: Albino e Marçal obtêm recursos para a Usina Velha". *O Progresso* Ano 61, nº 11311, quinta-feira, 22 de setembro de 2011, p.18.

2012

"Patrimônio: Juarez reivindica a restauração da Usina Velha". *O Progresso.* Ano 61, nº11470, quinta-feira, 12 de abril de 2012, p.19.

"Juiz nega revitalização da Usina Velha. Ação movida pelo Ministério Público cobrava do município a preservação do patrimônio histórico e cultural". *O Progresso*. Ano 62, nº11534, sexta-feira, 29 de junho de 2012, capa e p.20.

"Negada a restauração de 13 patrimônios. Ação do MP tinha finalidade de preservar monumentos históricos de Dourados que estão se deteriorando". *O Progresso.* Ano 62, nº11543, terça-feira, 10 de julho de 2012, p.17.

"MP aciona Justiça por obra na Usina". *O Progresso.* Ano 62, nº11598, sexta-feira, 14 de setembro de 2012, capa.

"MP aciona Justiça por obra na Usina. Entidades se mobilizam para impedir que o patrimônio desabe por falta de restauração na estrutura". *O Progresso.* Ano 62, nº11598, sexta-feira, 14 de setembro de 2012, p.17.

"Incêndio consome figueira em terreno. Incêndio destruiu figueira que seria cortada com autorização das autoridades ambientais já que não se trate de patrimônio". *O Progresso.* Ano 62, nº11652, sexta-feira, 23 de novembro de 2012, p. 18.

2013

"Justiça obriga Dourados a restaurar 13 patrimônios históricos e culturais. Município também terá que criar Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Livro Tombo com

registros de todos os monumentos culturais da cidade". *O Progresso.* Ano 63, nº11854, segunda-feira, 05 de agosto de 2013, p.20.

"Lerdeza de tartaruga". *O Progresso.* Ano 63, nº11903, quarta-feira, 02 de outubro de 2013, p.04.

"Tetila quer 'Usina Velha' como espaço cultural: Usina será um espaço de visitação turística, lazer, arte e cultura em Dourados". *O Progresso.* Ano 63, nº 11902, terça-feira, 01 de outubro de 2013, p.22.

2014

"Sem aprovação do projeto, Usina Velha segue em ruínas. Tomado por lixo e matagal, patrimônio histórico de Dourados resiste ao tempo até receber a tão sonhada revitalização. Local é um dos mais antigos da cidade". *O Progresso.* Ano 63, nº12047, sexta-feira, 04 de abril de 2014, p.19.

"Esporte: Ministério Público barra a venda da Leda. Promotor Ricardo Rotunno solicitou ao presidente Idenor Machado para cancelar a votação, já que existe um processo aberto e não concluso". *O Progresso*. Ano 64, nº12230, terça-feira, 11 de novembro de 2014, p. 27.

2016

"O PROGRESSO é a história de Dourados". *O Progresso.* Ano 66, nº12643. Edição especial 66 anos. Dourados, quarta e quinta-feira, 20 e 21 de abril de 2016, p.5.

"Do impresso ao online, O PROGRESSO é referência de leitura e pesquisa entre estudantes da educação básica, universitários e cientistas independentes". *O Progresso.* Ano 66, nº12643. Edição especial 66 anos. Dourados, quarta e quinta-feira, 20 e 21 de abril de 2016, p.6-7.

2017

"Vereador lamenta repercussão negativa sobre a lei da Sopa Paraguaia". 01/08/2017. Disponível em <http://www.progresso.com.br/caderno-a/politica/vereador-lamenta-repercussao-negativa-sobre-a-lei-da-sopa-paraguaia >acesso em 15 de novembro de 2017.

2018

"Banda Dagata e os Aluízios se prepara para o lançamento do CD 'A Rua dos Ipês'" 07/03/2018. Disponível em <http://www.progresso.com.br/variedades/banda-dagata-e-os-aluizios-se-prepara-para-o-lancamento-do-cd-a-rua-dos-ipes/335458/> acesso em 30 de março de 2019.

“O Progresso, 68 anos! Acervo digital: 13 mil edições registradas em mais de sete décadas de história”. 20/04/2018. Disponível em <https://www.progresso.com.br/variedades/acervo-digital-13-mil-edicoes-registras-em-mais-de-sete-decadas-de-historia/346063/ > acesso em 04 de junho de 2019.

OUTRAS FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

A história de Dourados em quadrinhos 2. Prefeitura Municipal de Dourados. Administração Popular – compromisso com você. FUNCED, 2003.

Anexo 30 e 31 da Lei Complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003. "Unidades identificadas para o tombamento de patrimônio histórico de Dourados". Superintendência de Projetos Urbanos. Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (IPLAN). Prefeitura de Dourados. Administração Popular. Compromisso com Você, 2003.

Cartilha *I Programa de educação patrimonial e cultural de Dourados*. FIP/FUNCED/Prefeitura Municipal de Dourados, 2011.

Elaboração do inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Dourados. Departamento de Cultura. Secretaria Municipal de Cultura. Carlos Fábio Selhorst dos Santos. 01/02/2012.

"Patrimônio Cultural de Dourados". FUNCED, sem data.

"Patrimônio Público de Dourados". FUNCED, sem data.

Projeto de "Preservação e divulgação do acervo do jornal O Progresso", março de 2013. CDR/UFGD.

OUTROS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

"A publicação dos atos administrativos e das leis municipais na imprensa oficial a luz do princípio constitucional da publicidade". Evana Soares. 12/2008. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/12040/a-publicacao-dos-atos-administrativos-e-das-leis-municipais-na-imprensa-oficial-a-luz-do-principio-constitucional-da-publicidade> acesso em 15 de julho de 2017.

Câmara Municipal de Vereadores e Prefeitura Municipal de Dourados. <http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/alan-guedes-fala-de-importancia-do-flid-para-dourados > acesso em 28 de abril de 2017.

<http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/alan-guedes-e-adl-comemoram-aprovacao-do-projeto-que-declara-o-terere-como-patrimonio-cultural-imaterial> acesso em 17 de maio de 2017.

<http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/seis-projetos-de-leis-sao-aprovados-durante-sessao-ordinaria > acesso em 23 de maio de 2017.

<http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/vereadores-aprovam-projeto-sobre-proibicao-de-inauguracao-de-obras-publicas-incompletas > acesso em 27 de junho de 2017.

<http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/camara-aprova-ldo-antes-do-recesso-legislativo > acesso em 04 de julho de 2017.

<http://www.camaradourados.ms.gov.br/atividade-legislativa/pauta-das-sessoes> acesso em 03 de julho de 2017.

<http://www.camaradourados.ms.gov.br/atividade-legislativa/pauta-das-sessoes e http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/cirilo-ramao-comemora-aprovacao-de-diploma-que-homenageia-povo-paraguaio> acesso em 28 de julho de 2017.

"Cirilo Ramão solicita que puchero vire patrimônio cultural imaterial de Dourados". 20/06/2017. Disponível em <http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/cirilo-ramao-solicita-que-puchero-vire-patrimonio-cultural-imaterial-de-dourados > acesso em 10 de junho 2018.

<http://legis.camaradourados.ms.gov.br/lawPdf/368>

<http://legis.camaradourados.ms.gov.br/?projects=true&type=&number=&year=2017&owner=1&text=terer%C3%A9 >

Com ações de Murilo, tráfego na área central ganha vida nova. 14 de setembro de 2014. Disponível em< http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/com-acoes-de-murilo-trafego-na-area-central-ganha-vida-nova/?print=print> acesso em 10 de junho 2018.

"Câmara recebe estudo sobre a história de Dourados". Disponível em <http://www.camaradourados.ms.gov.br/m/imprensa/noticias/camara-recebe-estudo-sobre-historia-de-dourados> acesso em 20 de maio de 2018.

"Murilo recebe estudo que sugere mudanças na história de Dourados". Disponível em < http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/murilo-recebe-estudo-que-sugere-mudancas-na-historia-de-dourados/> acesso em 20 de maio de 2018.

Secretaria Municipal de Cultura de Dourados. Disponível em <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/secretaria-municipal-de-cultura/> acesso em 12 de fevereiro de 2018.

Comissão de Revisão Histórica de Dourados. Disponível em <https://www.facebook.com/pg/Comiss%C3%A3o-de-Revis%C3%A3o-Hist%C3%B3rica-de-Dourados-333988816759724/about/?ref=page_internal> acesso em 20 de maio de 2018.

Dagata e os Aluízios. Disponível em <https://www.facebook.com/pg/dagataeosaluizios/about/> e <https://www.youtube.com/watch?v=BmN0XK0kxE8> acesso em 10 de março de 2018.

“Ervateiro é instalado perto de adutora”. Disponível em <http://comitedefesapopular.blogspot.com/2010/06/ervateiro-instalado-perto-de-adutora-de.html > acesso em 20 de dezembro de 2018.

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/19/2017/01/Lista-de-Bens-Tombados-e-em-Processo-de-Tombamento.pdf> E <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/a-fundacao/historico> acesso em 10 de maio de 2018.

Grupo Literário Arandu. Disponível em <http://www.grupoliterarioarandu.com.br/quemSomos.asp> acesso em 25 de maio de 2018.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros. IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura – 2014. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/munic_cultura_2014/sel_tema.php?munic=5003702&uf=50&nome=> acesso em 24 de dezembro de 2017.

IPHAN
Conferência de Nara, Japão, 1994.
Disponível em
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf > acesso em 10 de maio de 2018.

Carta de Brasília, 1995. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf> acesso em 10 de maio de 2018.

Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.
Disponível em
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Feira%20de%20Caruaru.pdf > acesso em 31 de outubro de 2017.

Registro e Dossiê Feira de Campina Grande e de Caruaru.
Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_campina_grande_para%C3%ADba.pdf> acesso em 25 de junho de 2019.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_caruaru.pdf http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/61> acesso em 31 de outubro de 2017.

Livro de registro dos lugares – IPHAN.
Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/498> acesso em 25 de junho de 2019.

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1656/seis-bens-brasileiros-sao-incluidos-na-lista-indicativa-do-patrimonio-mundial-da-unesco>

"Quem pode efetuar um tombamento?" IPHAN Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes/detalhes/60 > acesso em 10 de fevereiro de 2018.

Jornal ***Douradosagora.*** "Heleninha e Max López lançam CD Usina Velha Douradense" 16/09/2018. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/heleninha-e-max-lopez-lancam-cd-usina-velha-douradense> acesso em 25 de setembro de 2018.

Jornal *Midiamax*. Disponível em <https://www.midiamax.com.br/variedades/2017/terere-e-declarado-patrimonio-imaterial-e-cultural-de-dourados/>

<http://www.midiamax.com.br/politica/vereadores-querem-apenas-ganhar-votos-declarar-sopa-paraguaia-patrimonio-349104> acesso em 29 de março de 2018.

<http://www.midiamax.com.br/justica/paraguaios-acusam-vereadores-dourados-roubarem-sopa-terere-pucheiro-348923> referencia a seguinte notícia <http://www.extra.com.py/actualidad/en-brasil-declaran-a-la-sopa-paraguaya-como-patrimonio-cultural.html> acesso em 05 de março de 2018.

http://www.midiamax.com.br/politica/vereadores-querem-apenas-ganhar-votos-declarar-sopa-paraguaia-patrimonio-349104

Lori Alice Gressler. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4773782P2> acesso em 10 de junho de 2018.

MPE – Promotorias em Dourados.
Disponível em < https://www.mpms.mp.br/promotorias-mapa> acesso em 15 de maio de 2017.

Sopa paraguaia e colônia paraguaia. Disponível em <https://www.facebook.com/fmcidade101/videos/1442153632505950/UzpfSTY3OTAyODIxODg2OTYzMDoxMTg2OTA4MTI4MDgxNjM0/>. acesso em 01 de agosto de 2017.

<https://www.facebook.com/colonia.ddos/videos/1183753888397058/> acesso em 01 de agosto de 2017.

<http://www.douradosnews.com.br:8080/dourados/paraguai-ameaca-ir-a-unesco-contra-lei-da-sopa-paraguaia-em-dourados> acesso em 01 de agosto de 2017.

<https://www.facebook.com/colonia.ddos/> acesso em 01 de agosto de 2017.

"Polêmica: sopa paraguaia é decretada patrimônio de Dourados". Balanço geral - MS, quarta-feira, 02 de agosto de 2017. Disponível em

<http://www.diariodigital.com.br/videos/polemica-sopa-paraguaia-e-decretada-patrimonio-de-dourados/13923/>

“Paraguai ameaça ir à Unesco contra lei da sopa paraguaia”. 28 de julho de 2017. Disponível em <http://www.douradosnews.com.br/dourados/paraguai-ameaca-ir-a-unesco-contra-lei-da-sopa-paraguaia-em-dourados/1041495/> acesso em 01 de agosto de 2017.

“Após sopa paraguaia, tereré e pucheiro, Dourados cria homenagem para vizinhos”. 18/08/2017. Disponível em <https://www.94fmdourados.com.br/noticias/dourados/apos-sopa-paraguaia-terere-e-pucheiro-dourados-cria-homenagem-para-vizinhos> acesso em 03 de novembro de 2017.

<https://www.facebook.com/groups/851899534850374/search/?query=sopa%20paraguaia> acesso em 3 de agosto de 2017.

UNESCO

Instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_3551_04_08_2000_por_orof.pdf> acesso em 28 de maio de 2018.

“Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, aprovada em 2003. Disponível em https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf acessado em 28 de maio de 2018.

Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/strategy-in-brazil/ > acesso em 10 de fevereiro de 2018.

<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=py >acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<whc.unesco.org/document/124260>

<whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc>

<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/intangible-cultural-heritage-list-brazil/#c1414250 >

APÊNDICES

1. **APÊNDICE A – Inquéritos Civis e Ações Civis Públicas. Nota de rodapé nº3.**

Em meio ao contato com o MP destacamos, em especial, duas ações civis públicas que tramitaram no MPE/Dourados. A 0800637-82.2012.8.12.0002 (instaurada em 31 de janeiro de 2012) ação que oriunda do IC nº105/2011/PJDPHC/DD (instaurado em 29 de julho de 2011) arquivada em 2014.	Desta ação observamos o encaminhamento do MPE ao MPF, para abertura de outra ação que envolve "um braço" da antiga ferrovia Noroeste do Brasil, em especial voltada para "apurar a conservação dos sítios históricos das estações ferroviárias de Itahum, Ministro Pestana e Presidente Dutra no município de Dourados", pois, deve-se a "responsabilidade" é da União e não do Estado de Mato Grosso do Sul e neste caso quem atua é o MPF. No MPF houve a instauração de procedimento administrativo, inquérito civil público, nº 1.21.001.000008/2012-22 MPF PRM/DRS/MS, no dia 30 de janeiro de 2012, pelo procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida.
A outra ação nº 0803665-92.2011.8.12.0002 (instaurada em 19 de julho de 2011), ação oriunda do IC nº 093/2008/PJDMA/DD (instaurado em 13 de abril de 2009) e arquivada em 2015.	Ao IC caberia "apurar o estado de conservação da Usina Filinto Muller – 'Usina Velha' – patrimônio histórico e cultural tombado pela Lei Municipal nº 1694, de 15 de julho de 1991". Este IC foi oriundo do Procedimento Preparatório nº 93/2008/PJHC/DD. Foram desarquivados pelo promotor Paulo C. Zeni e estão inseridos naquela ação o Procedimento de Investigação Preliminar nº002/99 que se tornou o IC 002/01 e ação civil pública nº002.02.007388-9. Cabe frisar que, em 2011, entre apenas dez dias o promotor abriu uma ação civil pública (referente apenas a Usina Filinto Muller) e publicou a portaria sobre a abertura do IC nº105, em que ele solicita "apurar o estado de conservação do patrimônio histórico e cultural, bem como verificar as providências praticadas para a proteção desses bens". Observa-se que o promotor é o mesmo, Paulo C. Zeni, em torno da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa do

	Patrimônio Histórico e Cultural. Tanto na abertura do IC nº 93 o promotor de justiça pede que autue, registre e numere o IC, oficie-se a Coordenação do CAOPJDPHC sobre a conversão do PP nº93 em IC nº93, a notificação do município de Dourados através da Funced e aguarde a vistoria solicitada ao Daex, quanto no IC 105 as questões de "rito processual" são semelhantes (autuar, registrar e numerar, comunicar a coordenação do CAOPJDPHC, notificar nominalmente o prefeito de Dourados Murilo Zauith e, oficiar ao diretor-presidente da FUNCED, Carlos F. S. dos Santos).
O IC nº 1.21.001.000008/2012-22 MPF PRM/DRS/MS e a ação civil pública nº 0803665-92.2011.8.12.0002	Este IC, até o final de 2019, continua em andamento.

2. APÊNDICE B – Jornais. Nota de rodapé nº64.

Jornal *Folha de Dourados*

Com *slogan* inicial "órgão independente a serviço da comunidade", em 1968, Theodorico Luiz Viegas era o redator responsável e Hélio Leite o diretor, seguindo uma linha editorial imparcial e apartidário. O periódico colocou-se a disposição da população douradense e região sendo porta-voz para atender a "todas e quaisquer reclamações", levando-as "ao conhecimento de nossas autoridades". Afirmou também estar preparado e "vigilante, em defesa dos interesses coletivos, doa a quem doer[778]".

Theodorico foi um dos primeiros jornalistas em Dourados, entre os anos 1950 e 1960 trabalhou na radiodifusão[779] e, posteriormente, no jornalismo impresso, com a fundação da *Folha* em 11 de fevereiro de 1968. Fundada, no período mais duro e brutal do regime militar, foi preso durante a Ditadura Militar, "por sua postura oposicionista". Contribuiu para a formação de vários jornalistas em Dourados. Embora "apolítico e apartidário" a ligação político-partidária do redator da *Folha* foi latente, em especial,

[778] "A posição de sua Folha de Dourados". *Fôlha de Dourados.* Ano 1, nº 5, 23 de março de 1968, capa.
[779] Cf. MOREIRA, Diego Abelino José Maximo. "O começo do rádio no antigo sul de Mato Grosso: instalação das primeiras empresas e seus objetivos (1930-1970)". *História em Reflexão*. Vol. 4 n. 8.UFGD – Dourados, jul/dez 2010.

como assessor do poder público municipal. Theodorico aposentou-se, como assessor da Câmara Municipal de Vereadores de Dourados.

O jornalista Cícero Farias foi enfático ao afirmar que "a figura de Theodorico Viegas está marcada no jornalismo de Dourados". Além disso, "vivia da profissão". E, "foi o profissional que deu a arrancada no setor, configurando a ***folha*** com um diário mais ágil e informativo. Aconteceu hoje, estavam em suas páginas amanhã. *O Progresso* era tri-semanário e, depois, passou também a diário". A *Folha* iniciou sua circulação três vezes por semana, logo em seguida, tornou-se o primeiro jornal diário de Dourados, a partir de 1976. Naquele período, *O Progresso*, o *Jornal de Dourados* e o *Gazeta do Sul*, eram semanários[780]. Ao longo de sua existência, sua circulação foi interrompida várias vezes.

Ainda, segundo Cícero Faria a *Folha* lamentavelmente "sucumbiu a modernidade gráfica e, com medo de investir, se endividar, a empresa acabou ficando para trás, sem o sistema *off set*"[781]. Theodorico faleceu em 2009 e o jornal foi adquirido por José Henrique Marques.

Desde 2012, a *Folha* "migrou para a versão *on line*, tornando-se o portal de notícias" <www.folhadedourados.com.br>. O acervo impresso foi doado ao CDR/UFGD, em 2013[782]. No CDR/UFGD, em "jornais e boletins" há a seguinte consideração acerca da Folha, entre as páginas 23 e 24. "FOLHA DE DOURADOS Cidade: Dourados Editor: Theodorico Luiz Viegas; depois, Valfrido da Silva Melo e José Henrique Marques Período: 1968 – dez. 2012. Obs. 1: além da coleção, guardada nas estantes, há um envelope, guardado no armário de Jornais e Boletins, contendo documentos relativos à atividade dos censores do jornal, durante o ano de 1969. Obs. 2: a circulação impressa deste jornal finalizou-se em 31/12/2012, restando apenas o site de notícias (www.folhadedourados.com.br). Em março de 2014 esse site publicou uma *newsletter* impressa, que se encontra no interior do envelope acima referido[783]".

[780] Cf. "44 anos: O jornalismo de verdade, trabalho e vigilância", por Valfrido Silva. *Folha de Dourados.* Ano 44, nº3962, 9 a 15 de março de 2012, p. 05.
[781] Cf. "Coragem: Theodorico não recuava diante de acontecimentos ditos mais perigosos", por Cícero Farias. *Folha de Dourados.* Ano 44, nº3962, 9 a 15 de março de 2012, p. 06.
[782] "Acervo do jornal folha de dourados doado ao CDR/UFGD conta 44 anos da região". http://www.folhadedourados.com.br/noticias/dourados/acervo-do-jornal-folha-de-dourados-doado-ao-cdr-ufgd publicado em 12 de março de 2013. Acessado em 12 de maio de 2016.
[783] Cf. <http://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/acervo>

Jornal *Gazeta Popular*

"Contando hoje o que será história amanhã" foi o *slogan* adotado pela Gazeta. Em formato tablóide, observamos ao folhear inicialmente o periódico, entre 1984 e 1996, que o tamanho oscilou entre o início da década de 1990, mas mantendo-o após 1994. Com cerca de 08 páginas, mas houve edições com 12 e 16, o jornal começa como semanário, mas foi bi-semanário (circulou nas quartas-feiras e sábados)[784]. A partir do início de 1987 foi tri-semanário (ora as terças, quartas e sextas-feiras, ora as quartas, quintas e sextas-feiras) e também chegou a ser diário.

O fundador, Dorival Sézar Quintana, dono também de um dos editoriais "mais ácidos" que já tivemos a oportunidade de ler, em que temas vinculados à política partidária foram recorrentes. Um destes aparece em capa, assinado por Dorival Sézar Quintana, na edição nº 52, em 03 de agosto de 1985, intitulado "A verdade dói"[785]. Anos depois, na edição nº 221 de 26 de março de 1989, outra notícia seria publicada pelo jornal a respeito da "defesa da verdade" e com título semelhante "Imprensa: a verdade dói". Nela, Dorival destaca que nem ele, nem o jornal Gazeta Popular cederiam as pressões de vereadores ou empresas que "revoltados com a verdade publicada pelo jornal" espalhavam criticas ao periódico pela cidade de Dourados. Dorival é enfático ao afirmar que todas as publicações da Gazeta tem fontes "fidedignas" e "verídicas" e que é o papel da imprensa, assim como do seu jornal, então, de denunciar "o que se passa por detrás dos bastidores[786]".

Observamos a "modernização da imprensa", visto, inicialmente em meados da década de 1980 e início dos 1990, com o *off set* e nos anos seguinte, com a informatização. A *Gazeta* a princípio, foi exemplo, nesta passagem através o trabalho feito de adaptação do parque gráfico dos periódicos e o uso da impressão em *off set* foi enfatizado. Equipamento caro para jornais semanários, a impressão em *off set*, dinamizava não só a impressão dos jornais, mais "modernizava" a produção deste em média e longa escala de produção e/ou tiragem. Devido à ausência das 48 primeiras edições do periódico e de desconhecermos os propósitos iniciais da Gazeta, mas em

[784] Cf. "5 anos da G. P." *Gazeta Popular*. Dourados/MS. Nº109, 24 de janeiro de 1987, p.04.
[785] "A verdade dói – estamos cumprindo nosso propósito". *Gazeta Popular*. Dourados/MS. Nº52, 03 de agosto de 1985, sábado, capa.
[786] "Imprensa: a verdade dói". *Gazeta Popular*. Dourados/MS. Ano VI, nº 221, sexta-feira, 26 de maio de 1989, capa.

edição de 1989, dizia-se que o prefeito Braz Melo que havia assumido o Executivo municipal douradense naquele ano era amigo próximo de Dorival desde a criação do próprio periódico em 1982[787].

Um aspecto interessante é que a partir dos 5 anos do jornal, completados em 1987, a *Gazeta* passou a promover um evento, conhecido como "Noite dourada" em que premiava, com troféus e títulos, personalidades, entre políticos e empresários além das dez senhoras mais elegantes e as dez gatinhas das badalações[788]. A *Gazeta Popular* foi fundada, em 22 de agosto de 1982. No entanto, as edições consultadas no CDR-UFGD foram a partir de 1985. No CDR-UFGD constam duas informações, em "jornais e boletins". 1. A Gazeta Popular está disponível em edições de setembro de 1996 a maio de 2010. 2. "O período de março de 2010 em diante representa uma nossa fase, com a retomada, por novos empreendedores e com o título diferente *Gazeta Popular de MS*, da publicação que estava suspensa havia muitos anos". Guardados nas estantes. Sobre a "Gazeta Popular de MS", contando agora com editores: Rubens Moreira Júnior, Heverton Martins dos Santos. Período: dezembro de 2010 a abril de 2016. Consta ali que "o periódico é o mesmo que, em seus números iniciais (de março até pelo menos maio de 2010), dava continuidade à antiga Gazeta Popular conforme observação acima. No entanto, foram acrescentados as encadernações doadas ao CDR, via José Henrique Marques, em 2013, destas constam edições de 1985 até 1996 em que digitalizamos na fase inicial da pesquisa com periódicos no CDR, em final do segundo semestre de 2016 e janeiro de 2017.

Além disso, das encadernações consultadas entre 1985-1996 há edições (mesmo dos oito volumes encadernados) que faltam, conforme segue: 1. Julho de 1985 a maio de 1987, nºs 49-126; 2.Maio de 1987 a junho de 1988, nºs 127-178; 3.Junho de 1988 a outubro de 1989, nºs 179-240;4.Fevereiro de 1990 a novembro de 1990, nºs 247-281;5.Maio de 1992 a novembro de 1992, nºs 498-592; 6. Dezembro de 1992 a junho de 1993, nºs 593-678;7. Janeiro de 1994 a dezembro de 1994, nºs 736-825;8. Janeiro de 1996 a dezembro de 1996 nºs 909-987.

[787] "A Gazeta Popular está fazendo 7 anos". *Gazeta Popular*. Ano VI, Dourados/MS, sexta-feira, nº233, 18 de agosto de 1989, capa.
[788] Cf. "5 anos da G. P." *Gazeta Popular*. Dourados/MS. Nº109, 24 de janeiro de 1987, capa. E "Gazeta Popular entrega troféu dourado". *Gazeta Popular*. Dourados/MS. Nº 128, 06 de junho de 1987, capa.

Jornal *Enfoque*

Fundado em 1 de fevereiro de 1986, em formato tablóide, circulou com cerca de 12 a 16 páginas, exceto no 20 de dezembro, aniversário de Dourados que a edição era especial e geralmente contendo mais páginas que o "normal". Circulou semanalmente (aos sábados e em determinados momentos nas quartas e sábados) a princípio em Dourados, mas também em outros municípios, tais como: Campo Grande, Ponta Porã, Itaporã, Fátima do Sul, Angélica, Jardim, Bela Vista, Jateí, Caarapó, Amambai.

O *Enfoque*, propunha-se a fortalecer as "incipientes instituições políticas", num contexto de redemocratização do Brasil, prestar não só um serviço a comunidade, mas servir de "apoio para a consolidação do processo democrático brasileiro". Para tanto, "[...] reafirmando o compromisso de um jornalismo sério, partindo da verdade como ideal primeiro, queremos através de um ENFOQUE dar nossa contribuição para o aprimoramento deste processo"[789]. Para o jornal *Enfoque*, a imprensa tem papel político de atuação no local onde está inserido ao citar não apenas a sua postura, mas a do jornal *O Progresso* ao reivindicar ou defender vários aspectos, tais como: "a implantação da Escola Estadual Presidente Vargas, a Faculdade de Agronomia [junto ao Centro Universitário de Dourados - CEUD-UFMS] a preservação das figueiras que ficam na avenida Presidente Vargas, na quadra da Praça Antônio João e mais recentemente o tombamento do Clube Social de Dourados[790]". Além disso, na festa de lançamento do jornal *Enfoque* a "liberdade de imprensa, sem pressões políticas e econômicas[791]" foi destacada.

Em 1990, já com cinco anos de circulação, observamos que o jornal buscava ampliar o número de leitores, assinantes e de vendas avulsas, estimulando a partir de premiações, a promoção "Jornal é cultura. Leia e assine **Enfoque**". De acordo com o periódico: "tendo com base, o 'compromisso com a verdade', objetivo principal da existência do **Enfoque**, a empresa tem buscado ainda ser o 'semanário de todos os dias', cuja pauta, busca ainda fugir do desgaste das matérias já exploradas pela imprensa durante a semana[792]". Além disso, os jornalistas responsáveis pelo jornal, Irma Lupinetti

[789] "Nasce um jornal". Editorial. *Enfoque*. Ano 1, nº 1, 1 de fevereiro de 1986, p. 02.
[790] "Nas páginas de 'O Progresso' a história da imprensa". Geral. *Enfoque*. Ano 1, nº 1, 1/02/1986, p. 09.
[791] "A grande noite do Enfoque". *Enfoque*. Ano 1, nº 2, 8 de fevereiro de 1986.
[792] "Um oportunidade para você assinar o Enfoque". Geral. *Enfoque*. Ano 5, nº278. Dourados, sábado, 17 de março de 1990, p. 08.

e Junio Cheze de Araújo, apontam que cumprindo estes objetivos pretendiam expandir a imagem do periódico não só para a comunidade douradense, mas para o Estado de Mato Grosso do Sul.

Das edições do *Enfoque* várias não estão disponíveis. Doado ao CDR-UFGD há mais de 20 anos, ali se encontram edições de 1986 até 1992. No entanto, a coleção não está completa. Estão disponíveis encadernados (três volumes que contam com as edições nº 301 a 415, entre 01 de setembro de 1990 a 20 de dezembro de 1992, em torno de 114 edições, doadas pelos proprietários). E, avulsos, entre 1986 a 1992. Destes, de 1986 são 46 edições (da nº 1 a 5; da 7 a 28; da 30 a 44; e a 46, 47); De 1987 são 48 edições e duplicatas (da nº 48 a 69; da 71 a 85; da 87 a 93, a 97, 100, 101 e 115); De 1988 são 16 edições (182, 183, 185, 189, 194, 197, 199, 200, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 213, 218); De 1989 são apenas 09 edições (254, 255, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 266, 269); De 1990 são 35 edições (274, 278-281, 285-290, 292-301, 303-309, 311-316).

O jornal foi comandado por Irma Lupinetti e Junio Cheze de Araújo. Atualmente, Irma Lupinetti tem uma empresa de publicidade em Dourados, chamada Paralela Comunicações. E, a coordenação do CDR, em junho/julho de 2016, entrou em contato com Irma em busca das edições que faltam na coleção do periódico. Não se sabe ao certo até que momento o *Enfoque* circulou e nem os motivos para o encerramento de sua edição e circulação. Cabe também, como ressaltou Luca, "[...] recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico[793]". Poderíamos enumerar vários aspectos que ainda faltam ser abordados não só acerca do *Enfoque*, mas da análise conjunta dos periódicos que selecionamos para a problematização do objeto de pesquisa e construção da tese.

Jornal *O Progresso*

O *O Progresso* é jornal de grande circulação no Mato Grosso do Sul e de importância a Dourados. Seu fundador, Weimar Gonçalves Torres, nomeia uma das principais avenidas da cidade. Advogado, vereador, deputado estadual e federal, dirigiu

[793] LUCA, Tânia R. de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 141.

o jornal entre 1951-1969. O periódico é o mais antigo jornal do Estado de Mato Grosso do Sul, em Dourados, foi fundado em 21 de abril de 1951.

Quanto à "origem" do periódico, cabe frisar que o *O Progresso* circulou em Ponta Porã na década de 1920 e foi comandado pelo advogado e pai de Weimar, José dos Passos Rangel Torres. Segundo editorial da primeira edição buscava-se "reviver o homônimo ponta-poranense[794]". De acordo com Fernando de Castro Além, em entrevista com Adiles, atual diretora-presidente do jornal e viúva de Weimar, para além de reviver o jornal do pai, Weimar estaria sendo perseguido politicamente, em Ponta Porã[795]. Weimar chegou a Dourados em 1948, com o objetivo de atuar na advocacia. Militante do PSD se elegeu vereador em 1950, reelegendo-se em 1954. Candidatou-se a deputado estadual, mas não se elegeu. Assumiu como suplente e reelegeu-se em 1962. Após 1964, filiou-se a ARENA, elegeu-se deputado federal em 1966 e faleceu em acidente aéreo, em 1969[796].

Neste sentido, como veículo de imprensa, o periódico também serviria aos interesses políticos e eleitorais de Weimar, segundo Fernando de Castro Além, "como instrumento a serviço do PSD", por exemplo, em 1958[797]. Além ainda enfatizou que isto ocorreu num "momento em que o município passava por transformações que viriam mudar a sua configuração demográfica, econômica e política por conta da migração em massa ocorrida em virtude do advento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)[798]". Mais que isso, o periódico expressou os interesses de Weimar não apenas locais, em relação ao poder público municipal, mas também ao governo do Estado[799]. Quanto à circularidade, destaca-se que o jornal inicia como semanário e torna-se diário, a partir de 1979. Além também destacou a interrupção do mesmo durante um período específico, 17 meses, entre o final de agosto de 1960 e início de fevereiro de 1962, a edição nº 441 é de 28 de agosto de 1960 e a nº 442 de 11 de fevereiro de 1962[800].

[794] ALÉM, Fernando de C. O jornal *O Progresso* e a dinâmica política eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962). 2011. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados, p. 42.
[795] Ver também SCHWENGBER, Isabela de Fátima. Representações do MST na imprensa do Mato Grosso do Sul (1995 a 2000). 2005. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, Dourados, p. 48.
[796] ALÉM, Fernando de C. Op. Cit. p.42-44 e 45-50.
[797] Idem, p.77.
[798] Idem, p. 20.
[799] Idem, p. 69-70.
[800] Idem, p.62 e 79.

Como a maioria dos periódicos comerciais no Brasil, *O Progresso* se consolidou vinculado a grupos familiares, neste caso, a família Torres[801]. Após a morte de Weimar, seu sogro e também sócio em vários negócios[802], Vlademiro do Amaral administrou *O Progresso* até 1985. De lá pra cá, Adiles do Amaral Torres, esposa de Weimar e filha de Vlademiro, juntamente com suas filhas, Blanche e June, "estão à frente" do *O Progresso*. Ele circula em 36 municípios de Mato Grosso do Sul, sobretudo, os do sul do Estado. Com tiragem que pode variar, de 3 a 5 mil exemplares, dependendo dos contratos comerciais firmados com as prefeituras para divulgar os atos oficiais[803], não por acaso o jornal, exceto nos domingos e feriados, nos municípios em que é o órgão oficial das administrações municipais.

O *O Progresso* ainda foi e é veículo de divulgação e publicação dos atos oficiais da prefeitura municipal[804]. Um dos motivos, talvez, o pagamento das publicações e divulgações de atos oficiais do poder público local explique o fato de o *O Progresso* manter-se em destaque diante das disputas na imprensa douradense. No entanto, a forma como o jornal noticiava em muito era influenciado por suas relações, também financeira, com o poder público municipal, como visto ao longo da dissertação de Além. Ele ainda destacou, por exemplo, as disputas com o recém-criado *Jornal de Dourados*, em 1958, inclusive por ex-funcionário do *O Progresso*, Antônio Tonani, que "levou consigo as publicações pagas pela Prefeitura de Dourados, para serem veiculadas em seu órgão recém-inaugurado[805]". Após a morte de Weimar, em 1969, Wlademiro do

[801] SCHWENGBER, Isabela de Fátima. Op. Cit. p. 19.
[802] ALÉM, Fernando de C. Op. Cit. p.133-134.
[803] SCHWENGBER, Isabela de Fátima. Op. Cit. p.21.
[804] Observado o princípio constitucional da publicidade, a publicação adequada para os atos da administração pública deve ser feita no *órgão oficial*, não valendo a veiculação somente na imprensa privada, no rádio ou na televisão, enfatizando o mesmo autor que devem ser compreendidos na expressão *órgão oficial*, além do *Diário Oficial*, "os jornais contratados" pelas entidades públicas para efetivação das publicações oficiais (leis, regulamentos, editais entre outros atos administrativos). Disponível em <https://jus.com.br/artigos/12040/a-publicacao-dos-atos-administrativos-e-das-leis-municipais-na-imprensa-oficial-a-luz-do-principio-constitucional-da-publicidade> Os municípios seguem o princípio da publicidade, consta na CF88. E praticamente todos os jornais possuem espaço para a publicação de "atos oficiais" do poder público. Quando há necessidade, como em processos licitatórios, por exemplo, faz-se divulgação não apenas no diário oficial, mas em outros jornais. Em Dourados, para além do diário oficial do município de Dourados, fundado em 1999, a lei municipal nº 1067/1979, o Código de posturas do município, em artigo 180 regula a publicidade em lugares públicos, em anúncios e cartazes. No entanto, ela não especifica quanto à publicidade realizada pelo poder público através dos jornais locais.
[805] ALÉM, Fernando de C. Op. Cit. p.76. As disputas, em 1958, entre o *O Progresso* e o *Jornal de Dourados* dava-se não só pelo poder local, mas pelas verbas publicitárias da prefeitura municipal. Disputa essa que poderia ter colaborado para o agravamento da crise financeira do jornal juntamente com as candidaturas político-partidárias diante do pleito eleitoral daquele ano levando a interrupção de sua circulação nos anos seguintes. Para Além, "[...] o periódico reapareceu [em 1962] com nova roupagem,

Amaral, seu sogro e sócio assumiu o jornal num processo de modernização do jornal, em concorrência com a *Folha de Dourados*, primeiro periódico diário de Dourados[806].

Com formato *standart*, e cerca de 30 páginas, o periódico possui vários cadernos (Dia a Dia, Classificados, Caderno B, Cidades, Caderno A, Variedades, Social, Esportes, etc.) e edições especiais que chegam a mais de 70 páginas (geralmente no aniversário do jornal, em 21 de abril e no aniversário do município, em 20 de dezembro) e suplementos (como o infantil - "O Progressinho" -, e "Rural"). É preciso lembrar que há a versão *on line* para assinantes em que é disponibilizado todo o jornal. E, uma segunda versão para acesso aos não assinantes com conteúdo reduzido. Dos assinantes, cerca de 70%, são empresas comerciais e do setor público.

Além da materialidade, das técnicas empregadas na produção dos periódicos é necessária a atenção ao conteúdo do jornal. Algumas "ferramentas" como a análise do discurso podem ser utilizadas para a apreciação da construção do próprio jornal. Além disso, importa também como o jornal noticia e observa-se, também, como e onde se publica, seja em manchete ou relegado às páginas internas[807]. E ainda, junto a materialidade e o conteúdo, é preciso "[...] acrescentar aspectos nem sempre imediata e necessariamente patentes nas páginas desses impressos[808]".

O *O Progresso* é consultado em pesquisas acadêmicas, mas não é utilizado exclusivamente a tais pesquisas (tanto que o projeto de digitalização do jornal enfatiza a importância do periódico para a Universidade, mas não apenas para ela[809]). No curso de História, sobretudo na pós-graduação inúmeros trabalhos ao referirem-se aos periódicos impressos no Mato Grosso do Sul, o *O Progresso* é fonte histórica constante[810]. Ao mesmo tempo, ainda não observei trabalhos que tratem o *O Progresso*, especificamente

---

mais comercial, diversificando sua fonte de recursos, antes muito dependente dos poderes públicos. Embora as temáticas inerentes ao cotidiano urbano da cidade ainda continuassem sendo uma constante nas páginas do jornal", p.79.

[806] SCHWENGBER, Isabela de Fátima. Op. Cit. p. 62.

[807] LUCA, Tânia R. Op. Cit. p. 140.

[808] Idem, ibidem.

[809] Projeto de "Preservação e divulgação do acervo do jornal O Progresso", março de 2013, p.03. O referido projeto encontra-se disponível para consulta no CDR/UFGD. Cabe destacar que o projeto foi encerrado em 2019. Cabe lembrar também que a digitalização estendeu-se desde sua fundação até o ano de 2015.

[810] Assim como os trabalhos de Schewengber e Além, outros podem ser mencionados, tais como: SILVA, Lélio Loureiro da. *As representações dos Kaiwoa-Ñandeva no jornal O Progresso na década de 1980*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados. VIUDES, Priscila. *Índios nas páginas D'O Progresso*: Representações da desnutrição infantil no jornal (2005). 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados. ARAKAKI, Suzana. *Dourados*: memórias e representações de 1964. 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, Dourados.

como objeto de estudo. De acordo com Tânia R. de Luca, a utilização da imprensa periódica "[...] prescreve a análise circunstanciada de seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na critica competente[811]".

3. APÊNDICE (C). Jornal *Douradosagora.* Nota de rodapé nº234.

O jornal que pertence ao grupo *O Progresso* e seu formato é digital. De acordo com Fortuna o jornal *O Progresso* "[...] foi o primeiro sítio web local a disponibilizar seu conteúdo na rede, embora de maneira transpositiva" [jornalismo praticado na internet de maneira equivalente ao impresso], em 1997[812]. No entanto, segundo o nic.br, "responsável por coordenar e integrar as iniciativas e serviços da internet no país" e que "em 2005, passou a ser a instituição que administra as ações de registro de nomes sob o ".br" além de assumir outras atribuições[813]", o domínio "progresso.com.br" foi registrado, em 17/10/1996, o "oprogesso.com.br", em 29/05/2000 e o "douradosagora.com.br" foi registrado em 01/03/2002[814]. Entretanto, ainda de acordo com Fortuna, "[...] o primeiro sítio web a surgir, independente de outros veículos de comunicação, foi o *Dourados News*, em 2000[815]".

Deste jornal em específico foram cerca de 140 notícias relacionadas à "Feira Livre da Cuiabá". A maioria das notícias está sem data. No mesmo dia em que foi proposto o tombamento em plenário da Câmara de vereadores, 29 de março de 2010, o *Douradosagora* já havia publicado: "Feira livre não sai da Cuiabá este ano". Notícia

---

[811] LUCA, Tânia R. Op. Cit. p.141.
[812] FORTUNA, Fernanda França. *Perfil do Ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul – Mapeamento e Avaliação dos Portais Noticiosos*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UFMS. Campo Grande, 2014, p.38.
[813] Cf. <http://nic.br/historia/>.
[814] Cf. <https://registro.br/2/whois#lresp>.
[815] FORTUNA, Fernanda França. *Perfil do Ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul – Mapeamento e Avaliação dos Portais Noticiosos*. 136f. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UFMS. Campo Grande, p.50. Conferir também ROCHA, José Milton. *O 'Glocal' no ciberjornalismo regional: Análise dos sítios de webnotícias de Dourados*. 204f. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UFMS. Campo Grande, p.23). LANDA, Gabriel dos Santos. *O jornalismo online em Dourados – MS, origem e atualidade*. In: Anais do 3º Encontro Centro-Oeste da História da Mídia. 23 e 24 de julho de 2016. UFMS. Campo Grande/MS. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/centro-oeste/3o-encontro-2016/historia-da-midia-digital/o-jornalismo-online-em-dourados-2013-ms-origem-e-atualidade/at_download/file>. MAZINI, André. A História da imprensa no contexto da Historiografia Brasileira, Comunicação & Mercado/ UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 297-304, nov 2012.

esta anexada ao projeto de lei, mas não encontrada via sistema de busca na base de dados do jornal digital[816]. Ainda que não tenha citado a proposta de tombamento, a notícia reforçava que a transferência ocorreria, entretanto, não em curto prazo[817]. A transferência ocorreu, de fato, em 26 de novembro de 2016, no final do mandato de Murilo Zauith.

4. APÊNDICE (D). Referências a Lori Alice Gressler no *O Progresso*. Nota de rodapé nº 284.

"Prefeito visitou curso de professores". *O Progresso*, ano XXVII, nº2196, sexta, 17 de fevereiro de 1978, p. 09.

"Duas solenidades que vão ficar na História de Dourados". *O Progresso*, ano XXVII, nº 2217, sábado e domingo, 18 e 19 de março de 1978, p. 02.

"1ª Semana Cultural e Pedagógica em Dourados". *O Progresso*, ano XXVIII, nº2347, terça-feira, 17 de outubro de 1978, p.07.

"SEMEC edita novo livro". *O Progresso*, ano XXVIII, nº2357, terça-feira, 31 de outubro de 1978, p.07.
"Programa para o desfile estudantil – 7 de setembro de 1978". *O Progresso*, ano XXVIII, nº2322, quinta-feira, 7 de setembro de 1978, p.14.

"Muitas festividades no aniversário da cidade". *O Progresso*, ano XXVIII, nº2631, quarta-feira, 5 de dezembro de 1979, p. 02.

"Orquestra sinfônica e *motocross* no aniversário do município". *O Progresso*, ano XXVIII, nº 2638, quinta-feira, 13 de dezembro de 1979.

---

[816] O banco de dados na web, como suporte mediático para o jornalismo, garante a possibilidade de um espaço ilimitado disponível. Cf. PALACIOS, Marcos. "Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História". *Matrizes* (USP. Impresso), v. 4, p. 37-50, 2010. Ainda de acordo com esse autor "a acumulação de informações é mais viável técnica e economicamente na Web do que em outras mídias". PALACIOS, Marcos. "Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória". In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). *Modelos de jornalismo digital*. 01 ed. Salvador: Editora Calhandra/Edições GJol Disponível em: https://www.academia.edu/11670505/Ruptura_Continuidade, 2003, v. , p. 13-36. No entanto, isso não garante que os jornais digitais tenham sistemas e/ou servidores que mantenham disponíveis para a visualização pública todas as notícias por eles publicadas, como o caso da notícia referida ao jornal digital *DouradosAgora*. Palacios propõe ainda discussões vinculadas à memória (neste caso, a existência de arquivos) à qualificação do jornalismo digital. Cf. PALACIOS, Marcos. "A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos". *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. nº 37, dezembro de 2008, quadrimestral, p.91-100. A memória ainda é considerada como uma das características do jornalismo *on line* e é analisada em específico por este autor em várias de suas produções acadêmicas.

[817] Feira livre não sai da Cuiabá este ano. *Douradosagora*. Segunda-feira, 29 de março de 2010. Notícia anexada ao projeto de lei nº028/2010, de autoria do vereador Marcelo Barros (DEM), que propunha o tombamento para o patrimônio histórico e cultural municipal a Feira Livre de Dourados. Protocolo Geral nº686, 29/03/2010. Processo nº01034.003, folha 5.

"Ronda com Ymera. Mulheres em destaque". *O Progresso*, ano XXVIII, nº2642, quinta-feira, 20 de dezembro de 1979, p.36.

"Lori Gressler lança livro intitulado 'Pesquisa Educacional'". *O Progresso*, ano XXVIII, nº2566, terça-feira, 18 de setembro de 1979, p.02.

"Mensagem que nos anima". Coluna Rotatividade, Adiles do Amaral Torres. *O Progresso*, ano XXVIII, nº2801, terça-feira, 15 de abril de 1980, p.08.

"Mensagem". Dra. Lori Alice Gressler. Coluna Rotatividade, Adiles do Amaral Torres. *O Progresso*, ano XXX, nº3140, sexta-feira, 24 de abril de 1981, p.08.

5. APÊNDICE (E). Emendas à Constituinte Municipal de Dourados no *O Progresso.* Nota de rodapé nº 288.

"Constituinte Municipal instala comissões". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5146, terça-feira, 21 de novembro de 1989, p.03.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima sétima sessão ordinária da Câmara Municipal Constituinte, em 09 de janeiro de 1990. *O Progresso*, ano XXXVIII, nº5187, quarta-feira, 14 de janeiro de 1990, p. 05.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da oitava sessão ordinária da Câmara Municipal Constituinte, em 23 de novembro de 1989. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5177, quarta-feira, 31 de janeiro de 1990, p. 09.

"Anteprojeto da Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5186, terça-feira, 13 de fevereiro de 1990, p.08, 11, 12.

"A Constituinte Municipal e a Cultura". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5190, sábado e domingo, 17 e 18 de fevereiro de 1990, p. 14.

"Pérola". Coluna Carrossel. Vander Verão. *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5192, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1990, p. 03.

"Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5203, sábado e domingo, 10 e 11 de março de 1990, p, 09.

"Projeto de Lei Orgânica do Município de Dourados". *O Progresso.* Ano XXXIX, nº5210, sexta-feira, 23 de março de 1990, p. 13. Na edição nº5219, quinta-feira, 5 de abril de 1990, p. 09, o projeto de lei foi novamente publicado e os artigos permanecem idênticos em conteúdos aos da edição nº5210, alterando-os para os artigos n.242, 243, 244 e 245. Noutra edição, nº5264, conforme registro em ata, em "regime normal": "[...] o projeto de lei nº 021/90 de autoria da Vereadora Lori Alice Gressler, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados e da outras providencias". Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima quinta sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 30 de maio de 1990. *O Progresso*. Ano XL, nº5264, 13 de junho de 1990, p. 08.

"Constituinte Municipal recebe mais propostas". *O Progresso*, ano XXXVIII, nº 5172, quarta-feira, 21 de janeiro de 1990, capa e p.03. Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima segunda sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 09 de maio de 1990. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5249, quarta-feira, 23 de maio de 1990, p. 07.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da décima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 27 de junho de 1990. *O Progresso.* Ano XL, nº5304, 09 de agosto de 1990, p.04.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 18 de agosto de 1990. *O Progresso.* Ano XL, nº 5315, 24 de agosto de 1990, p. 08.

"Conselho de Preservação". *O Progresso*. Ano XL, nº5320, sexta-feira, 31 de agosto de 1990, p. 02.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima quarta sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 29 de agosto de 1990. *O Progresso*. Ano XL, nº5326, terça-feira, 11 de setembro de 1990, p. 12.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima sétima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 19 de setembro de 1990. *O Progresso*. Ano XL, nº5350, sexta-feira, 19 de outubro de 1990, p. 05.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da vigésima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados, em 10 de outubro de 1990. *O Progresso*. Ano XL, nº5352, terça-feira, 23 de outubro de 1990, p. 10.

Prefeitura Municipal de Dourados. Lei Complementar nº 002 de 09 de novembro de 1990. Cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados. *O Progresso*. Ano XL, nº5365, terça-feira, 13 de novembro de 1990, p. 11.

Câmara Municipal de Dourados. Ata da quinta sessão ordinária da Câmara Municipal, em 20 de março de 1991. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5455, sábado e domingo, 13 e 14 de abril de 1991, p. 13.

"Câmara de vereadores. 1º Seminário sobre a Lei Orgânica de Dourados". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5456, terça-feira, 16 de abril de 1991, p.03.

"Câmara de vereadores: abertas as inscrições para o 1º Seminário da LOM". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5460, sábado e domingo, 20 e 21 de abril de 1991, p.02.

"Sindicato Rural: A LOM deve manter a proibição de doação de áreas". *O Progresso*, ano XL, nº 5461, terça-feira, 23 de abril de 1991, p.03.

"Comissão de justiça ouve comunidade para alteração da LOM". *O Progresso*, ano XL, nº5463, quinta-feira, 25 de abril de 1991, p.03.

"Câmara de Dourados: procura por seminário superou as expectativas". *O Progresso*, ano XL, nº 5466, terça-feira, 30 de abril de 1991, p.02.

"Câmara traz senador da República a Dourados". *O Progresso*, ano XL, nº5467, quarta-feira, 1 de maio de 1991, p. 03.

"Wilson Barbosa Martins abre hoje 1º Seminário sobre a LOM". *O Progresso*, ano XL, nº5468, sexta-feira, 2 de maio de 1991, p. 02.

"Wilson Barbosa Martins fala sobre 'autonomia dos municípios' na abertura do 1º Seminário sobre a LOM. *O Progresso*, ano XL, nº5469, sábado e domingo, 4 e 5 de maio de 1991, capa e "1º Seminário sobre a LOM: Senador fala sobre autonomia dos municípios", p.03.

"Seminário conclui: Lei Orgânica de Dourados é uma das mais completas". *O Progresso*, ano XL, nº5499, terça-feira, 18 de junho de 1991, p. 03.

"Alterações da LOM serão apresentadas em plenário". *O Progresso*, ano XL, nº5533, sábado e domingo, 3 e 4 de agosto de 1991, p. 03.

6. APÊNDICE (F) Referências à atuação de Lori Alice Gressler com relação a construção do teatro municipal no *O Progresso*. Nota de rodapé nº306.

"Nota de protesto". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5251, sexta-feira, 25 de maio de 1990, p. 06.

"Polícia quer ouvir Lori Gressler". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5252, sábado e domingo, 26 e 27 de maio de 1990, p. 08.

"Nota de protesto". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5253, terça-feira, 29 de maio de 1990, p. 08.

"Moções de apoio à vereadora Lori". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5254, quarta-feira, 30 de maio de 1990, p. 04.

"Caso Jannani: Justiça nega ação popular". *O Progresso*, ano XXXIX, nº5343, sexta-feira, 5 de outubro de 1990, capa.

Câmara Municipal. Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Dourados de 30 de outubro de 1991. *O Progresso*, ano XXXX, nº5606, sexta-feira, 15 de novembro de 1991, p. 14

"É contra". Coluna "Informe C". Cícero Farias. *O Progresso*, ano XXXX, nº5620, sexta-feira, 6 de dezembro de 1991, p.11.

“Lori funda Partido Democrático Cristão para apoiar Humberto”. *O Progresso*, ano XXXX, nº5691, sexta-feira, 3 de abril de 1992, p. 03.

“Lori é candidata a vice e Humberto critica pesquisas”; “Para assessores de Nogueira Lori soma para Humberto”. *O Progresso*, ano XXXX, nº5747, sábado e domingo, 27 e 28 de junho de 1992, capa e p.02.

“Shopping center geraria 400 novos empregos diretos”. *O Progresso*, ano XXXXI, nº5785, quinta-feira, 20 de agosto de 1992, p. 02.

“Dourados ainda não tem seu Teatro por culpa da Lori”. *O Progresso*, ano XXXXI, nº5794, quarta-feira, 02 de setembro de 1992, p. 03.

“Lori compara custos e aponta gastos exorbitantes na obra do Teatro”. *O Progresso*, ano XXXXI, nº5798, quarta-feira, 9 de setembro de 1992, p. 02. E,“Teatro: nenhuma liminar foi concedida pela justiça. Prefeito paralisou obra por conta própria”.

7. APÊNDICE (G). Referências às mudanças de partido de Lori Alice Gressler no *O Progresso*. Nota de rodapé nº 308.

“Lori desliga-se do PTB para apoiar Humberto Teixeira”. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5301, sábado e domingo, 04 e 05 de agosto de 1990, p.05.

“Bancada reduzida” e “Bebeto sai do PTB e passa a apoiar Valdenir Machado”. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5270, sexta-feira, 22 de junho de 1990, p. 03.

“Sem bancada”. *O Progresso*, ano XXXIX, nº 5349, quinta-feira, 18 de outubro de 1990, p.03.

“Archimedes assume compromisso com valorização do vereador”. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5381, sexta-feira, 07 de dezembro de 1990, p.02.

“Espírito petista” e “Prestígio”. Coluna “Carrossel”. Vander Verão. *O Progresso*, ano XXXIX, nº5383, terça-feira, 11 de dezembro de 1990, p.03.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 27 de agosto de 2019.

_____

Márcia Bortoli Uliana